

8 ARTIGOS
ACADÊMICOS

RESENHA
DO LIVRO "24/7 - CAPITALISMO
TARDIO E OS FINS DO SONO"

ENTREVISTA
JOSÉ REGINALDO
GONÇALVES

VOLUME 14 - Nº 2 - ED. 2016

revista
habitus

ISSN: 1809-7065



www.habitus.ifcs.ufrj.br



Volume 14 – Número 2 – Edição 2016

www.habitus.ifcs.ufrj.br

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro.

Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Anthony Rodrigues, Augusto César Rocha de Alencar, Cleissa Regina Martins, Francisco Kerche, Lidia Cordeiro Campos, Luana Calzavara, Lucas Lemos, Lucas Martins, Luiz Paulo Garcia Bittencourt, João Caldeira de Andrada, Paulo Roberto do Couto Filho, Paula Frias dos Santos, Ricardo Coelho, Rodolfo Teixeira Alves.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Paula Lenguita, Ruy Braga.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial.....	4
A percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia sobre a pobreza e a desigualdade.....	8
Patrimonialismo e os limites entre público e privado no Brasil sob a ótica de Raymundo Faoro e Oliveira Viana.....	20
Educação não formal, fundação Ana Lima e o projeto Ilhas: seria este um campo de atuação do cientista social?.....	29
Eleições, partidocratas e messianistas: para uma sociologia da orientação do voto dos cariocas.....	42
Sociologia, reificação e dialética no pensamento de Theodor W. Adorno.....	63
Manutenção do poder das classes dominantes no Brasil: uma análise a partir dos intérpretes clássicos do pensamento social e recentes avaliações históricas sobre o tema.....	75

Dramas, conflito e convergências: a Vila Autódromo em contexto de remoção.....	86
Diálogos (Im)possíveis?: um improvável encontro entre povos indígenas e ativistas anarquistas.....	117
24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono.....	131
Entrevista com José Reginaldo Gonçalves.....	136

EM DEFESA DE UMA RAZÃO PÚBLICA

As práticas de “comunização” do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo *podem* indicar os traços de *outra razão do mundo*. Não saberíamos designar melhor essa razão alternativa senão pela *razão do comum*.

A nova razão do mundo, Pierre Dardot e Christian Laval

Muitas coisas aconteceram desde o lançamento da nossa última edição. O editorial de 16.1 alertava que “no momento, nossa perplexidade diante dos últimos acontecimentos no país dá a esse editorial um tom muito menos festivo dos últimos números”. A perplexidade é a mesma. Os acontecimentos são outros, embora façam parte de um contínuo. Se à época da publicação de nossa última edição o tom do editorial já era menos “festivo”, hoje, poucos meses depois, este editorial se assume em nada festivo.

Certamente a Revista *Habitus* sabe da importância de um espaço como esse para a trajetória de muitos graduandos, e vem enfatizando isso há muito tempo. Sabe, também, que a publicação e divulgação de trabalhos científicos é de extrema relevância para o desenvolvimento de qualquer ciência, e por isso insiste na sustentação desse espaço no âmbito da graduação que, como já alertamos nos últimos números, anda cada vez mais escasso, precário, por vezes, insustentável.

A Revista *Habitus* torna pública a sua edição 16.2. O atraso, menos por certa displicência de seus editores e mais por uma conjuntura política conturbada, pode, infelizmente, já ser um indício do que nos espera daqui para frente: a dificuldade de se proporcionar de maneira qualificada e gratuita a divulgação de pesquisas acadêmicas, resenhas e entrevistas feitas por graduandos em Ciências Sociais no Brasil. Em um cenário nada animador, o governo dispõe de toda uma retórica discursiva – que não explica nada! – para implementar suas políticas de austeridade, cortando investimentos em áreas há muito deficitárias, pondo goela abaixo reformas suspeitas em suas finalidades. Não é surpresa para ninguém o risco que as Universidades Públicas correm no que diz respeito a ensino, pesquisa e extensão de qualidade, prezando a gratuidade a serviço dos cidadãos. Um contexto em que o atraso deixa de ser irresponsabilidade e se torna, de certo modo, um anúncio de continuidade; no qual os cortes de investimentos nas universidades públicas (que atinge principalmente as pesquisas nas humanidades) nos impõem uma lógica cruel de concorrência e produtividade que, em um cálculo de custo e benefício, dar um parecer para um artigo pode ser perda de tempo. Este editorial, mais que um pedido de desculpa pelo atraso da edição, é a maneira da Revista *Habitus* dizer que, apesar de tudo, continuaremos, porque é preciso continuar.

Antes de apresentar a edição, a Revista *Habitus* expressa solidariedade à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A UERJ, não é de hoje, configura como um centro de excelência em desenvolvimento científico a serviço sociedade, como um compromisso político que as instituições de ensino devem ter – principalmente as instituições públicas –, colaborando na construção de uma sociedade mais justa – compromisso que falta a muitos governos. O governo do Estado, por sua vez, substituiu no seu discurso o “legado olímpico” por “crise orçamentária”, colocando milhares de trabalhadores e trabalhadoras em condição de desamparo; as Instituições do Estado ficaram entregues a própria sorte, como é o caso da UERJ, que vinha funcionando de maneira precária até chegar ao ponto do insustentável, condição em que se encontra a pelo menos dois meses.

A UERJ não é um caso isolado. Muitas Universidades Públicas vêm funcionando de maneira precária há muito tempo. A realidade hoje da UERJ deve mobilizar não só ela mesma, mas a todas as universidades que prezam por um ensino gratuito, qualificado e de excelência, em termos de retorno social de suas produções. Essa conjuntura deve, portanto, mobilizar a UERJ, UENF, UNIRIO, UFRJ, UFF, USP, UNESP, UFMG, UFBA, UFMA, UFPB etc., entendendo que se trata de uma defesa inexorável das Universidades Públicas, do ensino público, em suma, uma mobilização em defesa de uma *razão do comum* contrária à lógica neoliberal que assola todas as dimensões de nossas vidas.

Vamos à edição de 2016.2. Este número conta com oito artigos, uma resenha e uma entrevista.

No artigo de Elisa Vasconcelos, “**A percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia sobre a pobreza e a desigualdade**”, como o nome já sugere, aborda o “papel estratégico desempenhado pelas elites na implementação de políticas públicas”. A partir da percepção das “elites burocráticas”, usando base de dados com resultados de survey, a autora apresenta seus resultados acerca do combate à pobreza na percepção dessa classe.

O artigo de Danilo Moreira dos Santos, “**Patrimonialismo e os limites entre público e privado no Brasil sob a ótica de Raymundo Faoro e Oliveira Viana**”, traz temas clássicos da teoria social, como é o caso do “Estado Patrimonial” e a “antinomia público/privado”, e comparando dois autores importantes na sociologia, busca apresentar as consequências desses fenômenos sociológicos na sociedade brasileira.

Patrícia Maria Apolônio de Oliveira e Thiago César Martins do Nascimento apresentam uma importante reflexão acerca de “educação não formal” no artigo “**Educação não formal, fundação Ana Lima e o projeto Ilhas: seria este um campo de atuação do cientista social?**”. A partir de um estudo empírico realizado na Fundação Ana Lima, tendo como foco o Projeto Ilhas, os autores observaram o “processo de formação cidadã dos jovens atendidos pelo projeto”. No desenvolvimento do trabalho os autores perceberam algumas “ranhuras nos processos educativos” e viram a emergência de um “campo fértil” para a atuação profissional de cientistas sociais.

Em **“Eleições, partidocratas e messianistas: para uma sociologia da orientação do voto dos cariocas”**, os autores Daniel Henrique da Mota Ferreira e Patrick Ely Pinheiro analisam o que chamam de “crise de credibilidade das nossas instituições representativas”, pela qual visam “iluminar a questão do lugar ocupado por partidos e candidatos na motivação de voto dos cariocas”. Na pesquisa realizada aparece certa tendência dos cariocas ao “messianismo”, donde leva os autores a concluir que a “ênfase no candidato ainda é maioria absoluta em nossa população”.

Em **“Sociologia, reificação e dialética no pensamento de Theodor W. Adorno”**, o autor busca comentar e reconstruir alguns argumentos que o autor alemão apresenta como fundamentais para sua proposta de sociologia. Nas palavras do autor, Vinícius Dino, “esse exercício visa principalmente a elucidar melhor a estrutura e os sentidos de tais argumentos”, para o qual ele parte de dois eixos temáticos: *reificação e dialética*, observados por Adorno em suas reflexões sociológicas.

Seguindo na mesma levada de estudos sobre elites, **“Manutenção do poder das classes dominantes no Brasil: uma análise a partir dos intérpretes clássicos do pensamento social e recentes avaliações históricas sobre o tema”**, de Frederico Romanoff, o artigo analisa os mecanismos das classes dominantes para manutenção de seu poder. O autor mobiliza ensaios clássicos sobre o tema, dialogando com trabalhos mais recentes.

Fruto de uma etnografia realizada na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, o artigo **“Dramas, conflito e convergências: a Vila Autódromo em contexto de remoção”** trata das transformações urbanas ocorridas na região da cidade que foi apelidada de “Barra olímpica”. Rodolfo Teixeira Alves acompanhou a mobilização da Vila Autódromo no processo de remoção desencadeado na comunidade para a construção do “Parque Olímpico”, que, pela convergência de muitos fatores, ganhou notoriedade nacional e internacional.

Encerrando a lista de artigos, **“Diálogos (Im)possíveis?: um improvável encontro entre povos indígenas e ativistas anarquistas”**, de Fernando Fernandes de Carvalho, traz duas importantes etnografias, *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, e *DirectAction*, de David Graeber, para mostrar experiências de grupos em “um contexto onde, cada vez mais, vozes dissonantes são vistas como ingênuas, ignorantes, utópicas ou um pouco de cada”. Relacionando dois recentes (e importantes) trabalhos, Fernando constrói seu artigo buscando trazer, para tal contexto, “visões distintas, estranhamentos e outras interpretações”.

A resenha que sai nessa edição, elaborada por Anthony Rodrigues, é do livro **“24/ - capitalismo tardio e os fins do sono”**, de Jonathan Crary, que foi lançado em 2014 pela hoje extinta Cosac Naify. No texto, o autor expõe o argumento central do ensaísta estadunidense Jonathan Crary acerca dos conceitos de modernidade 24/7, hiperconexão e seus desdobramentos psicossociais – sendo o principal deles o tempo de sono –, com enfoque no período sociologicamente chamado de “capitalismo tardio” pelos teóricos neomarxistas.

O entrevistado desta edição é **José Reginaldo Gonçalves**. A conversa se desenvolveu a partir de sua trajetória acadêmica, os temas trabalhados em suas pesquisas e sobre a sua recente aposentadoria. José Reginaldo tem uma extensa carreira na área da antropologia, tendo trabalhado com temas como memória e patrimônio. Em razão de sua aposentadoria, José Reginaldo diz que encerrou “um determinado modo de inserção dentro da Instituição”, que vai continuar com o LAARES (Laboratório de Antropologia da Arquitetura e dos Espaços) e na pós-graduação (PPGSA/IFCS), além de continuar com suas orientações acadêmicas.

Por fim, é claro que o novo número da Revista Habitus é digno de louvor! Essa edição é fruto de um trabalho colaborativo entre Comitê Editorial e autores, além dos pareceristas que potencializaram a qualidade dos artigos com seus comentários aos trabalhos apresentados. Por isso gostaríamos de agradecer a colaboração de Maria Soares de Macedo, Jailze de Oliveira Santos, Jairo Nicolau, José Paulo Martins, Fernanda Xavier da Silva, Matheus Silveira Lima, Elsio Lenardão, Letícia de Luna Freire, Anelise dos Santos Gutterres, Daniela Tonelli Manica, Raphael Bispo, Marco Cadona, Antônio Brasil Jr., Ícaro Engler, Samuel Cândido de Souza.

A Revista Habitus reafirma o seu compromisso em continuar provendo um espaço de qualidade, colaborando com os debates públicos feitos no âmbito das Ciências Sociais, apresentando os trabalhos de graduandos, entendendo a importância disso para bom andamento de nossa prática científica. E segue torcendo por dias e conjunturas dignas de festejo.

Boa leitura!

COMITÊ EDITORIAL REVISTA HABITUS | IFCS – UFRJ

PERCEPÇÃO DA ELITE BUROCRÁTICA BRASILEIRA E URUGUAIA SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE

PERCEPTION'S BUROCRATIC ELITE BRAZILIAN AND URUGUAYAN ABOUT
POVERTY AND INNEQUALITY

*Elisa Vasconcelos**

Cite este artigo: VASCONSELOS, Elisa Percepção da Elite Burocrática Brasileira e Uruguaia Sobre Pobreza e Desigualdade. **Revista Habitus:** revista eletrônica de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.8-18, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: Dialogando com trabalhos que ressaltam o papel estratégico desempenhado pelas elites na implementação de políticas públicas, o artigo compara a percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia sobre a pobreza e a desigualdade. Para tanto, analisou-se um banco de dados preenchido a partir dos resultados coletados em um survey aplicado em 2013, com uma amostra de entrevistados da elite burocrática dos dois países. Os resultados apontam que, apesar desse segmento de elite dos dois países responsabilizarem o Estado pelas iniciativas de combate à pobreza e redução da desigualdade, a elite burocrática uruguaia demonstra mais disposição em contribuir com soluções coletivas ao problema.

Palavras-chave: pobreza; desigualdade; elites; percepção.

Abstract:: Dialoguing with works that highlight the strategic role of elites in the implementation of public policies, the article compares the perception of Brazilian and Uruguayan bureaucratic elite about poverty and inequality. Therefore, we analyzed a database filled from the results collected in a survey applied in 2013 with a sample of bureaucratic elite's Brazilian and Uruguayan respondents. The results show that, despite the bureaucratic elite of that two countries perceive the state as responsible for combating poverty and inequality, the Uruguayan bureaucratic elite demonstrates more inclination than the Brazilian one to contributing with collective solutions to the problem, such as increased taxation of the wealthy.

Key-Words: poverty; inequality; elites; perception.

A primeira vista, não parecem óbvias as motivações que levam um cientista social a ter interesse em estudar elites. Ao limitar o escopo investigativo para os estudos sobre desigualdade, a relação parece ser menos clara ainda, quando não desperta uma sensação de algo paradoxal, ou quando não se ouve que “estudar elites é ser elitista”. Se há uma larga bibliografia acerca dos pobres nos estudos de desigualdade, por que não haveria tanta literatura sociológica sobre os ricos?

De fato, há uma carência de trabalhos com os grupos do topo da hierarquia social. Estudá-los é relevante visto que possuem poder de decisão política, econômica e cultural (CATTANI, 2009). Além disso, as elites desempenham papel decisivo na implementação de políticas públicas, e, por esta razão, é fundamental que elas sejam estudadas para que a desigualdade possa ser mais bem entendida (REIS, 2000).

Há um “silêncio” nas ciências sociais sobre “a alta sociedade” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007). Sem dúvida, como ressaltado por Pinçon e Pinçon-Charlot, a maior acessibilidade que os pobres demonstram em participar de pesquisas reflete na existência de uma literatura mais extensa sobre eles. Afinal, enquanto “*os pobres se deixam descrever*” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007), os “*ricos se escondem*” (MEDEIROS, 2005).

O objetivo central deste artigo é comparar a percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia sobre a pobreza e a desigualdade. Empiricamente, trabalhei com os resultados de um survey aplicado por uma equipe de pesquisadores dos dois países em 2013, com uma amostra de entrevistados da elite burocrática.

Comparar Brasil e Uruguai é oportuno por várias razões. Enquanto no Brasil predomina a ideia de que a desigualdade é algo estrutural da nossa sociedade, o Uruguai tem uma relação histórica bem diferente com o problema, já que sempre foi visto como um país mais igualitário que grande parte dos países latino-americanos. Apesar dessa diferença, desde o início da década de 1990, Brasil e Uruguai passaram a sentir mais as consequências da pobreza, período também em que o Uruguai experimentou uma acentuação nos níveis de desigualdade (López, 2013). Em meados dos anos 2000, nos dois países foram eleitos governos bem-sucedidos na implementação de políticas públicas de redução da pobreza.

O texto está dividido da seguinte forma: em um primeiro momento, apresento uma revisão literária de trabalhos com elites. Posteriormente, esclareço com mais detalhes os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. Em seguida, apresento os resultados da análise dos surveys e discuto explicações. Finalizo apontando que, apesar dos surveys não permitirem resultados conclusivos, eles indicam, todavia, haver maior inclinação da elite burocrática uruguaia em contribuir com soluções coletivas para redução da desigualdade e combate à pobreza.

1. Questões teóricas e definições

Alguns autores têm chamado atenção para a importância de compreender a desigualdade sob a luz de diferentes ângulos analíticos, levando em consideração as contribuições de novas abordagens que eclodiram nas últimas décadas (REIS, 2011; THERBORN, 2011). Therborn (2011), por exemplo, adverte que as três grandes perspectivas teóricas dominantes até meados do século XX nos estudos

sobre desigualdade não captaram a trajetória atual da desigualdade. Nem a perspectiva da equalização a longo prazo (Tocqueville), nem a da polarização (Marx), e tampouco a do crescimento da desigualdade moderna seguida de tendência à queda e maior equalização (Kuznets), forneceram respostas satisfatórias. Recentemente, os estudos de desigualdade vêm tomando novas direções, compreendendo a desigualdade como um fenômeno multidimensional, que opera em várias escalas, incorporando abordagens transdisciplinares, e mais focados em mecanismos e forças causais.

Um desses novos caminhos de investigação está no campo dos estudos de percepção das elites sobre a desigualdade. Como ressaltado por Reis e Moore (2005), há poucos trabalhos que explorem a questão da desigualdade nessa perspectiva. Esses poucos existentes enfatizam a percepção sobre a pobreza e a desigualdade das elites nacionais dos países desenvolvidos, sendo escassas as pesquisas que tratem da percepção das elites nos países menos desenvolvidos. Celi Scalon (2007), também alertou para a necessidade de trabalhos que abordem a desigualdade não só em sua dimensão objetiva, mas que leve em conta outros fatores, como as percepções e a visão das elites sobre a questão. Por essa razão, este artigo, ao abordar a percepção sobre a pobreza e a desigualdade de elites de países como o Brasil e o Uruguai, contribui para expandir o entendimento sobre desigualdade nas regiões em que há mais carência de pesquisas desse tipo.

Um dos trabalhos pioneiros em atribuir dimensão explicativa central às elites, o de Abraham De Swaan (1988), pôs em evidência que foi apenas quando as elites enxergaram vantagens na coletivização de soluções aos problemas sociais, que viram no Estado Nacional o agente apropriado para solucionar problemas coletivos, como a fome e as epidemias.

Em outras palavras, De Swaan, ao se debruçar sobre a história da emergência dos Estados de bem-estar social europeus e norte-americano, verificou que foi quando as elites desses países sentiram-se afetadas pela pobreza que passaram a dirigir esforços no sentido de coletivizar a responsabilização pelo problema, vendo como necessária a intervenção do agente público para garantir educação, saúde e previdência. Em síntese, esse estudo o levou a concluir que quanto mais as elites estiverem conscientes das ameaças (revolta social, epidemias, entre outras) e/ou oportunidades (ganho eleitoral, por exemplo) que os pobres podem apresentar, mais estarão inclinadas a agir.

O trabalho de Verba *et al* (1987) foi outro a sobressaltar o papel estratégico que as elites desempenham na sociedade, conferindo centralidade à percepção e valores das elites sobre a ideia de igualdade. O estudo comparativo envolveu a percepção das elites nos Estados Unidos, Japão e Suécia, com diferentes segmentos, como burocratas, empresários, líderes de organizações sociais. Assim como Verba *et al*, no presente trabalho, ao falar de elites no plural, pretendo deixar claro que não se está fazendo referência a um grupo homogêneo.

“Elites” é um termo que assume diferentes significados, dependendo da perspectiva teórica em que é empregado. Se, por um lado, em uma dimensão mais objetiva e material, o termo é associado ao poder econômico, por outro, há pesquisadores que preferem dimensões subjetivas, mais fundamentadas em aspectos simbólicos. A desigualdade é um fenômeno bastante complexo e, independentemente de qual perspectiva os pesquisadores adotem, todas podem contribuir para ampliar os estudos sobre desigualdade, escassos ainda com elites.

A definição adotada neste artigo é a mesma empregada por Reis e Moore (2005), por entendermos que é a que melhor contribui para responder a questão de investigação colocada nesse

artigo. Nesse sentido, “elites” aqui é um termo empregado em um sentido institucional, isto é, como um grupo minoritário que controla recursos políticos e simbólicos por ocuparem determinadas posições institucionais. O conceito de percepção também está sendo utilizado nos mesmos termos empregados por esses dois autores. Assim, entende-se percepção em oposição à opinião. Como salientaram esses autores, o conceito de opinião diz respeito àquelas ideias de curto prazo. A percepção tende para uma definição oposta. Refere-se a pensamentos de longo prazo, mais estáveis e significativos que as opiniões. Dessa forma, o conceito de percepção é capaz de permitir entender cognições amplas. Além desse aspecto, a percepção demonstra não apenas as cognições dos indivíduos entrevistados que expressam seu ponto de vista, como também seus valores e normas.

Assim, de acordo com a definição de Reis e Moore (2005), “elite” é entendida no plural. Os autores trabalham com a ideia de setores, ou segmentos de elites, como a elite política, sindical, empresarial ou burocrática, por exemplo.

Nesse artigo, meu recorte analítico está voltado para a elite burocrática, entendida como aquela que ocupa postos de comando na burocracia pública e tem poder decisório na implementação das políticas governamentais.

É importante sublinhar que, como trabalhei com surveys, algumas hipóteses que levantei não puderam ser aprofundadas. Acrescento ainda que os termos “pobreza” e “desigualdade”, apesar de sociologicamente não compartilharem a mesma definição, nesse trabalho são tomados como sinônimos. Essa aproximação dos dois termos baseia-se em outras pesquisas sobre percepção de elites, que alertaram para o fato de as elites se referirem aos dois termos como sinônimos e, quando indagadas sobre a diferenciação entre pobreza e desigualdade, não conseguirem definir com clareza (REIS e MOORE, 2005).

2. O survey brasileiro e o survey uruguaio

O survey que utilizei fez parte da pesquisa “*Fronteiras Sociais e Culturais entre as elites e os pobres*” do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade (NIED) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenada pelas professoras Elisa Reis e Graziella Moraes [1]. Essa pesquisa teve como objetivo medir a percepção de três segmentos de elites sobre pobreza e desigualdade. Os questionários foram aplicados numa amostra de 60 entrevistados em cada um dos segmentos de elites. Os setores de elites trabalhados foram: burocratas, políticos e empresários, totalizando 180 entrevistas em cada país que fez parte da pesquisa. Os países integrantes foram: Brasil, Uruguai e África do Sul.

Essa pesquisa não foi a primeira desse tipo a ser conduzida no Brasil com segmentos de elites. Em 1993, como parte da pesquisa intitulada “*Elites Estratégicas e Dilemas do Desenvolvimento (IUPERJ)*”, Maria Regina Soares de Lima e Zairo Borges Cheibub conduziram a aplicação de um survey com 54 congressistas, 95 empresários, 82 líderes sindicais e 89 altos administradores públicos, totalizando 320 entrevistas. Os resultados dessa pesquisa foram utilizados nos trabalhos de Lima e Cheibub (1994) e Reis e Cheibub (1996), Reis e Moore (2005) e Reis (2000).

Como recorte de pesquisa, escolhi trabalhar apenas com o segmento de elite burocrática do Brasil e do Uruguai. Os questionários foram aplicados em 2013 com uma amostra de 60 entrevistados em cada um desses países, totalizando, portanto, 120 entrevistas. A aplicação do survey foi face-a-face

e ele era composto por 180 questões, a maioria fechada, e as poucas perguntas abertas foram codificadas posteriormente.

No Brasil, o survey foi conduzido por uma equipe do NIED/UFRJ e, no Uruguai, por uma equipe da Universidad de La Republica (Udelar). O questionário aplicado foi o mesmo nos dois países, com as mesmas perguntas nos respectivos idiomas nacionais. A amostra era composta pelos ocupantes dos cargos do mais alto escalão do Executivo Federal. No Brasil, esses cargos são denominados Direção e Assessoramento Superior 5 e 6 (DAS 5 e 6). No Uruguai, são denominados Diretor de Ministério.

3. Percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia

O que há de comum e de diferente entre a percepção das elites do Brasil e do Uruguai sobre a pobreza e a desigualdade?

Analisando as respostas ao questionário da elite burocrática brasileira e uruguaia, a primeira semelhança que vem à tona é a postura favorável a grande parte do conjunto de políticas sociais elencadas no questionário, tanto no eixo da distribuição de renda, quanto no eixo de investimentos em saúde e educação. Quando indagados sobre as políticas de distribuição de renda, 95% mostram-se favoráveis no lado brasileiro e 98,3% no uruguaio, considerando que elas são necessárias.

Chama atenção a importância que a pobreza e a desigualdade parece ter para essas elites. Assim, por exemplo, interrogados sobre qual deveria ser o objetivo mais importante para o país a médio prazo, os entrevistados tenderam a conferir papel central à erradicação da pobreza e diminuição da desigualdade.

Entre os entrevistados da elite burocrática uruguaia, essa centralidade de questões sociais, tal como a erradicação da pobreza, demonstrou ser mais importante do que questões econômicas. Mostrou-se sensivelmente superior, comparado ao Uruguai, o percentual de entrevistados brasileiros que indicam a priorização do crescimento econômico continuado como o objetivo mais importante para o país a médio prazo, como é possível notar na tabela 1 [2] [3].

Da mesma forma, quando indagados se concordam com a afirmativa: *o governo deve priorizar o crescimento econômico continuado* ou *o governo deve erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade*, pouco mais de 68% dos entrevistados da elite burocrática uruguaia concordaram mais com a afirmação de que o governo deve priorizar a distribuição de renda. Entre os brasileiros, essa afirmativa alcançou 50%.

Como estamos trabalhando com uma amostra pequena (n=60 em cada país), o que aumenta a margem de erro, diferenças de médio percentuais não nos permitem inferir que haja expressiva diferença na percepção dessas duas elites. Contudo, como obtivemos uma tendência de resposta parecida na tabela 1 e na pergunta do questionário que buscou investigar se os entrevistados concordam mais em priorizar o crescimento econômico ou diminuir a desigualdade, é possível que essa diferença percentual seja sim reveladora de percepções diferentes.

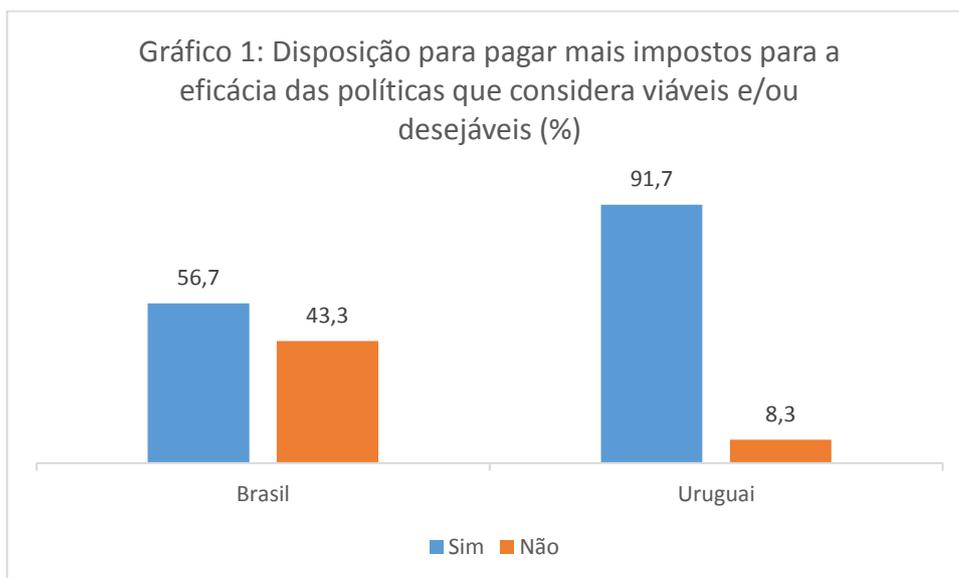
Tabela 1: Na sua opinião, qual deveria ser o objetivo mais importante para o país a médio prazo? E o segundo mais importante? (%)

	Brasil	Uruguai
Erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade	61,7	78,3
Priorizar o crescimento econômico continuado	55	16,7
Incentivar a maior participação da população nas decisões políticas	33,3	25
Assegurar o regime democrático	25	15
Integrar a economia ao mercado mundial	11,6	25
Integrar mais o país aos demais países do Mercosul	1,7	15
Reduzir o Estado	10	3,3
Proteger o meio ambiente	1,7	6,7
Garantir a estabilidade político-institucional	0	11,6
Não respondeu	0	3,3

Posto que a pobreza e a desigualdade são questões importantes para essas elites, e elas afirmam ser favoráveis a políticas de distribuição de renda e investimentos públicos em saúde e educação, estariam elas dispostas a contribuir para o sucesso de tais políticas públicas, por meio do pagamento de impostos?

No gráfico abaixo, é possível perceber que a maioria dos entrevistados dos dois países demonstrou disposição em pagar mais impostos para a eficácia das políticas que consideram viáveis e/ou desejáveis. Essa maioria foi, todavia, relevantemente superior no Uruguai do que no Brasil: aqui alcançou quase 57% e lá cerca de 92%. Ou seja: os entrevistados dos dois países atribuem centralidade às questões sociais, mas a elite burocrática uruguaia demonstra maior disposição em contribuir com soluções coletivas para a eficácia das políticas públicas.





No que diz respeito à causa mais importante da pobreza, destacaram-se duas respostas no Brasil: o não cumprimento das funções sociais por parte do Estado e, assim como no Uruguai, o menor preparo educacional dos pobres. No Uruguai, outro tipo de resposta que ganhou destaque foi o desenvolvimento econômico insuficiente. É interessante que a resposta que mais se destacou no Brasil não desempenha esse mesmo papel no Uruguai, como notamos na tabela 2:

Tabela 2: Causa mais importante da pobreza Brasil-Uruguai 1ª e 2ª menções (%)

	Brasil	Uruguai
Não cumprimento das funções sociais por parte do Estado	56,7	18,3
Menor preparo educacional dos pobres	43,3	53,4
Desenvolvimento econômico insuficiente	38,3	51,7
Falta de vontade política	30	18,3
Crise econômica	0	30
Falta de consciência social das elites	26,7	15
Falta de empenho dos pobres	1,7	6,7
Não sabe/ Não respondeu	1,7	6,7

Essas respostas fazem bastante sentido quando contrastadas com as do gráfico 1. Nele, vimos que é significativa a diferença percentual dos entrevistados uruguaios que demonstraram maior disposição em pagar mais impostos, em comparação aos entrevistados brasileiros. Se estes consideraram que a pobreza é decorrente da incompetência do Estado em cumprir suas funções, é

razoável supor também que não estariam de acordo com políticas de maior tributação sob os mais ricos.

Esses dados também evidenciam o já constatado em pesquisas anteriores (REIS; 2000), isto é, a percepção das elites brasileiras (inclui-se a burocrática) de que é o Estado o responsável pela pobreza. Para Reis, falta às elites uma noção de responsabilidade social, uma percepção de se enxergar como parte de um todo, e de perceber o Estado como parte da sociedade. Ao responsabilizar o Estado pela persistência da pobreza, elas isentam-se da responsabilidade coletiva.

A tabela 2 mostrou uma tendência de resposta da elite burocrática uruguaia diferente da brasileira, o que nos leva a supor que é possível haver uma noção de responsabilidade social maior na elite burocrática uruguaia do que na brasileira. Isso também é corroborado pelos resultados do gráfico 1. O não cumprimento das funções sociais por parte do Estado como principal causa da pobreza não atingiu destaque entre os entrevistados uruguaiois. As respostas que alcançaram maior evidência foram o “menor preparo educacional dos pobres” e o “desenvolvimento econômico insuficiente”. Essas respostas são passíveis de ser interpretadas de duas formas. Por um lado, podemos assumir que o menor preparo educacional dos pobres e o desenvolvimento econômico insuficiente são responsabilidade do Estado, e, portanto, as elites burocráticas brasileiras e uruguaias o responsabilizam pelas causas da pobreza, ainda que a primeira de forma mais direta que a segunda. Por outro, pode-se argumentar que o menor preparo educacional dos pobres nem sempre é percebido como uma responsabilidade do Estado, mas sim individual.

Com relação às consequências da pobreza, os dados indicam uma convergência para a violência e a criminalidade como mais apontada. No Uruguai, outro tipo de resposta que se sobressaltou foi a “degradação moral/falta de valores”, enquanto no Brasil foi o clientelismo político/populismo.

Esse padrão de resposta sugere que as duas elites, em alguma medida, sentem-se afetadas pelas consequências da pobreza, já que a violência e a criminalidade foi um tipo de resposta que se destacou. As demais respostas apontadas foram de outro teor, indicando uma visão mais moralista (no caso de degradação moral/ falta de valores) ou utilitarista (clientelismo político/ populismo). Resta saber se essas consequências apontadas pelas duas elites as afetam suficientemente a ponto de se preocuparem com o problema da pobreza e desigualdade.

Tabela 3: Principal consequência da pobreza Brasil-Uruguai 1ª e 2ª menções

	Brasil	Uruguai
Violência e criminalidade	55	55
Degradação moral/ falta de valores	18,3	53,4
Clientelismo político/populismo	43,3	8,3
Falta de mão de obra qualificada	31,6	25
Conflitos entre as classes sociais	20	20
Falta de um mercado consumidor interno sólido	16,7	13,3

Outros	1,7	1,7
Não sabe/ Não respondeu	6,7	16,7

Nesse sentido, uma vez que as elites identificam as causas e consequências da pobreza, o que elas acham que deve ser feito para combatê-las? Como já esclarecido alhures que nesse survey pobreza e desigualdade estão sendo tomadas como sinônimo, a identificação de iniciativas para redução da desigualdade pode ser vista como resposta a essa pergunta.

Como ilustra a tabela 4, que reúne as respostas a essa questão, uma eficiência maior dos serviços públicos sociais foi a resposta predominante no Brasil. Serviços públicos sociais mais eficientes, mais gastos públicos em programas sociais e um imposto de renda mais progressivo foram indicados pelos entrevistados uruguaios como medidas centrais para redução da desigualdade. Essas duas últimas medidas também alcançaram relevância entre os entrevistados brasileiros.

Tabela 4: Iniciativa para a redução da desigualdade no Brasil- Uruguai 1ª e 2ª menções

	Brasil (%)	Uruguai (%)
Serviços públicos sociais mais eficientes	70	48,3
Mais gastos públicos em programas sociais	38,4	43
Um imposto de renda mais progressivo	31,7	43
Imposto sobre grandes fortunas	21,7	21,7
Maior desregulamentação da economia	14,9	0
A reforma agrária	11,6	5
Outros	8,3	37,3

Essa tabela nos leva a interpretar que a elite burocrática dos dois países considera que a solução para reduzir a desigualdade deve partir de políticas e gastos do Estado. Todavia, os dados indicam existir uma diferença na maneira como essa responsabilidade é dirigida. Os entrevistados brasileiros transferem mais ao Estado a responsabilidade que os uruguaios. O que nos leva a concluir isso é que a iniciativa mensurada na tabela que é mais direta em responsabilizar o Estado pela redução da desigualdade aparece com percentuais significativamente superiores de indicação entre os entrevistados brasileiros do que entre os uruguaios (70% contra 48,3%).

Além disso, outro dado que sustenta essa hipótese está nos resultados da tabela 2, referentes à causa mais importante da pobreza. Cerca de cinquenta e seis por cento da amostra brasileira apontou o não cumprimento das funções sociais por parte do Estado como principal causa da pobreza, contra apenas 18,3% da amostra uruguaia. Entre os uruguaios, foi o menor preparo educacional dos pobres que alcançou o maior percentual.

Destaca-se também na tabela 4 o significativo percentual de 43% dos entrevistados uruguaios que apontaram como principal iniciativa para a redução da desigualdade um imposto de renda mais

progressivo. Além disso, a indicação do imposto sobre grandes fortunas também se sobressalta como medida. Esses dados são interessantes, na medida em que indicam uma inclinação em colaborar com soluções coletivas ao problema da desigualdade. Cruzando com os resultados apresentados no gráfico 2, que mostram a expressiva diferença na disposição em pagar mais impostos para a eficácia das políticas que os entrevistados consideram viáveis e/ou desejáveis, há um indício de uma maior inclinação da elite burocrática uruguaia em coletivizar esses problemas.

Nesse sentido, esses resultados evidenciam uma diferença marcante na percepção das duas elites burocráticas. A elite burocrática uruguaia atribui importância aos problemas sociais e sente-se responsável, em alguma medida, em contribuir para que esses problemas sejam solucionados, como, por exemplo, por intermédio de impostos. Já a elite burocrática brasileira é mais incoerente: considera de grande relevância os problemas sociais, mas não demonstra responsabilização pelos problemas. À todo momento, é o Estado o grande culpado pelas mazelas sociais: é o Estado que não tem serviços públicos sociais eficientes, é o Estado que não cumpre suas funções sociais.

Todavia, apesar dessa divergência, as duas elites burocráticas responsabilizam inteiramente o Estado pelo combate à pobreza e redução da desigualdade. Quando perguntadas sobre quem consideram o responsável pela luta contra a pobreza, 80% dos entrevistados de ambos os países afirmam que é o Estado.

Certamente, essas conclusões acerca da elite burocrática brasileira não surpreendem muito. Elisa Reis (2000; 2005) em pesquisas com as elites brasileiras, já havia demonstrado a ausência de uma *consciência social* entre nossas elites, necessária para impulsionar soluções coletivas e públicas aos problemas sociais, a exemplo do que ocorreu na Europa, com a emergência do Welfare State (De Swaan; 1988). É quando comparamos com o Uruguai que esses dados tornam-se mais interessantes. Neste país, a elite burocrática também responsabiliza o Estado pelo combate à pobreza, mas demonstra certa *consciência social* (no sentido empregado por Reis), na medida em que coletiviza algumas soluções para esses problemas.

À despeito da elite brasileira, Reis argumenta que:

(...) as indicações são no sentido de que a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre ele ao Estado. É o Estado que carece de vontade e que não planeja bem suas ações. Mesmo a elite política — no caso, os parlamentares no Congresso — e a elite burocrática — aquela que ocupa as posições superiores da burocracia pública — não se vêem como Estado. (...) O fato de seus membros considerarem os problemas sociais como de grande relevância pareceria identificar a existência, entre eles, de uma notável consciência social, isto é, de uma consciência da interdependência entre os diferentes setores sociais, elemento que foi crucial na emergência de soluções coletivas e públicas para o problema da pobreza na Europa e que levou, posteriormente, à consolidação do *welfare state*. (REIS; 2000:148)

Considerações finais

De acordo com o exposto no decorrer desse artigo, as elites burocráticas do Brasil e do Uruguai se aproximam no apoio às políticas de distribuição de renda implementadas pelos últimos governos, além de atribuir como consequência principal da pobreza a “violência e criminalidade”, e responsabilizar o Estado por combatê-la. Também há convergência na percepção sobre a principal causa da pobreza, atribuída à violência e à criminalidade.

Muito embora nos dois países o Estado seja indicado como principal responsável pelas iniciativas de redução da desigualdade, isso não ocorre no mesmo grau. No Brasil, o Estado parece ser mais responsabilizado que no Uruguai.

O emprego de método quantitativo, como o survey, possui virtudes e limitações. A hipótese de que é possível que haja uma maior *consciência social* entre os membros da elite burocrática uruguaia foi sugerida pelos resultados encontrados nesse survey. Certamente, essa hipótese poderia ser melhor verificada com o emprego de outras técnicas de pesquisa, como entrevistas em profundidade com os integrantes da elite burocrática do Brasil e do Uruguai, o que exige mais recursos para a pesquisa.

Todavia, apesar dessas limitações, espera-se com esta pesquisa expandir a literatura sociológica sobre as elites. 🌐

NOTAS

*Aluna do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Quando submeteu o artigo, cursava o 9º período e fazia mobilidade acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica na Faperj do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Desigualdade (NIED) sob orientação da professora Graziella Moraes Dias da Silva e Elisa Reis, com ênfase no estudo de desigualdade. E-mail: elisa.mendes.vasconcelos@gmail.com.br

[1] Quero registrar meus agradecimentos às professoras Graziella Moraes e Elisa Reis, que me orientaram durante a redação do artigo em meados de 2014, bem como aos demais integrantes do NIED pelos debates enriquecedores.

[2] Todas as tabelas e gráficos utilizados nesse artigo são elaboração própria do (a) autor (a), a partir do banco de dados disponibilizado pelo grupo de pesquisa que realizou o survey.

[3] As tabelas que apresentam um percentual superior a 100% referem-se à soma dos resultados de duas menções dos entrevistados à mesma pergunta.

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antonio David. **Riqueza e desigualdades**. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009.

DE SWAAN, Abraham. (1988). **In care of the Sate**. Oxford: Oxford University Press.

LIMA, Maria Regina Soares; CHEIBUB, Zairo Borges. **Elites estratégicas e dilemas do desenvolvimento**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1994

LÓPEZ, Matias. **The state of poverty: Elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay**. *Internacional Sociology*, Vol. 28, nº 351, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos**, 2005.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologia da alta burguesia**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 22-37

REIS, Elisa P; CHEIBUB, Zairo B. **“Burocratic, Political, culture and democratization in Brazil”**. *Nova Economia*, v6, n 1, p 143-162, 1996.

REIS, Elisa P. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____, Elisa. **Percepção das Elites sobre Pobreza e Desigualdade**. Revista Brasileira de Estudos de Ciências Sociais, Vol. 15, nº 42, 2000.

_____, Elisa. P. & MOORE, Mick. **Elite Perceptions of poverty and inequality**. Londres: Zed Books, 2005.

_____, Elisa. **Equality, Inequality and Difference**. New Cultural Frontiers, vol 2, 2011.

SCALON, Maria Celi. **Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro**. Sociologias, ano 09, nº 18, jun/dez, p 126-149. Porto Alegre, 2007

THERBORN, Göran. **Inequalities and Latin America. From the Enlightenment to the 21st Century**. WorkingPaper Series: Nr. 1, Berlin, 2011.

VERBA, Sidney *et al.* (1987). **Elites and the idea of equality**. Cambridge, Harvard University Press.

Recebido em 19/04/2015
Aprovado em 08/02/2017



PATRIMONIALISMO E OS LIMITES ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL SOB A ÓTICA DE RAYMUNDO FAORO E OLIVEIRA VIANA

Paternalism and the boundaries between public and private in Brazil from the perspective of Raymundo Faoro and Oliveira Viana

*Danilo Moreira dos Santos**

Cite este artigo: SANTOS, Danilo Moreira dos. Patrimonialismo e os limites entre público e privado no Brasil sob a ótica de Raymundo Faoro e Oliveira Viana. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p-19-28, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: O presente artigo objetiva uma breve análise acerca das considerações dos teóricos Raymundo Faoro e Oliveira Viana em relação ao Estado Patrimonial e à antinomia público/privado no Brasil e as suas consequências nesta sociedade. Para tanto, busca-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica, analisar a presença do fenômeno do patrimonialismo, originário do Império Português e que, tendo sido importado para o Brasil, neste se mantém fazendo parte da sua estrutura político-econômica e consolidando-se numa prática social amplamente difundida. Dentre as principais características do patrimonialismo, a privatização da coisa pública destaca-se como um exercício que se tornava largamente comum.

Palavras-chave: patrimonialismo, clã, estamento, direito público, direito privado.

Abstract: The present article aims at a brief analysis of the theories of Raymundo Faoro and Oliveira Viana in relation to the Patrimonial State and the public / private antinomy in Brazil and its consequences in this society. Therefore, it seeks up from a literature search, analyze the presence of patrimonialism of the phenomenon, originating the Portuguese Empire and, having been imported into Brazil, this remains part of its political and economic structure and consolidating a widespread social practice. Among the main features of patrimonialism, the privatization of public assets stands out as an exercise that became widely common.

Keywords: patrimonialism, clan, social level, public law, private law.

Muitos autores considerados clássicos do pensamento político no Brasil discutem sobre a formação do Estado brasileiro, colocando no nexo de suas discussões a compreensão da paradoxal relação entre o público e o privado e uma necessária análise institucional do fenômeno do patrimonialismo. Estes dois elementos são indispensáveis à compreensão do processo histórico-social por que passou este país no percurso de sua formação e cujos desdobramentos permanecem até os dias de hoje.

Nas análises de autores como Raymundo Faoro e Oliveira Viana, por exemplo, o Brasil pode ser compreendido como o resultado de processos de formação política orientados pelos mais significativos acontecimentos em sua história e que são de grande importância para a sua compreensão. Um exemplo considerável é o período colonial e os primeiros momentos da emergência de uma sociedade local, onde se verificou que, em meio ao estabelecimento de uma estrutura originária do Império Português, a máquina política e administrativa do país se mantinha sob os domínios de um grupo social dominante que priorizava os seus interesses no trato da coisa pública. Essas práticas fundamentadas pelas determinações de um Estado patrimonialista davam as bases necessárias para que os partidos políticos fossem contaminados pelo “espírito de clã” desde a sua origem, como defendeu aquele último autor.

Procedendo-se ao ensaio desses dois teóricos, busca-se realizar, à luz do seu pensamento político, uma breve análise desta antinomia público/privado que esteve presente desde o início deste importante momento da história do Brasil, o período colonial, no qual já se visualizava a presença de um tipo de corrupção e de uma burocracia incrustadas na estrutura social. Busca-se apresentar uma compreensão da dinâmica do Estado patrimonialista que, por meio de uma estrutura fortemente orquestrada, acabava se apropriando dos bens públicos, como por exemplo, o ouro que ia sendo descoberto no Brasil Colônia. Isto era o bojo de uma prática dominante na qual as pessoas de posse da máquina administrativa colocavam em pauta os seus interesses em prejuízo dos interesses da coletividade, fazendo coexistir um Estado que dominava a economia e que via como suas toda a fortuna e toda a fonte de riquezas existentes na sociedade.

O trabalho é composto por esta parte introdutória; pela segunda parte que traz a exposição e análise do pensamento de Raymundo Faoro, o qual identifica em meio às relações do Estado Patrimonial a formação daquilo que ele classifica como o estamento burocrático, citando-se também Vitor Nunes Leal e outras duas fontes bibliográficas pertinentes; pela terceira parte, onde são introduzidos os aspectos fundamentais do pensamento de Oliveira Viana acerca do direito público e do direito privado, bem como do processo de constituição dos Clãs na então emergente sociedade brasileira. Ao fim, apresentam-se as considerações finais.

1. Estado Patrimonial, classe e estamento em Raymundo Faoro

No estudo das instituições políticas nacionais a abordagem de alguns teóricos acerca da temática do patrimonialismo se insere como um elemento fundamental, cuja análise pode contribuir para uma compreensão não só da formação política, mas também da dinâmica econômica e social que compreende a realidade deste país.

Raymundo Faoro nasceu em Vacaria, Rio Grande do Sul, em 27 de abril de 1925. Filho de agricultores, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1948. Em 1951 se transfere para o Rio de Janeiro, onde vai atuar como advogado e em seguida como Procurador do Estado até se aposentar. Ele faleceu aos 78 anos no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 2003, vítima de complicações pulmonares (ABL, s. d., a).



Em sua obra *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, publicada originalmente em 1958, Faoro esforça-se por realizar um esboço da formação do Patrimonialismo em Portugal, bem como da sua importação, colocação e estabelecimento no Estado brasileiro após o seu descobrimento. A partir das análises deste Jurista, Sociólogo, Historiador e Cientista Político, compreende-se que a instalação do fenômeno do patrimonialismo teria sido corroborada pelo advento da chegada da família real nestas terras no ano de 1808. Em território brasileiro, a estrutura do patrimonialismo seria mantida ainda pelos senhores de engenho e também pela classe dominante. Essa prática social, como é considerado o fenômeno do patrimonialismo, “[...] seria, para Faoro, a característica mais marcante do desenvolvimento do Estado brasileiro através dos tempos.” (SILVEIRA, s. d., p. 10).

Analisando a realidade do Estado português e também o contexto histórico do Brasil, Faoro verifica que as terras e o tesouro real (bens públicos) estavam indissociados da esfera dos seus bens íntimos (privados). Assim ele observa que “A propriedade do rei – suas terras e seus tesouros – se confundem nos seus aspectos público e particular. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa prévia, nos gastos da família ou em bens e serviços de utilidade geral.” (FAORO, 2001, p. 23). Com isso o autor identifica uma inseparabilidade dos âmbitos público e privado e a pujança de um sistema marcado por uma hierarquia de privilégios, declarando, assim, que o Estado Patrimonial se matinha distante dos interesses da nação como um reflexo do distanciamento do Estamento (o grupo que governava), dos interesses da sociedade (o grupo que era governado e que inevitavelmente era levado a se submeter a uma coordenação do Estado português). Para Rocha Neto (s. d., p. 2016), isso “[...] revela uma presença marcante do individualismo na sociedade brasileira, cujas conseqüências repercutiram na dificuldade de diferenciar o público e o privado quando a ação do indivíduo é politicamente orientada.”.

Sinais de uma aproximação desta análise da relação público/privado em contexto brasileiro também podem ser observados no pensamento de Victor Nunes Leal quando este traça uma análise do fenômeno do coronelismo e seus decorrentes problemas profundamente vinculados à estrutura econômico-social do país, esta que é fortemente marcada por uma interação entre os âmbitos do poder público e do poder privado. Para o referido autor,

[...] o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1986, p. 20).

Além de edificar as origens institucionais brasileiras, o fenômeno do patrimonialismo é amplamente descrito como sendo detentor de um forte cunho centralizador. Dessa forma, Faoro observa em suas análises que

O povoamento e a colonização [do Brasil] deveriam estar ao alcance dos instrumentos de controle e de repressão da metrópole, de seus navios e das suas forças obediente na colônia. A Coroa está atenta para “manter aquele mesmo sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a

metrópole e ao mesmo tempo previne, ou chama exclusivamente a si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo, aqui sobretudo, o arbítrio individual”. A real fazenda instala, pouco a pouco, seus mil olhos, muitas vezes desnorreados com a extensão territorial, denunciando “o cunho largamente mercantil da ação colonial dos reis portugueses”. A centralização era o meio adequado, já cristalizado tradicionalmente, para o domínio do novo mundo. (FAORO, 2001, p. 168-169, acréscimos do autor).

Na centralização político-administrativa que se verifica naquele período, feitos como: a concessão de cargos, a condução de assuntos econômicos, e muitos outros, ficavam a cargo do Estado, ente presente em quase todas as esferas da vida social (SILVEIRA, s. d.). É assim que, “[No Brasil] O patrimônio real, preservado pelo estamento burocrático, esquece serviços antigos e lealdades novas, espalha seus tentáculos cobiçosos pela colônia imensa.” (FAORO, 2001, p. 191-192).

Como desdobramento da centralização do período colonial, vão se estabelecendo na sociedade brasileira muitas práticas e muitos agentes garantidores dessa ação concentradora do Estado e componentes de uma rede de estruturas de dominação, cujas reminiscências tornam-se permanentes, podendo ser constatadas em vários períodos da historiografia brasileira, como se observa, por exemplo, nas análises de Vitor Nunes Leal (1986, p. 21-22) quando este se debruça sob o período do governo representativo, analisando “traços principais da vida política dos [...] municípios do interior” e permite a identificação de uma verdadeira rede de agentes mantenedores de uma estrutura de dominação. Assim ele ressalta que:

O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do coronel ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidade de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”. (Idem, p. 21-22).

Uma maior atenção às análises de Raymundo Faoro (2001) revela que as mesmas buscam demonstrar a inexistência de um sistema feudal tanto em Portugal quanto no Brasil. Para ele o que existiu foi uma organização social compatível com o feudalismo, um arranjo que se traduz em num vestígio do feudalismo, mas não o feudalismo propriamente institucionalizado. É na defesa desse argumento que o autor discorre enfatizando que: “Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente” (Idem, p. 36). Com o mesmo objetivo de negar a existência do feudalismo nos países em questão, Faoro coloca ainda que: “O chamado feudalismo português e brasileiro não é, na verdade, outra coisa do que a valorização autônoma, truncada de reminiscências históricas, colhidas, por falsa analogia de nações de outra índole [...]” (FAORO, 2001, p. 37). Portanto, Faoro não identifica nessa relação colonizador/colonizado a existência de elementos do feudalismo: (vassalagem intermediando o rei e seus súditos), mas sim uma estrutura administrativa e burocrática próprios do Estado patrimonial:

(funcionários a serviço do Estado), o que ele utiliza em reforço dos seus argumentos em defesa de uma ausência do feudalismo nessas terras.

A partir dos resultados das investigações do Faoro, pode-se compreender Portugal como sendo uma nação erguida a partir da guerra, em cujo rei, que também se mantinha por este princípio, desempenhava uma supremacia sobre os seus súditos e exercia grande poder sobre as terras, sendo, portanto, o maior proprietário de toda a fonte de renda à época. O rei possuía o poder de deliberar sobre a administração e a posse das terras e sua posição lhe permitia ser detentor de grande riqueza, de onde provinha sua fonte de poder. O autor deixa é enfático acerca desta questão, quando coloca que: “O rei, na verdade, era o senhor de tudo – tudo hauria dele a legitimidade para existir -, como expressão de sua autoridade incontestável, bebida vorazmente da tradição visigótica e do sistema militar.” (FAORO, 2001, p. 23).

Nessas condições, Faoro identifica que o patrimonialismo é gerido pela vontade administrativa do príncipe o qual se munia da lealdade dos seus funcionários e súditos. Estes, por sua vez, se apropriavam do Estado e dele se beneficiavam em ações particulares. Compunham a elite, comunidade política que, segundo o autor, administrava os assuntos reais e os assuntos de natureza pública. As pessoas que formavam esse círculo político é que eram os verdadeiros “donos do poder”, já que constituíam o Estamento, órgão cuja principal função era governar e, através disso, manter a dominação. Era através do Estamento que atuavam esses administradores efetivos do Brasil Colônia, constituindo-se numa comunidade fechada que dificultava a inserção de outros indivíduos para que estes não comungassem do poder que era concentrado no seio daquele círculo e em torno de toda a estrutura patrimonial. Os indivíduos que a compunham não serviam a ela, mas sim ao Estado. Entretanto, os Estamentos se apropriam do Estado, dos cargos e das funções públicas e assim, de posse da máquina estatal, esses administradores utilizavam dos privilégios desse *status* em proveito próprio, satisfazendo interesses de ordem pessoal.

Considerando-se que, no Brasil, o Estado é anterior à formação da sociedade, isto é, muito antes de se constituir uma tessitura social neste país, já se tinha um fulcro fundamental de estruturas coloniais que aqui foram implantadas e que são originárias da estrutura administrativa de Portugal, o patrimonialismo tornara-se uma característica intrínseca à realidade do país de tal maneira que a distribuição hierárquica dessa sociedade se funda sob seus critérios, pelos quais o Estado acabava por cercar o desenvolvimento da sociedade civil.

Assim, Faoro mostra que, no Brasil, sucedeu-se nada menos que um capitalismo politicamente orientado, o qual acabou por conferir ao Estado Patrimonial, juntamente com os funcionários que compunham a sua estrutura administrativa, as notáveis características de um estamento burocrático.

2. Direito público, direito privado e relações de clã em Oliveira Viana

Outro celebre pensador que também tece considerações sobre essa relação entre público e privado no Brasil é Oliveira Viana, cujo pensamento político – apesar das muitas ideias racistas e preconceituosas – despende grandes contribuições para se pensar o Estado brasileiro.

Francisco José de Oliveira Viana nasceu na localidade de Rio Seco de Saquarema, em 20 de junho de 1883. Originário de família tradicional, forma-se bacharel em Direito pela Faculdade de Niterói-RJ, em 1906. Em 1916 torna-se professor de Direito Penal desta mesma instituição. A partir daí ocupa vários cargos, sendo o último deles o de Ministro do Tribunal de Contas da União, em 1940. Ele faleceu em Niterói-RJ, em 28 de março de 1951 (ABL, s. d., b).

Buscando fazer uma investigação do direito público nacional no seu clássico *Instituições políticas do Brasil*, obra póstuma publicada pela primeira vez em 1955, este Sociólogo e Jurista de formação e profissão procura, por meio de uma análise do papel que teve a cultura na formação desta sociedade, compreender os problemas contidos no direito público e constitucional da mesma, estudando-o à luz dos modernos critérios da Ciência Jurídica e da Ciência Política.

O autor busca mostrar em sua obra que o direito público que é imposto pelas elites distam daquelas noções de direito que se tem na prática, isto é, aquelas que estão incorporadas nas relações sociais do “povo massa”. Assim, logo nas primeiras considerações o autor destaca três temas que julga importantes para a análise sociológica do direito constitucional, onde num deles o mesmo declara que: “*Este direito público, elaborado pelas elites, está em divergência com o direito público elaborado pelo povo-massa e, no conflito aberto por essa divergência, é o direito do povo massa que tem prevalecido, principalmente.*” (VIANA, 1999, p. 49, grifos originais). O autor continua declarando que os problemas que são deparados na história política do Brasil têm origem no esforço frustrado das elites em fazer com que o povo massa ponha em prática este direito por eles criado. Para o autor, o povo massa não conhece esse direito público e a ele se recusa a obedecer.

Viana analisa o período da colonização brasileira e com isso identifica que as bases desta sociedade não estão arquitetadas numa livre agregação do povo. Para esse autor, as pessoas, dispersas sobre o território, iam sendo forçadas a se agruparem em vilas. Assim, iam se constituindo microrregiões ligadas apenas pela autoridade do governador. Desarticulada era a composição dessas populações que iam se formando e a descentralização tendia a articulá-las para o campo. Como mostra o autor, a vida nessas vilas pouco habitadas foi uma forte condicionante para a individualização do povo brasileiro, o qual ele afirma o ser muito mais que os demais povos latino-americanos. Para o autor, diferentemente das outras, na sociedade brasileira: “[...] só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da *comunidade*” (VIANA, 1999, p. 141). Oliveira Viana mostra ainda que o homem socializado e solidário não teve condições favoráveis para existir no Brasil, pelo que ele destaca em citação feita a partir de Simão de Vasconcelos: “[...] nenhum homem nesta terra é repúblico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. [...]” (VASCONCELOS, 1999, *apud* VIANA, 1999, p. 141).

Assim, a acepção do patrimonialismo, introduzida por Oliveira Viana, revela no homem brasileiro uma visão privatista do mundo, da qual surge a árdua relação do público e do privado em sua disposição política que passa a ser regida pelas nuances de uma vontade individual. Nesse

ambiente constituem-se, então, na visão do autor, os por ele assim chamados “clãs”: o do povo massa (os dominados), classificado como “clã feudal”; e o da elite aristocrática senhorial (os dominantes), classificado como “clã parental”. Este último assumia um caráter de clã político cuja ação se baseava na obtenção de proveitos particulares conforme o autor. Para Viana, a transformação dos clãs feudais e parentais em clãs eleitorais, em meio à estrutura colonial, não ocorre pela presença de interesses coletivos, mas sim pelo puro interesse pessoal dos chefes de clãs em conquistar o poder local, já que estes eram motivados pela conveniência de conquistar o poder no município. O autor mostra que o clã político acaba por se transformar em clãs eleitorais cuja união de forças se tornou um quesito indispensável para a conquista dos votos necessários à luta política. Assim, o clã eleitoral foi, para o autor, a gênese dos partidos políticos no Estado brasileiro, divididos no começo entre os Liberais e os Conservadores. Nesse sentido, ele explana que:

Os partidos locais, como se vê, surgiam por meros motivos pessoais: - eram sempre as ambições, as vaidades e as preocupações de prestígio de família que decidiam da formação dessas agremiações. Todos eles tinham um objetivo único: - *procurar para si o apoio do Governador*. Este era o centro de força na Província e, conseqüentemente, nas localidades... (VIANA, 1999, p. 269, grifos originais).

O autor mostra ainda que, em meio às práticas estruturantes deste ambiente político,

[...] por necessidade de disciplina e organização, o Governador distinguia, entre o senhores rurais do município, todos mais ou menos rivais, aquele mais fiel, mais amigo, mais rico – e o fazia o chefe supremo e ostensivo de todos os clãs senhoriais, componentes do seu partido – do seu “clã eleitoral”, que dominava, por isso, o município como unidade celular do grande Partido Nacional, de que ele, Governador, era a expressão na *província*, e de que o escolhido, tocado do seu carisma, viria a ser a expressão no *município*. (VIANA, 1999, p. 263, grifos originais).

Oliveira Viana mostra que, nesta lógica da composição de alianças políticas, “O senhor de engenho – este até então apenas chefe de clã feudal – fez-se chefe de clã eleitoral; era ele quem levava, na sua submissão e docilidade, essa plebe rural – base do eleitorado nacional e expressão majoritária da soberania da Nação – até à boca das urnas!” (VIANA, 1999, p. 284). Dessa forma, o arbítrio desse chefe local passava a imperar sobre “a composição e [o] funcionamento dos poderes públicos” (VIANA, 1999, p. 264), e sobre “os direitos e liberdade civis dos munícipes” (Idem, p. 264). Veja-se, assim, quão larga abrangência das prerrogativas dos senhores rurais e das pessoas que compunham o “partido” ou “clã eleitoral” favorecido por esta hierárquica de privilégios:

Polícia e partido estavam então confundidos numa só entidade – e justiça, praticamente, só existia para os correligionários do “partido” local (*clã eleitoral*) que dominava. Este chefe do “partido” local – em regra, um grande proprietário rural, senhor de vasta escravarias, de um numeroso clã feudal e vasto clã parental – tornava-se, assim, o senhor absoluto do município. (VIANA, 1999, p. 264, grifos originais).

Observe-se que o caminho que percorre o arcabouço teórico do autor nos conduz à percepção de que a atuação do indivíduo brasileiro na esfera pública se dá de maneira muito conflituosa, dada a concepção privatista e até mesmo egocêntrica nas quais foi regulada a sua visão de mundo, onde a

confusão do público com o privado torna-se prática exequível e constante e os limites entre esses dois elementos tornam-se via estreita. Neste sentido, o “clã político” ou “clã eleitoral” são as categorias que figuram como a melhor expressão de uma falta de camaradagem e de uma inexistência de valores coletivos nas instituições políticas brasileiras, cuja observação na esfera pública evidencia um extravio ainda maior. A conservação de vantagens próprias por parte dos Clãs finca-se como o acontecimento primordial, em detrimento dos interesses comuns ao resto da sociedade.

Por tudo isso, destaca-se que onde não se tem um reconhecimento da existência de limites claramente definidos entre o público e o privado e, conseqüentemente,

[...] onde o patrimonialismo impera, naqueles âmbitos institucionais em que o indivíduo age “privatizando a coisa pública”, não distinguindo a separação necessária entre a esfera individual e a pertencente a toda uma coletividade, nunca há a realização em sua completude dos desígnios de ordem coletiva aos quais o Estado se presta em essência a proteger. Nesses casos, sempre prevalece o sistema de clientela, muito mais do que na existência de partidos, que propõem valores e visões do mundo. Nesta ordem conjuntural, a acomodação e a corrupção tornam-se práticas comuns, não florescendo no seio da sociedade política valores republicanos, além de repelir definitivamente qualquer resquício de cidadania que possa subsistir da clivagem sociedade civil e Estado. (SILVEIRA, s. d., p. 19).

A saída encontrada por Oliveira Viana para combater os problemas da dicotomia público/privado por ele identificados, estaria na emergência de um Estado forte e capaz de exercer uma ação centralizadora e autoritária, um Estado que não extinguisse, mas que constituísse partidos sólidos, um Estado que neutralizasse o espírito de clã por meio de uma reforma política realística apoiada nos costumes e tradições do povo massa reduzindo, no mínimo, a influência nociva daquele fenômeno. Para combater o descaso com a coisa pública, no pensamento desse autor, era indispensável que se constituísse um aparelho capaz de centralizar as decisões políticas e de exercer uma autoridade que mantivesse coesa a massa dispersa. Só um Estado suficientemente forte traria os meios necessários à dissolução das estruturas de uma sociedade familística, de grupos sociais fragmentados e totalmente compenetrada num censo de individualismo.

Considerações finais

Pensar as instituições políticas do Brasil desde a sua gênese é condição *sine qua non* para se compreender o curso que seguiu esta sociedade nos vários períodos de sua formação. Só por meio de uma análise da constituição de seu processo histórico é que se torna possível apreender a realidade política e as características de sua formação social. Assim, o estudo do fenômeno do patrimonialismo e da ambigüidade público/privado na sociedade brasileira permite delimitar algumas das várias nuances que a levou a ser o que ela é nos dias de hoje.

As considerações acerca da temática do patrimonialismo e da relação público/privado assumiram várias formas no Brasil. Por isso, é importante salientar que o arcabouço teórico trazido por Raymundo Faoro e Oliveira Viana, são apenas uma das muitas vertentes que ajudam a explicar o tema¹. Mas, certamente os apontamentos destes notáveis pensadores da literatura política brasileira em muito contribuí para a compreensão desses aspectos histórico-sociais que marcaram e ainda hoje orientam o curso de nossa formação social.

Embora Faoro tenha nascido 42 anos posteriormente ao nascimento de Oliveira Viana, pode-se considerar que suas obras são complementares, tendo sido elas publicadas em datas muito próximas: 1955, no caso de *Instituições Políticas do Brasil* – Oliveira Viana, e 1958, no caso de *Os donos do poder* – Raymundo Faoro.

Abeirando as considerações dessas duas correntes interpretativas, procurou-se demonstrar seus principais argumentos e situá-los numa discussão que englobasse e apresentasse a antinomia público/privado como um fenômeno político inerente à formação político-social deste país. Com isso, demonstrou-se que o Brasil é legatário de uma forte herança composta por diversas práticas abarcadas pelo fenômeno do Patrimonialismo. Elas foram aqui introduzidas e mantidas através das ações de certas oligarquias ou grupos que, articuladamente, serviam aos princípios de toda uma estrutura de dominação, tendo esses compostos dominantes (Clã Parental, como quer Viana, ou Estamento, como quer Faoro) no controle das estruturas de poder e de exercício de uma burocracia administrativa. Os resultados que se tem é uma gestão largamente equivocada da máquina pública, a coisa comum, que deixava de ser assumida em seu caráter coletivo e acabava por ser confundida com a coisa própria, tornando-se assim um instrumento de deleite para fins privados. 🌐

NOTAS

*O autor, à época da submissão, cursava o 6º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: danilo-2010moreira@hotmail.com

[1] A temática do patrimonialismo tem fundamento originário no pensamento político de Max Weber. No Brasil além de Raymundo Faoro, também dão continuidade a discussão sobre o tema Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna. Muitos outros teóricos ainda procedem às análises dessa tríade, reforçando ou refutando aspectos de seu pensamento. São exemplos: José Murilo de Carvalho, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Fernando Uricoechea, Antonio Paim, Simon Schwartzman, e Jessé de Souza, como discutido por Silveira (s.d.).

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS-ABL. Raymundo Faoro – Biografia. [s. d. (a)]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=245&sid=122>>. Acesso em: 22-05-2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS-ABL. **Oliveira Viana – Biografia**. [s. d. (b)]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=423&sid=136>>. Acesso em: 22-05-2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto – o município e o estado representativo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1986.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. [s. l.]: Globo, 2001.

ROCHA NETO, Luís Henrique da. A formação do estado brasileiro: patrimonialismo, burocracia e corrupção. **Revista do Mestrado em Direito**. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/viewFile/2598/1589>>. [s. l.: s. d.]. Acesso em: 26-02-2014.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e a formação do estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Viana.** Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf>>. Acesso em: 23-02-2014. [s. l.: (200-)].

VIANA, Oliveira. **Instituições Políticas do Brasil.** Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

Recebido em 22/05/2015
Aprovado em 31/10/2016



EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, FUNDAÇÃO ANA LIMA E PROJETO ILHAS: SERIA ESTE UM CAMPO DE ATUAÇÃO DO CIENTISTA SOCIAL?

NON-FORMAL EDUCATION, FOUNDATION ANA LIMA AND ISLANDS PROJECT:
WOULD THIS BE A PRACTICE FIELD OF SOCIAL SCIENTIST?

*Patrícia Maria Apolônio de Oliveira; Thiago César Martins do Nascimento**

Cite este artigo: OLIVEIRA, Patrícia Maria Apolônio de. NASCIMENTO, Thiago César Martins do. Educação não formal, Fundação Ana Lima e Projeto Ilhas: seria este um campo de atuação do cientista social? **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 29-41. Março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: Esse artigo disserta sobre a educação não formal, suas práticas de ensino e a possibilidade de atuação do cientista social neste campo. É resultado de uma pesquisa empírica sobre a Fundação Ana Lima, que tem como principal atividade o Projeto Ilhas. Este Projeto assiste, mediante práticas de educação não formal voltadas para a cidadania, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social do município de Fortaleza. A realização da pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, em que utilizamos como instrumento para coleta de dados entrevistas semiestruturadas e auxílio de teóricos do cerne supracitado. A partir das observações das atividades de teatro, buscamos compreender como se constrói o processo de formação cidadã dos jovens atendidos pelo projeto. Nesse exercício, percebemos ranhuras nos processos educativos, principalmente no tocante a formação crítica dos participantes, estando em atenção à formação profissional do facilitador do espaço em questão. Nesta ambiência, percebe-se um campo fértil para atuação do cientista social, este último possivelmente habilitado para atuar com ensino, pesquisa e extensão, bem como desenvolver uma boa formação crítica e cidadã junto às crianças e jovens do Projeto.

Palavras-chave: Educação não formal. Cidadania. Fundação Ana Lima. Projeto Ilhas. Cientista Social.

Abstract: This article talks about the non-formal education, their teaching practices and the possibility of the social scientist in this field. Is the result of an empirical research about the Foundation Ana Lima, which has as its main activity the Islands Project. This project assists, through non-formal education practices focused on citizenship, children and youth in situation of social vulnerability in the city of Fortaleza. The realization of the research was based on a qualitative approach, in which we use as a tool for data collection semi-structured interviews and assistance of the aforementioned theoretical core. From the observations of theatre activities, we seek to understand how to build the civic education process of youth served by the project. In this exercise, we realize educational process slots, especially with regard to critical training of participants, focus on professional training of the facilitator of the space in question. In this ambience, a fertile

field for role of the social scientist, the latter possibly enabled to work with teaching, research and extension, as well as develop a critical education and citizen next to the children and youth of the project.

Keywords: non-formal education. Citizenship. Ana Lima Foundation. Islands Project. Social scientist.

Este trabalho [1] tem como objetivo inicial problematizar a inserção do ensino das Ciências Sociais no campo da educação não formal. Nessa faina, buscamos identificar formas de interação entre esta modalidade de ensino contíguo aos saberes das Ciências Sociais, discutindo de que forma o cientista social pode atuar na educação não formal. Nosso desafio é discutir como as Ciências Sociais poderiam ser introduzidas neste espaço de aprendizagem que aparentemente diverge da disciplina de sociologia na educação formal. Neste trabalho, levamos em consideração a ideia de que o ensino das Ciências Sociais utiliza e/ou tem capacidade de manusear um vasto *portfólio* de recursos multidisciplinares que, por diversas vezes, fogem da dinâmica do ensino formal. Explicitamos, mediante um exemplo: em sala de aula, na sociologia do ensino médio, o professor se utiliza de uma ampla área de conhecimento que dialoga com a cidadania, a história, a ética, a literatura, as artes etc., para assim, tratar do conteúdo programático. Desse modo, pode interagir com a diversidade de recursos disponíveis em áreas afins e realizar uma boa mediação didática.

Tendo como base essa dimensão das ciências sociais e suas possibilidades de educação, analisamos a experiência de uma instituição social que desenvolve o ensino não formal, em especial, um de seus projetos que capacita crianças e jovens para habilidades teatrais.

1. Educação não formal entre os movimentos sociais e a cidadania

Podemos afirmar que a educação não formal tem uma ligação direta com os movimentos sociais populares, pois a construção destes gera uma carga de conhecimentos e aprendizados que vão além da educação formal (GOHN, 1992). Os saberes apreendidos no seio dos movimentos sociais populares, em sua pluralidade, têm como horizonte de objetivação, a gestação das bases materiais e subjetivas para a transformação social, perpassando a mobilização e a formação crítica dos indivíduos inseridos nos espaços em questão.

Nesta empreitada, cada morador/cidadão é sujeito central, tendo significante importância. Somente com a participação autônoma e consciente desses indivíduos é possível gerir um diagnóstico dos problemas existentes e conseqüentemente organizar programas de reivindicação que buscam sanar as contrariedades locais. Segundo a socióloga Gohn (1992: 17):

Um processo educativo no interior de processos que se desenvolve fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressupostos básicos, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

É nesta perspectiva que observamos que o ensino das Ciências Sociais vai ao encontro da educação não formal, pois, um dos eixos da Sociologia é o estudo dos movimentos sociais populares como forma de compreender a sociedade na qual estamos inseridos. Com essa compreensão, percebemos que nossos ensinamentos devem ir além das salas de aulas.

Na educação formal, o objetivo das Ciências Sociais no âmbito da rede de ensino básico é contribuir para a formação de cidadãos críticos da sociedade em que vivemos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1996: 36), a disciplina de Sociologia conjuga habilidades diversas, do campo da antropologia ao da ciência política, elencando fatores determinantes para a formação de indivíduos inquietos, duvidosos, que se compreendem imersos dentro de uma superestrutura condicionada por seus próprios pares e passível de mudança.

Enfatizam-se dois eixos fundamentais em torno dos quais vêm se construindo grande parte tradição sociológica: a relação entre indivíduo e sociedade, a partir da influência da ação individual sobre os processos sociais, bem como a importância do processo inverso, e a dinâmica social, pautada em processos que envolvem, ao mesmo tempo, porém em gradações variadas, a manutenção da ordem ou, por outro lado, a mudança social.

Quando compreendemos os movimentos sociais, de base popular, como espaços potencialmente educativos que se dispõem a pensar no social como uma forma de aprendizado, estamos também articulando as potencialidades do ensino das Ciências Sociais com a elaboração de recursos intelectuais críticos a serem construídos para e com os educandos, pois assim, os conduzimos a certas percepções das relações sociais, mais concretas e urgentes, com ação e finalidade que acontecem fora da órbita da educação escolar formal.

No caso da educação para além do âmbito institucional escolar, acreditamos que, por mais que a educação não formal seja mais flexível se comparada com a educação formal, ela tem também em sua proposta uma intencionalidade, ou seja, finalidades, metas, propostas e até mesmo métodos:

Quando falamos de intencionalidade, estamos nos referindo à finalidade de cada ação, de cada prática, quer em âmbito educacional ou mesmo social, ação esta que na educação tem a finalidade de educar o indivíduo e nos movimentos sociais objetiva garantir o mínimo de equidade social dos direitos desses indivíduos.

Na educação não-formal, assim como na educação formal, a intencionalidade é preceito básico para a consecução de suas atividades, mesmo porque tanto o educando precisa se predispor ao processo educacional para que haja qualquer aprendizado, quanto a instituição de ensino, ou mesmo a entidade que realiza o trabalho educacional precisa se predispor a realizar tal processo (ARAÚJO, 2007: 14-15).

No entanto, na educação não formal, essa rotina não é tão compartimentada, devendo se adequar sensivelmente à realidade da comunidade ou do grupo social para o qual se propôs, pois, como a educação não formal tem como interesse inicial a socialização para a formação do cidadão, ela requer uma adaptação das rotinas educativas de acordo com o público que atende, ou seja, é necessário uma sensibilidade imediata com a vida diária, com a rua, a esquina, o campo de futebol, a praça e outros lugares de socialização e conflitos.

A educação não formal idealmente deve enfatizar a vontade de querer aprender, de estimular desejos no indivíduo de adquirir novos conhecimentos (SIMSON, PARK e FERNANDES, 2001). No entanto, muitas vezes esse desejo está silenciado, desse modo, os projetos de educação não formal

podem funcionar como formas educativas de estimular suas expressões. Nesse sentido, não importam muito as questões espaciais, nem a rigidez dos horários para os sujeitos nessa educação (*ibidem*, 2001), diferentemente do ocorrido no domínio institucionalizado da educação formal.

Entendemos, no entanto, que é preciso compreender que a construção da interação e participação na educação não formal pode enfrentar conflitos particulares nos contextos políticos em que as práticas se concretizam. Com frequência, os projetos de educação não formal dependem das relações estabelecidas com seus agentes financiadores, com grupos políticos locais e/ou regionais, associações e demais. Sinalizamos, então, que os objetivos da educação não formal estão por vezes intimamente relacionados à instituição ou ao movimento social popular que irá executá-la.

Sabemos também da presença de inúmeras vertentes e motivações a serem trabalhadas por essa educação. Por exemplo, há práticas educacionais não formais que são descontextualizadas do processo educacional, assim como outras que priorizam um trabalho pontual da *cidadania*, sobretudo na visão de que:

[...] a Cidadania e os Direitos Humanos não podem ser entendidos, meramente, como direitos subjetivos, inerentes aos indivíduos e conquistados ao nascer. Devem, antes de tudo, ser conquistados diariamente, por cada cidadão, através da conscientização social. O Estado, contudo, não deve se eximir de sua parcela de contribuição. Cabe a ele o dever de proporcionar condições para o exercício pleno da Cidadania e dos Direitos Humanos dentro do meio social (SIQUEIRA e LOPES, 2002: 3).

Assim, como a educação formal não esgota as possibilidades de se trabalhar o exercício da cidadania na escola, a educação não formal tem em seu eixo central o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos, já que visa maior interação entre o ser individual e o ser social, pois a prática da educação não formal busca desenvolver um ser humano que utiliza as relações sociais como base para o desenvolvimento humano.

1.1 Ensino das Ciências Sociais e a possibilidade de um ensino não formal

Bernard Lahire (2013) faz uma análise sobre o processo histórico e as concepções de ensino de Sociologia na tentativa de explicar a relação entre o fazer sociológico e o ensinar sociologia. Para esse autor, o ensino de sociologia está totalmente imbricado do fazer sociológico, porque desde o surgimento da disciplina nos deparamos com a necessidade de buscar a utilidade e a validade desse campo do saber. Nessa empreitada, o pesquisador se depara com questionamentos do fazer que giram em torno de duas questões: “o que é” e “para que serve” a Sociologia. Para o intelectual francês, esse fazer produz um conhecimento que necessita ser repassado, ou seja, é preciso instigar e questionar. Segundo o autor, são atos pedagógicos e também sociológicos.

Dentre esses questionamentos sobre utilidade, ensino e fazer sociológico, Lahire apresenta uma nova visão para se pensar o ensino de Sociologia, propondo a inserção dos “momentos sociológicos” em todo o processo de escolarização. Responde também a vários questionamentos históricos sobre o que é a disciplina, para, assim, dissertar como ela poderia contribuir para a formação crítica do alunado. Importante ressaltarmos que o fazer sociológico proposto por Bernard Lahire se alia às propostas do Ministério de Educação (MEC) no que concerne a disciplina de sociologia da educação básica contígua às atividades docentes do profissional licenciado em Ciências Sociais.

De acordo com o edital do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de Sociologia, para os livros submetidos serem aprovados, uma série de critérios devem ser alcançados, se sobressaindo para nós neste momento, os critérios de interdisciplinaridade constante entre Antropologia, Ciência Política e Sociologia, bem como a necessidade de um rigor teórico e conceitual.

Entendemos que o fazer sociológico e o ensinar sociologia defendido por Lahire aglutina os saberes condensados nos três campos de estudo que alicerçam a grande área das Ciências Sociais. Porém, como bem assinala o PNLD, esses saberes devem ser interdisciplinares, ‘enamorados’ cotidianamente, instituídos da mesma importância e manejo em sala de aula. Tal proposta requer um saber teórico e conceitual rigoroso, postulando uma constante vigilância epistemológica. Entrementes, esse conhecimento científico deve ser traduzido em conhecimento escolar, acessível, de compreensão dos educandos, porém sem esfacelar o núcleo duro do conceito, autor e/ou corrente teórica.

O profissional de Sociologia na verdade é um cientista social. As competências assinaladas no parágrafo anterior só podem ser movimentadas harmonicamente na existência de um domínio reflexivo amplo, macro estrutural, características próprias desse profissional. A nomenclatura que parece ser fechar limitadamente a Sociologia, como uma camisa de força, na verdade, como nos relembra o PNLD (2015: 12), trata-se de um consenso e não de uma hierarquia da sociologia sobre as demais.

No processo de institucionalização da Sociologia foi se consolidando o que podemos chamar de consenso, que a disciplina é denominada Sociologia, mas que os conteúdos devem ser das “Ciências Sociais.” Essa meta abre possibilidades e enriquece o currículo no ensino médio, favorecendo-se diferentes alternativas ao se realizar a mediação didática.

Nesse sentido, a análise que empreendemos a respeito da Fundação Ana Lima, também nos leva a entender que, assim como Bernard Lahire coloca em seu texto “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de sociologia” (LAHIRE, 2013), a sociologia não deveria ser inserida por acaso no ensino, mas sim de forma que pudesse acompanhar o crescimento social do aluno em todos os âmbitos em que estivesse inserido. É desta forma que a disciplina teria papel importante no processo de formação cidadã do indivíduo, sobretudo no campo da educação não formal, dado que não desvincula o ensino das práticas sociais e culturais nas quais o aluno está engajado cotidianamente, além de ampliar seu sentimento de pertencimento, fazendo-o partícipe de múltiplos campos sociais. O próprio autor coloca que é necessário que cada pessoa consiga se relacionar com cada esfera da teia social, de forma independente e segura, para assim compreender a realidade que o cerca.

A Ciência Social, nesse contexto de discussão, não perde, portanto, sua força crítica e interventora no âmbito da educação não formal. Ao contrário, ela fornece os recursos simbólicos e intelectuais necessários para a inserção do ensino não formal no campo da problematização social promovida pelo fazer sociológico, não importando a ambiência de atuação, seja nas instituições escolares propriamente ditas ou por instituições sociais outras que assumem um papel interventor na formação socioeducativa de crianças, jovens e adultos.

Ambos os ensinamentos, o formal e o não formal, sob orientação docente das Ciências Sociais, podem levar o homem a uma visão de mundo mais ampliada. Essa descoberta ou desvendamento do mundo se dá através da imaginação sociológica, conceito inferido por C. Wright Mills (1982).



Por meio do exercício de imaginação sociológica podemos alcançar a capacidade de transformação não só do plano individual, limitado a avanços ‘intelecto críticos’ de sujeitos sazonais, mas, sobretudo, ascender a agendas de lutas que vislumbrem mudanças macroestruturais, sendo estas possíveis a partir das relações que o sujeito estabelece com o seu meio social mais imediato ou mais conjuntural. Ou seja, a imaginação sociológica ultrapassa o ensino formal, sendo atribuído à sociologia ou às outras áreas dessa ciência um vasto campo de atuação. Ainda com base em Mills (1982: 17):

Ter consciência da ideia de estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes de pequena escala. Ser capaz de usar isso é possuir a imaginação sociológica.

Mantendo a lógica do pensamento de Lahire (2013) e Mills (1982), podemos pensar em um ensino das Ciências Sociais capaz de contribuir para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, de ampliar seu conhecimento de mundo. Nesse sentido, acreditamos que a Sociologia possa ser inserida na educação não formal como parceira dessa construção social. Sabemos que não é apenas função das Ciências Sociais essa construção crítica. Todas as áreas do conhecimento têm esse objetivo, independentemente da forma educacional adotada (se formal ou não formal), no entanto, aqui trazemos uma reflexão sobre no que as Ciências Sociais podem contribuir para ampliar o conhecimento de mundo de indivíduo tal como é proposto nas práticas do ensino não formal.

Nossa proposta busca compreender e identificar as habilidades individuais dentro de um sistema de ensino não formal, que visa pensar no social de maneira transformadora. Entendemos que esta reflexão e este ensino podem transformar-se em práticas cotidianas, ou seja, em ação concreta. O ambiente educacional, não importando qual seja, tem de ser propício a um desenvolvimento do pensamento crítico, argumentativo e reflexivo no seu público, pois assim, poderemos colaborar para construção de indivíduos em vias de emancipação para a sociedade. Foi nesse intuito que analisamos uma instituição não governamental que promove ações de educação não formal, tentando pensar nesta contribuição da Sociologia para este tipo de ensino de forma efetiva.

2. Escolha metodológica da pesquisa

Para a realização de nossa pesquisa, visitamos uma instituição não governamental que promove, dentro de seu quadro de atividades, práticas de ensino não formal. A visita foi feita tendo em vista os seguintes objetivos: a) analisar o processo de educação em práticas sociais de uma instituição não escolar; b) identificar, nas práticas sociais analisadas, elementos que caracterizam a educação não formal; c) observar a forma como o/a profissional (o professor (a) / facilitador (a)) trabalha para promover aspectos de mobilização, formação e leituras críticas do social e; d) identificar em que medida a instituição fornece participação coletiva na construção do aprendizado das crianças e jovens atendidos.

Ressaltamos que, nas identificações dos sujeitos, fragmentos de entrevistas e/ou conversas informais citadas neste artigo, todos os sujeitos receberam nomes fictícios de ilustres personagens latino-americanos (Frida, Neruda, Mercedes e Sandino) a fim de mantê-los, por questões de ética, no anonimato.



A instituição escolhida para análise foi a Fundação Ana Lima, uma entidade sem fins lucrativos, braço social do grupo de saúde HAPVIDA, que atua a 13 anos no Nordeste, tendo filiais no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia. A Fundação presta serviços na área de saúde, assistência social e geração de renda para as comunidades economicamente pobres.

Os projetos realizados pela Fundação são: Ilhas, Embarcação, Sopão da Vida, Amor à Vida, Café da Manhã, Casa Abrigo, Casa do Idoso e Meninas dos Olhos de Deus. Dentre os objetivos da Fundação Ana Lima, encontramos: promover uma parceria entre os pais e as escolas que atendem os jovens que participam das atividades realizadas pela fundação a fim de que diminua a evasão escolar; promover uma elevação da autoestima familiar; construir a inserção dos pais no mercado de trabalho; colaborar para a descoberta de novos talentos nas áreas artísticas; e, por fim, proporcionar uma maior qualidade de vida para a população atendida com acompanhamento nutricional, psicológico e outros.

A análise da pesquisa se propõe a observar mais precisamente, o projeto Ilhas. Sendo este o primeiro a ser gerido pela Fundação e, de acordo com os envolvidos originários, pelo seu ótimo desempenho, se tornou em pouco tempo a atividade mais importante, contando com uma maior equipe de mobilização. A proposta oficial é de práticas de educação não formal para atendimento de crianças e jovens, dos 7 aos 17 anos de idade, da comunidade do bairro Pirambu e de seu entorno, localizado na zona oeste da cidade de Fortaleza. Suas atividades centrais giram em torno de assistências médicas, educacionais e artísticas no período/turmo diferente ao da escola. A principal visão do projeto Ilhas é que “salvar uma criança é salvar o mundo”[2]. É com esse intuito que trabalham o ensino das artes, sendo elas especificamente o teatro, a dança, a percussão e a musicalização/coral. Também são efetivadas atividades de leitura e oralidade, raciocínio lógico, reforço escolar, saberes propedêuticos em informática e recreação.

O trabalho de educação, por meio do desenvolvimento das artes, comporta níveis diversos de complexidade. Essa divisão é feita mediante avaliações que visam apreciar os jovens participantes de maneira quantitativa e qualitativa, pois para o Ilhas, o processo de avaliação é consecutivo e sistêmico, pelo qual é verificado o êxito dos objetivos propostos nas disciplinas supracitadas. Nesses eixos são registrados os acompanhamentos individuais que, a cada período de encerramento, verificam os resultados dos rendimentos das crianças e adolescentes atendidos pelo projeto. Consequentemente, esta avaliação gera novas rotinas de trabalho sobre os rendimentos encontrados, ou seja, o jovem pode ascender de nível a partir dos resultados considerados positivos dessa avaliação.

Os trabalhos vão do nível I ao nível IV. Esses níveis de aprendizagem estabelecem as relações entre os Laboratórios de Artes, que são as disciplinas obrigatórias [3], e os Grupos Fixos [4]. Segundo o Projeto Político Pedagógico - PPP, essa divisão tem como estratégia de trabalho:

Como estratégias de trabalho para a efetivação dos objetivos estabelecidos para estas disciplinas em todos os níveis, temos o trabalho do lúdico ao concreto de forma criativa, com aulas e estratégias diferenciadas e não convencionais, reforçando o prazer pela descoberta, pelo conhecimento e pelo aprender propriamente dito, não objetivando a formação de artistas, muito menos a sua profissionalização (PPP – FUNDAÇÃO ANA LIMA, 2013: 26).

Na pesquisa, procuramos dar foco ao ensino não formal na modalidade artística do Teatro. Para isto, foram feitas visitas periódicas por cerca de três meses, tendo pelo menos uma visita em cada

semana na sede da Fundação Ana Lima, exercendo leituras do PPP, conversas informais, observações das atividades e entrevistas com o professor de teatro do projeto, na qual iremos chamar de Neruda.

Buscamos fazer uma análise com dois aspectos: o primeiro seria uma descrição mais detalhada do Projeto Ilhas, seu funcionamento, suas estruturas, bem como sua forma de avaliação; e, depois dessa averiguação inicial, faríamos uma descrição do ensino do teatro, uma das áreas contidas no Ilhas, aliado a entrevistas com o mediador do espaço. Com este último foco, procuramos analisar, principalmente, qual a relação que o professor de Sociologia pode estabelecer com o ensino não formal.

A primeiravista à Fundação Ana Lima foi realizada no dia 24 de abril de 2014, no período da manhã. Fomos recebidos pela coordenadora pedagógica do Projeto Ilhas/NE, denominada neste artigo de Frida. A mesma já se encontrava à nossa espera, pois chegamos à Fundação por meio do supervisor artístico e educacional, Sandino. Logo, fomos apresentados a uma grande parte do programa. Conhecemos as salas de aulas, bem como a coordenadora geral do Ilhas, nomeada por nós de Mercedes. Nesse mesmo dia, tivemos contato com o PPP do Ilhas e também assistimos à primeira aula de teatro do grupo de alunos com o facilitador Neruda.

A visão inicial que tivemos do espaço foi de um grande galpão adaptado para as atividades da Fundação. Logo na entrada, um palco para as apresentações artísticas se ‘apropria’ visualmente do espaço. Ao lado do palco, há uma sala da coordenadora pedagógica. Do lado esquerdo, três espaços: as salas da coordenação e a sala de ensaio do teatro e da dança. Do lado direito, encontra-se o consultório odontológico e, ao fundo, as salas de aulas, ao todo quatro, uma para cada nível. Em vários lugares pudemos perceber que as paredes tinham murais com cartazes produzidos pelos próprios alunos.

O espaço livre na frente do palco é utilizado para as atividades de recreação, dança, educação física etc. Embora seja colocado, no conceito da educação não formal, que o espaço não é tão importante como o é para a educação formal, admoestamos a necessidade de um ambiente mais adequado para a boa prática do ensino das artes e das atividades educativas no geral. O espaço existente tem arquitetura débil, lembrando a geografia de uma grande fábrica. As salas, por exemplo, são bem pequenas. Na hora do intervalo e/ou atividades de lazer ao ar livre faltam bancos, mesas, almofadas, colchões para acomodarem as crianças e os adolescentes, e o teatro, espaço mais importante da Fundação, apresenta tamanho modesto, espelhos quebrados, aparelhos danificados e ruim acústica. Em resumo, a estrutura da organização, por vezes, pode não subsidiar as necessidades candentes de cada momento educativo. Não afirmamos com isso a inexistência de uma atmosfera criativa. As crianças e os jovens em todas as visitas estavam com a “mão na massa”, elaborando atividades artísticas.

Atualmente, o Projeto Ilhas atende cerca de 200 jovens, de ambos os sexos, somando os dois turnos de funcionamento: manhã (das 7h20m às 11h30m) e tarde (das 13h10m às 17h). Há uma divisão das atividades por horário e por nível, o que possibilita aos jovens e as crianças participantes contato com todas as artes disponíveis.

Logo no primeiro convívio com o núcleo gestor da Fundação, foi citada a questão das avaliações que são trabalhadas com três elos de acompanhamento, uso de fardamento e rigidez nos horários. Estes elos são o desempenho do jovem no projeto, na escola e no âmbito familiar. Nesse ponto, podemos perceber a aproximação estrutural da proposta do Ilhas com a educação formal,

porém ressaltamos que eles não usam notas para avaliar o desempenho do aluno, mas sim a questão da “evolução”, termo esse colhido por intermédio de entrevista com a coordenadora pedagógica, afirmando ser necessário um sistema de avaliação para medir o desenvolvimento dos participantes.

Essa fala traz um ponto pertinente a nossa análise. Temos aqui a questão dos “patrocínios ou financiamentos”, ou seja, a Fundação, assim como outras instituições, necessita dessa avaliação de desempenho para prosseguimento de suas funções. Consideramos assim, a existência de uma autonomia limitada na realização das propostas de educação não formal desenvolvido por esta instituição, pois muitas de suas ações são ditadas por seu financiador.

Falamos no início do artigo sobre o Sistema de Saúde HAPVIDA ser o principal braço social da Fundação Ana Lima. Essa afirmação está presente no PPP, sendo nomeado seu principal grupo parceiro desde seu surgimento (ano de 1999). Porém, podemos perceber com a nossa presença na organização de estudo, que o grupo HAPVIDA demonstrou/demonstra ser mais que um braço social. Em conversas, observações e documentos, podemos concluir que o grupo HAPVIDA também é o principal financiador, desse modo, não existe uma relação de parceria equânime entre as organizações, ao contrário, a empresa de saúde citada atua fortemente como fiscalizadora, demonstrando sua hierarquia e seus desejos para com cada prática socioeducativas desenvolvida.

Essa relação é emblemática. Até qual ponto a Fundação Ana Lima age de forma autônoma, tendo como termômetro de ação e objetivação as questões da comunidade expressas nas falas, nos pensamentos, nos movimentos das crianças e dos adolescentes envolvidos em suas atividades?

3. As aulas de teatro no Projeto Ilhas

Nas aulas de teatro, o professor Neruda maneja temas diversos, estabelecendo uma relação harmônica com os alunos. A ideia é que eles possam produzir esquetes teatrais diversificadas. Estas são analisadas pelo professor e pelo restante da turma. Logo nas primeiras observações, os alunos expressaram em suas *performances* temas como pobreza, alcoolismo e família - aparecendo a mãe como protagonista, sustentando financeiramente a fratria, remetendo o pai como indivíduo secundário.

Demais questões também foram mencionados, sendo elas: homossexualidade, violência e drogas lícitas e ilícitas. No entanto, percebemos que o foco no trabalho do professor não foi aprofundar a discussão desses tópicos com os alunos, mas de observar postura, entonação da voz, corpo, gesticulação e marcação dos passos no tablado. Identificamos que o professor tem uma preocupação voltada para o aprendizado das técnicas teatrais, estando em plano terciário análises e reflexões daquilo que estava sendo ‘performatizado’ pelos alunos, ocorrendo, portanto, um rompimento entre técnica e abordagem social. Em uma das aulas, quando os alunos apresentavam um exercício teatral para o professor na abordagem de temas como o uso de drogas, observamos falta de discussão prévia sobre o porquê de se trabalhar esse assunto e a relevância no cotidiano do público. Em vez de elucubrar a urgência e incidência das substâncias psicotrópicas no cotidiano dos alunado, causando-lhes por vezes traumas e conflitos familiares, bem como as consequências do uso problemático de drogas, o professor direcionou a atividade para o uso do trabalho corporal, da entonação, da interpretação usada pelos alunos, no geral, atributos estéticos das artes cênicas.

É importante ressaltar que a valorização das técnicas teatrais para o ensino dessa arte é de fundamental importância, no entanto acreditamos que é parte integrante do ensino não formal a abrangência, sobretudo da reflexão crítica, uma vez que o professor nos afirmou que o foco do ensino de teatro no Ilhas não é a formação para o mercado de trabalho, mas o amadurecimento do exercício da cidadania. Desse modo, acreditamos que os pressupostos da educação não formal não se efetivaram na situação mencionada:

É importante afirmar que a educação não-formal exige uma atitude política do educador perante a realidade, pois, ao abrir novas perspectivas de ação, permite negar um certo determinismo que a visão histórica de longa duração possa sugerir. Ela pressupõe a constatação de que os grupos dominados não são passivos, mas, sim, capazes de engendrar reações aos processos de dominação, criando espaços de “resistência inteligente”. Nesse sentido, encaramos as práticas da educação não-formal como passíveis de serem aplicadas a todos os grupos etários, de todas as classes sociais e em contextos socioculturais diversos, gerando oportunidades de crescimento individual e grupal pela participação em processo de transformação social engendrados por tais experiências educativas (SIMSON, PARK e FERNANDES, 2001: 18).

Como podemos perceber, o núcleo central dos espaços de aprendizagem teatrais oscila entre o pensado e o praticado. Imageticamente, o professor busca aliar sua proposta de atividade ao exercício de reflexividade, de estranhamento e de cidadania para com os educandos. Em entrevista, Neruda responde que:

Têm como princípio a formação do cidadão e o ensino de teatro ajuda o aluno em sua relação com a sociedade, pois o teatro pode até não ter uma função imediata em sua vida, mas em alguma hora esse aluno vai usar o conhecimento que obteve nas aulas para enfrentar determinadas situações na sociedade.

Dando como exemplo as entrevistas de emprego, o professor ainda destacou como as aulas de teatro ajudam na fala e no controle da timidez. Podemos interrogar aqui se o próprio professor não incorpora a filosofia financeira do projeto ou da sua trajetória de vida em seus exemplos próximos, embora seja perceptível uma tímida análise crítica dos conteúdos e da realidade. No entanto, percebe-se que, com frequência, a filosofia do “tem que fazer” é predominante em comparação à do “pensar como fazer”. Assim, os prazos estipulados pelo projeto, muitas vezes, suprimem as reflexões críticas sobre as ações elaboradas nas aulas de teatro, pois, em muitas de nossas observações, verificamos a preocupação de se produzir um material artístico para ser apresentado, mas deixando as reflexões sobre as temáticas elaboradas em segundo plano.

Quando indagamos sobre o comprometimento dos alunos nas atividades, percebemos reiteradamente a questão do cumprimento das “metas estipuladas” pela Fundação, ou seja, era necessário apresentar um trabalho no final do ano muito mais como forma de prestação de contas, para preenchimento de relatórios, do que como partilha de saberes interessantes para os partícipes das atividades.

Muitas vezes temos que parar as atividades, para chegar junto do aluno que não está conseguindo pegar o texto ou personagem, e isso precisa ser feito, por que no final do ano quando eles tiverem em uma apresentação esse trabalho vai ser cobrado, por isso é necessário ter uma disciplina e muito comprometimento com a arte que ele escolheu fazer aqui no Ilhas (NERUDA).

Outro exemplo desta despreocupação com a reflexão pôde ser observada nos preparativos para uma apresentação do Grupo Fixo de teatro para a Semana Cultural. Na escolha de uma peça que



dialogava com temas da cultura nordestina, em nenhum momento das nossas observações essa temática foi trabalhada de forma multidisciplinar, com caráter dialético. Acreditamos que o professor poderia ter estimulado os alunos a pensarem, por exemplo, sobre o que é ser cearense, o que caracterizaria a cultura da nossa região, quem determina o que é belo, feio, válido ou inválido, dentre outras questões. Na ocasião, o trabalhado assiduamente foi a questão do fazer teatral; o *savoir-faire*, que ficava na esfera da técnica, como por exemplo, a questão do “sotaque cearense”, muito enfatizado pelo professor, não na forma de elogio, mas de forma pejorativa, como uma expressão oral a ser refeita, minimizada; o comportamento adequado em palco; a responsabilidade que o ator deve ter com o seu público, entre outros. Realizando um recorte sobre o roteiro, a esfera crítica sobre a importância cultural, seus elementos, nuances, mudanças, adornos e simbolismos foi marginalizada.

Nas aulas de teatro, era ressaltada a questão do compromisso com a arte, da assiduidade nas aulas, do reforço à leitura e da busca de dar o melhor de si. Em entrevista, Neruda informou que, em suas aulas, sempre reforça essas questões, pois isso é inerente ao teatro, mas esses valores irão também ser relevantes na formação cidadã dos alunos. Percebemos também, nas falas do professor uma preocupação em estar se preparando para apresentações do grupo financiador. Essa reiterada postura, materializava a urgência de metas a serem alcançadas. Nesse sentido, os alunos não poderiam relaxar, ou seja, serem livres para construir muito fora dos objetivos demarcados.

Buscamos pensar como cientistas sociais podem ser inseridos nos espaços de educação não formal, espaços estes que principiam saberes substantivamente diferentes dos conhecimentos intitulados ‘técnicos’. Entrementes, afirmamos que o “conhecimento poderoso” (YOUNG, 1971) presente nas áreas de saber especializado é válido, de grande importância na construção da cidadania e no progresso científico, no entanto, ele sozinho não esgota a formação crítica do indivíduo.

É necessário se pensar de forma mais ampla, ou seja, acreditar na educação não formal como uma metodologia de ensino dilatada, que visa buscar a harmonia dessas duas habilidades do conhecimento, o técnico e o reflexivo-crítico, pois é nesta lacuna encontrada nas aulas de teatro, que podemos construir um caminho de inserção das Ciências Sociais no ensino não formal.

Considerações Finais

Compreendemos que o projeto pesquisado estabelece atividades pertencentes ao campo da educação não formal. O trabalhar dos conteúdos que estão afastados da ambiência normativa escolar, traduzidos no incentivo a formação artística e cultural dos partícipes, deveria “voltar-se para dentro”, inflexionando mais sobre a formação crítica dos educandos, já que sua proposta de ensino não formal traz um compromisso com a formação cidadã para além da escola, algo que promova um diálogo mais efetivo entre o ensino de técnicas profissionais e a formação crítica.

Este projeto [teatral] tem uma relação bem próxima com a educação formal e à formação profissional quando prioriza aos seus participantes um exercício de expressão corporal aliado a futura inserção no mercado de trabalho. Esse viés de prospecção depositamos substantivamente na agência financiadora da Fundação, Grupo HAPVIDA, em seu exercício de objetivação das metas a serem alcançadas. O grupo financiador representa uma das maiores corporações de venda em planos de saúde no Brasil, sendo o maior em número de clientes da região Norte e Nordeste. Conta também com uma folha salarial acima dos 16 mil funcionários (chamados de colaboradores). Toda essa dimensão

empresarial não furta a Fundação Ana Lima da sua ótica mercadológica, já que a relação entre ambos é sobretudo financeira, de *habitus* empresarial.

A pesquisa nos fortaleceu a ideia de que as Ciências Sociais são importantes no cenário da educação não formal, sendo capaz de desempenhar um papel fundamental no aprofundamento de temas plurais com adultos, jovens e crianças. Desse modo, a atuação do cientista social, possivelmente o professor de Sociologia, em virtude das suas habilidades profissionais e científicas apreendidas no decorrer da graduação, alvitra a possibilidade de uma atuação qualitativa em variados espaços educativos, desde que esse profissional busque ampliar suas habilidades didáticas, curriculares e de aprendizado horizontal com seu público.

A exemplo de nossa análise do Ilhas, defendemos que o cientista social tem valência de atuação neste espaço (educação não formal) de forma plural, seja como assessores, consultores, docentes-facilitadores e/ou pesquisadores. Na Fundação Ana Lima poderíamos nos situar na elaboração de políticas públicas que dialogam com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como o Estatuto da Juventude, cristalizando ações pautadas nos direitos e deveres socioculturais pertencentes a cada cidadão. Estaríamos também aptos em participar dos momentos de planejamentos, dando um olhar mais sociológico, de estranhamento, pondo sobre novos termos assuntos já estabelecidos socialmente. Poderíamos ser tutores, facilitadores dos programas já existentes e/ou ampliando as atividades e suas finalidades. É mister destacar que dentre todas as viabilidades de atuação, algo singular se faz presente: o urgente trabalho de gestação de indivíduos críticos, reflexivos capazes de desenvolver a ‘imaginação sociológica’ e empenhados em modificar o meio em que vivem.

Nossa proposta de inserção no ensino não formal é pensada a partir das contigências observadas em campo. Percebemos que, assim como a educação não formal pode ser trabalhada com uma amplitude de temáticas e metodologias, quando a comparamos com as esferas de conhecimento que as Ciências Sociais podem proporcionar para educação de crianças e jovens, pode haver uma colaboração profícua com as ações já elaboradas tanto neste tipo ensino quanto no ensino escolar formal. Portanto, nossa proposta não foi apenas observar as práticas de forma crítica ou as ações já realizadas por esse ensino, mas sim contribuir reflexivamente para a continuidade dessa formação cidadã. 🌀

NOTAS

*Estudantes do 10º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

[1] Este trabalho foi produzido a partir da disciplina de Prática de Formação VI, ministrada no Curso de Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no primeiro semestre de 2014.

[2] Frase retirada do Projeto Político Pedagógico do projeto Ilhas (2013: 5).

[3] No Projeto Ilhas, em todas as suas sedes de trabalho, os Laboratórios de Artes são disciplinas obrigatórias para todos os níveis e, “como principal característica, temos aulas semanais de todas as diversas linguagens disponíveis na Instituição e previstas neste documento, sob o acompanhamento profissional de um artista da área específica com experiência didática e de mercado. Como objetivos institucionais para estas disciplinas, temos a identificação, a compreensão, a conscientização e o estímulo a aplicação das diversas linguagens oferecidas, nas diferentes sedes, tanto como fonte

motivacional, disciplinar, física, emocional e cognitiva no meio educacional formal, não-formal e informal, quanto no meio social, constituindo-se como instrumentos na formação do indivíduo pelo viés da cidadania crítica, da autonomia e da solidariedade” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013: 26).

[4] No Projeto Ilhas, os Grupos Fixos “são encontros obrigatórios para grupos específicos de alunos, oriundos dos diferentes níveis, de acordo com suas aptidões e interesses e, como principal característica, temos ensaios semanais de todas as diversas linguagens disponíveis na Instituição e previstas neste documento, sob o acompanhamento profissional de um artista da área específica com experiência didática e de mercado, transformando as apresentações oficiais, internas e externas, dos respectivos grupos em vitrines para os trabalhos e atividades da Fundação Ana Lima e do próprio Projeto. Como objetivos institucionais para esta disciplina, temos a compreensão, a conscientização, o aprofundamento, a qualificação e a aplicação das diversas linguagens oferecidas, nas diferentes sedes, dentro do rigor técnico e artístico necessários a formação do indivíduo, ao despertar de novos talentos e ao aperfeiçoamento de talentos já despertados pelo viés da arte, contemplando também a ética, a responsabilidade, o compromisso e a perspectiva de futuro, além da cidadania crítica, da autonomia e da solidariedade” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013: 28).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hemetério Segundo P. **ProjetoFormar: uma experiência em educação não-formal**; Monografia de Especialização em Arte e Educação. Centro Federal de Educação Tecnológica; Fortaleza, 2007.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN**. Introdução ao ensino médio. Brasília: MEC, 1996.

LAHIRE, Bernard. **Viver e interpretar o fundo social: para que serve o ensino de Sociologia** – Sociologiae juventude no ensino médio: formação, PIBID e outras experiências/ Gonçalves. Pontes Editores, Campinas, 2013.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2015: sociologia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Fundação Ana Lima** – Projeto Ilhas/ NE. 2013

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. PARK, Margareth Brandini. FERNANDES, Renata Sieiro. (org) **Educação não-formal cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SIQUEIRA, Ligia Aire Moraes e LOPES, Marcelo Leandro P. **Evolução histórica do conceito de cidadania e direitos humanos**.
<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.5/GT5_12_2002.pdf>

YOUNG, M. **Knowledge and control: new directions for the Sociology of Education**. London: Collier Macmillan, 1971.

Recebido em 19/03/2016
Aprovado em 20/10/2016

ELEIÇÕES, PARTIDOCRATAS E MESSIANISTAS: PARA UMA SOCIOLOGIA DA ORIENTAÇÃO DO VOTO DOS CARIOCAS

ELECTIONS, PARTYTOCRATICS AND MESSIANISTS: TOWARD A SOCIOLOGY OF CARIOCA'S VOTES ORIENTATION

*Daniel Henrique da Mota Ferreira**

*Patrick Ely Pinheiro**

Cite este artigo: FERREIRA, Daniel Henrique da Mota. PINHEIRO, Patrick Ely. Eleições, partidocratas e messianistas: para uma sociologia da orientação do voto dos cariocas. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 42-62, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: Mobilizando a teoria clássica da democracia, propomos que sua dimensão representativa sempre abarcou tensões como hoje com o que chamamos de crise de credibilidade das nossas instituições representativas. Neste ponto, nosso objetivo é, a partir dos tipos ideais de partidocratas e messianistas, iluminar a questão do lugar ocupado por partidos e candidatos na motivação de voto dos cariocas. Para tanto, nossa metodologia constituiu-se em um questionário fechado realizado pelos alunos do curso de métodos quantitativos da PUC-Rio em outubro de 2014, com 403 entrevistados em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro, e posterior análise de dados no programa SPSS. A partir disso, percebemos a tendência geral carioca ao messianismo e nos sentimos obrigados, para melhor refinar o trabalho, a compreender os partidocratas em duas chaves: os partidocratas-pacientes e os partidocratas-agentes. Concluímos que a ênfase no candidato ainda é maioria absoluta em nossa população, e também que a maioria das pessoas não se sentiram esclarecidas com as manifestações. Todavia, a modernização parece avançar, e mais das características do velho brasileiro descrito nas consagradas interpretações ficam para trás.

Palavras-chave: Messianistas, partidocratas, candidatos, eleições, voto.

Abstract: This article has the objective to understand carioca's votes orientation in the context of a general representative crises. For this aim, the authors created two ideal types, the partytocratics and the messianists, and tried to analyze the tendencies of the 403 interviews made, having those types in mind. As the last one is a brazilian common tendency in the past linked to an antidemocratic culture, we expected to see differences. Nevertheless, the article points out a tendency to the messianism and the existence of two types of partytocratic: the partytocratic-pacient and the partytocratic-agent. Still, it looks like the modernization is putting behind lots of brazilian old authoritarian roots.

Keywords: Messianism, parties, candidates, elections, vote.

Em 2013, o Brasil se viu em meio a um turbilhão de revoltas e manifestações, algo que não era visto há muito tempo em nossa história. Muitos cientistas sociais foram pegos de surpresa pelos gritos das ruas, que demonstraram uma insatisfação não capturada por pesquisas feitas pouco antes. Estas insatisfações deflagraram uma grande desconfiança quanto às instituições representativas, que se manifestou, por exemplo, na ojeriza aos partidos políticos, o que obrigou os analistas a retomarem a discussão da relação entre as dimensões representativas e participativas da democracia. Para além de tal fenômeno, houve uma corrida presidencial das mais disputadas, onde a população se dividiu entre um projeto de governo e projetos alternativos sobre como guiar o Brasil. Esta conjuntura nos permite lançar um olhar renovado à discussão teórica a respeito da democracia.

Para contribuir com a renovação da discussão, procuramos compreender a relevância que o eleitor atribui a candidatos e partidos na orientação de seu voto. Para isso, mobilizamos desde a teoria clássica da democracia, passando por sua crítica vinda da chamada teoria das elites, até a concepção brasileira que enxerga certo messianismo em nossa cultura política. Entendemos que uma valorização do partido nas motivações pode ser positiva, uma vez que os partidos representam uma ação associativa orientada por valores (WEBER, 2015; 1982), podendo ser indicativo de uma maior integração ao jogo político por parte da sociedade civil, devido a um associativismo criado pelo interesse bem compreendido (TOCQUEVILLE, 2005), o que permitiria aos atores civis se organizarem em lutas novas que se resvalam no partido (VIANNA, 1996). Por esta hipótese, acreditamos que a população se aproxima cada vez mais de um tipo partidocrata e deixa aos poucos o tipo messianista para trás.

Temos esta questão do partido como relevante de um novo cenário de associativismo, pois acreditamos que, como nas palavras de Gramsci, que entende o partido como o príncipe moderno, este é: "a primeira célula na qual se sintetizam germes de uma vontade coletiva reconhecida e reafirmada parcialmente na ação" (GRAMSCI, 2007: 16).

Para testar nossa hipótese, faremos uso do banco de dados construído nas aulas de Métodos Quantitativos da PUC-Rio no ano de 2014, sob orientação do professor Antônio Alkmin. Para a realização da pesquisa, foram distribuídos 403 questionários que foram aplicados em entrevistas fechadas feitas por cada um dos 20 alunos que participaram da disciplina. A técnica empregada para a construção da amostra foi a amostragem por cotas. A segmentação das cotas baseou-se nas publicações do IBGE sobre o percentual de gênero e faixa etária da população carioca, sendo estes aplicados em locais públicos em dois bairros de cada região da cidade – a exceção foi a zona sul, onde, optou-se pelo contraste entre Ipanema e Rocinha. Nossa pesquisa eleitoral foi realizada duas semanas após as eleições de 2014 e objetivou descobrir os motivos pelos quais os indivíduos votaram em cada um dos candidatos dos dois turnos das eleições de governador e presidente. Para tanto, procurou-se compreender a relevância do tema partido e candidato, o interesse pela política dos entrevistados e quais os principais temas que a população considerava importante. Neste ponto, foram também utilizadas perguntas semi-abertas, que possibilitaram um certo potencial qualitativo ao estudo. A partir dos dados obtidos, procuramos delimitar nossos estudos à compreensão da construção do voto

dos eleitores cariocas, tomando por base a preferência por partidos e candidatos e estabelecendo, assim, o objeto do artigo.

Com o objetivo de compreender a orientação de voto dos eleitores construímos, a partir desta reflexão, os tipos ideais de partidocratas e messianistas, os quais nos servirão enquanto chaves explicativas na abordagem do fenômeno estudado. Após isso passamos à análise de nossos dados e, por fim, apresentamos nossas conclusões.

1. A concepção clássica de democracia e suas críticas

Desde muito cedo, a democracia é marcada por tensões. São várias as ambiguidades encontradas não só em sua prática, mas também na percepção que as sociedades têm dela, vivam estas em um regime democrático ou não. Durante as últimas décadas houve um grande aumento no número de países democráticos no globo, seja no período de 1974 a 1990, no qual, segundo Samuel Huntington (MOISÉS, 2008), teria havido o que poderíamos classificar como uma terceira onda democrática, seja após a queda do muro de Berlim em 1989, quando muitos países na Europa Oriental também se democratizaram. Apesar disso, as sociedades que passaram por este processo de democratização, não raras as vezes, acabaram por conservar elementos autoritários em seu cotidiano (MOISÉS, 2008).

A democracia é também apropriada de diferentes formas pelos variados atores envolvidos nela. O sentido que é atribuído a ela e às suas instituições não é uniforme e nem estático, sendo ressignificado a partir do contexto sócio-histórico de seus atores, bem como de seus interesses. Se quiséssemos reconstituir a história das concepções acerca da democracia teríamos de voltar ao menos até a Grécia antiga, passando por Roma e mobilizando tantos autores que a tarefa fugiria à capacidade deste texto. Contudo, é de extrema importância nos perguntarmos sobre os rumos que tem tomado a nossa democracia ainda tão jovem, nos remetendo à construção da concepção moderna de democracia.

Segundo Schumpeter (1961), a concepção clássica de democracia estaria fundada nas ideias do bem comum e da vontade comum. Ela se caracterizaria como um modelo de organização política em que as instituições seriam organizadas de forma a garantir a busca e a concretização do bem comum, cabendo ao próprio povo as decisões políticas, através da eleição de indivíduos que se reuniriam para executar sua vontade. Tal concepção de democracia enseja a crença em um bem comum explicitamente dado e compreensível a qualquer cidadão, a não ser pela ignorância ou existência de algum interesse antissocial. Disso decorreria também a crença em uma vontade comum, que corresponderia à felicidade e ao interesse de todos. À semelhança do bem comum, só não seria buscada por todos os membros da sociedade pela ignorância ou interesses perversos. Em decorrência desta interiorização do bem e da vontade comum por parte da sociedade, a democracia não deveria temer nem mesmo a divisão do trabalho político. Mesmo com a criação de grupos eleitos para a administração dos negócios públicos, o interesse geral não seria vilipendiado, pois estes estariam inseridos na mesma interiorização. Isto daria à democracia um status inequívoco. Contudo, este modelo não se sustenta na prática. Para ponto de partida, não existe um bem comum objetivamente dado, que a todos submetta. Para cada grupo ou indivíduo o bem comum pode significar uma

infinitude de sentidos. Não há também, por conseguinte, uma vontade geral, por todos interiorizada e a todos imperativa.

Outro autor que ressalta a impossibilidade prática do ideal democrático, entendido como a soberania popular, é Michels (1982). Para o autor nem mesmo o sufrágio universal pode assegurar tal ideal; é inevitável que se estruture uma dominação de poucos sobre muitos e a base de toda dominação está na organização. Segundo o autor, “quem diz organização diz oligarquia”(MICHEL, 1982: 238.). Na democracia, o partido é a maior representação desta organização, e conseqüentemente, concentra importante cristalização de poder. Conforme fossem ganhando mais eficiência e agilidade, os partidos acabariam ganhando uma dose cada vez maior de autonomia e perdendo contato progressivamente com as bases que os elegeram. Com isso, a balança gradualmente se desloca de uma situação ideal dos governantes como executores da vontade coletiva a uma na qual desfrutam de cada vez maior autonomia em suas ações, passando a agir por sua própria consciência no cenário público e fazendo sua própria vontade figurar acima do interesse geral (GRYNSPAN, 1996).

A partir destas concepções críticas da democracia podemos pensar o contexto brasileiro. Muito se fala no Brasil a respeito de uma “crise de representação”. Nas ruas a frase “não me representa” virou bordão. Além disso, como demonstra José Álvaro Moisés (2008), há uma imensa desconfiança por parte da população com as instituições representativas de nosso sistema democrático. Boa parte dos canais convencionais de representação e participação política estão desacreditados, como partidos e sindicatos. Tudo isto é também resultado da incapacidade que estes estão tendo de dialogarem com as demandas daqueles que deveriam ser por eles representados. As manifestações de junho de 2013, e uma greve de rodoviários no Rio de Janeiro, na qual protestavam contra um acerto salarial insatisfatório aprovado pelo sindicato, que não participou da greve, são exemplos dessa incapacidade [1]. Podemos enxergar na prática o que Michels disse a respeito da autonomização e distanciamento dos partidos – bem como do Estado – com relação às bases que o elegeram.

Diante de tal problemática, podemos nos perguntar: qual teria sido o lugar atribuído pela própria população brasileira a partidos e candidatos?

2. Partidos e candidatos

2.1 Os partidos políticos

Os partidos políticos são unidades fundamentais da atual democracia e acompanham grande parte do desenvolvimento das disputas pelo poder na história Ocidental. Assim foram os Guelfos e Gibelinos, Tories e Wighs, Girondinos e Jacobinos, PT e PSDB. Este contexto de disputa, traz a tona o próprio processo em que a figura dos partidos políticos adquirem legitimidade na vida política e social, se descolando, inclusive linguisticamente, das visões que lhe imputavam sentidos deletérios.

Sartori (1982) destaca que a inserção do termo “partido” no vocabulário político do Ocidente foi fruto de um gradual processo de diferenciação desta palavra para com o termo “facção”, este último geralmente visto de maneira depreciativa e indicando um grupo político que se empenhava de maneira ardilosa e deletéria ao bem comum. Tal processo remonta aos séculos XVI e XVII e continuou

pelos séculos subsequentes, envolvendo figuras como Voltaire, Maquiavel, Montesquieu, Hume, Burke, etc.

O autor identifica, ainda, que a transição para uma concepção que percebia o partido enquanto portador de potencialidades positivas remete a uma transformação mais profunda, a saber, “a transição ainda mais lenta, mais enganosa e mais tortuosa, da intolerância para a tolerância, desta para a dissensão, e da dissensão para a crença na diversidade” (SARTORI, 1982, p. 33). Assim, este processo de legitimação dos partidos políticos dialoga, em última análise, com a consolidação da própria democracia moderna, que se afirma com a ideia de que a diversidade e a discordância não são necessariamente deletérias. A afirmação deste pluralismo também se dá no âmbito político, onde engendra-se uma diferenciação do poder que traz à cena grupos que são autônomos, mas respondem a interesses particulares. É neste contexto que deve ser percebida a consolidação dos partidos políticos e considerada a multiplicidade de definições que passam a receber ao longo da história.

Considerados enquanto partes que atuam a partir da consolidação do caminho do dissenso enquanto possibilidade de elemento de organização social, o que todos eles possuem em comum é uma igual ação orientada para adquirir o poder dentro da sociedade, de tal maneira a influenciar todo o grupo. Por este motivo, Weber (1982, p. 227) dará a clássica definição de partido como:

Sua reação é orientada para a aquisição do 'poder' social, ou seja, para a influência sobre a ação comunitária, sem levar em conta qual possa ser o conteúdo. (...) Em contraposição às ações das classes e estamentos em que isso nem sempre é o caso, as ações comunitárias dos 'partidos' sempre significam uma socialização, pois tais ações voltam-se sempre para uma meta que se procura atingir de forma planificada (WEBER, 1982: 227).

Na visão de um liberal como Tocqueville (2005), os partidos políticos são um “mal necessário” dos governos, que surgem a partir de divergência dos cidadãos quanto aos princípios gerais do bom governo. Para o autor, os partidos também teriam formas distintas, podendo estar vinculados a ideais, grandes causas, princípios e generalidades; ou apenas à procura do poder a todo o custo, valendo-se de meios vis e sem aparente moralidade. Os primeiros seriam os grandes partidos e existiriam em tempos de grande convulsão social; os outros seriam os pequenos partidos e apareceriam na calmaria das grandes transformações e turbilhões (TOCQUEVILLE, 2005). Em ambos os casos é salientado o aspecto associativo do partido, a sua procura por exercer forte influência ou controlar o jogo político, decidindo em última instância os ditames do governo e ainda o caráter variado de motivos que podem levar alguém a procurar se associar.

Todavia, houve diferenças à medida que a democracia representativa se transformava ao longo da história. Os antigos partidos, como os guelfos e gibelinos, eram muito mais coligados pelos interesses de grandes famílias ou por rixas internas, faltando o núcleo racional na escolha partidária/ação associativa. A mudança ocorre apenas no século XIX, na Inglaterra e nos EUA. A primeira conjuntura exporia uma divisão censitária do voto, enfatizando a força dos homens notáveis, aqueles que teriam poder e riqueza para elegerem os seus candidatos. Apenas com os partidos de massa, como o SPD da Alemanha, é que a situação muda e o protagonismo da população aumenta, paralelamente à ampliação do sufrágio (OPPO, 2004).

Com isto podemos observar as duas importâncias do partido nas democracias: A primeira, já dita, de influenciar nas decisões socialmente relevantes; e a segunda a de permitir o acesso das massas ao jogo das elites políticas, uma vez que a legitimidade emana delas. Pelo segundo motivo, a entrada do povo nas cenas de disputa e a força que os partidos ganharam com isso pelo seu consequente enraizamento no mundo social, o sistema político subsequente foi intitulado partitocracia (PASQUINO, 2004). Esta última tendência, muito bem observável em todas as democracias modernas como o Brasil, também pode ser utilizável no sentido de indicar de forma negativa a procura de um partido por dominar toda a esfera de ação social (PASQUINO, 2004). Chamaremos de “partidocratas”, por esta razão, toda e qualquer pessoa que colocar o partido como o grande responsável pelo jogo político na democracia.

2.2 Os candidatos: os homens notáveis

Muitos foram os momentos de nossa história em que não foram os partidos que arrebataram as ideias de um povo, mas uma pessoa. Não se procurou vínculo em um grupo ou em uma instituição, mas em um ser humano, o mais capacitado de todos, o líder. Eis que aparece aqui o príncipe virtuoso, descrito por Maquiavel (2002), o qual, quer seja forte como um leão ou inteligente como uma raposa, possui os meios necessários para conquistar o poder em determinado local.

Este líder seria dotado de “virtude”, as habilidades e os meios que lhe estão ao alcance para conquistar o poder, e de “fortuna”, as circunstâncias necessárias para conquistá-lo. Com Maquiavel, vemos os fatos extraordinários e o carisma do líder sendo ressaltados pelos nomes acima expostos. Apesar de a compreensão mudar, é sabido que um rei sem virtude dificilmente se manteria no poder em tempos conturbados. Da mesma forma, sem a fortuna, o momento propício, não haveria o porquê da necessidade da virtude. Dá-se o exemplo de Moisés, que nunca teria se tornado líder se não encontrasse os hebreus escravizados (MAQUIAVEL, 2002).

O aspecto circunstancial muitas vezes associa esta dominação personalística do príncipe ou do líder a momentos de ruptura e transformação social. A característica que galvaniza o apoio ao líder é o seu forte magnetismo pessoal ou carisma, que, em última instância, se encontra na sua capacidade de ser temido e amado (MAQUIAVEL, 2002).

Será Weber quem, em seus três tipos puros de dominação, melhor define o carisma. Para ele, “o carisma só conhece a determinação interna e a contenção interna. O seu portador toma a tarefa que lhe é adequada e exige obediência e um séquito em virtude de sua missão. Seu êxito é determinado pela capacidade de consegui-los” (WEBER, 1982: 285). Em outras palavras, esta dominação ocorre quando há o reconhecimento e a confiança, por parte dos súditos, na liderança e nas qualidades sobrenaturais e excepcionais do senhor. Esta é a confiança de que as capacidades que lhe são intrínsecas, e não o seu posicionamento em uma ordem social (dominação tradicional), é que deverão ser consideradas na sua legitimação.

No Brasil, a figura da liderança carismática muitas vezes se apresentou vinculada aos movimentos messiânicos, tais como Canudos, Juazeiro e o Contestado. O messianismo é um movimento vinculado à crença em um herói salvador, ou na possível vinda dele, enviado por Deus, e

responsável por levar as pessoas à nova ordem ansiada, pondo fim aos seus problemas (NEGRAO, 2001).

Esta característica poderia ter como decorrência a criação de uma população muito dependente do seu líder e a espera de um para fazer algo. Seria, para alguns, um problema que se agravou com as nossas estruturas jurídicas de criação do Estado. Isto porque, por um lado, o Executivo inchado que se formou ao longo da nossa história teria também sido responsável por legislar por sua própria força, criando os direitos sociais. Tais direitos, sem terem sido conquistados com o avanço das lutas políticas (e dos direitos políticos), teriam simplesmente aumentado a dependência da população de figuras autoritárias, ao mesmo tempo em que se criava a ideia de que apenas o Executivo federal era capaz de avançar com medidas no país (CARVALHO, 1993).

Por outro lado, a própria estrutura jurídica, importada de Portugal, formaria uma estrutura de Estado patrimonial-estamental. Conforme Faoro assevera:

“Ele [o chefe de Estado] fala ao povo, não aos intermediários, por estes criados, do palácio à sociedade, em dois planos separados. Ele é o pai do povo não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal, mas como bom príncipe (...)” (FAORO, 2012: 827).

Em outras palavras, o chefe em tal Estado, deve ser bom provedor e heróico. Por conta desta estrutura patrimonial, onde o quadro administrativo é seu dependente, o líder governa sem intermediários.

2.3 Messianistas e partidocratas

A tradição interpretativa brasileira, tende a considerar que o brasileiro se orienta principalmente tendo em vista a personalidade forte do candidato e o seu discurso moralista, ao invés de se orientar pelas ideias programáticas de um partido. Isso se faria presente em nossa cultura Ibérica, de traços personalistas para Sérgio Buarque (2013); ou poderia ser visto em nossa tradição populista, a qual premiava aqueles que procuravam falar por uma massa de carentes, como nos diz Weffort (1989); e ainda na ligação do brasileiro com o messianismo. Em todos estes casos acentua-se a tendência do brasileiro a alguém que tem uma relação de subordinação à espera de um líder, muitas vezes autoritário, que seria a salvação dos problemas de nosso país. Seria o caso de Vargas, Collor, Jânio e Jango, apenas para se referir aos democraticamente eleitos (CARVALHO, 1993). Aqueles que se subordinam ao messianismo dos líderes correspondem aqui aos messianistas. Os messianistas, portanto, acreditam na força do voluntarismo de um indivíduo e pouco observam uma trama mais complexa, descambando muitas vezes para um maniqueísmo que visa a suprir toda a oposição, recaindo naquela que seria uma contradição comum dos regimes democráticos para o jovem Gramsci (1976): a contradição "entre as profissões de fé que exaltam a mais ilimitada liberdade e a prática da tirania e da brutal intolerância" (GRAMSCI, 1976: 254).

Essa tendência a dominação de tipo carismático, levado a cabo pela personalidade, haveria de ser posta em cheque com o nosso processo de modernização. As estruturas agrárias de nosso passado, reforçaram o personalismo de nossa cultura Ibérica e as suas saídas autoritárias, posto que a organização social era feita em torno do senhor de terra, o qual era o pater familias, aquele de onde

irradiava as decisões de vida nos limites rurais de sua propriedade. Tal lógica teria avançado para dentro de nossas instituições jurídicas, de nosso Estado, dominando-as com o familismo e o personalismo de nossas raízes agrárias. Entretanto, o próprio Holanda, crítico assíduo do autoritarismo de nossas instituições e de nosso agrarismo mal resolvido, já enxergava na década de 1930 o caminhar da industrialização e a subsequente expansão das cidades como locus do desenvolvimento de um mundo moderno, americanista (HOLANDA, 2013).

Em outro crítico das estruturas autoritárias de nosso Estado, Raymundo Faoro, aqui já mencionado, também se encontra uma agenda para o fim de nossa cultura de Estado demiúrgico, centrado em Príncipes que governam sem intermediários na sociedade. A sua solução de caráter institucionalista passaria por liberar “o interesse dos obstáculos políticos que inibem a sua manifestação, o que ensejaria a auto-organização da sociedade, com a formação de classes sociais com identidades bem definidas, retirando-as da ‘névoa estamental’ na qual se enredaram.” (Viana, 2009, P. 375). Na perspectiva de nossos intérpretes, uma organização de baixo para cima em nosso país, envolveria a perda gradativa da tutela do Estado e o surgimento, a partir do avanço da industrialização, das identidades de classe, centradas na chave do interesse.

Na década de 1980, esse mundo moderno parecia finalmente se descortinar com a Constituição de 1988 e o surgimento de partidos de massa, em especial o PT, o primeiro a se constituir em proximidade com os sindicatos, dentro da chave do interesse (SANTOS, 1987, P 32) . A auto-organização da sociedade encontraria um sistema robusto que, como na maioria das democracias modernas, tenderia a uma polarização política em torno de dois partidos, no nosso caso, PT e PSDB. Os partidos de massa e a adesão dos brasileiros as suas propostas encheram de esperanças aos nossos intelectuais que buscavam indícios de uma sociedade mais associativa e menos autoritária. Intelectuais, militantes, movimentos sociais, todos aqueles que passaram a se organizar e a pensar a política por meio dos partidos, consideramos como representantes do tipo ideal dos partidocratas.

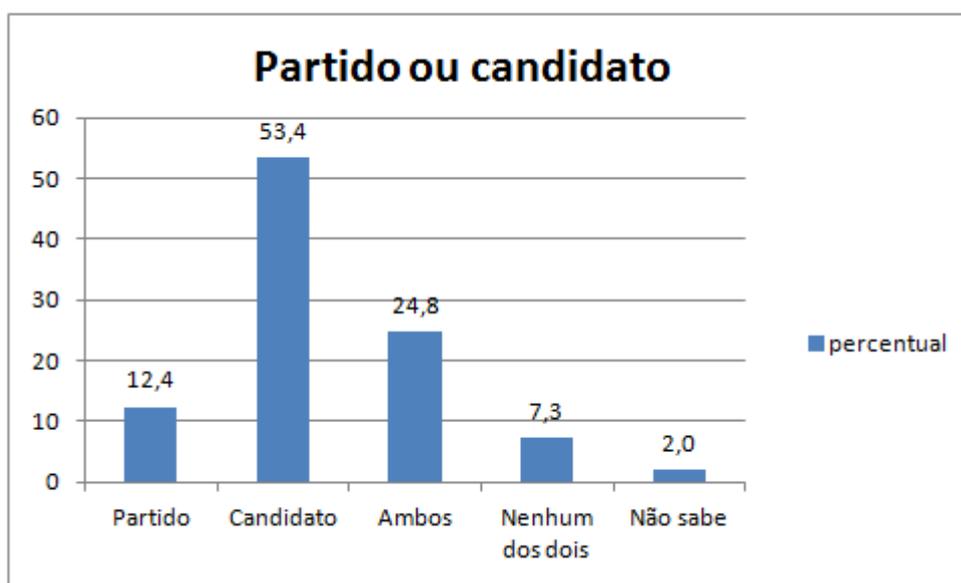
Considerando as duas matrizes, daqueles que consideram a saída messiânica e aqueles que apostam na organização por baixo liderada pelos partidos, a pergunta que nos colocamos é: Poderíamos perceber, no Brasil de hoje, a mesma tendência ao Messianismo em nosso povo? Ou, melhor dimensionando a pergunta, no contexto do Rio de Janeiro, o eleitor orienta seu voto por meio do partido ou do candidato? Isso é o que procuraremos responder a seguir.

3. Eleições, partidos e candidatos

Ao indagarmos sobre o contexto contemporâneo, pode-se perceber que a figura do candidato ainda é muito presente na orientação do voto do eleitor. Conforme o gráfico 1, em torno de 53% dos eleitores entrevistados disseram que os candidatos são mais importantes que o partido para decisão de seu voto. Apenas pouco mais de 12% responderam que dão mais importância ao partido, enquanto quase 25% disseram que ambos têm a mesma importância em sua decisão de voto. Contudo, o baixo percentual de pessoas que disseram dar mais importância ao partido na hora de votar pode não significar que estes não tenham relevância. Se levarmos em conta que o campo de influência dos partidos também inclui a quantidade de pessoas que responderam “ambos”, teremos 37% dos entrevistados. Isso representa mais de um terço dos eleitores que participaram da pesquisa, um

número significativo. Seu interesse aponta para a importância do partido dentro de um jogo democrático. Afastam-se completamente de candidatos como Collor ou Jânio, emblemáticos por serem apenas candidatos messiânicos, no dizer de Carvalho (1993), posto que não tinham um partido por trás para lhes dar suporte. A análise precisa ser robustecida com outros dados, afinal a relação candidato-eleitor traz em si aspectos que remetem a partidos ou até mesmo questões de definição ideológica, inclusive em suas motivações. Para acompanhar os dados também seguiremos com uma breve explanação sobre um conceito que será fundamental de identidade partidária, desenvolvida pela literatura da Escola de Michigan (Campbell et al, 1960).

Gráfico 1 – Partido ou candidato nas motivações de voto



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

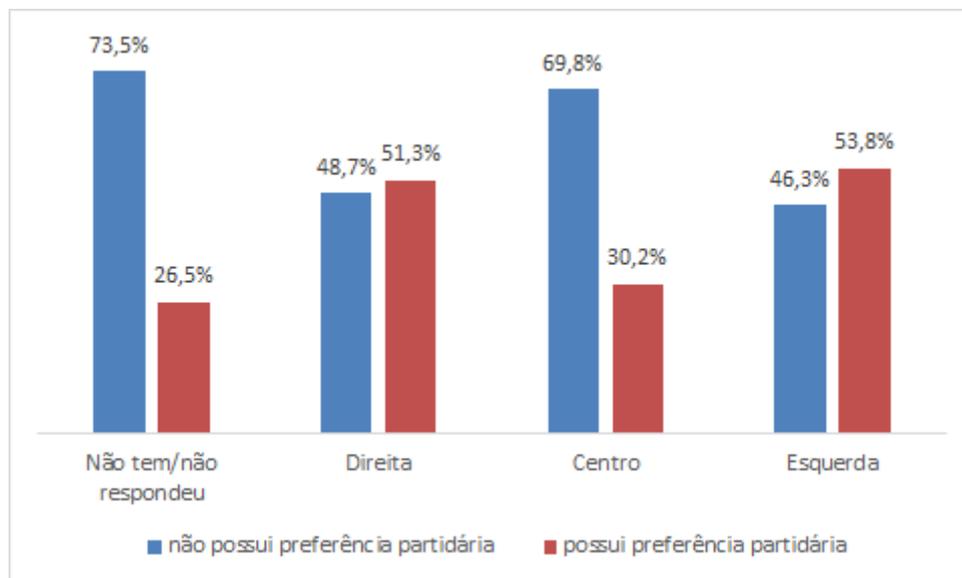
3.1 Messianistas e partidocratas

A preferência partidária foi uma das mais importantes contribuições de Campbell e os seus colegas da Escola de Michigan. Os autores haviam identificado uma persistência dos votantes na escolha partidária, a despeito de mudanças socioeconômicas e mesmo na avaliação dos candidatos. A esse fenômeno, chamaram de identificação partidária, a qual pode ser caracterizada como “um conjunto de predisposições políticas e de atitudes básicas frente a partidos políticos que se mostrariam (sic) resistentes a influências conjunturais.” (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015). A identificação partidária é percebida nas pesquisas de opinião por meio da identificação do partido pelo entrevistado, da consistência com que declarou o voto no partido e, por fim, com a intensidade do voto. Apesar de não seguir a metodologia dos autores de maneira rigorosa, acreditamos que a relação entre a orientação ideológica e a preferência por partidos ou candidatos possam ser uma amostra da intensidade com que ocorre essa identificação partidária. Para os efeitos de nossa pesquisa, é

importante notar que a identidade partidária dos votantes é um critério que os classificaria como partidocratas, motivo pelo qual trataremos apenas do último para se referir a questão teórica.

Com o gráfico 2, procurou-se iluminar o mistério da relação entre ideologia e os partidocratas. Dos entrevistados, apenas 37% tinham qualquer preferência partidária. Entretanto, descobrimos que tanto quem se define de “esquerda” como quem se define de “direita”, tende a possuir um partido de preferência. Tal tendência se mostra bastante visível quando considerado em comparação com quem é de centro e quem não possui definição ideológica (como no gráfico 2). O que se vê é que quem tem uma definição ideológica orienta mais a ação do voto por um partido. Tal fato corrobora a ideia de que o partido representa uma agremiação de indivíduos unidos por um projeto de governo em comum, posto que aqueles que têm um ideal bem definido unem-se aos partidos. Isto mostra que a ação social de quem vota em um partido é uma ação racional orientada por valores. Examinemos melhor esta proposição.

Gráfico 2 – Definição ideológica segundo preferência partidária

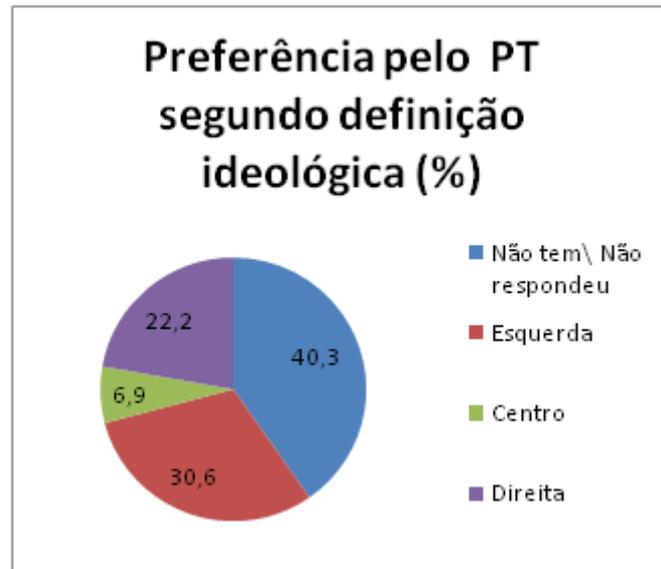


Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

O gráfico 3, tem relevância pela distribuição do PT. Dos que se consideram petistas, 22,6% são de direita, contra 30,6% de esquerda. Aliado a esta conjuntura, aparece um número alto de pessoas que não sabem ou não responderam.

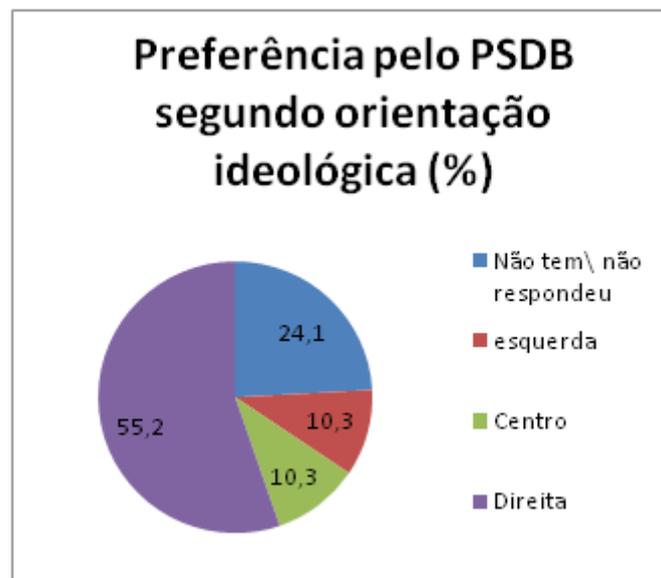
O gráfico se torna mais interessante ao ser analisado em conjunto com o gráfico 4, sobre o PSDB. O PSDB tem poucas pessoas que se dizem de esquerda, quase um quarto não respondeu ou não sabe e 55,2% se consideravam de direita. Ou seja, é muito mais nítida a definição ideológica no caso do PSDB.

Gráfico 3 – Preferência partidária pelo PT segundo orientação ideológica



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Gráfico 4 – Preferência partidária pelo PSDB segundo orientação ideológica



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Salta aos olhos no PSDB também o seu baixo apoio da esquerda, uma vez que este já se considerou um partido de centro-esquerda. Talvez o motivo esteja, justamente, no local que ocupou historicamente no país. Primeiro, com as políticas de ajustes fiscal e a privatização de amplos setores estatais, que culminou na construção do neoliberalismo no Brasil. Depois, pelo papel que teve como oposição ao governo do PT, este sim vinculado aos movimentos sociais e trabalhistas, e por isso levando uma dinâmica mais à esquerda.

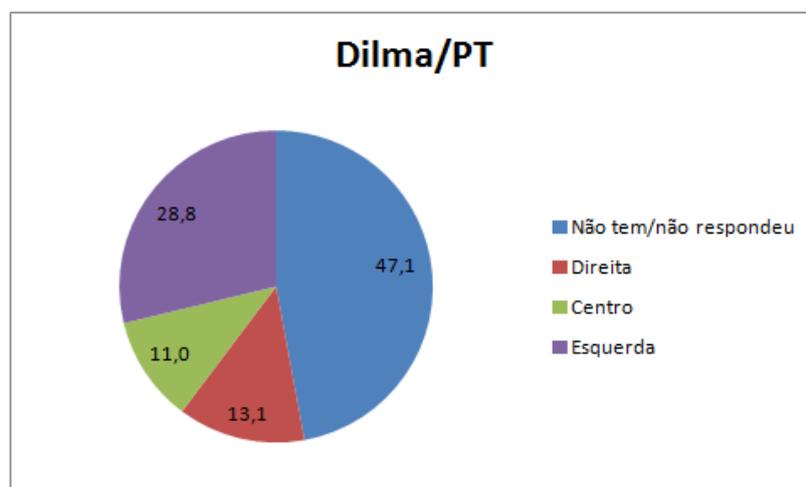
Explicado este ponto, ainda resta a dúvida de porque o PT é o partido preferido por um setor que se considera de direita. Mais do que um partido de esquerda, o PT se consolidou como um partido de governo, cuja procura por uma ampla coalizão permitiu que pudesse canalizar, em grande medida,

apoios que fossem para além da esquerda e até mesmo dos indecisos. Exemplo está na sua aliança ao PMDB, partido com traços fortemente conservadores, ou o PP, partido de Jair Bolsonaro.

As coalizões partidárias são parte das disputas democráticas e ajudam justamente a angariar um eleitor diferente e a manter a estabilidade. Isto é indicativo da vida moderna partidária, onde os partidos são considerados de eleições, isto é, procuram angariar os mais distintos votos dos eleitores e se tornar uma necessidade ainda mais premente em nosso presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1987). Tal presidencialismo, como toda coalizão política, tem os princípios de um “cesarismo sem César”, para utilizar a expressão de Gramsci (2007). Nesta análise, as mudanças que o bloco é capaz de fazer estão sempre sujeitas a arranjos com as forças conservadoras sem haver uma real ruptura com elas (GRAMSCI, 2002).

Apesar de suas alianças e coalizões durante anos terem objetivado, com observável êxito, maior entrada nos setores de direita, é inegável que a esquerda é ainda o setor que mais respalda o governo. O gráfico 5, o qual corrobora a ideia anterior, estaria validado pela disputa mais acirrada de nossa democracia, a qual levou os dois governantes a procurarem mostrar distinção de projetos. Nesse ponto, Dilma procurou ampliar seu posicionamento com pautas mais de esquerda, atraindo o apoio de partidos abertamente nessa posição, como o PSOL, já que estes eram contrários à candidatura de Aécio.

Gráfico 5 – Votos em Dilma no 2º turno distribuídos por definição ideológica



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

3.1 Partidocratas, messianistas e a crise das instituições: por que as pessoas votaram em Dilma e Aécio?

Um dos bordões que se apresentam neste cenário político turbulento é a tão chamada “crise de representatividade”. Se analisarmos nossa história política com mais atenção, perceberemos que, a bem da verdade, jamais experimentamos momentos de profunda representação dos interesses das classes populares e trabalhadoras da população em nossos estratos político-administrativos mais elevados. Mesmo as conquistas de importantes direitos nas primeiras décadas da república, como os direitos trabalhistas, não ocasionaram uma universalização da cidadania. No Brasil, aplicamos o

conceito de cidadania regulada (SANTOS, 1979), estadania (CARVALHO, 1987), mas não em uma concepção de abertura concreta às demandas sociais, sobretudo às vindas da base da sociedade, por parte de nossas elites políticas.

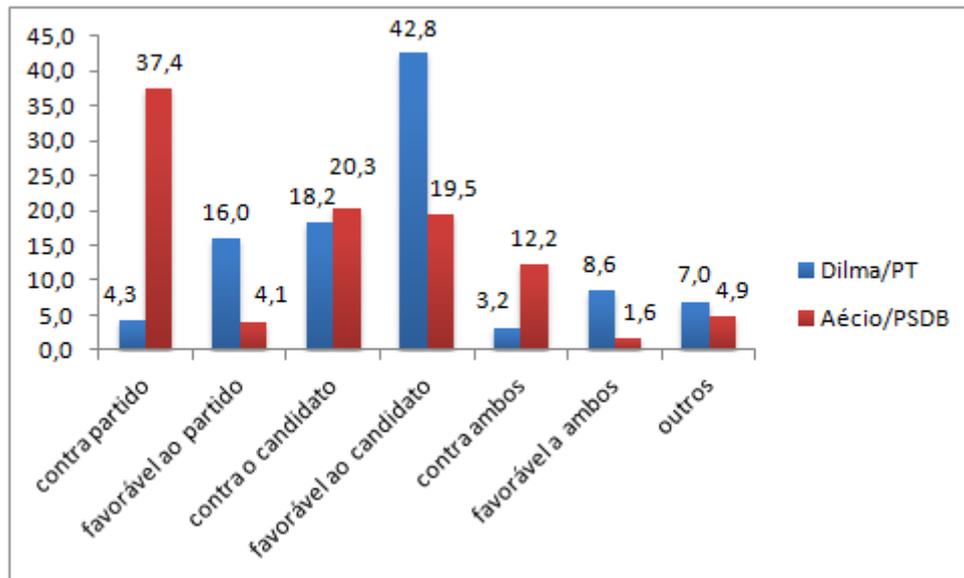
Segundo Carvalho (1987), esta falta de abertura e distanciamento das elites em relação aos representados – o que já era observado em Schumpeter (1961) e Michels (1982) - encontrou espaço também em nossa sociedade, e gerou um completo descrédito com relação às nossas instituições políticas, sobretudo as representativas, no início da república. Como ele mesmo diz, “o povo sabia que o formal não era sério” (CARVALHO, 1987). Podemos expandir esta concepção até os dias atuais e assim sustentar que vivemos não a crise de uma representatividade ideal que nunca existiu, mas sim uma crise da credibilidade de nossas instituições representativas, na qual os partidos são uma das instituições mais afetadas. Pensando a partir desta perspectiva, que lugar assume o partido em nosso cenário atual, dentro deste contexto?

Em nossa pesquisa, perguntamos aos eleitores em quem votaram no segundo turno e por que haviam votado naquele candidato, obtendo um bom índice de aproveitamento de informações. O interessante é que muitas respostas mobilizaram argumentos que se referiram a dimensões partidárias ou ideológicas. Respostas como, “não aguento mais a roubalheira do PT”, ou “sou anti-PSDB” e outras do tipo apareceram com frequência significativa. Assim, classificamos as respostas à pergunta “por que votou” segundo tipos ideais básicos: contra e a favor do candidato, contra e a favor do partido, contra e a favor de ambos e outros. Ao olharmos para estas tipificações, conseguimos ressaltar importantes dimensões da relação candidato-eleitor-partido. A maior parte das pessoas que votaram em Aécio Neves o fizeram sem necessariamente se identificar com o candidato, mas sim por uma negação de sua opositora ou de seu partido. Além dos 37,4% que votaram nele para marcar oposição ao partido adversário, outros 20,3% votaram por rejeitarem sua adversária e outros 12,2% por rejeitarem ambos. Assim 69,9% dos entrevistados que votaram em Aécio não o fizeram tendo como principal motivo uma aprovação a ele, mas sim uma rejeição à candidata que era sua alternativa, sendo a maioria dos votos que angariou reprovativos. Já Dilma é uma figura que claramente despertou maiores níveis de identificação consigo ou seu projeto de governo: 16% dos eleitores votaram por aprovar o PT; 42,8% por uma afinidade direta a ela e 8,6% por se aprazer de ambos, somando assim 67,4% de votos aprovativos.

Do que foi exposto, vemos que motivações voltadas para os partidos e para candidatos se misturam na construção do campo de influência de um candidato. Isto demonstra o magnetismo adquirido pela ideia da mudança, impulsionada pelas insatisfações que culminaram nas várias manifestações espalhadas pelo país e até pelo mundo, que por sua vez têm forte ligação com a incapacidade de nosso sistema representativo de assimilar as demandas vindas da base da sociedade, e com sua consequente crise de credibilidade, das quais falamos há pouco [2].

Gráfico 6 – Motivação de votos para presidente no 2º turno segundo tipos ideais

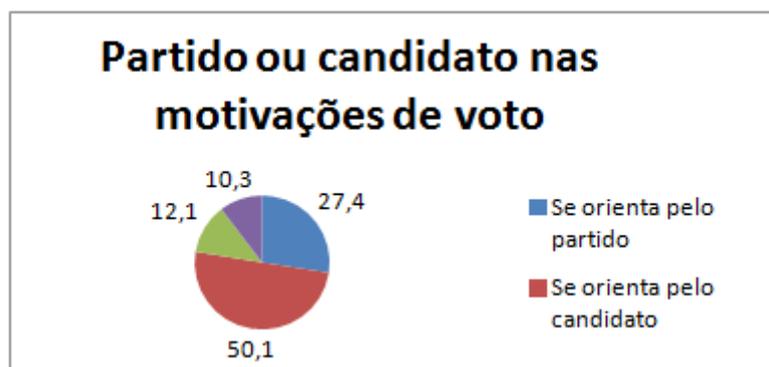




Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

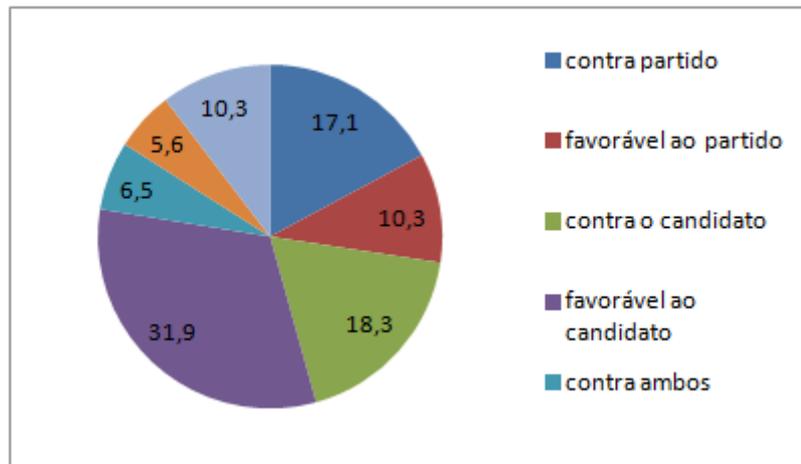
Outra questão para a qual os dados apontam é a presença significativa do partido nas motivações dos eleitores, apesar das orientações voltadas aos candidatos ainda serem maioria. Para elucidar esta questão reunimos em uma mesma categoria as orientações voltadas para candidatos (contra ou a favor) e o mesmo para os partidos. Para elucidar a questão, construímos os gráficos 7 e 8. Como resultado, percebemos que 50,1% dos entrevistados se orientaram prioritariamente pelos candidatos, enquanto 27,4% pelos partidos. Se somarmos a cada um a quantidade de pessoas que responderam “ambos” para determinarmos sua área de influência teremos 62,2% para os candidatos e 39,5% para os partidos. Apesar da diferença elevada, os partidos se mostram influenciando decisivamente parte significativa dos entrevistados.

Gráfico 7 – Total de entrevistados segundo suas motivações por partidos ou candidatos



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Gráfico 8 – Total de entrevistados segundo suas motivações contra ou a favor de partidos ou candidatos



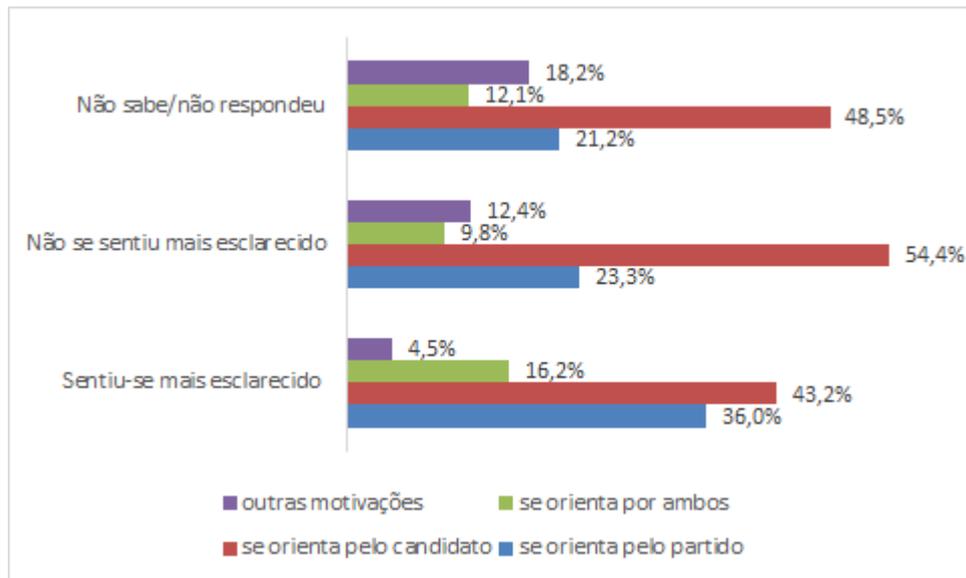
Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

3.1 Uma nova esperança ou o “Império contra-ataca”?

A crise da credibilidade de nossas instituições representativas pode ter abalado a maneira como já foram construídos partidos e candidatos antes. Esta é a interpretação a que chegamos após a análise do gráfico 9. Como ele aponta, após o evento das manifestações de junho de 2013, houve um grupo de pessoas que se sentiu mais esclarecido para votar, apesar da maioria (55,7%), ter dito que não. Porém, ao cruzarmos esta variável com a orientação de voto, revelou-se um quadro interessante. As orientações que trazem o partido para o centro da decisão de voto (orientação por partido ou por ambos) cresceram exponencialmente, se tornando maioria entre aqueles que disseram se sentir mais esclarecidos para votar após as manifestações, algo inédito até aqui.

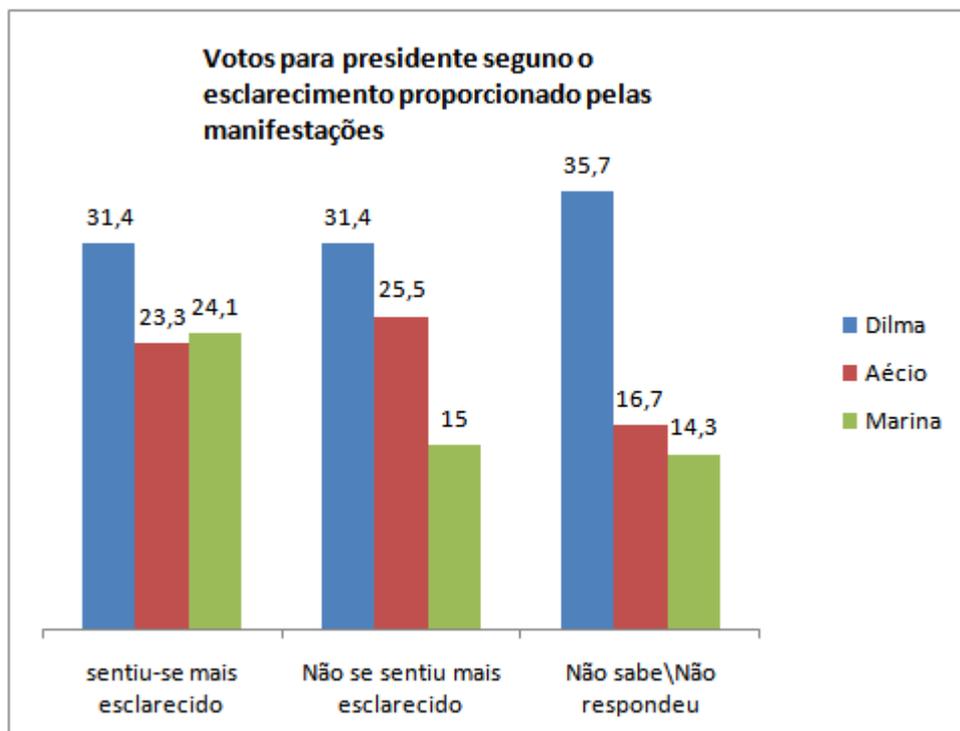
Acreditamos que isso é uma amostra do efeito politizador que estas manifestações desempenharam junto à sociedade civil. Temas como mobilidade urbana, serviços públicos (ainda que esta categorização e classificação das pautas muitas vezes não estivesse tão clara para parte dos atores), pautas que denotam uma dimensão estrutural do jogo democrático estavam presente de maneira difusa nas reivindicações. Outra questão que pode nos ajudar a compreender este fenômeno é o magnetismo e o significado adquirido pela ideia de mudança neste contexto. Como já discutimos, foi nesta lógica que o candidato Aécio Neves angariou a maior parte dos votos entre os eleitores contemplados por nossa pesquisa. O gráfico 10 nos ajuda a perceber mais ainda o papel exercido por essa categoria.

Gráfico 9 – Motivos dos votos em relação ao esclarecimento pelas manifestações



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

Gráfico 10 – Efeitos das manifestações no voto para primeiro turno da presidência



Fonte: pesquisa métodos quantitativos PUC-Rio, 2014

O resultado do gráfico 10 não é aleatório. A pesquisa leva em consideração quem é contra e quem é a favor a um partido. O grande tempo de permanência do PT e, anteriormente, o tempo do PSDB no poder, levou os dois partidos a serem conhecidos da população, quer como oposição, quer como governo. Aqui vemos se aclarar o significado adquirido pela ideia de mudança exposta acima. Ela foi o principal motivo de se orientar por um partido. Também por isso uma proporção maior das pessoas que se disseram esclarecidas com a manifestação votaram em Marina Silva (24,1%),

comparadas às que não se esclareceram ou não responderam, já que seu lema era a ideia de construir uma “nova política”, ou seja, o abandono das práticas clientelistas entre as coalizões partidárias.

Acreditamos que a ação associativa por trás da escolha de um partido, quer a favor, quer contra, remete a uma ação social racional orientada por valores (ou por fins, em alguns casos), demonstrando a passagem da passividade para uma atitude participativa, quer contra quer a favor. O interessante da palavra de ordem ser mudança é, justamente, que esta ideia no Brasil sempre esteve atrelada a “mudar para conservar”. A revolução passiva é a ideia de que todas as vezes que se precisou fazer uma transformação, o status quo a teria feito antes do povo, de tal sorte a nunca a população se organizou para lutar e reivindicar ela mesma (VIANNA, 1996). Ou ainda em Faoro (2012), para quem as instituições estatais, desenhadas em seu modelo patrimonial, criavam um estamento burocrático, o qual barrava todo e qualquer desenvolvimento da própria cultura e autonomia do povo (FAORO, 2012). O esclarecimento nas manifestações em vista do voto, vis-à-vis, pode estar atrelado a uma nova concepção da política, menos messiânica e mais partidocrata, que já havia se desenhado e se instaurado desde a redemocratização e onde o próprio PT teve papel de destaque.

Conclusão

Em nosso trabalho, centramos a análise em como o eleitor estabelece sua relação com candidatos e partidos. Entendemos que candidatos são historicamente fortes e também condizem com o nosso Executivo inchado (CARVALHO, 1993) e até mesmo com o nosso processo em lista aberta (NICOLAU, 2006). Contudo, dar ênfase ao partido (ou a ambos) é entender que somente com o partido e suas coligações é que se governa. O maior entendimento desta questão parece resvalar em uma maior relevância do voto e da democracia, além de um elemento que potencializa a possibilidade de intervenção e transformação social por parte da sociedade civil. Por isso, o possível avanço dos partidocratas pode ser significativo de um novo alento ao governo do povo no país.

Em nossa análise, podemos, agora, perceber dois tipos de partidocratas, aos quais chamaremos partidocratas-agentes e partidocratas-pacientes. Os primeiros se caracterizam por se formarem numa chave gramsciana, em que o partido aparece como o príncipe (GRAMSCI, 2007) [3], devido à construção de uma organização espontânea da própria sociedade em torno do partido. Também aparece pela chave toquevilliana da arte do associativismo, uma vez que demonstra a capacidade de se unirem pelo interesse bem compreendido ou ainda/também em função de ideais (TOCQUEVILLE, 2005). No nosso caso, isso é percebido pela ação das manifestações, cujos gráficos e análises foram propostos anteriormente.

Nos partidocratas-pacientes, o que define a percepção dos partidos é a falta de confiança, quer seja nas instituições democráticas como um todo, ou em um partido específico, valorando-os assim de forma negativa a partir de uma ojeriza latente. Acaba se qualificando como um híbrido entre a posição do partidocrata-agente e o messianismo. A grande quantidade de votos nulos e brancos também podem estar em diálogo com esta dimensão cultural. No caso de nossa pesquisa, os votos em Aécio são os elementos nos quais podemos reconhecer este tipo de motivação. Contudo, esta análise se complexifica.



Nas eleições presidenciais, não parece ter sobrado muita opção ao PSDB, senão apostar em um candidato de caráter messiânico. A sua ausência nas massas na política carioca atual levam maior destaque à imagem de Aécio Neves enquanto um candidato opositor ao PT. Assim, a disputa se tornaria entre Aécio e o PT, pois a força de Aécio está vinculada à negação ao projeto do PT, agora identificado com a corrupção e o fracasso econômico. Lembremos que o messianismo está vinculado na sua origem à dominação carismática e, como ela, o vínculo ao líder é resultado de uma necessidade histórica, uma missão (WEBER, 1982).

Ainda assim, a análise mais profunda de seus votos revela outra dimensão, que não exclui seu caráter messiânico, mas com ele dialoga: o voto em Aécio teve uma base predominantemente messiânica (20,3% votaram por se opor a Dilma e 19,5% por o aprovarem), mas, inserindo na análise nossas tipificações dos partidocratas vemos que esta motivação messiânica é seguida de perto por uma tendência partidocrata-paciente (37,4% votaram contra o PT), o que aponta para uma perigosa tendência ao voluntarismo, que parece ter ressurgido nas manifestações de 2015. Vemos, portanto, que este tipo de partidocrata, apesar de ter uma visão mais abrangente do processo político do que aquele que vota apenas no candidato, acaba por corroborar muitas vezes a postura personalista, messianista, que o outro apresenta, carregando ainda o maniqueísmo que resvala no voluntarismo messiânico dos anteriores.

O tipo do partidocrata-paciente é predominante na cultura política carioca. O motivo disto parece estar na chave inversa do associativismo. Sem uma organização política, ou uma cultura de confiança interpessoal, o Brasil, como Moisés (2008) identificou nas suas pesquisas, carece de uma cultura política desenvolvida de forma associativa que, dentre outros motivos, resvala justamente no fato de que as soluções para nossos conflitos foram feitas por cima, de maneira autoritária e imposta (MOISÉS, 2008; REIS, 2003). Vale aqui citar Werneck Vianna (2015), em artigo de opinião publicado pelo Estadão, no dia 5 de Abril:

“Décadas de passividade, de empobrecimento do debate público, sob o obscurantismo de concepções anacrônicas sobre os poderes demiurgos de um Estado tutelar e de heróis providenciais nos apresentam, agora, a sua conta: o maniqueísmo é a marca dominante da nossa cultura de massas “ (Viana, 2015).

Outros atores que emergem nesta cena complexa são Dilma e o PT. Dilma é uma candidata claramente carismática, sociologicamente falando (42,8% de seus eleitores ouvidos por nós votaram nela por lhe aprovar e 8,6% por aprovarem a ela e ao PT) o PT se torna um expressivo representante da partidocracia-paciente, tendo uma participação muito maior nos votos reprovativos de Aécio do que nos aprovativos de Dilma. Um dos pontos que colaboram para isso parece ser o da ideia da burocratização partidária, na qual o PT tem se inserido. Segundo essa ideia, todos os partidos passam a buscar apenas maneiras de se perpetuar no poder, sem manter qualquer vínculo ideológico, o que poderia levar a crises de representatividade e movimentos violentos. Junho de 2013 parece corroborar esta ideia (OPPO, 2004; ARENDT, 2004).

Assim, percebemos que há uma presença significativa da partidocracia em nosso cenário político atual, sinalizando para uma percepção mais abrangente do jogo político, bem como uma maior politização da população. Porém, não se quer com isso afirmar que vivemos uma nova era, livre

de todo o messianismo. Primeiro porque messianistas ainda são maioria numérica segundo nossos dados. Isso implica, como propomos, em um crescente maniqueísmo e concepções voluntaristas, que não levam em conta importantes questões estruturais de nossos dilemas. Além disso, partidocratas-pacientes são também maioria em relação a partidocratas-agentes. Contudo também não se pode dizer que não avançamos: o desgaste da lógica política atual é evidente e gritante. Resta saber se os caminhos que escolheremos aprofundarão as velhas feridas, ou se nos permitirão finalmente expurgar os atrasos autoritários que tanto nos pesam. Hoje é como se, por trás do nevoeiro que nos leva a constantes tropeços, pudéssemos enxergar um traço de luz. Esperamos que não sejam apenas vagalumes. 🌌

NOTAS

* Os autores, à época da submissão, cursavam o 7º período do curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: danielhmf11917@gmail.com; patrickpinheiro@hotmail.com

[1] Sobre a greve dos rodoviários, ver notícia veiculada no site G1, em 12/05/2014: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/rio-monta-plano-de-contingencia-devido-paralisacao-de-rodoviaros.html>

[2] Nossa análise considerou como a favor ou contra partido a ideia de mudança a nível Federal. Acreditamos que o problema de quem escolhia Aécio ou Marina e clamava por mudança era um problema vinculado ao PT, baseado no que efetivamente escutamos nas ruas e no cruzamento com outras informações do questionário como partido de preferência, por exemplo

[3] Lembro que, para Gramsci, o partido era a grande maneira de transformar a sociedade por baixo, pela transformação educativa do homem a caminho de um homem coletivo.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. **Presidencialismo de Coalizão**. O Dilema Institucional Brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. [S.N], 2004. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/harendtdv.pdf>>

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A construção da cidadania no Brasil**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1993.

CAMPBELL, A.; CONVERSER, P.; MILLER, W. & STOCKLES, D. **The American Voter**. New York: Willey. 1960

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo Editora, 2012

GIANFRANCO, Pasquino. *Partitocracia*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino (orgs.). **Dicionário de Política**. 5. ed. São Paulo: Editora UNB, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política.V.3**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere. V. 5**, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

_____. **Escritos políticos**. Lisboa: Seara Nova. Vol 1.1996.

GRYNSPAN, Mario. *A teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada*. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-83, jan./jun. 1996.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras. 2013

MAQUIAVEL, Nicoulau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UNB, 1982.

MOISES, José Álvaro. *Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira*. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

NEGRAO, Lísias Nogueira. *Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro*. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 119-129, jun. 2001.

NICOLAU, Jairo. *O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

OPPO, Anna. Partidos Políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino (orgs.). **Dicionário de Política**. 5. ed. São Paulo: Editora UNB, 2004.

REIS, Bruno P. W. *Capital social e confiança: questões de teoria e método*. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov. 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

_____. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1987.

SARTORI, Giovanni – **Partidos e sistemas partidários**. Tradução de Waltensir Dutra; Apresentação à edição brasileira de David Fleischer. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da universidade de Brasília, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. *Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil*. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 125-148, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400125&lng=en&nrm=iso Acesso em 19 /12/ 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235606>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**: leis e costumes. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Vol. 1.

VIANNA, Luiz W. **Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996.

_____. **Um outro mundo é possível**. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 5 de abr. 2015.

_____. **Raymundo Faoro e a difícil busca do Moderno no país da modernização**. in: BOTELHO, André; Schwarz, Lilian Moritz (org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das letras. 2009

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora UNB, 2015.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WEFFORT, F. 1989. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido em 28/03/2016

Aprovado em 22/12/2016



SOCIOLOGIA, REIFICAÇÃO E DIALÉTICA NO PENSAMENTO DE THEODOR W. ADORNO

SOCIOLOGY, REIFICATION AND DIALECTICS IN THEODOR W. ADORNO'S THOUGHT

*Vinícius Dino Fonseca de Castro e Costa**

Cite este artigo: COSTA, Vinícius Dino Fonseca de Castro e. Sociologia, reificação e dialética no pensamento de Theodor W. Adorno. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 63-73, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: O texto propõe uma leitura de três textos de Theodor W. Adorno, buscando a partir deles selecionar, reconstruir e comentar alguns dos argumentos que o autor apresenta para fundamentar sua proposta de sociologia. Esse exercício visa principalmente a elucidar melhor a estrutura e os sentidos de tais argumentos. O percurso desenvolvido é o de tentar agrupá-los em torno de dois eixos temáticos: o da reificação e o da dialética, entendendo serem esses dois temas como que princípios antitéticos observados por Adorno no interior das diferentes formas de reflexão sociológica. A partir deles, se busca lançar luz sobre a especificidade da concepção dialética de sociologia, defendida pelo autor.

Palavras-chave: Positivismo; reificação; dialética; método.

Abstract: This text proposes an interpretation of three of Theodor W. Adorno's texts, seeking to select, reconstruct and comment some of the arguments the author presents as to provide fundament to his proposal of a sociology. This exercise intends to make clear the structure and the senses of these arguments. The itinerary developed is one of trying to divide them into two groups, that correspond to two thematic axes: reification and dialectics, understanding that these two themes are antithetical principles observed by Adorno in the scope of the different forms of sociological reflexion themselves. This way, we seek to enlighten the specificity of the dialectical conception of sociology, defended by the author.

Keywords: Positivism; reification; dialectics; method.

Em 1961, o congresso da Sociedade Alemã de Sociologia, realizado na cidade de Tübingen, teve como um de seus principais temas de discussão a lógica subjacente à prática das ciências sociais, a partir de debate protagonizado por Karl Popper e Theodor Adorno. Às 27 teses de Popper sobre a lógica das ciências sociais, formalizadas e sistematizadas, Adorno opôs uma réplica ensaística na qual expunha a perspectiva dialética de sua teoria crítica da sociedade, contra o “racionalismo crítico” defendido por Popper. Extrapolando a ocasião estrita do congresso, esse debate veio a se desenrolar ao longo de toda a década de 60, e a desencadear outras tomadas de posição, como as dos filósofos Jürgen Habermas e Hans Albert, culminando com a publicação, em 1969, do volume *A disputa do positivismo na sociologia alemã*[1]. Nessa compilação, além dos textos iniciais de Popper e Adorno, figuravam contribuições de outros autores sobre a mesma temática, o texto *Sociologia e pesquisa empírica*, escrito por Adorno ainda em 1957, e uma estendida introdução também assinada por este último, na qual ele retomava algumas das questões centrais do debate e incluía novas formulações.

Por volta da mesma época, em 1968, Adorno ofereceu seu último curso universitário, antes de sua morte em agosto do ano seguinte. Bastante influenciado pelas discussões iniciadas no congresso de Tübingen, e atualizadas no então mais recente congresso da Sociedade Alemã de Sociologia, realizado em Frankfurt naquele ano, o curso teve como objeto justamente questões introdutórias à sociologia. Nele, o autor lidava com diversos temas pertinentes à discussão em voga na época, mas também apresentou proposições teóricas mais fundamentais acerca do conceito e metodologia da disciplina. Concomitantemente, ele trabalhava na edição do volume sobre a “disputa do positivismo”, mais especificamente em sua introdução. A conexão entre esses dois momentos de sua atividade teórica e acadêmica foi explicitada pelo próprio Adorno, que em carta ao crítico Peter Szondi, assinalava:

Ainda não iniciei a redação do livro sobre estética. Em parte porque preciso redigir a grande introdução ao livro da editora Luchterhand acerca da controvérsia do positivismo na sociologia alemã. Uso esse material ao mesmo tempo para minhas aulas. (ADORNO, 2008, p. 62)

Este trabalho se debruçará sobre esse momento particular da experiência intelectual adorniana, no qual o autor se ocupou de forma especialmente intensa e profunda sobre problemas da sociologia enquanto disciplina específica. Para tanto, ele se dedicará a fazer uma leitura de três textos – a introdução ao livro mencionado, o texto *Sociologia e pesquisa empírica*, também nele publicado, e a transcrição do curso de introdução à sociologia –, buscando a partir deles selecionar, reconstruir e comentar alguns dos argumentos que Adorno apresenta para fundamentar sua proposta de sociologia. Esse exercício visa principalmente a elucidar melhor a estrutura e os sentidos de tais argumentos sem conter, contudo, qualquer pretensão de esgotá-los. Em vez disso, o percurso será o de tentar agrupá-los em torno de dois eixos temáticos: o da reificação e o da dialética, entendendo serem esses dois temas como que princípios antitéticos observados por Adorno no interior das próprias diferentes formas de reflexão sociológica. A partir deles, será possível lançar luz sobre a especificidade da concepção dialética de sociologia, defendida pelo autor.

1. Reificação e fetichização do método na sociologia

Já em *Sociologia e pesquisa empírica*, texto de 1957, Adorno tecia reflexões sobre diversos aspectos da relação entre teoria e empiria no interior da prática sociológica. Nesse contexto, ele se ocupou de fazer a crítica do que identificou como sendo um processo de reificação ou coisificação do método, paralelamente a sua fetichização. Para Adorno (1973, p. 84), os métodos empíricos por ele postos em questão, apesar de possuírem uma pretensão à objetividade que lhes serve de atrativo, em realidade não apreendem mais do que dimensões estritamente subjetivas do comportamento humano (opiniões, atitudes, dados estatísticos sobre sexo, idade etc.), falhando em perceber o plano do que ele denomina como objetividade social, isto é, “a soma de todas as relações, instituições e forças em cujo seio atuam os homens” (ADORNO, 1973, p. 84) [2]. (Daí também sua semelhança em relação às pesquisas de mercado, cujos resultados são um agrupamento de informações “pré-científicas” com fins administrativos, centrando-se sobre os sujeitos, em detrimento das formas sociais.) Nesse sentido, o autor argumenta que tais métodos empíricos engendram uma separação entre método e objeto, autonomizando o primeiro em relação ao segundo, de modo que “a objetividade da pesquisa social empírica não é, em geral, senão a objetividade dos métodos, no lugar daquela do pesquisado” (ADORNO, 1973, p. 84). Assim, “o método ameaça tanto fetichizar seu objeto quanto degenerar ele mesmo em fetiche” (ADORNO, 1973, p. 85).

Porém, antes de explorar melhor de que forma a separação entre objeto e método engendra a reificação e a fetichização deste último, é oportuno retomar o contexto a partir do qual se dá a teorização de Adorno sobre o tema da reificação.

É conhecida a influência de György Lukács, em especial da reflexão do “jovem Lukács” reunida no livro *História e Consciência de Classe*, sobre os pensadores da chamada Teoria Crítica da Sociedade, ou Escola de Frankfurt. Para Habermas (1999, p. 474), por exemplo, “Adorno pôde fazer seu um argumento de Lukács e radicalizá-lo.” [3] De fato, há muitos elementos em comum entre a concepção adorniana de reificação e o argumento que Lukács apresenta no ensaio *A reificação e a consciência do proletariado*. Nesse texto, ele faz uma releitura das observações de Marx sobre as consequências sociais da generalização da forma mercadoria enquanto principal modo de satisfação das necessidades humanas, agregando novas perspectivas à análise. No que se refere a esse ponto, Michael Löwy (2014, p. 113) define a contribuição de Lukács como “uma síntese poderosa e original da teoria do fetichismo da mercadoria de Marx e da teoria da racionalização de Weber”. Para Lukács, o fetichismo envolvido nas relações de troca de mercadorias, isto é, o processo pelo qual essas relações assumem “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p. 147), constitui-se como uma determinação central não somente da troca mercantil em si, mas também de todas as formas de objetividade e subjetividade na sociedade burguesa. Assim, o fetichismo engendra também um tipo de racionalidade que lhe é própria, marcada basicamente pelo recurso à quantificação, ao cálculo e à abstração das qualidades específicas dos objetos, pela qual opera o valor de troca. Essa racionalidade passa a mediar a sociedade capitalista “em todas as suas manifestações vitais” (LUKÁCS, 2003, p. 193). É justamente a todo esse processo, simultaneamente objetivo e subjetivo, que Lukács dará o

nome de reificação, e a partir dessa conceituação pode-se compreender melhor as observações de Adorno sobre o modo como ele se manifesta no campo das ciências sociais.

Feito esse parêntese, é possível prosseguir na análise dos argumentos de Adorno. Em *Sociologia e pesquisa empírica*, ele defende que os trabalhos científicos que elegem um método dado de antemão como critério de objetividade, em realidade falsificam esta última, na medida em que produzem apenas “enunciados objetivos sobre sujeitos” (ADORNO, 1973, p. 84), isto é, sobre suas opiniões, reações e atitudes pessoais. De que forma, porém, essa falsa objetividade se inscreve na lógica da reificação? Para o autor, “o método coisificado postula a consciência coisificada das pessoas que constituem seu objeto” (ADORNO, 1973, p. 87). Isso significa que, ao deixar de apreender as determinações objetivas da realidade, substituindo-as pelas impressões subjetivas, o método também deixa de interpelar a própria consciência reificada que gera essas impressões, tomando-a como pressuposto e, assim, corroborando-a. Essa substituição se impõe como procedimento em um cenário onde o método se destaca de seus objetos para tornar-se uma ferramenta autossuficiente: em última instância, trata-se de uma emancipação dos meios em relação aos fins, característica típica da racionalidade formal descrita por Weber. Ou, nas palavras de Adorno (1973, p. 87), “se pretende investigar um objeto mediante um instrumento de investigação que decide em virtude de sua própria formulação, o que é o objeto mesmo – em suma, um círculo vicioso”. Precisamente nessa direção, criticada por Adorno, apontava Popper em suas teses sobre a lógica das ciências sociais, quando afirmava que “[a] chamada objetividade da ciência se radica na objetividade do método crítico; [...] os meios lógicos dos quais se serve a crítica – a categoria da contradição lógica – são objetivos” (traduzido de POPPER, 1973, p. 104).

É nesse sentido que se pode falar de um fetichismo do método, correlacionado a sua própria reificação: assim como ocorre com a mercadoria, nele são investidas propriedades sobrenaturais, para além do que seriam suas possibilidades reais, gerando assim uma aparência. [4] Contra isso, Adorno defende um julgamento da relevância *dos objetos*, com base em sua essencialidade e nexos internos. Dessa forma, ele apresenta uma crítica da cristalização não só dos métodos enquanto condição suficiente de objetividade, mas também da própria realidade concreta à qual eles se dirigem.

Pensamentos semelhantes aparecem de forma desdobrada nas outras produções intelectuais do autor, nos anos 60. Na *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*, Adorno retoma sua crítica ao que nesse novo momento nomeia como “obsessão metodológica”, expressando um tipo específico de racionalidade científica que ele identifica com o positivismo. A ela, ele opõe justamente o interesse pelo objeto de pesquisa:

O interesse pela coisa acaba se firmando contra a obsessão metodológica [...]. O espírito que descuida o quê em benefício do como, ou o objetivo do conhecimento em benefício dos meios de conhecimento, tende a deteriorar-se a si mesmo. (ADORNO, 1983, p. 245)

Trata-se, portanto, de uma atualização da crítica ao processo de racionalização que elege o método como critério principal de fundamentação da atividade científica. Para Adorno (1983, p. 245), o espírito que adere a essa lógica perde ele próprio suas qualidades; em outras palavras, reifica-se:

“através da racionalização torna-se desespiritualizado”. Para explicar melhor essa formulação, ele recorre à distinção feita já por Blaise Pascal, nos primórdios da ciência moderna, entre o *esprit de géométris* e o *esprit de finesse*, na qual o segundo diz respeito a um momento qualitativo da racionalidade que não poderia ser reduzido à quantificação, que naquela época já começava a se impor como princípio central da ciência.

Essa reificação do espírito se relaciona com um tema crucial da própria reflexão filosófica mais ampla de Adorno, a saber, a dialética do sujeito na modernidade. Para ele, para que o sujeito pudesse se autoafirmar, enquanto tal, historicamente, precisou distanciar-se progressivamente dos objetos, apropriando-se das determinações destes últimos para fins de dominação. Contudo, tal forma de apropriação é contraditória na medida em que consiste em uma “dominação de um mais fraco sobre um mais forte”, de modo que “o sujeito se esquivava da superioridade real da objetividade” (ADORNO, 1983, p. 224). Dessa forma, quando o sujeito acreditava estar, nos termos de sua própria dominação, distanciando-se do objeto, em verdade estava convertendo-se ele próprio em objeto, de forma inconsciente, fazendo de sua racionalidade uma “segunda natureza”. Para Adorno (1983, p. 224), essa é “a pré-história da coisificação da consciência”, que se manifesta no positivismo na forma da projeção, sobre a realidade objetiva, da racionalidade de sua subjetividade dominadora; é o que faz, por exemplo, a afirmação do filósofo Rudolf Carnap, citada por Adorno, de que as leis da lógica se aplicariam à realidade por um “afortunado acaso”.

Também em seu curso de introdução à sociologia o tema do fetichismo reaparece. Na aula do dia 04/07/1968, por exemplo, Adorno (2008, p. 296) desenvolve o que ele chama de “o problema da fetichização da ciência”. Nessa reflexão, ele polemiza mais especificamente com a defesa feita pelo sociólogo Erwin Scheuch de uma sociologia “que não quer ser nada a não ser sociologia”. Como crítica a essa concepção, Adorno elabora um argumento especialmente centrado na questão da justificativa da ciência, e da sociologia em particular. Dessa forma, ele conceitua de forma sintética a fetichização da ciência: trata-se do fato de que esta passa a ser vista como um fim em si mesma (precisamente como expressa a formulação de Scheuch). Em contrapartida, Adorno enfatiza que a ciência possui sua justificativa ao passo em que extrapola seu próprio domínio, e oferece “visões compreensivas” que possuam maior alcance. No caso da sociologia, essa questão se complexifica justamente por ela elaborar problemáticas como a da reificação e do fetichismo que, ao deixarem de ser aplicadas à própria disciplina na forma de autorreflexão, geram o que o autor chama de “fenômenos de deformação”; em outras palavras, a autorreferência das ciências em geral, se transplantada para a sociologia, traduz-se em uma limitação cognitiva na forma em que esta experimenta a si própria e a seus objetos.

2. Aspectos de uma sociologia dialética

Tendo percorrido alguns argumentos construídos por Adorno no contexto de sua crítica ao que ele denomina como positivismo, cabe agora indagar: de que maneira pode-se caracterizar a proposta dialética de sociologia que ele apresenta?

Inicialmente, pode ser destacado o modo mesmo pelo qual Adorno entende que aquela disciplina deve abordar seu objeto: enquanto totalidade. Essa dimensão é explicada por ele já nos primeiros

parágrafos de *Sociologia e pesquisa empírica*: “Qualquer visão da sociedade como um todo transcende necessariamente seus fatos dispersos. A construção da totalidade tem como primeira condição um conceito da coisa no qual se organizem os dados separados” (ADORNO, 1973, p. 82). Para o autor, os diversos domínios da sociedade encontram-se funcionalmente interligados, e todo fato particular é de uma forma ou de outra socialmente mediado. Na *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*, Adorno explicita sua concepção de totalidade social, no movimento de diferenciá-la do que ele chama de “pensamento globalizante”. Este último, do qual os modelos organicistas - para os quais as partes, ou órgãos, se ligam diretamente ao todo – seriam um exemplo, procederia “do alto”, na medida em que transforma a noção da totalidade em um início em si. De forma oposta, o conceito dialético de totalidade se distinguiria por estar atento à “relação antinômica do universal e do particular”. Além disso, ele postularia um “caráter social de sistema”, no lugar das conexões “orgânicas” imediatas (ADORNO, 1983, p. 236).

Assim, partindo da premissa de que “a construção da totalidade tem como condição um conceito da coisa”, pode-se observar como Adorno resolve conceitualmente o problema da totalidade. Em sua reflexão, tal procedimento se concretiza na forma do próprio conceito de sociedade, e de uma de suas determinações cruciais: a forma social da troca. Esse conceito Adorno desenvolve, dentre outros momentos, por ocasião de uma polêmica em torno de uma declaração do filósofo Hans Albert, interlocutor de Popper.

Em seu curso, na aula do dia 02/05/1968, ele reflete de modo mais detido sobre essas ideias, iniciando, entretanto, com uma citação de Nietzsche (*apud* ADORNO, 2008, p. 100) segundo a qual “todos os conceitos em que um processo em sua totalidade se resume semioticamente se subtraem a uma definição”. Nesse sentido, ele procede à exposição de apontamentos sobre o conceito de sociedade, ressaltando a “infinita riqueza histórica” de seus conteúdos (ADORNO, 2008, p. 103). É a partir dessa aceção que o autor reage à crítica de Albert a seu conceito de sociedade. Para Albert (*apud* ADORNO, 2008, p. 105), o conceito adorniano seria demasiadamente abstrato e inatingível do ponto de vista da experiência, porque o todo “nunca se apresenta ele mesmo conforme arranjos experimentais particulares”. Dessa forma, ele acusa Adorno de não possuir suficiente clareza na comunicação de seu conceito e da interdependência que ele expressa, extraindo deste apenas a compreensão parcial de que “de alguma maneira tudo se relaciona com tudo”.

Adorno responde a essa objeção mobilizando sua noção de sociedade como rede de nexos funcionais entre seres humanos; porém, avança na caracterização ao discorrer sobre uma determinação essencial dessa rede: a troca. Para ele, é essa determinação que unifica virtualmente todos os seres humanos, e sua condição abstrata, mais do que apenas uma tradução teórica do fenômeno real, é constituinte de sua própria existência na prática. Isso significa que, como diz Adorno (2008, p. 106), “essa abstração é propriamente a forma específica do processo de troca ele mesmo”; assim, chega-se ao modo efetivo pelo qual se dão os nexos funcionais de que falava o autor. Um conceito de sociedade fundamentado nas conexões que se estabelecem por meio da troca, ela própria abstrata e conceitualmente mediada, não é atingido pelas críticas de Hans Albert, conclui Adorno. Precisamente aí residiria uma distinção importante entre a doutrina positivista e a doutrina dialética da sociedade

[5]: a dialética não nega “essa objetividade conceitual que existe na própria coisa”, enxergando totalidade onde o positivismo vê uma diluída relação “de tudo com tudo”.

Também na *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*, Adorno retoma a réplica às afirmações de Albert, refletindo novamente sobre o problema da abstração no valor de troca. Nesse contexto, ele acrescenta uma formulação que é oportuna para estabelecer a passagem para um outro momento da reflexão adorniana sobre sociologia e dialética: aquele centrado na noção de mediação. [6] Diz Adorno (1983, p. 218): “O caráter abstrato do valor de troca está vinculado *a priori* à dominação do universal sobre o particular, da sociedade sobre seus membros coatos”.

Na mesma aula – do dia 02/05/1968 – Adorno advertia:

embora seja necessário registrar que o conceito de sociedade, enquanto conceito funcional, não seja dado no plano dos sentidos, não seja perceptível de modo imediato como mero fato, não obstante ele não é irracional, mas inteiramente determinável pelo conhecimento, simplesmente na medida em que se revelam as complicações e as contradições a que o desdobramento do princípio da socialização necessariamente conduz. (ADORNO, 2008, p. 112)

É precisamente nessa apreensão racional da sociedade que as mediações cumprem seu papel; mais especificamente, no desvelamento das relações entre universal e particular de que falava Adorno.

Em *Sociologia e pesquisa empírica*, a categoria “mediação” aparece na descrição mesma do valor de troca enquanto abstração: aqui, a operação intelectual e prática realizada pelos agentes da troca recebe o nome de “mediação conceitual”. Sem deixar de remeter à doutrina da “mediação conceitual de todo ente” de Hegel, que ele julga como indício do olhar daquele filósofo sobre algo decisivo, Adorno busca tratar dessa questão indo além da metafísica: “A pesquisa social empírica não pode evadir-se do fato de que todos os estados de coisas que pesquisa, as condições subjetivas não menos que as objetivas, estão mediados pela sociedade.” Entretanto, essa ideia encontra-se exposta de forma mais detalhada nas suas reflexões dos anos 60. Em aula do dia 21/05/1968, por exemplo, ele volta a fazer referência a Hegel ao postular que “não existe nada entre o céu e a terra que não seja mediado pela sociedade”, e que essa mediação “implica que a Sociologia pode abordar verdadeiramente tudo o que existe mediante pontos de vista sociais”, incluindo a natureza (ADORNO, 2008, p. 169).

Porém, como se dá efetivamente essa relação entre os fenômenos sociais e a sociedade, através das mediações? Na *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*, Adorno (1983, p. 248) defende que ela é adequadamente apreendida partindo-se da imediatez, isto é, dos fenômenos. Sem esse momento imediato, para o autor, o próprio conceito mediato de sociedade não faria sentido; no entanto, aquele deve ser superado na medida em que o processo de conhecimento desvenda as referências à sociedade nele presentes. Na realidade objetiva, é dessa maneira que também se dá a relação entre universal e particular: os fenômenos sociais, situados no polo da particularidade, possuem uma “universalidade imanente” (ADORNO, 1983, p. 238). Daí a grande relevância que o concreto singular toma na perspectiva dialética; relevância essa que Adorno

considera de maior peso do que o próprio destaque que o positivismo confere ao ente singular, de forma fetichista. Na dialética, “porque o fenômeno singular encerra em si toda a sociedade, a micrologia e a mediação constituem contrapontos mútuos através da totalidade” (ADORNO, 1983, p. 237). Ideia semelhante aparece quando o autor menciona a psicanálise freudiana: para Adorno (1983, p. 249), nessa tradição teórica “a sociedade ‘está contida’ em inumeráveis momentos” particulares.

Portanto, pode-se afirmar que se chega à totalidade seguindo-se as mediações do próprio objeto: nisso também consiste a inseparabilidade entre objeto e método que Adorno ressaltava já em 1957. Tal importância conferida às mediações se relaciona com a questão do primado do objeto, que, segundo Wolfgang Leo Maar (2006, p. 134), é “a ‘tese’ central que orienta a filosofia de Theodor Adorno em sua retomada do trajeto Kant-Hegel”. Essa ideia, que o autor desenvolve principalmente a partir de sua *Dialética Negativa*, se refere ao problema do entrelaçamento entre razão e história, deixado por Hegel, e pode ser resumida como “a objetividade retraduzida ‘para fora’ da espiritualização idealista” (MAAR, 2006, p. 146). Em síntese, trata-se de uma objetividade destituída do vínculo identitário que, no pensamento de Hegel, se estabelecia entre sujeito e objeto, por meio do conceito do Espírito Absoluto. Na direção oposta, tal como observa Caio Vasconcellos (2009, p. 143) em sua leitura de Adorno,

a esterilidade do positivismo advém da sua constituição como uma ‘mentalidade fechada’ ao reconhecimento da pré-existência da ‘estrutura objetiva da sociedade’ e, por conta disso, de se estremecer em face do objeto, transformado em tabu.

Contudo, faz-se necessário ainda observar como o autor compreende esse percurso pelas mediações do objeto. Ele é conduzido por um procedimento central: a interpretação. Para Adorno (1983, p. 217), “a interpretação dos fatos conduz à totalidade, sem que esta seja, ela própria, um fato”. Assim, os fatos manifestam “algo que eles mesmos não são”. Em outra passagem, o autor afirma que cabe justamente à sociologia desvelar as mediações, “cada uma das quais conduz à outra” (ADORNO, 1983, p. 249). Nesse sentido, Adorno (1983, p. 232) descreve o procedimento da interpretação como uma “fisionomia social”: por esse termo, ele compreende a percepção da totalidade nos traços dos fenômenos. O conhecimento social, que se inicia com a “visada fisionômica” sobre a imediatez dos fatos, completa-se no desdobramento das mediações presentes nesses fatos, por meio da interpretação. Entre os dois níveis, argumenta Adorno, existe um “salto qualitativo”.

Esse ponto é passível de ser ilustrado por um exemplo simples. Diz Adorno:

Se um pensador sociológico observa repetidamente nas estações do metrô de Nova York que dos luminosos dentes alvos de uma beldade de cartaz, um se encontra rabiscado de preto, extrairá disto conclusões como a de que o *glamour* da indústria cultural, como simples satisfação compensatória, pela qual o espectador se sente previamente enganado, desperta ao mesmo tempo a agressão deste último. (ADORNO, 1983, p. 243)

De forma semelhante procedem outros estudos sobre o tema da indústria cultural citados pelo autor em seu texto. Nas “análises de conteúdos” que eles realizam, possivelmente poder-se-ia

encontrar tal olhar fisionômico, que desvenda as mediações sem se enquadrar nas exigências metodológicas do cientificismo, contra as quais Adorno polemiza.

É nesse quadro de referência geral que se pode dizer que o autor constrói sua proposta dialética de sociologia. Todavia, a seleção dos argumentos chamados a compor esse quadro é ela própria fruto de um percurso interpretativo e, sendo assim, ladeada de inúmeras outras determinações não exploradas; determinações essas que, não obstante, não deixam de se fazer presentes no pensamento complexo de Adorno.

Considerações finais

A tentativa de realizar um itinerário exploratório no interior da reflexão filosófica e sociológica de Theodor W. Adorno, identificando e reconstruindo alguns de seus argumentos, se deu principalmente com o objetivo de cercar e compreender melhor sua proposta de sociologia, tal como elaborada em meio aos debates e trocas públicas de ideias. Paul-Laurent Assoun (1991, p. 53), que comenta a Escola de Frankfurt, afirma em uma passagem a propósito do debate aqui abordado: “Assinalemos como particularmente revelador o fato de que um dos elementos mais tangíveis de continuidade da história intelectual da Escola em todo o seu meio século de existência é precisamente essa guerra dos métodos”. Nesse sentido, o exercício de interpretação da perspectiva adorniana, nessa polêmica epistemológica, permite um olhar sobre a decisiva contribuição desse autor, bem como sobre algumas das questões mais candentes da chamada teoria crítica da sociedade.

Do ponto de vista de Adorno, o pensamento dialético toma relevo não apenas como índice de filiação a uma linhagem filosófica; mais do que isso, ele oferece uma perspectiva por meio da qual reconhecer o próprio objeto da reflexão sociológica, isto é, a sociedade enquanto totalidade. Não deixa de ser sintomático o fato, observado por Fredric Jameson (1997, p. 21), de que “dialética” é “uma palavra que ele [Adorno] utilizou muito mais em seus escritos sociológicos do que nos filosóficos”. Assim, transcendendo a quadra histórico-geográfica específica da Alemanha nos anos 60, os debates ali travados sobre a sociologia vieram a marcar a disciplina, principalmente quando se leva em conta a importante circulação que teve o volume *A disputa do positivismo na sociologia alemã*, traduzido para diversos idiomas a partir dos anos 70. 🌐

NOTAS

* O autor, à época da submissão, cursava o 8º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília. E-mail: viniciusdinocosta@gmail.com

[1] Como lembra Gabriel Cohn (2008, p. 21), porém, o termo “positivismo” nesse contexto não faz referência a doutrinas históricas específicas – como a de Auguste Comte, por exemplo –, em vez disso designando, de forma ampla, expressões cientificistas como as de Popper. A respeito dessa designação, Hans Albert considera que “[c]omo antes já Habermas - e, seguindo seus rastros toda uma série de autores desta tendência - Adorno acaba sendo vítima de seu próprio e um tanto diluído conceito de positivismo e do costume - tendencioso, mas corrente neste país - de integrar sob tal categoria tudo o que lhe parece criticável.” (Traduzido de ALBERT, 1973, p. 314.)

[2] Todas as citações desse texto são traduções livres de ADORNO, 1973.

[3] Traduzido de HABERMAS, 1999.

[4] “Ao mesmo tempo, sem embargo, aquela aparência é o mais real de tudo, a fórmula com a qual se enfeitiçou o mundo” (ADORNO, 1973, p. 93). Se a racionalização capitalista moderna, para Weber, tem como contrapartida o desencantamento do mundo, para Adorno (1973, p. 82) “o desencantamento [...] não é senão um caso especial do encantamento”.

[5] Embora Adorno oponha frontalmente sua perspectiva dialética ao que ele considera positivismo, Hans Albert também reivindica para si o termo “dialética”; termo esse que, para ele, deve ser entendido “num sentido bem específico”, e “não no sentido daqueles filósofos que se encontram sob a influência do pensamento hegeliano, e que costumam incessantemente assegurar-nos que nas suas reflexões ‘a própria coisa’ se movimenta, enquanto outras pessoas teriam meras opiniões a expor” (ALBERT, 1976, p. 20). Assim, disputando o próprio sentido de dialética, e advogando o princípio lógico da ausência de contradição, o discípulo de Popper afirma que “[c]aso se utilize esse princípio na forma indicada, resulta daí, então, um método que pode ser, com certa razão, denominado de ‘dialético’, e em verdade num sentido claro e inequívoco, que corresponde a uma antiga tradição filosófica. As confusões que foram provocadas através das escapadas filosóficas do idealismo alemão, com a utilização do termo ‘dialética’, poderiam ser um motivo para que se evitasse este vocábulo, mas uma renúncia a seu uso é desnecessária, enquanto não surge nenhuma confusão de sentido. Já a dialética pré-socrática, mais exatamente a da escola eleática, operava com a proposição de ‘hipóteses’ e com o, assim chamado, método indireto de comprovação, que tinha como meta deduzir contradições com a finalidade de concluir sobre a falsidade de determinados enunciados” (ALBERT, 1976, p. 60). Desse modo, o conceito de dialética defendido pelo racionalismo crítico se define pela busca e pela superação de contradições.

[6] A importante ênfase no conceito de mediação pode ser entendida à luz da observação de Ricardo Musse (2009, p. 136) segundo a qual “[a] rebelião contra o imediato nutre a crítica de Adorno ao positivismo. Nesse ponto, ele aproxima-se da tradição idealista, com a qual compartilha a recusa à predominância do factual, dos dados imediatos.”

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. “Sociologia e investigación empírica”. In: **La Disputa del Positivismo en La Sociología Alemana**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.

_____. “Introdução à controvérsia do positivismo na sociologia alemã”. In: **Textos escolhidos / Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ALBERT, H. “Breve y sorprendido epílogo a una gran introducción”. In: **La Disputa del Positivismo en La Sociología Alemana**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.

ALBERT, H. **Tratado da Razão Crítica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

ASSOUN, P-L. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

COHN, G. “Apresentação à edição brasileira – A Sociologia como ciência impura”. In: ADORNO, T. W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

HABERMAS, J. **Teoría de La Acción Comunicativa, I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1999.

JAMESON, Fredric. **O marxismo tardio: Adorno, ou a persistência da dialética**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp; Boitempo, 2007.

LÖWY, M. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAAR, Wolfgang Leo. “Materialismo e *primado do objeto* em Adorno”. In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 29(2), p. 133-154, 2006.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSSE, R. “Theodor Adorno: filosofia de conteúdos e modelos críticos.” In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 32(2), p. 135-145, 2009.

POPPER, K. “La lógica de las ciencias sociales”. In: **La Disputa del Positivismo en La Sociología Alemana**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.

VASCONCELLOS, C. “**O Moloch do Presente**”: **Adorno e a crítica à sociologia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Recebido em 16/04/2016
Aprovado em 06/12/2016



Manutenção de poder dos estratos sociais dominantes no Brasil: uma análise a partir dos intérpretes clássicos do pensamento social brasileiro

Power Maintenance of the dominants social strata in Brazil: an analysis from
the classic interpreters of Brazilian social thought

*Frederico Romanoff do Vale**

Cite este artigo: VALE, Frederico Romanoff do. Manutenção de Poder dos Estratos Sociais Dominantes no Brasil: uma análise a partir dos intérpretes clássicos do pensamento social brasileiro. **Revista Habitus:** revista eletrônica de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.75-85, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar quais argumentos teóricos autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., utilizam para analisar os mecanismos de manutenção de poder dos estratos sociais historicamente dominantes no Brasil. Objetiva-se, portanto, realizar uma discussão sobre o tema através de bibliografia selecionada. Foram mobilizados três ensaios clássicos de interpretação do Brasil, bem como trabalho historiográfico mais recente sobre o tema. Elementos como o latifúndio, a escravidão, produção de alimentos para a exportação, dominação pessoal, a família patriarcal, a igreja e outros, articulados entre si em torno de uma classe específica da sociedade imperial, conformam a manutenção de poder perpetrada durante séculos na formação da sociedade brasileira.

Palavras-chave: estratos sociais; pensamento social brasileiro; manutenção de poder.

Abstract: This article is intended to analyze which theoretical arguments authors like Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado Jr., use to analyze power maintenance mechanisms of historically dominant social strata in Brazil. The objective is, therefore, hold a discussion on the topic through selected bibliography. Three classic tests of Brazil interpretation were mobilized, as well as more recent historiographical work on the subject. Elements such as landlordism, slavery, food production for export, personal domination, the patriarchal family, the church and others, articulated around a particular class of imperial society, conform the maintenance of power perpetrated for centuries in the formation of Brazilian society.

Keywords: social strata; brazilian social thought; maintenance of power.

O objetivo deste artigo é identificar e apresentar, através das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., como se deu a acomodação das antigas elites senhoriais ao modo de vida urbano, como elas conseguiram preservar o seu poder e status ao longo dos processos de transformação do país e qual foi o papel do Estado, com foco no Império, na manutenção desse poder.

Para tanto, mobilizo algumas obras clássicas dos intérpretes brasileiros da década de 30 e 40 e um trabalho historiográfico mais recente do historiador Ricardo Henrique Salles.

O processo de modernização no Brasil viu, diferentemente de outros lugares no mundo, a preservação de diversas características do sistema colonial, elementos como o latifúndio, a produção em larga escala para a exportação e até mesmo, imoral e com pressões externas e internas para o seu fim, a escravidão de negros africanos.

Dentro desse processo se mostra interessante analisarmos quem foi a elite dominante no Brasil, ou melhor, os diferentes grupos que configuraram essa elite e como ela mantém o poder desde a época de sua consolidação ainda no Brasil colonial.

1. Elementos da manutenção de poder de classe presentes nos ensaios de interpretação do Brasil

Início este trabalho remontando aos “clássicos” das interpretações sobre a formação social, econômica e política do Brasil. Freyre, Holanda e Caio Prado Jr., apesar de carregarem muitas ambivalências e contradições em seus discursos e de utilizarem de categorias hoje condenáveis (como em muitas passagens dos textos de Freyre sobre os africanos escravizados), ainda são muito importantes para entendermos a sociedade brasileira de hoje e as diferentes correntes historiográficas que remontam a essas obras.

Portanto, dentro dessa perspectiva, cabe apontar aqui as principais considerações que Gilberto Freyre (1933) faz a respeito das elites coloniais. Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre destaca o caráter agrário das famílias coloniais brasileiras em contraposição a valorização de atividades mercantis em Portugal. Segundo Freyre para se garantir o sucesso da colonização portuguesa no Brasil foi necessário que houvesse uma mudança na “orientação” da atividade econômica dos portugueses, de um caráter mercantil para a produção agrária.

Em sua obra, Freyre destaca a importância do português colonizador como elemento central, através da miscigenação, da criação das primeiras famílias patriarcais brasileiras. Para ele

A família é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 2006 [1933] pg. 81).

Assim não haveria no Brasil força política social, econômica e política maior do que a da família patriarcal, que por sua vez teria o seu poder assentado no latifúndio, na produção em larga

escala para a exportação e na exploração do trabalho escravo. Mesmo no Império o poder do monarca estaria comprometido já que a câmara e o senado se constituiriam principalmente de membros da classe senhorial. Seriam expressão do “familismo”. Esse mando político se expressaria principalmente através do oligarquismo e do nepotismo.

A Igreja seria a única instituição com força frente ao poder da família patriarcal. No entanto, o próprio Freyre sugere a existência quase que em “órbita” da religião por sobre a casa grande, isso porque as capelas funcionariam como um anexo da casa grande, o que faria com que todas as ações do padre estivessem sob o domínio do senhor patriarcal.

Portanto, para Freyre a estabilidade da família patriarcal estaria assegurada enquanto persistisse no Brasil o latifúndio e a escravidão, realidade que, como sabemos, perdurou até o fim do período imperial para a escravidão e até os dias de hoje para o latifúndio (o Brasil até hoje nunca passou por uma verdadeira reforma agrária).

Seguindo a linha histórica a respeito das principais obras de interpretação do Brasil, cito Sérgio Buarque de Holanda. Sua obra de maior vulto *Raízes do Brasil* indica algumas características que fizeram com que o poder da classe senhorial, formada durante o Brasil colônia, persistisse aos processos de modernização que a nossa sociedade viveu.

Holanda (1936) é mais audacioso do que Freyre no que concerne à manutenção de poder da classe senhorial no Brasil, para ele o mando dessa classe nos governou “até muito tempo depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje” (HOLANDA, 2014 [1936] pg. 85).

O autor praticamente abre o terceiro capítulo de *Raízes do Brasil* afirmando que “Na monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizavam a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos”. (ibid.). No trecho destacado, podemos observar um dos elementos que explicam como a classe senhorial manteve seu poder e, conseqüentemente seus privilégios de classe, durante tantos anos, saindo vitoriosa de processos como a independência, a abolição e a modernização do Brasil. Há um caráter geracional muito estruturante do poder de classe na sociedade brasileira, muito se explica das estruturas sociais no Brasil a partir da análise histórica da transmissão de riquezas dentro e entre determinadas famílias.

As tradicionais atividades agrícolas fundadas na exploração do trabalho escravo constituíram-se como a principal fonte de renda da classe senhorial durante o Brasil colônia. Com o processo de urbanização alavancado pela vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, essa situação persistiu: “Eram (os senhores), pela solidez de seus estabelecimentos, considerados como a mola real da riqueza e do poder na colônia, os animadores reais da produção, do comércio, da navegação e de todas as artes e ofícios.” (HOLANDA, 2014 [1936] pg.: 94).

Holanda destaca que durante o período colonial e ainda com forte persistência após a independência política do Brasil, é a família organizada que prevalece como base e centro de toda a organização. A figura do “pater-famílias” dominando os seus familiares, agregados e escravos, com

essa dominação se espalhando por toda a sociedade. O ambiente doméstico ditando as regras do geral, o domínio do privado sobre o público.

Com a intensificação, mesmo que tímida, da vida urbana, a classe senhorial não perde o seu poder, pelo contrário, o acomoda através de cargos da burocracia, através da atividade política e das profissões liberais. Seus filhos, mandados a estudar em Portugal, os bacharéis, remodelavam as novas formas de dominação na cidade “o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza” (HOLANDA, 2014 [1936] pg.: 98) (posteriormente são esses mesmos filhos que irão, já influenciados por ideias liberais, trabalhar contra princípios que sustentavam os privilégios de sua própria classe). O “trabalho mental” era valorizado como atividade enobrecedora, naturalmente creditada às antigas classes senhoriais, diferenciando-se substancialmente daqueles trabalhos que demandavam algum tipo de esforço físico.

Assim, o domínio do patriarcado rural se estendeu às cidades. O que antes era particular às zonas de agricultura agora, em meados do século XIX, se transforma comum a todas as classes como norma ideal de conduta. O “rígido paternalismo” se faz sentir transversalmente na sociedade que se urbanizava, a presença de elementos da classe senhorial, ou representantes diretos desta, nas câmaras municipais e no senado fazia-se sentir de forma expressiva. Nas palavras de Holanda “o ideal da casa grande invadiu as cidades” (HOLANDA, 2014 [1936]), até nas profissões mais humildes os indivíduos davam-se ar de nobreza, situação registrada nas visitas de exploradores internacionais, como reflexo de um modo de vida ditado pelo campo.

Holanda destaca essas passagens para atestar como o “estado de coisas” do Brasil colonial persiste em nossa sociedade ainda para além da nossa Independência política. O que mais tarde outros autores farão com abordagens mais sofisticadas, como é o caso de Florestan Fernandes.

O último autor que cabe citar neste trabalho, a respeito das interpretações clássicas do Brasil, é Caio Prado Jr. Conceitos aplicados pelo escritor como o “sentido da colonização” e a “ausência de nexos moral” são interessantes para pensarmos a configuração social do Brasil colonial.

Quando Caio Prado (1942) fala de um sentido da colonização para o Brasil, ele o faz alinhado a um ideal de que toda a nação teria o seu sentido; no caso do Brasil o sentido do país existir como colônia era precisamente a produção de alimentos em larga escala para serem exportados para a Europa. Caio Prado destaca que essa produção ficava sobre os mandos da classe senhorial dona dos latifúndios, o que lhes conferia um poder sem igual quando comparado aos outros atores sociais envolvidos na vida da colônia.

Quando o autor fala sobre a ausência de nexos moral existente nas sociedades coloniais ele está se referindo principalmente ao que chamou de “setores inorgânicos”, que seriam todos aqueles que não faziam parte direta dos processos que levavam ao sentido da colonização, ou seja, a produção de mercadorias para a exportação. Não haveria entre os homens livres e pobres um reconhecimento e solidariedade mútuos, havia, pelo contrário, uma ausência de superestrutura de valores que coibissem os instintos primitivos dos homens. Tal situação acarretava em uma moral, no caso dos homens brancos e livres, baseada na violência como regra e na solidariedade pontual (como destacou em seu

trabalho a socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, 1969).

Destaco esses pontos para deixar claro como Caio Prado Jr. concebia a sociedade colonial, como isso interferia nas relações de poder estabelecidas e em qual ator social o poder econômico e político se materializavam. Como destacado pelos dois autores anteriores, Caio Prado confere aos senhores coloniais uma posição de destaque na colônia ante ao papel central que eles assumiam frente ao sentido da colonização.

Um apontamento interessante que se pode fazer dentro da obra do referido autor é sobre o juízo moral que ele faz a respeito da família colonial muito diferente do que tem sido falado até aqui:

As facilidades que proporciona às relações sexuais, irregulares e desbragadas, a indisciplina que nela reina, mal disfarçada por uma hipócrita submissão, puramente formal, ao pai e chefe, tudo isto faz a casa grande, antes uma escola de vício e desregramento, apanhando a criança desde o berço, que de formação moral. (PRADO JÚNIOR, 2000 [1942] pg. 362).

Assim, mesmo que Caio Prado reconheça o papel central da classe senhorial como fundamental para se concluir o processo que dava sentido a colonização, ele via uma decadência moral nessa mesma família que se coadunava com a ideia que ele fazia de toda a sociedade colonial, qual seja, essencialmente desregrada.

Cabe destacar que Caio Prado, como os escritores citados, aponta o caráter da colônia brasileira como uma sociedade fundada na exploração, tanto do meio ambiente quanto do trabalho escravo.

Prado aponta que, em fins do séc. XVIII, os debates que dominavam eram acerca do declínio do sistema colonial. Quais seriam as possíveis soluções? Quais seriam as saídas para a economia brasileira, e, no pensamento de muitos dos promulgadores dessas questões, como será possível manter os privilégios de classe até agora “conquistados”? Algumas reformas de fato foram feitas, antes para manter o que já estava dado do que para mudar de fato, a tática do “algo deve mudar para que tudo continue exatamente como está”. Prado destaca que, nessas reformas, não se tocou nos elementos substanciais do sistema, quais sejam, o latifúndio e a escravidão.

Prado destaca ainda a oposição entre o senhor de engenho e o comerciante que surge com o processo de modernização do país, onde o senhor de engenho começa a contrair muitas dívidas, o que poderia abalar seu poder. O autor apresenta este cenário como uma das contradições inerentes ao sistema colonial e que, junto da contradição “étnica” que faz referência a escravidão, levariam ao fim do sistema colonial.

A classe senhorial aparece aqui como uma entidade mais suscetível a vulnerabilidades do que em Freyre e Holanda, no entanto o autor destaca que, mesmo com as contradições em que ela está inserida, seu papel fundamental continua a existir como a principal proprietária dos latifúndios que se coadunavam diretamente com o sentido da colonização, o que lhes conferiria poder até que as estruturas da colonização fossem mudadas. A única transformação nesse sentido que vivemos foi com o fim da escravidão, mesmo que de forma muito pouco favorável aos principais afetados por ela – os



negros. Por outro lado muitos latifúndios continuam existindo e servindo como ferramenta de legitimação de poder de determinados estratos sociais, capazes de influenciar diversas decisões políticas no Brasil de hoje.

2. Privilégios, status e poder persistem: a formação do Império do Brasil e a conformação nacional de poder da classe senhorial.

Na perspectiva de levantar trabalhos historiográficos mais recentes, Ricardo Henrique Salles faz contribuições importantes para entendermos a formação do Estado Nacional brasileiro em relação ao desenvolvimento da classe senhorial, classe esta que o autor situa geograficamente em torno da Bacia do Rio Paraíba do Sul. O autor destaca ainda o papel decisivo de intelectuais no processo de formação do Estado Nacional e consequente conservação dos privilégios da classe senhorial.

Salles (2012) destaca que a formação da classe senhorial como uma classe dominante nacional não foi um processo espontâneo e sim uma construção histórica que envolveu outros atores, tais como os intelectuais e o Estado Nacional. Antes, a classe senhorial se caracterizava através de um domínio regional, o seu poder só se torna nacional a partir de um momento histórico específico que envolve fatores econômicos, sociais e culturais determinantes.

O autor considera o Estado Imperial como um elemento do poder de classe, esse poder se expressaria através do clientelismo e do patrimonialismo, imerso nos jogos de poder intra familiares, na relação com as elites regionais (com destaque para a dominação “tetrárquica” das províncias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro) e ainda através das relações estabelecidas com a nobreza.

Salles aponta a influência do poder regional por sobre as decisões nacionais do Império. O poder do imperador teria sido “aceito” como forma de expressão do poder político de um grupo de fazendeiros específico que lançaria às bases para a construção e para o poder da classe senhorial nacional: os saquaremas fluminenses. É destacada ainda a ligação direta entre essa classe senhorial e o escravismo, o seu poder estava calcado na produção de café para a exportação que por sua vez dependia diretamente da exploração do trabalho escravo, em relação a isso o papel dessa classe senhorial foi importante no objetivo de manter a escravidão no Brasil.

Salles destaca que os grupos dirigentes oriundos do antigo regime e, ainda, aqueles intelectuais “tradicionais” ligados à elite política luso-brasileira conduziram os processos de formação do Estado Nacional. “A classe senhorial, enquanto uma relação social escravista e como uma formação social dotada de habitus e éthos próprios, estabelecida em um território e inserida em um tempo histórico, expandiu-se por obra da ação de seus intelectuais na frente da grande política, que imprimiram uma direção moral e intelectual ao processo de construção do Estado imperial na feição que este adquiriu no Segundo Reinado”(SALLES, 2012, pg. 43). Tais grupos tiveram de se atualizar, ou no vocabulário gramsciano, passar por um processo de *aggiornamento*, para garantir a sua sobrevivência, nesse sentido tiveram de construir Estados minimamente liberais ainda que com restrições à participação institucional e representação política.

Processos ainda como a Independência e o surgimento de uma nova escravidão articulada ao mercado mundial deram forças para que a “classe senhorial se constituísse como classe histórica nacional, isto é, articulada em torno da construção de um Estado nacional” (SALLES, 2012). O Império do Brasil teria construído-se em torno de revoluções passivas (uma série de mudanças desenroladas através de articulações intra elites que mudavam alguns elementos do poder, mas com garantia da manutenção do status quo), que deram brecha para a formação da classe senhorial e de uma nova camada de intelectuais.

A grande propriedade rural escravista comandada pela recém-constituída classe senhorial com dimensões nacionais, era o que dava a base de sustentação para todo o Império do Brasil. Entender o papel das redes familiares no processo de sustentação do poder das elites tradicionais, agora andando de mãos dadas com o Estado e com a Coroa portuguesa, é essencial pois foram nos salões da corte, nos casamentos arranjados e em cima de uma sofisticada engenharia política que o poder da classe senhorial pôde se estabelecer e ser preservado durante tantos séculos. Além, é claro, das bases onde se assentaram o seu poder, o latifúndio e a mão de obra escrava, que, por mais que tenham sofrido algumas transformações (no caso da escravidão houve, já e fins do Império, a Abolição – que ao fim e ao cabo acabou sendo algo positivo para as classes senhoriais, já que os livraram de encargos inconvenientes e agora tinham o trabalho do imigrante para assegurar a colheita), ainda tinham a sua relevância assegurada, mesmo com a importância dada cada vez mais ao comércio, o latifúndio persiste, há sempre uma relação direta entre comércio e latifúndio, com, dependendo do tempo histórico, a balança sendo mais favorável para um lado do que para o outro.

Considerações finais

Depois da exposição apresentada faz-se necessário uma análise sobre os pontos que aproximam e distanciam os autores no que diz respeito a quais são os mecanismos que permitiram a manutenção de poder dos estratos sociais historicamente dominantes no Brasil, bem como as diferentes interpretações possíveis a partir da leitura de suas obras.

Há na literatura produzida trabalhos que discutem a possível congruência dos ensaios de interpretação do Brasil que os analisaria como um conjunto, haveria elementos que lhes confeririam semelhanças ao ponto de fazê-los pertencer à uma “família” ou “linhagem”. O que defende, por exemplo, Octavio Ianni em seu texto *Tendências do Pensamento Brasileiro* (2000).

No trabalho em questão Ianni identifica e categoriza uma série de autores através de linhagens de pensamento. De acordo com as suas categorizações, os autores discutidos neste trabalho pertencem a três diferentes “linhagens”.

Gilberto Freyre faria coro aos autores que pensam a sociedade através de uma perspectiva centrada na família patriarcal. Eles fariam parte da linhagem intitulada *sociedade patriarcal*. De acordo com Ianni tais autores construíram uma obra que:

Prioriza a família, o parentesco, a casa grande, a fazenda, a plantação, a criação, o clã, o patriarcalismo, a oligarquia; e enfatiza aspectos psicossociais e socioculturais, praticamente esquecendo, ou deixando implícitas, a economia e a política. Há também ênfase nas heranças da colonização portuguesa, do lusitanismo, sem esquecer

Araguaia e outros movimentos de setores sociais subalternos no largo da cartografia e da história. (IANNI, 2000, pg.: 58)

Já Sérgio Buarque de Holanda pertenceria a uma segunda linhagem que teria escrito a sua obra em cima da construção de *tipos ideais*. Haveria uma ênfase bastante culturalista. Sociedade, política e literatura adquiriram dinâmicas próprias e poderiam ser analisadas separadamente. A elaboração de tipos ideais se daria através de construções como “homem cordial”, “bandeirante”, “índio”, “negro”, “imigrante”, bem como “gaúcho”, “colonizador”, “desbravador” e outros (Ibidem. pg.: 59).

Por fim, Caio Prado Jr. pertenceria a corrente *socialista* das interpretações do Brasil, que notavelmente teria como elementos centrais as classes sociais e a luta de classes. Os autores pertencentes a essa linhagem trabalhariam a partir das “formas de organização social e técnica do trabalho e da produção. [...] relações entre escravos e senhores, operários e burgueses, camponeses e latifundiários, nacionalistas e imperialistas e outras categorias” (Ibidem. pg.: 66).

Além das linhagens apresentadas, Ianni escreve sobre aqueles autores que considerariam o “Estado como demiurgo” (com uma sociedade civil débil, onde o Estado teria uma missão civilizatória), outra linhagem pensaria o Brasil como um “país católico” (considerando o catolicismo como argamassa intelectual, cultural e ideológica da sociedade e do Estado). Além disso, identifica escritores preocupados em analisar a “formação do capitalismo nacional”, “formação do capitalismo transnacional”, o Brasil visto pelos “brasilianistas” e por fim faz uma distinção entre os “Percussores, clássicos e novos” do pensamento brasileiro. Definindo os autores aqui apresentados como “clássicos”, preocupados com a “questão nacional”.

Por mais notável que seja o esforço de Ianni em empreender um exercício de categorização sobre os autores que pensaram e escreveram sobre o Brasil, há que se fazer uma ressalva sobre a validade de tal empreendimento para além de uma perspectiva analítica. Digo isso porque, por mais que os autores discutidos apresentem pontos de convergência, categorizá-los nestas linhagens de pensamento acaba fazendo com que elementos que não estão presentes em tais linhagens sejam subteorizados, o que pode causar algumas problemáticas para a análise do social, do ponto de vista de uma metodologia sociológica.

Pensando mais especificamente sobre a temática trabalhada neste artigo, os autores em questão apresentam convergências significativas relativas ao papel da família colonial, embora com intensidades diferentes. Freyre atribui papel central a família e, em consequência, ao patriarcalismo, para entendermos o funcionamento da sociedade colonial e, por conseguinte, a cultura praticada pela comunidade brasileira. Não haveria força política, econômica e social maior que a família patriarcal; Freyre cunha o termo “familismo” como expressão do mando político por excelência da colônia brasileira. Há certa convergência entre Holanda e Freyre nesse ponto quando Holanda destaca o “domínio do privado sobre o público”, a família patriarcal, núcleo do poder senhorial, ditariam as regras a serem “socializadas” a nível de Estado e sociedade brasileira. Holanda enfatiza ainda a acomodação das elites senhoriais ao modo de vida urbana através de cargos assumidos na burocracia do Estado; os filhos das elites, os agora bacharéis, dominariam a cena política.

Caio Prado distancia-se dos autores anteriores já que confere como papel central de sua análise o “sentido da colonização”, onde a família colonial é importante não pela sua posição frente à “sociedade”, mas sim pela posição de mando que assume frente aos processos de produção destinados ao sentido da colonização. Além disso, ele constrói um juízo moral muito diferente dos outros dois autores em relação a família colonial, esta estaria em um processo de decadência por conta de suas práticas e valores. Posição que coaduna com sua visão de toda a sociedade colonial, uma sociedade essencialmente desregrada.

Finalmente, Ricardo Henrique Salles, representando estudos mais recentes sobre o tema, opta por colocar no centro de sua análise a formação do Estado Imperial através de suas relações com a classe senhorial (posteriormente tratadas como “famílias tradicionais”) e os intelectuais. Segundo o autor, antes da constituição do Estado Imperial, as classes senhoriais exerciam seu poder apenas regionalmente. A construção de uma classe senhorial nacional dependia, por sua vez, da construção de um Estado Imperial. Os intelectuais teriam exercido papel decisivo atuando como “vanguarda” política e trabalhando pela legitimação do poder de Estado. Durante o período Imperial, o Estado e as famílias tradicionais se sustentariam reciprocamente. Tal sustento, por sua vez, estava calcado por sobre a escravidão e o latifúndio. Além de analisar a formação do Estado Imperial e a relação deste com a classe senhorial e os intelectuais, Salles chama atenção para o papel central que as redes familiares teriam assumido como ferramenta de sustentação das elites tradicionais.

Assim, percebem-se pontos de encontro entre Salles e os autores anteriormente comentados, em relação, por exemplo, ao tratamento dado à análise das famílias tradicionais brasileiras. Famílias estas que conservam o seu poder mediante processos de *aggiornamento* (renovação das classes senhoriais através do poder estatal) que encontra referência no processo de burocratização das famílias descrito por Holanda. Termos como *clientelismo* e *patrimonialismo*, presentes na obra de Salles, se relacionam com o “familismo” de Freyre e a questão do “domínio do privado sobre o público” de Holanda.

Em ambos os autores a família patriarcal aparece ligada à propriedade do latifúndio, o poder advindo dessa propriedade é usado para influenciar/sustentar seus interesses em distintos períodos da história da sociedade brasileira, seja na proclamação da Independência, durante o Império, na abolição da escravatura ou na transição para a República, e até hoje, através da posse de grandes propriedades e da relação intra/entre famílias, sustentam a influência de estratos dominantes no Brasil e permitem a defesa de seus interesses.

Analisando as obras em questão percebe-se que há uma regularidade em relação a determinados elementos presentes desde a chegada dos portugueses no séc. XVI até o Império do séc. XIX, tais como o latifúndio, a escravidão, a produção de alimentos em larga escala, a dominação pessoal, a família patriarcal, a relação público/privado, a Igreja, os bacharéis formados na Europa, dentre outros. Alguns deles surgindo logo no início da colonização e outros a partir do Brasil Império. Tais elementos fornecem o potencial necessário para a manutenção de poder dos estratos dominantes, a despeito das transformações sociais e políticas do último século até os dias de hoje (em conjunto com estratégias atualmente mais “sofisticadas” como a financeirização). Com especial atenção ao poder das famílias patriarcais assentado na propriedade dos latifúndios. Os autores distinguem-se aqui na forma como tratam esses elementos e na intensidade/centralidade que conferem a cada um

deles na interpretação da sociedade brasileira. Tal questão deriva-se da abordagem que utilizam para realizar suas interpretações. Naturalmente quando se realiza a defesa de determinada interpretação há que se exagerar em alguns argumentos de modo a diferenciar a posição defendida, neste processo sobressaem-se alguns elementos em relação a outros. Assim, a meu ver, faz mais sentido em termos de uma sociologia pós-cartesiana, analisar os autores em questão a partir das considerações que fazem de cada elemento cultural, político, econômico ou social e, através desse processo, pensar em categorias mais “generalizantes”, mas que não deixem de considerar nenhum dos elementos apresentados pelo autor. Ou seja, uma análise “de baixo para cima”, não a criação de “categorias-tipo” e o encaixe de cada autor, indiscriminadamente, em cada uma delas.

Para entendermos a sociedade é necessário que olhemos para o passado, quais foram as transformações históricas (ou a falta delas) que levaram a situação que temos no Brasil de hoje. Há ainda muito a ser pesquisado e discutido. O que vemos hoje no parlamento, no poder executivo e na sociedade de modo geral, infelizmente ainda está ligado a uma realidade social que remonta a algumas características essenciais do período colonial e do império. As presenças assustadoras do preconceito de raça e do latifúndio no nosso país precisam ser combatidas. Para tanto, a História e as Ciências Sociais precisam assumir uma postura crítica diante dos fatos – mesmo que isso de alguma forma signifique um “corte na nossa própria carne”. 🌐

NOTAS

*Frederico Romanoff do Vale, no momento da submissão do artigo estava cursando o 5º período do curso de ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em um projeto de pesquisa sobre o tema. E-mail: Fred.romanoff@hotmail.com

Referências

BOTELHO, André. **Passado e futuro das interpretações do país**. Tempo Social, Brasil, v. 22, n. 1, p. 47-66, Junho. 2010.

FRANCO, M. S, 1997. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP.

FREYRE, Gilberto. “Características gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida” in: id. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006 [1933], 51ª edição revista, pp. 64-117;

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Herança Rural” in: id. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1936], pp. 85-109;

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro**. Tempo social, São Paulo, v. 12, n. 2, p.55-74, Nov. 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. “Vida Social e Política” in: id. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000 [1942], pp. 353-386.

SALLES, Ricardo, **O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado**. Almanack: Guarulhos/SP: UNIFESP, n. 4, nov. de 2012. pp. 5-45

Recebido em 19/04/2016
Aprovado em 09/02/2017



DRAMAS, CONFLITO E CONVERGÊNCIAS: O PROCESSO DE REMOÇÃO NA VILA AUTÓDROMO

DRAMAS, CONFLICT AND CONVERGENCE: THE REMOVAL PROCESS IN VILA AUTÓDROMO

Rodolfo Teixeira Alves*

Cite este artigo: ALVES, Rodolfo Teixeira. Dramas, conflito e convergências: o processo de remoção na Vila Autódromo. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.85-115, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: O presente artigo apresenta algumas questões que surgiram durante trabalho de campo desenvolvido na Vila Autódromo, comunidade localizada na baixada de Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro. A comunidade, vizinha ao antigo Autódromo de Jacarepaguá, passou por um processo de remoção em razão da construção dos aparatos do Parque Olímpico, para as Olimpíadas Rio 2016. A partir dos relatos dos moradores, este artigo remonta alguns processos pelo quais a comunidade passou ao longo de década, apresentando *dramas*, descontinuidade e intermitências do lugar. Apresenta ainda os projetos que surgiram da confluência entre moradores e seus “apoiadores”, além de outros agentes que figuraram o processo; suas fronteiras simbólicas e inscrições no espaço.

Palavras-chave: Remoção, Conflito, Olimpíadas Rio 2016, etnografia urbana.

Abstract: This article presents some issues that arose during the fieldwork in the Vila Autódromo, community located in Jacarepaguá, west of Rio de Janeiro, which underwent a removal process due to the construction of apparatuses the Olympic Park. From the reports of the residents, this article brings some processes by which the community has and which are the basis of its foundation presenting discontinuity dramas and flashes of place. It also presents the projects that emerged from the confluence of residents and "supporters" and the symbolic boundaries that demarcate the space.

Keywords: Removal, conflict, Olympic Rio 2016, urban ethnography.

Este trabalho se dedica a tratar, sob uma perspectiva etnográfica, da Vila Autódromo, comunidade situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro que, assim como muitas outras comunidades da cidade, passou por um processo de remoção nos últimos anos [1]. O texto é resultado de um trabalho de campo em curso, e visa refletir sobre material de campo coletado desde novembro de 2015 até outubro de 2016. Os principais objetivos são abordar a memória dos moradores, os sentidos atribuídos ao território, a trajetória dos indivíduos como fator importante na

disputa pelo *lugar*, bem como suas articulações com seus “apoiadores”, além de outros atores que se distribuem pelo espaço da comunidade.

O processo de remoções de moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro mobiliza inúmeras justificativas, atreladas a razões variadas, relativas aos seus contextos histórico-sociais; e a história da cidade, seu espaço urbano, se faz através da atualização dessas justificativas, como uma dialética de ocupação, demolição e construção. O poder público se utiliza de categorias como “área não-planejada” – linguagem dos urbanistas –, adjetivando as regiões passíveis de intervenção. Essas áreas “não-planejadas” são carregadas de *estigmas* (Valladares, 2000, p.12; Rolnik, 2015, p. 129), passando pela “degradação” do meio ambiente devido à falta de saneamento básico, ou como áreas que podem gerar “riscos” aos moradores em ocasião de chuvas torrenciais ou outros fenômenos naturais; ora até mesmo como espaço de imanência de violência na cidade, que vai endossando os argumentos de intervenção nessas regiões. Partindo dessa equação, o poder público mobiliza toda sua rede-técnica, com Defesa Civil e instâncias de segurança pública dando pareceres; grupos mais diversos do setor privado que apresentam planos para algumas regiões da cidade – seguindo uma lógica econômica de “desenvolvimento”. Aparecendo de diferentes maneiras ao longo das décadas do século XX e início do XXI, na forma e no conteúdo, no Rio de Janeiro, o poder público não perde a “oportunidade” de colocar em prática a política permanente de remoção de favelas do cenário da cidade (Magalhães, 2013).

No Rio de Janeiro, os últimos anos se forjaram como um momento propício para continuar e intensificar as políticas de reorganização do espaço urbano, apresentando novidades no quesito transporte público (BRTs, VLTs, linha 4 do Metrô ligando a zona sul ao Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca), “revitalização” de algumas regiões do centro da cidade, como é o caso do Projeto Porto Maravilha, na região da Praça Mauá, que hoje apresenta seus *boulevares*, além do famigerado Museu do Amanhã. Essas, entre outras intervenções na cidade, fazem parte do “legado olímpico” projetado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e mostram a eficiência em termos de aproveitamento das oportunidades que os Jogos Olímpicos proporcionam para a cidade sede[2]. Mike Davis (2006) já havia anunciado, antes do Rio de Janeiro ser escolhido como cidade sede (2009), que os megaeventos aparecem como uma boa maneira de colocar em prática a “antiga linguagem da modernização”, pela qual, para esse autor, o poder público, com todos os seus grupos de interesses, não se resigna em expulsar os pobres de suas comunidades.

A cidade do Rio de Janeiro foi sede dos principais grandes eventos mundiais[3] e se apresentou como um grande campo de investimento arado por uma lógica neoliberal de planejamento (Vainer, 2011), e no caso da “cidade olímpica”, ganha destaque as inúmeras *parcerias público e privado* (PPPs) na gestão de preparo da cidade. Fechando o ciclo desses eventos, as Olimpíadas Rio 2016 foram a grande “oportunidade” apresentada de reformulação da cidade, trazendo consigo “muito mais que olimpíada” (slogan da Prefeitura), que trariam mudanças substanciais para cidade, sendo a região da Barra da Tijuca – “coração da cidade olímpica” – a maior expressão, com a construção do Parque Olímpico e Vila dos Atletas. Assim, concensuado pelos grandes veículos midiáticos que

propagaram a “oportunidade” na opinião pública, entre poder público e iniciativa privada, se fez o inexorável avatar do “legado olímpico”.

A Zona Oeste da cidade, especificamente a região da Barra da Tijuca e a baixada de Jacarepaguá[4], onde se localiza a Vila Autódromo, apresentou inúmeras mudanças ao longo da segunda metade do século XX. Em 1968, sob encomenda do poder público, o arquiteto modernista Lúcio Costa projetou o *Plano Piloto para Urbanização da Baixada Compreendida Entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*, como o qual pretendia “adiantar um processo inevitável de ocupação daquela região”, tendo como objetivo último “um ordenamento na ocupação da região e de sua articulação com o centro, zona norte, zona sul e zona oeste” (Sampaio, 2014, p. 54). E continua:

Quando da elaboração do Plano Lúcio Costa, a Barra da Tijuca já apresentava uma ocupação que se dava a partir da Estrada do Joá, construída em 1929, na gestão do prefeito Prado Jr – a Barrinha, Jardim Oceânico e Tjucamar. Até então, a Barra da Tijuca não possuía ligação direta com a Zona Sul da cidade (Ibidem, p. 55)[5].

Essa recente “invenção” da Barra da Tijuca (o bairro mesmo teve origem na década de 1930) contou com a promoção de infraestrutura que possibilitou a exploração imobiliária e comercial da região. Ainda em Sampaio, vemos que alguns eventos na década de 1970 aprimoraram o fluxo para o bairro: inauguração do Túnel Dois Irmãos, atualmente chamado de Zuzu Angel (1970); conclusão da autoestrada Lagoa-Barra, com o Túnel do Joá finalizado (1971). Essas infraestruturas viárias teriam possibilitado “a abertura da grande fronteira para o mercado imobiliário, rumo às praias da Barra, que se apresentam como alternativa aos crescentes problemas da “cidade grande”, com excessivo adensamento, barulho, falta de segurança, de estacionamento e poluição (Ibidem, p. 55). Com isso surgiram, na Barra, empreendimentos habitacionais como Nova Ipanema, Novo Leblon, Parque Atlântico Sul, Barramares, Riviera Del Fiori e Alfabarra.

Deixando de ser o “sertão carioca” como teria caracterizado Magalhães Corrêa nos idos de 1936, hoje, segundo o censo de 2010, a região conta com 909.368 habitantes, sendo 26% desse total, alguma coisa como 236.834 habitantes, de população “favelada” (Ibidem, p. 48).

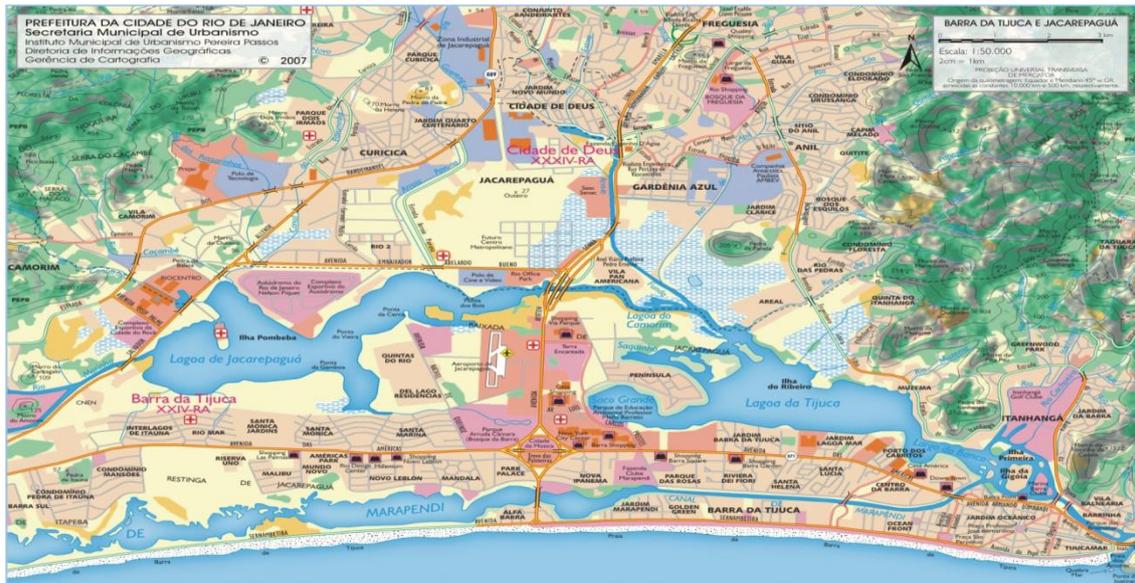


FIGURA 1: Mapa da Região. Acervo: Prefeitura, 2012

Todas essas questões se apresentam na discussão do atual contexto da Vila Autódromo. Este trabalho pretende se somar às análises que buscam entender, de maneira aproximada, como se é possível constituir um *lugar* no “mundo-da-vida cotidiana” (Norberg-Schulz, 2006) ressaltando os aspectos dos conflitos que os *dramas sociais* (Turner, 2008) apresentam. São essas questões que orientam este trabalho.

1. Construindo o Lugar

Um *lugar*, de acordo como compreendemos, se constrói em torno de um “próprio” – “distribuem elementos nas relações de coexistência”, “implica uma indicação de estabilidade” (Certeau, 1998, p. 201). Um *lugar* reserva fenômenos, emaranhado de sentimentos (Appadurai, 1995), que nos ajudam a entender a agência dos sujeitos no cotidiano, como “um cruzamento de móveis” no “lugar praticado” (Certeau, 1998, p. 202). Dito de outro modo, um *lugar* pressupõe pertencimento, é *familiar* (Agier, 2011), circunscreve uma *ordem* de compartilhamento social, cultural e político que se define pela distinção.

A cidade está cheia de *lugares* (Arantes, 1994). Esses *lugares* demarcam fronteiras simbólicas no espaço urbano – sua dimensão física –, “eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição” (Ibidem). Dessa forma, os *lugares*, se vistos como “patrimônio” de grupos (*representação*), “ao serem construídos, usados, reconstruídos e preservados, sofrem simultaneamente os efeitos constantes da destruição, na medida mesmo em que são permanentemente transformados” (Gonçalves, 2015, p. 225).

A Vila Autódromo, reivindicada como “comunidade” por seus moradores [6] (comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br), aparece como um *quadro de interação*, nos termos de Cordeiro e Costa (1999), onde a “densificação de laços sociais e formas simbólicas, não só são *atravessados por significativos processos de mudança* como se constituem enquanto *cenário de múltiplas intersecções*” (Ibidem, p.75). Como “comunidade” (Anderson, 2008), *esquecidas* as

desigualdades internas, buscando ser construída na prática e no discurso, está no plano da *memória coletiva*.

A “origem” da comunidade Vila Autódromo, como é narrada pelos moradores, deriva da ocupação das margens da Lagoa de Jacarepaguá por pescadores nos idos dos anos de 1960. É partir da Lagoa de Jacarepaguá que começa a sua narrativa de “comunidade”. Às margens da Lagoa se construíram relações de solidariedade através da pesca; ali os pescadores *habitavam* [7]. Dona Mariza do Amor Divino [8], moradora “há 35 anos com maior orgulho”, conta que antes a Lagoa de Jacarepaguá “era limpinha, clarinha” e que, além da limpidez da lagoa, era possível ver a prosperidade que ela proporcionava: “dava muito peixe! Carpa, Caraúna, Robalo, Saveia, Taíinha”:

Eu nasci aqui em frente à pista de corrida do Autódromo. Quando eu me fiz mocinha vim pra cá pescar, porque meus pais já vinham também – antes. A gente vinha pra cá pescar. Quando eu fiz uns 17 anos, fiquei pescando de vez. Aí eu dei uma parada, fui para o Espírito Santo; depois eu voltei para o Autódromo novamente e continuei a minha vida de pesca até uns dez anos atrás, porque de uns dez anos pra cá a lagoa ficou toda poluída – ela ficou poluída depois que fizeram a Rio 2 [9].

D. Mariza remete a um tempo de tranquilidade. A lagoa de Jacarepaguá era o espaço de pesca, fonte de alimentação, de renda, pela qual se destacava com o manejo de sua rede. Também na lagoa era dividido o cotidiano com seus “camaradas”, demonstrando relações afetuosas, mas que, dado ao intenso contato com eles e isolamento da região, criava certo desgaste. Por isso receber a visita de pessoas de “fora”, que iam lá pescar, era ocasião de festa, onde se assava peixes, batucava-se “pagodinho”:

Toda a minha mocidade foi aqui. Pescando, vivendo a minha vida, vendendo meus peixes lá fora. [...] Botava a rede de madrugada e não dormia; e de madrugada mesmo eu recolhia ela, tirava o peixe e tornava a colocar. Era difícil alguém colocar rede. Quem botava mais rede ali era eu e o finado Bio Preto. Porque aqui teve três Bio: dois brancos e um preto. Era eu e ele, porque ele também não tinha preguiça de botar a rede dele. E a gente se dava bem. [...] E foi assim a vida da gente aqui. A gente era muito feliz, sabe?, muito feliz aqui como pescador. Vivía a nossa vida. Tinha momentos que a gente tinha de solidão, né? Porque sabe como é a vida de pesca – é até triste. Não era assim um local cheio de moradia, cheio de casa, não, porque era cabana – as nossas casinhas eram todas cabanas. Entendeu? Aí tinha momentos que a gente até enjoava de olhar um pro outro porque, de tanto ficar muito junto, direto, dia e noite, noite e dia, madrugada, a gente sentia falta de ver alguém estranho. Quando vinha alguém estranho pescar, nossa!, era festa pra gente! A gente ficava feliz, sabe? Aí a gente começava a batucar na lata, batucava na tampa da panela, começava a cantar pagodinho, cantar pagodinho, enquanto nossas redes estavam lavadas... a gente era muito feliz! A gente assava nosso peixinho na brasa, quando não a gente fritava... e aí foi a vida da gente. Levamos muitos e muitos anos.

O longo trecho do depoimento de D. Mariza é importante para dar sentido à narrativa da Vila Autódromo antes dela se transformar em um “local cheio de moradia”, o surgimento da comunidade. Para D. Mariza, tudo isso começou a ruir com a construção dos condomínios do entorno da Lagoa. Esses empreendimentos começam a surgir na região em meados dos anos 1970, e “dão origem a um

novo conceito de moradia, associando residência a serviços e lazer” (Leitão e Rezende, 2012, p. 3). Ainda segundo a moradora, essas construções jogavam seus esgotos na Lagoa de Jacarepaguá – “botaram umas bocas de manilha esgotando na lagoa. Fomos lá de barco e vimos as bocas de manilha” –, fator que originou a poluição[10] e, sucessivamente, a diminuição da pesca no local. A partir da narrativa da moradora, o evento parece não ter acontecido em um momento específico, embora pareça coincidir com a vinda do “pessoal”, quando a comunidade começou a ser ocupada por pessoas “que não tinham condições de morar em outros lugares”.

Os eventos, que ganham uma relação de causalidade na narrativa da moradora, apresentam uma descontinuidade no desenrolar da comunidade que, além de prejudicar a sua prática de pescaria, sucede no rompimento com os seus vínculos de afinidade, com sua rede de solidariedade ecolaboração, que parece ter se desenvolvido por uma prática (a pesca) que se dava pela (e na) Lagoa.

Quando fizeram o (condomínio) Rio2 começaram a poluir a lagoa, aí a água começou a ficar cada vez mais turva e, quando entrava na lagoa, já não se via mais os pés. Antes a gente andava com água no pescoço e você via seus pés. Eu lavava roupa e tomava banho nessa água, só não bebia porque a água era salobra – ela é misturada com a água do mar (Marapendi) e da cachoeira que começa lá no Camorim. [...] **[Como é pra senhora ver a lagoa poluída assim?]**– Nossa! Muito triste! Era o que eu estava falando, logo assim que começou a poluição, foi muito triste porque nós, pescadores, começamos a nós separar. Cada um foi embora para um canto. Muitos que não eram cariocas, eram nordestinos, foram embora. Foram procurar um canto.

Essa perda do sentido da lagoa para D. Mariza, a despedida de seus “camaradas” – “ter que se despedir da família[...] e esses anos todos nunca mais nos vimos, não sei se morreram pra lá, se ainda estão na pesca” –, coincide com a descontinuidade daquele espaço, e esse *acontecimento vivido* (Pollak, 1992) marca a construção de sua memória como agente na fundação da “comunidade”. Segue dizendo que não está mais na pesca “porque acabou a lagoa”. A desorganização de suas relações de afinidade, quando seus amigos de pesca, na impossibilidade de continuar se viram na obrigação de fazer outras coisas, marca o *acontecimento* com a chegada de novos agentes para ocuparem a região. São esses casos externos – haja vista que a vinda de pescadores “estranhos” não comprometeu a estrutura simbólica do lugar porque exerciam a mesma prática, sendo tempos de festejo –, que desencadearam a sucessão de eventos, culminando na *descontinuidade* da “colônia” de pescadores, da “lagoinha”, como era chamada a região pelos pescadores, e, outrossim, o surgimento da comunidade Vila Autódromo.

Como se trata da narração das memórias de uma moradora, o relato sucede com poucas referências de datas, mostrando saltos de períodos e informações que, à primeira vista, podem parecer contraditórias. Pollak alerta para o fato de a memória ser *seletiva*: “a memória é um fenômeno *construído*. [...] o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Ibidem, 1992, p.204). Então é importante ver como, para esta moradora, a Vila Autódromo tem uma narrativa histórica, como se D. Mariza tivesse

participado de todos os eventos ocorridos na comunidade, acompanhando de perto as suas transformações:

Aí começou a popularizar aqui dentro em 1983; começou o povo chegando aqui pra baixo – porque eu morava lá em cima, minha vida toda era lá em cima, lá na beira da lagoa, não era aqui embaixo. Aí aqui começou a se popularizar, começou a vir pessoas. Pessoas que não tinha condições de pagar um aluguel, outros estavam morando de favor, encostados na casa de parentes, não tinham onde ficar.[...]Isso aconteceu, eu presenciei. Duas pessoas que estavam muito doentes e não tinha onde ficar, e foi quando o povo começou a vir pra cá, e o povo ajudou eles.

A partir da poluição da Lagoa, como vimos, a pequena comunidade de pescadores às margens da Lagoa de Jacarepaguá foi dando espaço para a Vila Autódromo (a construção do Autódromo de Jacarepaguá data do início dos anos 1970), ganhando novas configurações, momento que “começou o povo chegando aqui embaixo” e a vida começou a tomar novos rumos na localidade. D. Mariza diz que no primeiro momento temeu quando “começou a ficar habitado”, mas que no fim foi bom porque era uma maneira de resolver a condição em que estava: “eu vivia lá em cima em uma solidão, dentro de cabana” e “que eu fiquei com medo quando começou a vir gente pra cá, eu fale: Caramba! Eu aqui na cabana e lá sei quem é que veio pra ali!”. A eminente necessidade de se fazer contato com os recém-chegados foi estabelecida através da experiência de D. Mariza com plantas medicinais para acudir as pessoas que estavam doentes, recém-chegadas também, quando o “pessoal foi lá em cima me chamar porque sabiam que eu tinha conhecimento com ervas, essas coisas, aí foram lá me perguntar o que se fazia, e eu disse: não, vamos lá acudir os moços!” – aí eu vim”.

Muitas perguntas podem surgir do longo relato de Dona Mariza do Amor Divino. Muitas certamente não teriam respostas neste artigo. O nosso objetivo é tentar encontrar, a partir de como D. Mariza narra a sua experiência nos *acontecimentos* de construção do lugar, as possibilidades de uma compreensão que consiga abranger não só a luta travada pelos moradores na permanência *da e na* “comunidade”, mas também uma razão explicativa que dê conta da Vila Autódromo no movimento urbano de alteração da região, a partir dos moradores. Não se trata, nesse sentido, de fazer uma história da comunidade e tentar ver se os relatos dos moradores condizem com a *história urbana* da região, e sim de ressaltar a experiência na *produção de localidade* e a agência dos sujeitos nesse processo.

2. As intermitências do lugar

A escolha de entender a Vila Autódromo através da memória dos moradores possibilita enxergar a comunidade que foi se constituindo através da negociação de seus atores pela apropriação do espaço, mais ou menos conflituosa, partindo de uma ideia de sobreposição de significados relativos ao “espaço concreto”. Tentando fugir de uma visão estática da comunidade, convém buscar o “fluxo real e a variabilidade da cena social humana” (Turner, 2008, p. 20). Essa “cena” se dá, nesse caso, em um espaço que, em constante transformação, permite aos agentes a flexibilização de estatutos como *público, privado, dentro, fora*, e até mesmo a *casa*, que deixa de ser somente uma categoria que remete uma estrutura física, para ganhar uma razão coletiva na “comunidade”. A “produção da

localidade” apresenta a dimensão da vida social, os sentimentos envolvidos em sua *estrutura* e a expressão que se faz através da vivência (Appadurai, 1997, p. 34). Nas palavras de Santos, Vogel e Mello, sobre esse “aspecto processual”:

A regularidade existe precisamente em todas as maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, apropriado e usado. As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. [...] um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço. (1980, p. 49)

É dessa maneira que buscamos entender os “processos” da Vila Autódromo. Se hoje a comunidade passa por uma tentativa de remoção de suas propriedades físicas, na perspectiva do “aspecto processual” veremos que no curso de sua *construção*, inúmeras alterações simbólicas, em termos de descontinuidades da prática [11], ocorreram durante todo o processo, e mesmo agora, “é quando podemos perceber uma espécie de destruição domesticada, onde a noção de “perda” não mais assume um papel central” (Gonçalves, 2015, p.221).

O extenso relato de D. Mariza permite perceber a alteração do uso do espaço, que para ela se deu no ano de 1983 – embora se possa supor que essa alteração não tenha se dado de maneira abrupta no ano indicado, se apresentando de maneira gradual. A sequência de fatores corresponde, na narrativa de D. Mariza, como a causa necessária da “popularização” do local. Essas descontinuidades na Vila Autódromo, nas maneiras de uso do espaço e, sucessivamente, nas relações entre os atores, vistas como um processo, realçam as ambiguidades, os estados intermediários, as contradições, o paradoxo (Cavalcanti, 2013, p. 414) que são características comuns a um *comunidade*.



FIGURA2: A Vila Autódromo em 2007. Acervo: O Globo, 06/06/2007.

A comunidade vizinha ao Autódromo de Jacarepaguá é a Vila Autódromo em junho de 2007. A imagem deixa ver a maior concentração de casas nas adjacências da Av. Embaixador Abelardo Bueno e Av. Salvador Allende, mas também mostra como a comunidade se expandia em filas de casas às margens da Lagoa de Jacarepaguá.

Seu Steliano Francisco dos Santos, “Seu Pernambuco”, disse ter sido o primeiro a chegar à região: “Foi no dia 3 de janeiro de 1980. Fui o primeiro a chegar. Não tinha ninguém. Só eu mesmo”.

Seu Pernambuco era morador da Cidade de Deus e costumava pescar na lagoa de Jacarepaguá nos tempos de folga – “A lagoa era limpinha, você via a areia do fundo. Aqui tinha muito jacaré. Hoje acabou tudo, é só lama, não tem mais os peixes”. Com dificuldade de pagar o aluguel, Seu Pernambuco decidiu ocupar o terreno perto da lagoa – “essa área estava toda desocupada e resolvi fazer um barraquinho. Sou pescador. Comprei as madeiras, mas o carro não chegava até onde tinha escolhido – era muita lama –, e eu carreguei tudo nas costas até lá sozinho. Eu e Jesus. Fiz meu barraquinho, a mulher ficou lá na casa e eu pro lado de cá. Foi indo que acabei ficando de vez. Fez 34 anos agora em janeiro (2014) que cheguei aqui”[12].

A comunidade que começou a se constituir no começo dos anos 1960 com a ocupação da Lagoa de Jacarepaguá por pescadores, que davam o nome de “Lagoinha” ao local, era totalmente desprovida de infraestrutura, não tinha energia elétrica, transporte ou água encanada. Não se tem registro do número aproximado de pescadores que ocupavam o local, seja por razão de moradia ou fins comerciais da pesca. No levantamento do Plano Popular da Vila Autódromo, vemos que as mudanças começaram a ocorrer já no começo dos anos 1970: construção do Autódromo de Jacarepaguá e de um conjunto residencial da Aeronáutica (Av. Abelardo Bueno). Com isso os pescadores foram “empurrados” para o espaço entre o muro do Autódromo e a Lagoa (PPVA, 2016, p. 11).

Os anos 1970 foram de intensas mudanças no espaço urbano da região compreendida como Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, apresentada como “uma reserva de expansão natural da cidade”, cujo processo de ocupação seria “inevitável” (Leitão e Rezende, 2012, p. 1). E para isso se apresentava o Plano Lúcio Costa como uma maneira de “ordenamento” do processo – à moda modernista de Le Corbusier –, transformando a região na principal expoente na realocação da centralidade do município do Rio de Janeiro[13]. Leitão e Rezende dividem esse processo em três etapas, cada uma correspondendo a uma década: 1970, 1980 e 1990. O primeiro dos casos tem a ver com a emergência dos condomínios privados:

A partir da segunda metade da década de 70, esses empreendimentos imobiliários dão origem a um novo conceito de moradia, associando residências a serviços e lazer. Esses condomínios, alguns em verdade loteamentos com bloqueios que impedem a circulação nos moldes da cidade tradicional, se tornam um paradigma para o futuro empreendimentos na região, contribuindo significativamente para a consolidação da ocupação da Barra da Tijuca. (Ibidem, p. 3)

São contemporâneos desse processo os condomínios “Nova Ipanema” e “Novo Leblon”, representados como a recriação de espaços já existentes na cidade, agora livres dos problemas de adensamento, violência etc.: esses espaços surgem como a antítese disso.

No segundo período, anos 1980, surgem empreendimentos destinados a fins comerciais, serviços e lazer, bem como “um expressivo número de unidades residências multi-familiares” (Ibidem). É o momento do surgimento de *apart-hotéis*, de hotéis residência que, além de comerciais (hospedagem), projetavam o turismo, atraindo assim o setor imobiliário, agente que vem coordenando o espaço urbano da região ao longo dessas décadas. E esse processo se intensificou na década de 90, dado ao alto índice populacional da região, estimulando o surgimento de “edifícios comerciais de maior porte”, configurando “um novo ‘boom’ imobiliário” (Ibidem).

Acompanhando esse processo de intensa produção de espaço urbano na região da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, atraindo inúmeros trabalhadores para essas grandes obras, possibilitou outras configurações de uso na região e, no caso da “Lagoinha”, antes um lugar que se conformava através da pesca e de alguns moradores residentes em cabanas, como era o caso de D. Mariza, deu fruto à chegada de outros agentes à região do Autódromo de Jacarepaguá, momento de instabilidade das relações ali até então existentes. Outra característica de disjunção do lugar que aparece na narrativa de D. Mariza é a poluição da Lagoa, atribuindo esse fenômeno aosurgimento dos condomínios do entorno.

A comunidade se forja, assim, no desenrolar dessas três décadas de intensas investidas na região por parte do poder público e/ou do setor imobiliário com seus interesses de produção de uma “nova” urbanidade; surge, dessa forma, à margem do processo idealizado pelo plano modernista, ou mesmo a partir do movimento de ocupação de um “espaço vago” – neste caso, nem não tão vazio assim (Agier, 2015).

O Plano Popular da Vila Autódromo apresenta a comunidade comotendo se originado “da mistura de pessoas de diferentes origens”. Assim, daquele ciclo de instabilidade que ocasionou nas disjunções afetivas entre os pescadores, começa-se a *imaginar*[14] a emergência de uma comunidade, e o seu marco pode ser compreendido com o surgimento da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (1987). Em 1989, a comunidade serviu de espaço para reassentamento de várias famílias oriundas da comunidade Cardoso Fortes. Em 1994, mais uma vez, a antiga Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro assentou “legalmente” na Vila Autódromo mais de sessenta famílias. Em 1998 foi o ano que os moradores da faixa marginal da Lagoa receberam Concessão de Uso Real por noventa e nove anos da antiga Secretaria e Habitação e Assuntos Fundiários do RJ, publicada no D.O. de 31/12/98 (PPVA, 2016, p. 12). Nos últimos anos, em 2005, a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro outorgou parte da comunidade como Área de Especial Interesse Social por meio da Lei Complementar nº 74/2005.

Até aqui tentamos mostrar, tomando como ponto de partida o relato de D. Mariza, como a Vila Autódromo está marcada por eventos que conformaram seus usos e desusos do espaço, dos pescadores que foram “empurrados” para as margens da Lagoa de Jacarepaguá e de moradores que ocuparam a parte “baixa” da Vila Autódromo, próximo às avenidas adjacentes. Vimos que, se antes a comunidade se configurava pela prática da pesca, que não era meramente comercial, sendo também um uso que pressupõe intensa relação afetiva com a Lagoa e com seus “Camaradas”, a partir do final dos anos 1970 os novos atores da Vila Autódromo começam a dar outro rumo à localidade, e logo se apresenta a necessidade de novos serviços, como energia elétrica, transporte e água encanada. Para D. Mariza, que em suas épocas áureas de pescas vivia com seus “Camaradas” em cabanas, com a Vila Autódromo se “popularizando”, aparece a necessidade de ter uma casa na comunidade.



FIGURA3: Ato na Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo em razão de sua derrubada. Acervo pessoal do autor, 24/02/2016.

A “comunidade” cresceu. Ainda no começo da década de 1990 começaram as ameaças de remoção da comunidade. Em 1993, sob alegação de “dano estético e ambiental” (PPVA, 2016, p. 13), a Vila Autódromo foi alvo da prefeitura. À época, o hoje Prefeito Eduardo Paes ocupava o cargo de Sub-Prefeito da Zona Oeste, estando a região sob sua jurisdição. Além do mais, como convém justificar as remoções, o argumento de que a comunidade estava causando “dano estético e ambiental” apresentava uma pauta política sensível à época, um ano após a realização da Eco-92 – Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992[15].

Para Nathália que chegou criança na Vila Autódromo entre os anos de 1993-4, o “fantasma da remoção” só passou a existir para sua família alguns meses depois de sua chegada à comunidade. Relata que sua família estava à procura de um local mais “sadio” e planejado, ao contrário do lugar de que vieram, a Rocinha, “maior comunidade da América Latina”: “quem conhece a Rocinha sabe que é um morro, que infelizmente tem violência, tem uma vida bem agitada”. Nathália, que chegou à Vila Autódromo com mais ou menos 7 anos, diz que seus pais estavam procurando um “local mais tranquilo” para criá-la e educá-la; “onde tivesse árvores, que tivesse mais espaço. O sonho da minha mãe era uma casa com mais espaço, com uma infraestrutura melhor”[16].

Nathália é filha de Dona Penha, umas das referências da comunidade no atual processo de remoção. Sentados na escadaria que levava para o segundo andar de sua casa, ela falou um pouco de sua chegada à comunidade:

[...] A nossa casa aqui da Vila Autódromo foi comprada com a venda de duas casas: a casa dos meus pais na Rocinha e a da minha avó. Então foi o investimento de toda renda que a gente tinha. Conseguimos um local com espaço, realmente o terreno aqui era bom. A casa era bem pequenininha nos fundos do terreno, só tinha dois cômodos; era uma casa com dois cômodos e o banheiro. E uma outra casa que era só um cômodo, uma cozinha e um banheiro, que ficou para minha avó. A de dois cômodos ficou para minha família: eu, minha mãe e meu pai. Quando meus pais vieram para cá, eles pesquisaram outros lugares, vieram algumas vezes aqui antes de comprar e ninguém falou, ninguém mencionou que havia esse problema de uma possível remoção, dessas coisas. Depois que a minha família comprou aqui (na época eu era criança), com uns três meses mais ou menos eles descobriram que tinha esse problema. Na

verdade, esse fantasma de remoção se intensificou agora com as olimpíadas, mas ele já existia algum tempo.

Segundo o Plano Popular da Vila Autódromo, a Vila Autódromo já contou com aproximadamente 500 famílias. Na minha primeira visita à comunidade, no dia 2 de novembro de 2015, quando fui fazer reconhecimento de campo, muitas dessas famílias já não estavam mais [17]. O cenário era de total destruição, embora ainda houvesse uma parte considerável de moradores. As casas desocupadas, quando não derrubadas, tinham suas estruturas danificadas pela prefeitura para que não fossem reocupadas, e muitas casas nessa situação figuravam a paisagem da comunidade ao longo de sua extensão que, em novembro de 2015, ainda alcançava a sua parte alta da margem da Lagoa de Jacarepaguá.

As remoções têm a sua face, de primeira ordem, da devastação do “espaço concreto” e das variadas relações sociais nele existentes. Mas é um contexto que possibilita a apresentação de novas maneiras de uso do espaço, de inaugurar novas relações de afinidade, dentro e fora, impulsionando a elaboração e realização de *projetos* [18] (Velho, 1994), individuais e coletivos, e a necessidade de reafirmar a ligação intransigente com o lugar – esse “mundo-da-vida cotidiana” de que fala Norberg-Schulz (2006), passível de uma fenomenologia que deixe ver suas características mais particulares dentro de suas totalidades. Ou, como sugere o antropólogo indiano Arjun Appadurai (1997, p.34),

O trabalho de produzir localidades – no sentido de que localidades são mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas e espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados – entra frequentemente em conflito com os projetos do Estado-nação. [...] Também porque a memória e as ligações que os sujeitos locais mantêm com sua vizinhança e nomes das ruas, seus caminhos e cenários urbanos preferidos, momentos e lugares para congregação e divertimento estão sempre em conflito com as necessidades do Estado-nação de regular a vida pública.

A iminência da remoção desencadeia uma séria complexa de rupturas com a *ordem* da comunidade. Se intensificam conflitos internos. No caso da Vila Autódromo, houve uma polarização entre os moradores que quiseram ficar e os que vinham no *processo* uma “oportunidade” de melhoria de vida, seja através do reassentamento nos apartamentos oferecidos pela Prefeitura ou via indenizações. Para os que queriam ficar, não restava alternativas senão defender a “comunidade”, reconstruir seu *sentido de coerência*, trazendo a *memória coletiva* para esse plano de disputa contra a remoção.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstituição de si. (Pallak, 1992, p. 204)

Essa dimensão da memória, na Vila Autódromo, é ativada para falar de uma comunidade tranquila, onde prevalece a colaboração entre os moradores, que agora está ameaçada pela possibilidade de remoção. A “comunidade” precisou, dessa maneira, construir uma “imagem de si, para si e para os outros”: “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos

outros, [...] e que se faz por meio de negociação direta com outros” (Ibidem). Dito de outra maneira, a “identidade” se dá somente no plano da relação, e no caso da Vila Autódromo, foi a partir do *drama* da remoção que se reconstruiu “para si e para os outros” enquanto “comunidade”.

Em contexto de completa alteração do espaço da comunidade, a reconstrução, no campo de disputa, não se apresenta apenas no plano simbólico do discurso, mas também nas estratégias e elaborações de “resistência”. O que está em questão não é a preservação absoluta da comunidade em seu espaço físico, senão o *Plano Popular da Vila Autódromo*[19]– que apresenta mudanças substanciais para a comunidade em termos de serviços urbanos – não faria sentido. Antes, o que se reclama é que os moradores que porventura quiserem ficar terão a oportunidade de serem reassentados na própria Vila Autódromo, “dentro dos novos limites da comunidade”, caso tenham sido atingidos pelas obras do entorno.

Para isso, o PPVA[20] surge como o “resultado e expressão da luta dos moradores da Vila Autódromo”; visa o “acesso a serviços e equipamentos públicos e atendimento às necessidades de saúde, educação e assistência social”; garante as “condições adequadas para a realização de atividades econômicas dentro da comunidade, e condição de transporte e acessibilidade para o trabalho” (PPVA, 2016, p. 25). Em outras palavras, o PPVA, uma mistura de saberes locais e conhecimento técnico de planejadores e urbanistas, coloca em perspectiva uma oportunidade de atualização da comunidade através da urbanização reclamada, resguardando o interesse dos moradores que quiserem ficar, bem como a possibilidade de saída de quem assim desejar.

Ainda nas palavras de D. Mariza:

A gente não apresentaria perigo pra eles não. O pessoal aqui era muito maneiro, muito bacana. Quero dizer, eu fico muito triste com essa situação toda. Eles estão pra lá, nós estamos pra cá no nosso cantinho. Uma comunidade tão pequenininha dessa. Se eles fizessem nosso saneamento, fizessem as nossas ruas, asfaltassem, ia ficar tudo bonitinho, os moradores todos iriam tomar gosto de arrumarem as suas casinhas quando vissem o asfalto. As coisas iriam mudar, ficariam diferentes.

A Vila Autódromo se constituiu como uma comunidade de intensas mudanças, jamais como uma comunidade estática. Visto que a amálgama de agentes, de diferentes origens, que chegaram à comunidade em períodos diferentes, não permitiria que fosse. E assim se forjou sem muitos recursos públicos, estando aos moradores, pela Associação de Moradores ou não, a responsabilidade e prover suas necessidades.

D. Heloisa Helena, quem estabeleceu relação como a comunidade a partir da chegada de sua mãe no fim dos anos 1980, e morou de 1998-9 a 2016, relata as dificuldades de seu padrasto, Kennedy Augusto de Andrade, que “foi o segundo presidente da Associação de Moradores”, através do qual ficava sabendo dos problemas da comunidade:

Nessa época eu não morava lá, mas, mesmo assim, eu tinha um contato muito íntimo com os problemas de lá, porque ele [o padrasto] estava sempre relatando todas as coisas que ocorriam na Vila Autódromo e de como era difícil dar estrutura para aquele local. Então eu lembro que tinha o grupo: ele, a Teresinha, o Luis com a Solange, que eram irmãos, filhos da Dona Maria; meu tio Dilson, que o pessoal chamava de Carvalho. Era um grupo muito preocupado com a estrutura, o que fazer para levar luz, levar água, essas

coisas todas. E eu lembro muito bem também da época em que a Teresinha foi à ONU representando a Vila Autódromo - Dona Maria da Penha não foi a primeira a ir à ONU representando a Vila Autódromo; a Teresinha foi antes, há muitos anos atrás. Eu não lembro qual foi o ano, infelizmente. Meu padrasto não foi, como presidente, porque na época ele se encontrava doente; era diabético, tanto que mais ou menos um ano depois ele faleceu[21].

D. Heloisa Helena fala que seu padrasto exerceu grande influência política na sua vida, que foi o “homem mais feminista” que já conheceu. Seu pai biológico, que era militar, trabalhou no gabinete “do ministro lá em Brasília”. Essa dualidade se apresenta na forma de “informações totalmente contraditórias em relação à vida, uma de repressão e outra de liberdade”:

Meu padrasto teve uma vida política muito intensa, ele tinha sido preso político, então ele teve uma vida muito intensa. E quando ele faleceu, minha mãe recebeu moção honrosa da Câmara Legislativa em relação ao trabalho que ele tinha desenvolvido na Vila Autódromo naquela época. [...] Foi o homem mais feminista que eu conheci na minha vida, foi ele que me educou em relação a valores de empoderamento em relação à mulher; foi ele quem me educou. Eu nunca me esqueço das palavras dele: 'nunca deixe nenhum homem te dominar'. Essa é uma frase que eu nunca esqueço. Ele falava sempre isso pra mim.

Esses relatos podem ajudar a compreender a comunidade e seus agentes que não estiveram passíveis aos fenômenos urbanos ocorridos na região durante essas últimas décadas. Ao contrário: se mostraram incisivos na apropriação e reapropriação de seus espaços, inauguraram uma comunidade mediada pelos interesses de seus agentes em negociação, mais ou menos conflituosa, buscando as melhorias estruturais da Vila Autódromo.

Com isso, mais importante do que remontar a Vila Autódromo que existiu, é perceber que, relativo ao seu contexto histórico e à ação de seus agentes, não data de hoje o fator organizativo dos moradores, sem que com isso se queira buscar uma relação necessária como o movimento dos moradores sobre o atual processo. Antes, vale entender que se trata de uma comunidade que se fez sobre o “gesto político da ocupação”, uma *comunidade em movimento*[22], e que isso exigiu dos próprios moradores o esforço de qualificação da localidade, recorrendo às suas redes de colaboração para o provimento das melhorias.

Na conjuntura atual, na efetivação do “fantasma da remoção”, a *ruptura* e intensificação da *crise* (Turner, 2008, p.33) exortou os moradores a necessidade de *reconstruir* a “imagem de si” como forma de “resistência”, que se fez através de parecer técnico (PPVA), ora recorrendo-se às leis que garantiam a permanência dos moradores (*Concessão de Uso Real e Área de Especial Interesse Social*) e, tão importante quanto, os festivais “Ocupa Vila Autódromo”[23], espaço que proporciona a interação da “comunidade” com “apoiadores” e interessados no movimento de “resistência”.

Na próxima sessão apresentarei alguns materiais coletados no campo. Além de algumas visitas esporádicas, acompanhei por duas semanas algumas atividades do “Ocupa Vila Autódromo”, ocasião em que tive oportunidade de ter contato com mais moradores, conhecer alguns “apoiadores” da comunidade, e ver outros atores do espaço.

3. O lugar dos outros – registros do trabalho campo

Depois da primeira vez e do reconhecimento do campo, voltei algumas outras vezes à Vila Autódromo, geralmente aos sábados e domingos. Não acontecia com tanta frequência e essas idas intermitentes prejudicavam a minha maneira de perceber o campo. Não à toa ao longo da minha inserção as questões colocadas foram se modificando, amadurecendo e tomando novos rumos. A mudança se deu de maneira considerável a partir do dia 22 de fevereiro de 2016, em razão do *mandado de imissão de posse* que apontava a iminentedemolição da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), a casa de Dona Penha e de Dona Heloisa Helena. Tomei conhecimento através de um comunicado da página no Facebook da comunidade, que convocava seus “apoiadores” para estarem na comunidade a fim de inibir os operários da prefeitura que, como de costume, chegariam nas primeiras horas do dia seguinte para executar o mandado. A esse movimento de articulação para ocupação da comunidade se dá o nome de “Ocupa Vila Autódromo”.

O chamado foi feito por volta das 21 horas. Levei algumas horas para chegar à comunidade, e isso já era mais ou menos 1 hora da madrugada. Estava com uma amiga que já conhecia alguns moradores, já tinha participado de algumas atividades na comunidade, outros *ocupas*, e já conhecia a D. Penha, além de ter o contato de uma “apoiadora”. A essa altura, eu só tinha tido contato com D. Penha uma única vez por conta de uma conversa que tivemos no “parquinho”, em um dos domingos que visitei a Vila, mas já sabia da sua atuação de destaque na resistência da comunidade.

Assim que entramos na comunidade, pelo acesso da Av. Abelardo Bueno, vimos alguns guardas municipais que conversam com pessoas que supomos serem moradores. Resolvemos nos aproximar para buscar alguma informação. Quando chegamos perto duas pessoas se aproximaram e cumprimentaram-nos, o Alexandre e a Ana, ambos eram “apoiadores” da Vila Autódromo. Depois que nos apresentamos, Alexandre se antecipou e perguntou “de onde” eu era. Respondi que era estudante, de Ciências Sociais na UFRJ. Ele insistiu na pergunta até eu entender que esse “onde” se tratava de fazer parte de algum *movimento social*, seja algum coletivo, mídia, etc. Respondi que era só estudante, e que estava ali por conta do chamado e que vinha desenvolvendo um (ainda embrionário) trabalho sobre a remoção na comunidade. Foi então que Alexandre se apresentou como Sociólogo; Ana era estudante de Relações Internacionais na PUC-RJ.

Feitas as honras da apresentação, seguimos para casa de D. Penha. Fomos direto para o segundo andar da casa, cujo acesso fica na parte externa, no quintal, através de uma escada. No quarto tinha mais ou menos nove pessoas que arrumavam o espaço para dormir; dentre elas, três eram estrangeiros: duas jovens dos Estados Unidos e um rapaz da Inglaterra que estava desenvolvendo uma pesquisa em sociologia do esporte para seu projeto de doutoramento, e aproveitava o contexto dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Os outros apoiadores eram pessoas do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas[24] e estudantes que apoiavam e acompanhavam a causa. Éramos 9 pessoas no quarto, e tinha mais nos outros cômodos. As perguntas sobre nossas atividades se seguiram, demonstrando que era, mais que curiosidade, uma medida de segurança. E foi uma relação mútua de conhecimento das finalidades de cada um naquele espaço.

D. Penha surgiu logo em seguida com uma jarra de suco de goiaba “do quintal”. Me cumprimentou com um abraço e me chamou de “meu filho”, falando que era para eu ficar à vontade porque “a casa é nossa”.

A casa de D. Penha era grande. A entrada se dava por uma garagem que levava até uma parte do quintal que era mais aberta. Contava com dois andares de casa mais um terraço que dava uma vista panorâmica da comunidade, da Lagoa de Jacarepaguá e arredores. Da imagem daquela infância narrada por Nathália, filha de D. Penha, restava pouco: o amplo quintal contava com grande parte de área construída ao longo dos anos na comunidade.



FIGURA4: Reunião na casa da Dona Penha. Acervo pessoal do autor, 23/02/2016.

Chamava a atenção o fato de ser uma casa constantemente aberta e com grande fluxo de pessoas – “apoiadores”, como são chamados pelos moradores, categoria que engloba midiativistas, advogados e defensoria pública, e muitos universitários das mais diversas formações, das tradicionais Instituições universitárias do Estado. Embora fosse uma casa aberta à comunidade, existia uma constante vigilância para possíveis espionagens de infiltrados da prefeitura, que porventura estivessem ali para observar a articulação dos moradores.

A casa de D. Penha era o lugar das refeições do pessoal: café da manhã, almoço, um lanche à tarde, alguma coisa para comer antes de dormir – tudo feito de maneira colaborativa, com doações dos “apoiadores”. Nesses dias de “Ocupa Vila Autódromo”, muitos desses “apoiadores” dormiam na comunidade, principalmente na casa de D. Penha. Durante o dia, inúmeras pessoas circulam pela comunidade, conversam com os moradores e “apoiadores”, fotografam, filmam, e vão embora.

O chamado do “Ocupa Vila Autódromo” do dia 22 de fevereiro teve como finalidade a mobilização em torno da casa de D. Penha, de D. Heloisa e da AMPVA. A circulação de pessoas possibilitou o surgimento de algumas ideias, ainda que nem todas bem sucedidas. Como já disse, o lugar de concentração era a casa de D. Penha, e lá ocorriam as reuniões de articulação dos moradores com seus “apoiadores”, vide a fotografia acima (fig. 3), noite do dia 23 de fevereiro – na terça-feira –, em que se decidiam quais seriam os passos do dia seguinte, com a iminente chegada dos agentes da

Prefeitura com suas máquinas. A previsão era que isso acontecesse na terça-feira (23), nas primeiras horas do dia, o que não aconteceu, aumentando a expectativa para o dia seguinte.

A primeira reunião aconteceu na sala de D. Penha. Éramos mais ou menos umas vinte pessoas, entre “apoiadores” e moradores, para decidir o que seria feito no dia seguinte. A questão a ser resolvida era se a prioridade da mobilização se daria em um ato organizado em frente à Associação de Moradores (um ato “simbólico”), ou se os esforços seriam na casa de D. Penha, a fim de inibir a ação dos agentes da Prefeitura. Como o contingente era relativamente pequeno, teriam que escolher um foco. A “prioridade” foi dada à casa da D. Penha. Na reunião, surgiram as falas: “A casa é a prioridade”, disse Dona Jane, uma das moradoras; era necessário “preservar a moradia”, afirmava Sandra Maria, também moradora, que seguiu dizendo, agora sobre um possível ato na Associação de Moradores: “é um ato político não ter ninguém lá”. Era, portanto, necessário destinar esforços na casa da D. Penha, e “por mim a gente botava fogo na associação, adiantava o trabalho deles” – propõe Sandra. A proposta de por fogo na Associação não foi bem aceita, e os presentes acharam que podia-se manter a ideia de fazer um ato na Associação, para não “passar em branco”, como disse D. Jane. Seguiram-se as falas: “a Associação é o cartório da moradia” (D. Jane); “a Associação é imaterial” (apoiadora); “a Associação são só paredes, a gente tem que preservar a moradia; a Associação pode funcionar em outro espaço, ela está vazia” (Sandra Maria); “eu não quero ver a Associação nem a minha casa sendo derrubadas. Eu vou sair daqui de cabeça erguida, sem olhar para trás, sabendo que fiz tudo que pude para exigir os meus direitos” (D. Penha). As propostas surgiam majoritariamente por parte dos moradores, cabendo aos “apoiadores” a viabilidade do ato.

A reunião concluiu que iriam garantir o maior número de pessoas na casa de D. Penha para “negociar” com “eles” a desocupação no dia seguinte, dando tempo para que ela transferisse suas coisas para a Igreja Católica São José Operário, que fica na comunidade, de frente para a Av. Embaixador Abelardo Bueno. A família de D. Penha é católica, e resguardam uma relação afetiva de realização da Igreja na comunidade.

As coisas de D. Penha foram transferidas aos poucos para a Igreja, na noite do dia 23 de fevereiro, através de um trabalho colaborativo. Sendo uma pessoa muito fervorosa em sua fé, a Igreja que recebeu D. Penha e sua família era como uma extensão da casa – “que a paz do Senhor Jesus Cristo esteja com todos que estão aqui”, disse ela na reunião em sua sala, “porque eu tenho certeza que Ele está aqui e vai ficar nessa casa”. Nathália contou que o casamento da mãe aconteceu na garagem de sua casa, onde também ocorriam algumas outras atividades da Paróquia:

A minha família é católica, desde criança a minha mãe me colocou na catequese. Fiz primeira comunhão, e, com o passar do tempo, a gente foi se vinculando à igreja daqui. Quando eu comecei, adolescente, era em outra paróquia – que na época a gente não conhecia muita gente aqui, mas fomos pegando amizade e tudo mais, e aí me convidaram para ser catequista. Eu era adolescente, e comecei a participar da vivência da igreja aqui na comunidade. A gente tinha o terreno da capela, mas não tinha a parte física da igreja – só o terreno. E precisava ser construída, edificada essa igreja. E não tinha um local para fazer os encontros, para fazer as celebrações, então era comum que fosse realizado nas casas. Antes de ser realizado na minha casa, tinha sido realizado em outras casas também, foi uma prática comum para que a gente pudesse ter as celebrações, e não deixasse de ter pela falta do espaço físico. Até porque, assim

como a comunidade, ela é feita por pessoas – por nós que estamos aqui. Tivemos muitos encontros catequéticos na casa da Cenira. A casa dela não está mais hoje na comunidade, mas teve muito encontro lá; missa também. [...] Eu sei que durante um bom tempo aconteceu na minha casa: a gente utilizava a garagem para fazer celebração, missa, encontros de catequese. Meus pais casaram com uma certa idade, não casaram novinhos, eu era quase adulta. E eles casaram aqui em casa, na garagem, que foi um acontecimento muito marcante, muito bacana, porque a lembrança de casar na própria casa... acho até que é um privilégio. Foi um casamento bem simples, sem nenhum tipo de festa, minha mãe nem queria muita coisa. Mas foi muito especial, foi um dia legal. [...] A igreja então faz parte de nossas vidas, principalmente aqui na comunidade. Até porque, para a igreja ser construída, essa capela de São José Operário, ela foi construída pelo povo, pela própria comunidade. A gente fazia festas, quermesse, almoços, bingo, tudo para angariar fundos para erguer a capela. Então foi uma capela erguida com muito sacrifício, com dinheiro do povo, da comunidade em si, e foi muito gratificante ver essa igreja de pé, porque foi uma coisa que a gente construiu com nossas próprias mãos praticamente.

O acordo era de que todos acordariam às 6 horas da manhã para efetuar um “ato simbólico” em frente à Associação de Moradores. A *performance*[25] do ato se deu com algumas velas acesas na porta da Associação (fig. 2), onde foi estendido um pano preto simbolizando luto e colocada uma faixa que dizia “Podem derrubar a Associação, mas a Vila Autódromo fica”.



FIGURA 5: Retirada das coisas de Dona Penha de sua casa. À direita, Dona Penha dando Entrevista. Acervo pessoal do autor, 24/02/2016.

D. Penha, com quem conversei no dia 12 de fevereiro de 2016 no “parquinho” da comunidade, me relatou como foi a sua chegada à comunidade:

Essa luta da Vila Autódromo não é nova; ela já tem uns 26 anos... aluta para permanecer. Essa luta começou lá pra 91, 92, por aí. [...] eu cheguei aqui em 93. [...] Eu tenho relato de alguns moradores, que até já foram embora, que a luta começou por aí, foia primeira vez que o Eduardo Paes veio tirar essa comunidade que era muito menor, só tinha barraco, e ele não conseguiu. [...] E eu vim parar aqui. Não sei, acho que eu tinha que passar por tudo isso, porque eu não ia vir para cá, eu ia para outro local, mas enfim, estou aqui. Me apaixonei pela Vila Autódromo quando eu cheguei aqui. Com três meses é que eu descobri que tinha essa luta. Eu achava que isso aqui era uma terra legalizada e tal, então eu vim meio que enganada... Nova, também, não tinha muito conhecimento. Eu tinha 27 anos. Mas sempre fui moradora de favela, então quem morava na favela antigamente não tinha os mesmos recursos que temos hoje. Com o passar dos anos o conhecimento foiseexpandindo, assim novos horizontes foram se abrindo, né? E a televisão, assim, tem divulgado melhor a consciência do direito humano, do direito a tudo, direito à

cidade, direito à informação, enfim, foi crescendo isso. Então a gente não tinha naquela época, e o morador de favela era muito mal visto, tinha mais preconceito e menos informação. A favela foi crescendo conforme os movimentos sociais foram libertando mais as favelas, enfim. E eu vim parar aqui. A Vila Autódromo era comunidade muito menor. Era um local muito pacato, muito tranquilo, como é até hoje, do jeito que está a Vila é como era antes, se você me perguntar. A diferença é que hoje ela está muito valiosa. Mas quando eu cheguei aqui ela não tinha valor nenhum... a tranquilidade era essa mesma. Não tinha esseparquinho; quando eu cheguei a luz era muito precária; o ônibus era muito difícil; condução para sair daqui era horrível, a gente ficava uma hora esperando ônibus. A condição da rua era a mesma também, muito precária. Foi melhorando, a gente foi melhorando, fomos aterrando, enfim. E a comunidade foi crescendo, foi vindo mais gente, vindo mais gente, enfim; foi melhorando e se tornou uma comunidade grande, boa, muito boa de se morar, muito pacífica, os moradores se davam super bem. Aqui a gente costumava dizer que a gente tinha uma família, se eu chegar ali agora e for almoçar eu entro, almoço, e vou embora, sabe? Então é aquela coisa de família mesmo, se tornou uma grande família a Vila Autódromo.

Derrubaram a Associação de Moradores na manhã do dia 24 de fevereiro. No mesmo dia executaram o mandado e demoliram a casa de D. Heloisa Helena.

Também conhecida espiritualmente com Luizinha de Nanã, D. Heloisa Helena mantinha na Vila Autódromo a sua casa Yle Axé Ara OrunYabaJiyi. D. Heloisa Helena reclama que a permanência na comunidade não depende dela, mas se trata de uma vontade de seu Orixá Nanã, que se recusa a sair da Vila autódromo, da Lagoa de Jacarepaguá, que é fundamentalmente o seu *lugar cosmológico*. Oito meses após a derrubada de sua casa, D. Heloisa Helena me relatou sua experiência com o ocorrido:

Quando aconteceram os Jogos Pan-americanos (2007), e que a gente não saiu, eu pensei que não sairíamos mais da Vila Autódromo. Mas aí vieram essas Olimpíadas. No princípio, eu achei que não sairíamos. Como eu sou espírita, o jogo sempre falou para mim que eu iria sair, mas que eu iria ficar; de alguma forma eu iria sair, mas que permaneceria. Até que um dia ele falou que a minha casa iria cair, ia ser derrubada, mas que eu deveria continuar lutando como se ela não fosse. Eu lembro que passei uma semana chorando muito, eu não queria sair de lá, eu queria a minha casa. Minha casa pobre, minha casa ruim, mas eu queria a minha casa, eu queria continuar nela. E eu já tinha recebido outros avisos, muito antes. Durante muitos anos eu tive pesadelos que, hoje, eu vejo que eram avisos da destruição de Vila Autódromo. Eu acordava assustada com uma onda que destruí tudo; tratores que rodeavam a comunidade. Isso muito antes disso tudo acontecer. Por isso que eu continuei lutando esse tempo todo. Porque muita gente me chamou de 'maluca', mas a minha única opção espiritual era continuar lutando, porque a minha orientação era 'você continue lutando', mesmo sabendo que a casa iria cair. E foi o que eu fiz até o último momento. Eu até falo que, como ser humana cansada, esgotada, algumas vezes eu tentei fazer acordos, só que nenhum deles deu certo, porque não era para dar certo - era para eu continuar lutando. A minha única opção foi sempre lutar, e é o que eu continuo fazendo. Embora não pareça, estando lá em Guaratiba, eu continuo lutando. E vou lutar mais, ainda.

D. Heloisa Helena, que mesmo antes de começar a morar na Vila Autódromo, 1999, já tinha um contato "íntimo" com a comunidade, porque sua mãe residia na Vila Autódromo desde o fim da década de 1980. Com esse contato acompanhou o desenvolvimento da comunidade, criou seus filhos e construiu a casa de seu santo Nanã, onde sua mãe carnal disse que deveria ser construída:

Eu comecei a me desenvolver no candomblé muito nova, com 13 anos de idade. Fiz santo com 17. O que ocorre: você faz o santo e depois de um certo tempo, com a sua idade e com as suas obrigações feitas, você pode ter o seu santo. E eu peguei meus santos, tive direito a pegar meus santos, e eu levei os santos para a casa da minha mãe lá na Vila Autódromo.

Sobre o dia 24 de fevereiro, D. Heloisa conta que foi “injustiçada”. No processo de demolição de sua casa, Nanã queria ser a última a sair, o que configurava a retirada de seu “assentamento” por último:

Eu não quero dinheiro; quero que reconheçam que erraram comigo. Não é possível que um prefeito fale que a única construção que pode ficar em pé na comunidade é a Igreja porque é "segura". O meu candomblé era o quê? Eu era uma bruxa? Eu não sou nada disso. Eu fui tratada como lixo, "eles" me chamaram de 'lixo', literalmente, no dia da minha remoção. "Eles" falaram tudo que tem aí é lixo. Eu conheço essa gente, elas vivem disso, para explorar a prefeitura'. Eu não posso ser chamada de 'lixo', eu não aceito. É injusto.

A casa de D. Heloisa Helena, com o cerco de tapumes da prefeitura na comunidade, ficou “do outro lado” da Vila Autódromo, parte agora sob jurisdição das obras do Parque Olímpico. D. Heloisa Helena falou que para ter acesso à sua casa era necessário se identificar para os guardas, e só tinha acesso que estivesse “cadastrado”. Esse isolamento da casa de D. Heloisa Helena parece ter impossibilitado qualquer tipo de mobilização na execução da demolição no dia 24 de fevereiro.

Ressalto que foi fundamental para a mobilização na comunidade a intensa cobertura midiática que se fez em torno do caso. Repórteres de várias partes do mundo chegavam constantemente em busca dos moradores, e diversas vezes se mostravam um tanto invasivos, o que gerava desconfortos aos moradores. A Vila Autódromo era, sem dúvida, um território vigiado, e essa medida muitas vezes gerava conflitos. Alguns repórteres marcavam antecipadamente uma visita, geralmente procuravam diretamente alguns moradores específicos, como D. Penha, S. Luis e Sandra Maria; outros adentravam os espaços com a câmera ligada em busca do primeiro morador que vissem.

Dessas reuniões na casa de D. Penha, no dia 23 de fevereiro, surgiram propostas interessantes que ajudaram na divulgação da comunidade, que veio a figurar as páginas das redes sociais com campanhas conclamando a urbanização e permanência da comunidade (“Urbaniza Já!”), que aconteceu através de uma corrente de vídeos: pessoas gravavam vídeos pedindo para o prefeito Eduardo Paes urbanizar e respeitar o direito dos moradores de permanecerem na comunidade. A campanha teve amplo alcance, atingindo artistas, políticos, entidades e movimentos sociais. Surgiu também, na reunião na sala de D. Penha, a campanha “a Associação sou eu”, que remetia ao caráter imaterial da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) – que havia sido derrubada. Depois da derrubada da Associação, os moradores escreveram na parede de entrada da casa de D. Penha “Associação de Moradores”, demarcando aquele espaço que era ao mesmo tempo *público* e *privado*, dado a sua sutil variação.

Das três edificações (casa de D. Penha, de D. Heloisa Helena e AMPVA), a última a ser demolida foi a de D. Penha, que aconteceu no dia 8 de março, no dia Internacional da Mulher, mesmo

dia em que D. Penha recebeu a Medalha Pedro Ernesto, criada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em homenagem àqueles que se destacam na sociedade brasileira e internacional.

4. Os atores no espaço – fronteiras simbólicas

Muitos agentes interferem no espaço da Vila Autódromo nesse contexto de remoção, e é pouco significativo tratar essa situação de maneira dicotômica, apresentando-se de um lado os moradores que estão sendo removidos e, do outro lado, a prefeitura como uma estrutura monolítica. Isso aparece na forma que muitos moradores se referem aos agentes da Prefeitura: “eles”. O pronome se apresenta como uma categoria genérica que resume toda uma estrutura hierárquica, que passa pelo Prefeito Eduardo Paes (é referenciado diretamente muitas das vezes), pela Secretaria Municipal de Habitação, pela Guarda Municipal, pelos operários e suas maquinarias, e por vezes se estende aos operários e seguranças das construtoras.

É correto afirmar que a “visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma *trajetória*” (Velho, 1994), aquilo que formula a *biografia* de cada indivíduo, ou seja, as diferentes maneiras dos indivíduos (creio que se possa estender para os núcleos familiares) perceberem o espaço podem influenciar na experiênciacom *oprocesso*. Em outras palavras, é importante não pensar “os moradores” com um todo completo, total, fechados e fadados ao destino infortunado da remoção; mesmo que se parta do princípio de que a “remoção” acomete todos os moradores, o significado disso não é comum em absoluto. E já mostramos acima como, em 2014, 200 famílias saíram da comunidade em busca de melhores condições de moradia, de infraestrutura, em detrimento da condição em que viviam na comunidade [ver nota 17 deste texto]. Para este artigo não tive acesso aos moradores que escolheram sair da comunidade voluntariamente, seja aceitando apartamentos no Parque Carioca ou as indenizações que a Prefeitura oferecia.

Se, por um lado, parte significativa dos moradores que demonstram interesse em permanecer na comunidade – 187 famílias como mostrou o *mapa da resistência* em 2014 (PPVA, 2016, p. 20) –, por outro, há muitos moradores que escolheram sair da comunidade, por variadas razões. Muitos podem ser os motivos que levam a essa escolha. Uma das opções apresentada pela Prefeitura é o Parque Carioca, conjunto do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, que fica alguns quilômetros da Vila Autódromo (Estrada dos Bandeirantes), onde alguns moradores foram reassentados. O conjunto é apresentado como uma forma de mudança de vida, constituindo como um dos “legados” dos Jogos Olímpicos 2016 para os moradores[26] (Magalhães, 2013). Em setembro deste ano, enquanto este trabalho estava em andamento, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro lançou um relatório (*Explicando a política de habitação da prefeitura do Rio*), que traz dados de famílias que foram reassentadas em condições com infraestrutura e acesso a serviços, o que, na linguagem do relatório, se constitui como uma das faces do “legado olímpico”, para os moradores, para cidade.

Outra maneira de contornar a questão, ainda por parte da Prefeitura, é indenizando alguns moradores. Os valores exorbitantes são oferecidos, tão díspares com a condição da área construída, colocam muitas vezes os moradores em uma condição de inevitabilidade, dado o “campo de possibilidades” que se abre. Sobre essas “negociações” como a Prefeitura, segundo Faulhaber e

Azevedo (2015, p. 52), as “ofertas individualizadas e não necessariamente padronizadas fazem parte da tática de dividir a comunidade”.

Outro agente do espaço são os “apoiadores”. Essa categoria engloba um sem-número de agentes, de variados interesses: defensores públicos (mostrando a ambiguidade do próprio Estado), acadêmicos (arquitetos e urbanistas, sociólogos, geógrafos, museólogo, etc.) que encontram uma maneira de juntar a teoria e a prática em benefício da comunidade, desenvolvendo pesquisas e projetos junto aos moradores; estudantes universitários, vereadores, movimentos sociais, como Marcha Mundial das Mulheres; mídiativistas, moradores de comunidades vizinhas, etc. Toda essa miscelânea de interesses e perspectivas faz ferver ideias que ajudam na “resistência dos moradores”, através de uma rede complexa de interesses locais e acadêmicos, que possibilita uma curiosa maneira de ação política de ambas as partes, e outras maneiras de compreender o processo, construindo outros discursos e agências (Freire, 2013). Os chamados do “Ocupa Vila Autódromo”, que reúne músicos, onde os moradores vendem comidas, exibem-se filmes sobre as remoções na cidade, lançam-se livros etc., é também a oportunidade do encontro desses agentes para se pensar novas possibilidades de atuação não só na Vila Autódromo, mas em toda a cidade em contexto de megaevento, como foi o caso das Olimpíadas.

Muitas dessas ideias que surgiram na interação a partir de amálgama de agentes iam ao encontro de propostas que visavam “reavivar” a comunidade, seja com atividades de caráter festivo, ou através de intervenções no espaço concreto. Uma dessas medidas foi a “requalificação do parquinho da Vila Autódromo”, que surgiu como um projeto da turma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera Niterói, correspondendo à turma da disciplina “Projeto de Extensão à Comunidade”, ministrada pela professora Diana Bogado. Aconteceu nos dias 14 e 15 de novembro de 2015, através de um mutirão que, usando material reciclado, como garrafas pet, pneus, a partir de seu desenvolvimento participativo, buscava atender as necessidades da comunidade referente ao seu único espaço público destinado ao lazer [27]. Além de buscar atender “as necessidades da comunidade”, o projeto foi interessante também para os alunos da disciplina, visto que muitos não tinham entrado em uma “comunidade” [28], e lá puderam interagir com os moradores, com outros “colaboradores”.

O “espaço concreto” da comunidade resguarda também fronteiras desse processo de remoção. Se antes a comunidade se estendia até a parte alta da Lagoa de Jacarepaguá, hoje a Vila Autódromo é um território que vai afunilando aos poucos através dos tapumes da prefeitura que separam a comunidade dos canteiros de obras. São fronteiras móveis, que sufocam a comunidade, que vai perdendo cada vez mais espaço.

Mas é curioso notar que os tapumes, assim como as paredes que restaram das casas semi-destruídas, servem também para os moradores escreverem suas indignações, espaço destinado às frases de motivação como “Viva a Vila Autódromo”, “Vila Autódromo existe e re-existe”, etc. Essas inscrições no espaço apresentam, mais que indignação, a percepção dos moradores sobre o processo. Nessas inscrições nos tapumes e nas paredes, vemos também referências a experiências de remoções externas.



FIGURA 6: Inscrições no tapume. Acervo particular do autor, 2/11/2015.



FIGURA 7: Inscrições na parede de uma casa. “(re)xiste Vila Autódromo; (re)xiste Passarinho – Recife”. A referência à comunidade Passarinho, na cidade de Recife – PE, que em 2014 também passou por um processo de remoção. Acervo particular do autor, 2/11/2015.



FIGURAS: “Viva a Vila Autódromo” é a principal identidade da comunidade, presente em camisas e adesivos que circularam por toda a cidade. Na foto, tapume localizado na entrada da comunidade pela Av. Embaixador Abelardo Bueno. Acervo particular do autor, 2/11/2015.



FIGURA9: Inscricões nas paredes – “Vila Autódromo re-existindo”, assinado como ENEA (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura, que aconteceu em julho de 2015 no Rio de Janeiro, ocasião em que foi organizada uma visita dos participantes à Vila Autódromo). Acervo particular do autor, 2/11/2015.

No atual contexto de remoção, “eles” também ocupam determinados espaços na comunidade, os espaços de serviços. Logo na entrada, em frente à (extinta) Associação de Moradores, um microônibus da Guarda Municipal faz a vigilância da comunidade. Vez ou outra eles caminham pelas ruas, mas sempre sob os olhares desconfiados dos moradores e “apoiadores”. Os operários e seguranças das obras ocupam os espaços fronteiros, geralmente perto dos tapumes, do outro lado, e circulam em espaços específicos da comunidade, quase sempre nos horários das refeições, quando uma parte vai almoçar na pensão improvisada na garagem de D. Patrícia, uma das moradoras. Curiosamente, é provável que seja o espaço de um encontro pouco demarcado, onde moradores, operários, guardas e seguranças, “apoiadores”, esses agentes que ocupam a Vila Autódromo cotidianamente, usufruem do mesmo espaço, suspendendo, mesmo que não em absoluto e temporariamente, as diferenças que circunscrevem o papel de cada um na comunidade – a interação é dada em *potência*[29].

A presença dos outros agentes da prefeitura na Vila Autódromo surge como momentos de conflitos. Os operários responsáveis pelas demolições e descaracterização das casas aparecem esporadicamente, munidos de suas máquinas, acompanhados de funcionários da Secretaria Municipal de Habitação que carregam mandados de posse. Comentava D. Penha que se “eles não vieram até agora”, deveriam chegar só no dia seguinte. Não existe hora marcada para chegada desses agentes, a certeza da chegada oscila com a imprevisibilidade da hora, e a única maneira possível de cogitar é através da demarcação dos períodos do dia: manhã sendo a parte mais constante da execução; à tarde ainda é possibilidade; à noite, mesmo não sendo tão usual, ficam os moradores menos apreensivos e temerosos pelas primeiras horas do dia seguinte.

5. A Vila Autódromo“ de casa nova”

Uma proposição sobre “urbanismo informal” de Dr. AseemInam, professor de urbanismo da Parsons The New School for Design, Nova Iorque, aparece na 3ª edição da revista *Contraste*[30]:

Um assentamento informal como a favela é uma demonstração da extraordinária da capacidade de inovação do ser humano em sua luta por sobrevivência. Muitas dessas favelas se originam do nada; isso significa que os primeiros habitantes tiveram que desenhar e construir casas, bairros e mini-cidades do nada – sem ou com muito pouco dinheiro, materiais ou experiência de desenho formal. Mesmo assim, eles aprenderam fazendo e construíram lugares verdadeiramente belos (no sentido mais profundo do termo) para se viver ao longo do tempo. (p. 142)

Esse tipo de formulação se encontra também em Michel Agier, onde o antropólogo francês defende uma antropologia que privilegie o “processo”, que olhe para as margens – “a antropologia das emergências, do contemporâneo, é a que vai descobrir o que nasce, o que se transforma, o que está em processo” (Agier, 2011, p. 191). De outra maneira, todas essas categorias que descrevem processos urbanos se encontram em contextos como esse de construção de uma “cidade olímpica”, em que se acirram as disputas pela defesa da localidade, como é o caso da Vila Autódromo e de muitos outros, com as pretensões de uma “cidade global”, pretensão essa que a Prefeitura seguiu a risca e apresentou seus esforços e benefícios no seu *Dossiê de candidatura*. Nessa disputa, como tentei abordar aqui, fundamentais me parecem as contribuições de Anderson (2008) sobre *comunidades imaginadas*, que pode servir para entender as representações do geral (a “cidade global” da prefeitura) e do local (no nosso caso, a Vila Autódromo). Outro autor que colabora para esse entendimento é Appadurai (1997), com a sua ideia de “produção de localidade”, fundamental para entender esse conflito entre o geral e o local.

No Jornal Extra do dia 30 de julho de 2016[31], vemos o anúncio da “sobrevivência” da Vila Autódromo. A matéria diz que “embora não sejam atletas, os moradores da Vila Autódromo encaram, nos últimos anos, uma verdadeira maratona para permanecer onde sempre viveram”.

A “nova” Vila Autódromo é mais uma transformação pela qual a comunidade passou. Depois de um processo longo de resistência, de invenção de maneiras de se projetarem contra a proposta de remover a comunidade, vinte famílias conseguiram a urbanização da Vila Autódromo. Em sua nova configuração, conta com 20 casas dispostas uma ao lado da outra, tendo todas elas o mesmo formato e disposição dos cômodos, localizadas na Rua Vila Autódromo. Desse processo, não seria muito correto ver como uma “redução” da comunidade; a insistência de palavras como “a Vila Autódromo somos nós” se apresenta como alternativa.

A única edificação que ficou da “antiga” Vila Autódromo foi a Igreja Católica São José Operário, que permanece intacta, no mesmo local, de frente para as avenidas, agora mudadas com as obras.



FIGURA10: Igreja Católica São José Operário, com a “nova” Vila Autódromo ao fundo. Acervo pessoal do autor, 13/8/2016.

Plano Popular da Vila Autódromo, com todas as suas atualizações, era a ferramenta pela qual se afirmava a autoridade dos moradores diante da disputa pelos rumos da comunidade. Uma elaboração técnica que, mesclada com o saber local, formulava o contra-discurso da autoridade do “legado” pela qual a prefeitura estruturava a sua argumentação.

Outro projeto interessante que surgiu desse processo, que busca resgatar as narrativas de memória dos moradores, é o Museu das Remoções. Uma articulação que nasceu como desdobramento do projeto da professora Diana Bogado em “requalificar” a comunidade. O projeto fez com que os alunos de Diana construíssem esculturas que simbolizassem alguns moradores da comunidade, como é o caso de “Penha de mil faces” (D. Penha) ou “Vila de todos os santos” (D. Heloisa Helena). Algumas dessas esculturas fizeram parte dos circuitos dos “Jogos da Exclusão”, organizado pelo Comitê Popular, do qual já falamos aqui. Hoje, na “nova” Vila Autódromo, algumas esculturas estão na entrada das casas: uma delas, que foi cedido temporariamente por um morador como espaço do *Museu das Remoções*, e a outro, “Penha de mil faces”, na entrada da casa de D. Penha.



FIGURAS11 e 12: Na primeira foto (esquerda), nomeada como “Doce Infância”, foi feita com materiais do que restou do parquinho; a segunda (direita), a escultura “Penha de muitas faces”, que apresenta o símbolo do feminino em meio aos pedaços da extinta casa de D. Penha. Acervo pessoal do autor, 13/08/2016.

O *Museu das Remoções* faz a catalogação de “escombros” para formar o acervo do museu – peças que têm sua origem resgatada e classificada. Segundo Diana, o “Museu das Remoções” vai funcionar “como denúncia da remoção”, “os escombros como resquílios da violência”[32], e a pretensão do Museu, agora, é atingir uma maneira de interagir comunidades que passam por remoções, não se restringindo à Vila Autódromo – uma *memória* recém fabricada que, mais ou menos organizada, abre um “campo de possibilidades” de análise para os processos urbanos contemporâneos.



Notas

* Rodolfo Teixeira Alves é graduando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, onde também desenvolve atividades com o Núcleo Discente de Antropologia (NDA/IFCS/UFRJ). Atualmente, continua encantado pela força de mulheres como D. Heloisa Helena, D. Maria Penha, D. Mariza do Amor Divino e tantas outras que seguem dando vida à cidade. E-mail: rteixeiralves@gmail.com.

[1] Remoções de moradores e comunidades parecem ser uma constante nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, Abreu mostrou que uma das primeiras remoções na cidade, o Morro do Castelo, teve como justificativa – respaldada pelas ideologias higienistas – “preparar o Rio de Janeiro para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil. (...) era preciso lutar contra o tempo para que pudesse acolher o grande número de turistas e personalidades nacionais e estrangeiras” (2013, p.76) – essa era a missão do então prefeito Carlos Sampaio (1920-22). Sobre remoções nos últimos anos para preparar a cidade para os megaeventos, ver: Faulhabere Azevedo (2015); Dossiê Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015); Magalhães (2013); *Atingidas – histórias de vida de mulheres na cidade olímpica* (Instituto PACS, 2016).

[2] Entre planos e relatórios elaborados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro sobre o “legado olímpico”, pode-se consultar o *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*; *Cadernos de Políticas Públicas: Rio 2016 – Jogos Olímpicos e legado*. Sobre a categoria de “legado olímpico” referente à moradia na cidade, ver o relatório disponibilizado pela Prefeitura em setembro de 2016: *Explicando a política de habitação da Prefeitura do Rio*. Disponível em: <www.entendahabitacaonorio.com.br>. Acessado em 25 de outubro de 2016.

[3] Jogos Pan-americanos (2007); Copa das Confederações da FIFA (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016).

[4] Sobre a ocupação da baixada de Jacarepaguá, diz Sampaio: “Devido ao seu relativo isolamento, a região manteve-se à parte do processo de urbanização da cidade, as unidades agrícolas ali instaladas se desenvolveram como núcleos mais ou menos autossuficientes. Mantiveram até meados do séc. XX o aspecto rural herdado desde os tempos em que Salvador de Sá, nos idos de 1600, dividiu a sesmaria entre seus filhos, cabendo a Gonçalo de Sá a região que ia desde o Arroio Pavuna até os lados de Guaratiba” (p. 51).

[5] O plano de Lúcio Costa potencializava a região a ser um “pólo nodal da cidade”, transformando a Barra da Tijuca em “um centro alternativo”, *Centro metropolitano*, em detrimento do centro histórico. Lúcio Costa herdava o Plano de Diretrizes Viárias de 1951, “que criava uma malha viária para a área”. (Ibidem)

[6] Comunidade aparece como uma categoria nativa, o que nos obriga a segui-la e tentar entendê-la dentro do seu contexto. Dentre muitas outras categorias do campo, esta talvez seja a central, visto que é a partir dela que seguiremos a estruturação apresentação do artigo. Para uma discussão no plano conceitual, ver “Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados”, de Leticia de Luna Freire (2008).

[7] Nas palavras de Heidegger: “construímos e chagamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos *como aqueles que habitam*” (1954, s/p)

[8] D. Mariza relatou a sua trajetória na comunidade durante os dias que fiquei na Vila Autódromo por conta do “Ocupa Vila Autódromo”. D. Mariza, na ocasião, estava abrigada na casa de Dona Penha.

[9] O Rio2 é um conjunto de condomínios, localizado (uma de suas entradas) na Av. Embaixador Abelardo Bueno, próximo ao parque aquático Maria Lenk. Conta com uma associação de moradores (AMORIO2) de seus 24 condomínios; os moradores do Rio2 dispõem de ônibus para os condôminos, shopping do condomínio, além de um centro comercial.

[10] Fernandes (2013) responsabiliza a “incapacidade do poder público em dar seguimento à urbanização” da região: “diariamente, a sujeira vestida pelos *shoppings* e condomínios é lançada nos rios e lagoas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, que estão poluídas e cujas águas fétidas escorrem para o mar” (s/ paginação).

[11] A *descontinuidade daprática*, nesse sentido, não quer dizer que a pesca acabou na região, o que não é verdade; mas o fato da sua subsistência mostra que se antes a pesca era preponderante, deixou de ser. A questão aqui é o efeito disso.

[12] Todo o relato de Seu Pernambuco aqui citado foi retirado do livro SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. No mesmo livro, lemos que: “Seu Francisco, também chamado de Pernambuco, faleceu cinco meses depois desta entrevista. Morreu deprimido e desgostoso, em 02 de julho de 2014, aos 89 anos, uma semana depois de ser removido”. (Faulhabere Azevedo, 2015).

[13] Em processo anterior, buscando novos rumos urbanos para a cidade, a Zona Sul aparecia como “o contraponto ideal a uma cidade cada vez mais receosa dos perigos da superpopulação. Para além do discurso da salubridade, o Novo Rio despontava como alternativa de implementação de uma civilização imaculada, na qual o progresso não vinha acompanhado de ideia de regeneração, que passava a ser inevitavelmente associada à zona central da cidade.” (O’Donnell, 2011, p. 72)

[14] Coloco nos termos de Anderson (2008), para quem uma “comunidade imaginada” se apresenta como uma ordem de comunhão, de pertencimento, escondendo muitas vezes suas desigualdades internas em prol do estabelecimento de uma identidade. O objeto de análise de Anderson são os Estados Nacionais; mas é possível entender essa lógica dentro de outros parâmetros, como fazemos aqui. Dentre outras maneiras de construção desse *imaginar*, Anderson mostrou o papel preponderante da *memória* nesse processo.

[15] Leitão e Rezende mostraram como a Eco 92 refletiu na construção dos condomínios da Barra da Tijuca, tendo surgido, como foi o caso do *Barra Golden Green*, empreendimentos com “baixa densidade construtiva e populacional a uma grande área verde, aproveitando-se, ainda, do marketing ecológico, já que seu lançamento ocorre durante o encontro mundial da Eco 92” (2012, p.3).

[16] Todo depoimento de Nathália apresentados aqui foi cedido no dia 4 de março de 2016, em sua casa na Vila Autódromo.

[17] Em 26 de março de 2014, 200 famílias se mudaram para os apartamentos do Parque Carioca, empreendimento localizado na Estrada dos Bandeirantes, que a Prefeitura apresentava como uma modalidade de negociação. Para o PPVA, essas famílias configuravam como “moradores ameaçados, ou mesmo cansados dos problemas de infraestrutura da comunidade, causados pelo descaso da própria prefeitura, começaram a avaliar que a segurança do novo apartamento seria melhor” (PPVA, 2016, p.19).

[18] Para Velho, “a consistência do *projeto* depende, fundamentalmente, da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*” (p. 101).

[19] Esse tipo de situação foi descrita por Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Em suas visitas à Brás de Pina, em uma favela que estava em risco de ser removida pelo governo Lacerda, em 1964, “os líderes locais estavam querendo um instrumento reivindicatório e demonstrativo: um plano. Se tivessem um, poderiam discutir com o governo de igual para igual, usando sua mesma linguagem e seus mesmos fetiches. (Santos, 1980, p. 41).

[20] O PPVA foi sendo atualizado à medida que o espaço da comunidade sofria alterações. Tendo sua primeira versão lançada em Agosto de 2012, a proposta apresentava-se como um contraponto aos rumos traçados pela Prefeitura sobre a comunidade. “Resultado da troca de experiências e

conhecimentos entre a população local e as equipes das duas universidades públicas, o processo de formulação do plano pautou-se pela realização de levantamentos de campo, oficinas e assembléias com os moradores, através das quais eram decididas as prioridades em termos de moradia, saneamento, meio ambiente, transporte, educação, saúde e cultura” (Freire, 2013, p.111). Teve sua última versão em 2016.

[21] A entrevista foi feita com D. Heloisa Helena no dia 11 de outubro de 2016, no Barra Shopping, Barra da Tijuca.

[22] Essa ideia aparece em Michel Agier: “O que me parece importante entender, me parece, é este agir ao mesmo tempo político e urbano: ele marca uma linha de partilha entre antes e depois. Esse movimento é uma tomada do espaço tanto quanto uma tomada da palavra, é o momento político porque é aquele que cria uma situação radicalmente nova. Eis por que os atores da margem, cidadãos sem cidade, ocupam um lugar à parte, precário mas exemplar nos movimentos que fazem a cidade (Agier, 2015, p 491).

[23] O “Ocupa Vila Autódromo” surge como um evento compartilhado publicamente nas redes sociais, através da página da comunidade no Facebook, que possibilita fazer o chamado e reunir “apoiadores” na comunidade e dar visibilidade à situação. Nesses eventos, que podem assumir o caráter de festival, os moradores se organizam para vender comidas e bebidas; projetam filmes relativos ao contexto; etc. Além do seu caráter festivo, o chamado “Ocupa Vila Autódromo” pode aparecer como um pedido de mobilização para organizar alguma ação que venha inibir as pretensões de remoção de moradores.

[24] Movimento Social organizado para divulgar as violações aos direitos humanos nos preparativos dos megaeventos no Rio de Janeiro (Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016)). Conta com colaboradores de diversas áreas, grupos de pesquisas universitários, movimentos sociais em prol do *direito à cidade*, etc. Divulgou Dossiês sobre as violações no Rio de Janeiro, abrangendo moradia, transporte. Também organizou o *Rio 2016 – os jogos da exclusão*, evento que aconteceu entre 1 e 5 de agosto de 2016.

[25] Enquanto *ação* no tempo ritual. Para uma discussão de *performance* a partir de Victor Turner, ver Cavalcanti, 2013.

[26] Temos como foco para este trabalho os moradores que tentam permanecer na comunidade, que negam as propostas apresentadas pela Prefeitura e apresentam alternativas à remoção. Obviamente não se trata de fazer um juízo moral entre os moradores, apenas apresentar essa variação de perfil.

[27] Ver “Vila Autódromo investe em espaços públicos enquanto remoções persistem”: <<http://rioonwatch.org.br/?p=17125>>. Acessado em: 16 de outubro de 2016.

[28] A professora Diana Bogado teve a oportunidade de falar sobre essas experiências recentemente em um dos seminários organizados pelo Laboratório de Antropologia da Arquitetura e dos Espaços (LAARES/IFCS/UFRJ).

[29] Uma das tarde na casa de D. Penha, na quinta-feira, 25 de fevereiro, quando os moradores e “apoiadores” almoçavam a espera da chegada da “prefeitura” para derrubar a casa, na garagem, que era a principal entrada da casa, um operário da obra entrou enganado perguntando se ali era a “pensão”, e foi orientado a seguir a rua até os fundos da casa de D. Penha, onde encontraria a garagem da pensão que servia almoço. Depois que ele se retirou, o ocorrido foi motivo de risadas.

[30] “Urbanismos informais: uma aproximação investigativa”, Revista Contraste, 3ºed.

[31] Vila Autódromo sobrevive após anos de briga e será a vizinha ‘humilde’ dos jogos”, Rafael Oliveira: <<http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/vila-autodromo-sobrevive-apos-anos-de-briga-sera-vizinha-humilde-dos-jogos-19815054.html>>. Acesso 1 de agosto de 2016.

[32] Diana Bogado apresentou “A Experiência do Museu das Remoções” em um dos Seminários do Laboratório de Antropologia da Arquitetura e dos Espaços (LAARES/IFCS/UFRJ), no dia 22 de setembro de 2016.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. p. 32 e 33.
- AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- _____. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. Rio de Janeiro: **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**, 21(3), 483-498. 2015.
- APPADURAI, Arjun. The Production of Locality. In: R. Fardon (ed.), *Counterworks*. London: Routledge.
- _____. Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional. **Revista Novos Estudos**, nº 49, Nov. 1997. Trad. Heloísa Buarque de Almeida.
- ARANTES, Antonio A. A Guerra dos Lugares: Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminariadades no Espaço Urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 23, p. 184. Ano 1994.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama, Ritual e Performance em Victor Turner. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 03.06: 411–440, Nov. 2013.
- CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, Antônio Firmino da. "Bairros, contexto e intersecção". In: G. Velho(org.), **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 58-79. 1999.
- FERNANDES, Tatiana. Barra da Tijuca (RJ), Plano Piloto, Legislação e Realidade: o processo de urbanização, ocupação e suas consequências ambientais. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, Ano III, n 6, abril de 2013 – UFF.
- FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Revista Dilemas**, Vol. 1, no 2, Out-Nov-Dez, ano 2008.
- _____. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, ano XVI, nº 29, 2013, pp. 101-28.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar no Patrimônio: Identidade, Tempo e Destruição. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 28, nº 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. **Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**, 3ª edição, Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, São Paulo: Projeto, 1985.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?**. In: VELHO, Gilberto (org.). *O Desafio da Cidade – novas perspectivas da antropologia brasileira*. Ed. Campus, 1980. Rio de Janeiro.
- HEIDDEGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. Trad. de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 1954.
- INAM, Asem. *Urbanismos Informais: uma aproximação investigativa*. São Paulo: **Revista Contraste**(3), FAUUSP, 2014.
- LEITÃO, Geronimo. e REZENDE, Vera F. **Planejamento e realização da Barra da Tijuca como espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense, 2012.
- MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 19, no. 40, 2013.
- Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: **Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Olimpíadas Rio 2016, Os Jogos da Exclusão**. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf>
- NORBERT-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K(org.). **Uma Nova Agenda Para a Arquitetura**. Ed. Cosac Naify, 2º edição. São Paulo. 2006.
- O'DONNELL, Julia Galli. **Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.
- PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO 2016: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural**. Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Trad.: Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Ed. Boitempo. São Paulo. 2015.

SAMPAIO, Lilian Amaral de. **Curicica, de “fim do mundo” a “Barra Olímpica”**. Dissertação de Mestrado – CPDOC/FGV, Março 2014.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas** – ação simbólica na sociedade humana. EDUFF, 1ª Edição, 2008.

VAINER, Carlos. **A Cidade de Exceção**. ANPUR, v. 14, 2011.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca. A Produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 15, nº 44, Out. 2000.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 1994

Recebido em 24/10/2016

Aprovado em 21/12/2016

Diálogos (IM)possíveis?: um improvável encontro entre povos indígenas e ativistas anarquistas

(IM)possible dialogues: an unlikely contact between indigenous people and anarchist activists.

*Fernando Fernandes de Carvalho**

Cite este artigo: CARVALHO, Fernando Fernandes de. Diálogos (Im)possíveis?: um improvável encontro entre povos indígenas e ativistas anarquista. Revista *Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.117-130, março de 2017. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal apresentar pontos de contato entre duas etnografias: *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015) e *Direct Action*, de David Graeber (2009). O fio condutor para a construção destes contatos são as dificuldades que os grupos estudados – povos indígenas e ativistas anarquistas – encontram para serem reconhecidos em um contexto onde, cada vez mais, vozes dissonantes são vistas como ingênuas, ignorantes, utópicas ou um pouco de cada. Como objetivo secundário busca-se também reforçar o papel do antropólogo e da etnografia no estudo científico desses grupos, e trazer para a sociedade visões distintas, estranhamentos e outras interpretações daquilo que esta, a sociedade, entende como verdade absoluta.

Palavras-chave: Yanomami, Anarquismo, Ação Direta, Etnografia

Abstract: This article has as its main objective to present points of contact between two ethnographies: *A Queda do Céu*, by Davi Kopenawa and Bruce Albert (2015) and *Direct Action*, by David Graeber (2009). The guiding principles for defining those contacts are the difficulties that the groups studied – indigenous people and anarchist activists – face to be recognized in a context where, more and more, dissonant voices are perceived as naïve, ignorant, utopic or a bit of all. As a secondary objective this article aims to reinforce the role of anthropology and ethnography in the scientific study of those groups and on bringing to society's knowledge distinct views, estrangements and other interpretations of what society itself perceives as absolute truths.

Keywords: Yanomami, Anarchism, Direct Action, Ethnography

Pois os tempos são outros. E o outro, mais ainda.
Viveiros de Castro *in* Kopenawa & Albert: 34



A ideia de estabelecer diálogos possíveis entre *A Queda do Céu – palavras de um xamã yanomami*[1], de Davi Kopenawa e Bruce Albert, e *Direct Action – an ethnography* de David Graeber pode, em um primeiro momento, parecer se não pretenciosa ao menos merecedora de pouca expectativa. De um lado, os resultados de mais de vinte anos de convívio entre um xamã Yanomami e um antropólogo francês, resultando em algo que vai além de uma etnografia. Nas palavras de Eduardo Viveiros de Castro, em seu prefácio à edição brasileira: “*A queda do céu* é um acontecimento científico incontestável, que levará, suspeito, alguns anos para ser devidamente assimilado pela comunidade antropológica” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 15). Do outro, uma etnografia realizada pelo antropólogo e ativista estadunidense David Graeber, na qual expõe aspectos pouco conhecidos das ações diretas realizadas no início do século XXI, que tiveram como alvo o neoliberalismo e os efeitos perversos de um de seus principais pilares, o livre-comércio.

Em que momento um manifesto ecológico vindo daqueles que mais conhecem a terra em que vivemos e uma etnografia que busca discutir a potência transformadora do anarquismo contemporâneo (bem como suas contradições) podem dialogar? Esta foi a pergunta fundamental que guiou a construção do presente artigo e as respostas encontradas serão apresentadas nas páginas a seguir. Mais que respostas, entretanto, ao trazer este encontro tão improvável, o artigo propõe uma reflexão sobre as múltiplas potências do estudo etnográfico, explicitando contradições sociais e perspectivas “outras” sobre a nossa sociedade (“ocidental”, capitalista, “global”).

1ª Parte - Definindo lugares

Esta primeira parte tem como objetivo proporcionar uma visão geral e bastante resumida das duas obras que constituem a fundamentação teórica deste artigo, contextualizando as etnografias e alguns de seus desafios, bem como resultados apontados por seus autores. Propõe-se com isso estabelecer as bases para a segunda parte, na qual serão apresentados os possíveis diálogos entre as obras.

I – Quando o oprimido é o melhor conselheiro do opressor

Recusar aos índios uma interlocução estética e filosófica radicalmente “horizontal” com nossa sociedade, relegando-os ao papel de objetos de um assistencialismo terceirizado, de clientes de um ativismo branco esclarecido, ou de vítimas de um denunciamento desesperado, é recusar a eles sua *contemporaneidade* absoluta. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 34)

Davi Kopenawa não esconde a raiva que sente dos homens brancos. Não poderia ser diferente. Não há nada de bom que o convívio com os brancos tenha trazido para ele ou seu povo. Kopenawa teve parentes e amigos dizimados pela malária e por outras epidemias trazidas para a floresta – ele mesmo é sobrevivente da malária e da tuberculose. Foi forçado a aceitar uma fé que lhe era

completamente estranha e incompreensível por missionários que, não bastassem as doenças que trouxeram consigo, buscavam converter os índios ao Cristianismo. Chegou a acreditar que eram boas as promessas de uma vida ‘civilizada’ e tentou ‘ser branco’, deixando seu povo para trás e indo viver na cidade. Retornou para tomar posse de seu destino, sendo iniciado como xamã, e passou a fazer uso do conhecimento que adquiriu vivendo com os brancos para tornar-se interlocutor dos Yanomami, defendendo suas crenças, costumes e, acima de tudo, seu território.

Kopenawa viajou o mundo denunciando a devastação da floresta avalizada pelo governo brasileiro e a destruição causada pelo garimpo e pelo agronegócio. Foi ouvido na ONU, esteve com presidentes do Brasil e de outros países e tornou-se uma voz respeitada – o que não impediu que muitos dos seus fossem violentamente massacrados, dizimados por doenças ou que o território Yanomami continuasse sob o risco constante de invasão por garimpeiros, latifundiários e mesmo pelo Estado, sempre disposto a levar o progresso aos povos ‘atrasados’ da Amazônia.

A Queda do Céu traz uma perspectiva etnográfica construída durante mais de vinte anos de convívio entre Davi Kopenawa e o antropólogo francês Bruce Albert. Se, de um ponto de vista etnográfico, para Albert os objetivos possam compreender a descrição da cosmologia Yanomami, seus ritos, suas crenças e sua relação com a natureza, para Kopenawa a ambição é outra.

Mas não devem pensar que estamos preocupados somente com nossas casas e nossa floresta ou com os garimpeiros e fazendeiros que querem destruí-la. Estamos apreensivos, para além de nossa própria vida, com a da terra inteira, que corre risco de entrar em caos. Os brancos não temem, como nós, ser esmagados pela queda do céu. Mas um dia talvez tenham tanto medo disso quanto nós! Os xamãs sabem das coisas más que ameaçam os humanos. Só existe um céu e é preciso cuidar dele, porque, se ficar doente, tudo vai se acabar. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 498)

Por maiores que sejam a raiva e a desconfiança, Kopenawa entende que a única maneira de impedir que o céu desabe sobre nós é através do diálogo, do aconselhamento. Por mais que deseje estar com os seus, o xamã segue viajando pelo mundo em uma cruzada pela conscientização daqueles que não deixam de atacar seu povo. Ele não é ingênuo – sabe que muitos que o escutam o fazem com ceticismo ou mesmo desdenham de sua sabedoria. Como dar importância ao que diz um índio que acredita ver espíritos mágicos que dançam para ele quando está sob efeito alucinógeno da *yäkoana*[2]? Ele entende que sua sabedoria é vista como atrasada e que os brancos não aceitam nada que não possa ser comprovado pelo que convencionaram chamar de ciência. Ainda assim, Davi Kopenawa segue acreditando que seu papel é esse – conscientizar aqueles que são os únicos capazes de impedir a destruição do planeta, justamente por serem os que o estão destruindo.

Nesse aspecto, é relevante compreender a função do etnógrafo em um trabalho como *A Queda do Céu*, até mesmo para repensar o papel deste como cientista social e, ao mesmo tempo alguém que passa de “embaixador improvisado de um universo ameaçador ao papel de tradutor benevolente, capaz de fazer ouvir nele sua alteridade e eventualmente possibilitar alianças” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 521). A reflexão de Bruce Albert acerca de seu papel dá outras cores à relação com o

objeto de pesquisa e traz uma outra perspectiva para o trabalho etnográfico, através da qual o jogo de interesses entre as partes parece tornar-se mais claro ou, quem sabe, mais equilibrado.

É por isso que, na melhor das hipóteses, o etnógrafo que acredita estar “colhendo dados” está sendo reeducado, por aqueles que aceitaram sua presença, para servir de intérprete a serviço de sua causa. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 521)

II – Utopia em tempos de certezas absolutas

Para resumir, então: ação direta representa um certo ideal – em sua forma mais pura, provavelmente inatingível. É uma forma de ação na qual fins e meios tornam-se, efetivamente, indistinguíveis; uma forma de se engajar com o mundo para trazer a mudança, na qual a forma da ação – ou, ao menos, a organização da ação – é em si um modelo da mudança que se quer trazer. Basicamente, a ação direta reflete um princípio anarquista simples: o de que uma pessoa não pode criar uma sociedade livre através da disciplina militar, uma sociedade democrática dando ordens ou uma sociedade feliz através do sacrifício individual. (GRAEBER, 2009, p. 210, tradução livre) [3]

Direct Action tem como campo etnográfico as reuniões e atividades realizadas por organizações anarquistas e simpatizantes dos mecanismos de ação direta durante a preparação e execução das manifestações ocorridas entre 20 e 22 de abril de 2001 em Quebec, no Canadá, contra a 3ª Cúpula das Américas, que tinha por objetivo o estabelecimento da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

O momento crucial para o ressurgimento dos movimentos de ação direta se deu, na opinião do autor, em 1994, quando o NAFTA (North American Free Trade Agreement) entrou em vigor. Naquela ocasião, o levante do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), ou Zapatistas, em Chiapas, chamou a atenção do mundo colocando-se contra aquilo que até então resistia como um dogma inquestionável do neoliberalismo: o livre comércio como consequência positiva e inexorável da globalização. De lá até novembro de 2005, quando a proposta da ALCA foi abandonada, foram diversas as iniciativas pelo mundo com o objetivo de enfraquecer a lógica do livre comércio como algo eminentemente benéfico e conscientizar as pessoas a respeito de suas consequências negativas. Confrontos aconteceram durante reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e também nos Fóruns Econômicos Mundiais, realizados em Davos, na Suíça.

O Brasil também passou a ter um papel relevante nesse contexto, ao servir de sede para o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, onde a utopia de questionar o modelo neoliberal não parecia de todo incoerente a seus participantes. Graeber busca em seu estudo trazer uma perspectiva pouco explorada desses eventos e da ação dos grupos que acompanhou em sua etnografia – deixando clara sua condição dupla de etnógrafo e ativista e todas as consequências derivadas dela. Tal perspectiva é a

de que grupos organizados de ação direta têm a capacidade de promover mudanças estruturais significativas – sendo o fracasso da ALCA uma evidência incontestável disso.

Apesar disso, Graeber não se exime de apontar contradições e dificuldades presentes nos grupos anarquistas e simpatizantes da ação direta – que talvez não fossem tão importantes durante o século XIX, quando muitas de suas teorias foram criadas, mas que são de grande relevância para o contexto contemporâneo, tais como questões relacionadas ao machismo presente em muitos grupos, a condição social de seus participantes (em sua maioria pertencentes à classe média de seus países), à ausência de minorias (maioria branca) e à dificuldade para lidar com o dilema de criar uma cultura alternativa própria ou se concentrar em um trabalho de construção de alianças, ajudando aqueles que mais sofrem com o sistema atual, “colocando cruamente: eles precisam escolher entre focar em sua própria alienação ou na opressão dos outros.” [4] (GRAEBER, 2009, p.240, tradução livre)

2ª Parte – Diálogos possíveis

Nesta segunda parte, pretende-se, através de quatro diferentes perspectivas, apresentar não somente pontos de contato entre os textos mas, conforme proposto inicialmente, provocar a reflexão acerca da relevância do estudo etnográfico para a compreensão de questões contemporâneas.

I – Territórios demarcados, fronteiras e globalização

Muito mais tarde, já adulto, comecei a me perguntar o que os brancos tinham vindo fazer em nossa floresta naquele tempo. Acabei entendendo que queriam conhecê-la para desenhar seus limites e, assim, poder se apoderar dela. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.245)

Fronteiras não estavam sendo esfaceladas, mas reforçadas. Populações pobres estavam sendo confinadas em seus países de origem (onde benefícios sociais existentes estavam sendo rapidamente removidos). [5]. (GRAEBER, 2009, p. XI, tradução livre)

A questão da demarcação das terras indígenas é um capítulo obscuro (e infundável) da história brasileira, cujos resultados são tanto questionáveis sob a ótica econômica que guiou (e continua guiando) esse processo, quanto os piores possíveis do ponto de vista das populações nativas. Passamos de um modelo no qual os índios simplesmente eram expulsos de suas terras e empurrados cada vez mais para dentro da floresta para, durante a ditadura militar, um outro que os isolava em ilhas de território demarcado, a serem circundadas pelo “progresso” representado por estradas, pastos e agronegócio. Em ambas as situações, não somente o progresso esperado não veio, ficando as estradas sem conclusão e trazendo um contingente de pessoas que formariam cidades miseráveis pela Amazônia, bem como as populações indígenas foram quase exterminadas por epidemias derivadas do contato com o homem branco.

Outrora, na floresta, não existiam todas as epidemias gulosas de carne humana que chegaram acompanhando os brancos. Hoje, os *xapiri*[6] só conseguem conter a epidemia *xawara*[7] quando ainda é muito jovem, antes de ela ter quebrado os ossos, rasgado os pulmões e apodrecido o peito dos doentes. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.176)

Quando não pelas epidemias, os índios morriam à bala ou com requintes de crueldade nos muitos massacres realizados pelos invasores de suas terras – algo que segue acontecendo até hoje. A terra indígena tem enorme valor para o governo brasileiro, bem como para corporações multinacionais que enxergam seu potencial extrativista – seja de minério e petróleo, seja através da biodiversidade da floresta amazônica. Estabelece-se então um paradoxo acerca da demarcação das terras indígenas. Seu território, por menos expressivo que seja e por mais distante de suas aspirações ou mesmo da geografia original das terras de seus antepassados, deve ter fronteiras, quando não cercas. A terra indígena não lhes pertence, ela é da União, que tem a tutela da terra e dos próprios índios. Fora dos territórios indígenas, entretanto, parece prevalecer uma lógica na qual as fronteiras devem ser mais flexíveis, havendo inclusive forte pressão e muitos interessados na liberação da posse de terras por estrangeiros no Brasil [8].

Esse paradoxo é constante no contexto do livre comércio almejado pela globalização no qual fronteiras são reforçadas e flexibilizadas de acordo com os interesses dos detentores do poder econômico. Apesar de serem abstrações estabelecidas através da compra ou conquista de território, as fronteiras fazem parte de um senso comum que efetivamente reconhece nelas marcos de início e fim de países, cidades, regimes políticos, costumes, etc. Tais abstrações não necessariamente fazem sentido para os índios, seja para os Yanomami, cujo território estende-se pelo que o homem branco convencionou delimitar como Brasil e Venezuela, seja para os Mohawk da América do Norte, que convivem com o dilema de estarem dispersos entre os Estados Unidos e o Canadá.

Acaba-se por aceitar que “algo profundamente metafísico, a crença de que Estados – entidades abstratas como ‘França’ ou ‘Índia’ – são entidades da mesma natureza que seres humanos, com seus próprios interesses e propósitos” (GRAEBER, 2009, p.510). Graeber defende que tais abstrações, sedimentadas no senso comum, permitem que os indivíduos que comandam França e Índia, por exemplo, possam levar adiante suas agendas, raramente sendo responsabilizados pelas consequências das mesmas e, ao mesmo tempo, valendo-se da ilusão de que o fazem pelo bem de todos os indivíduos contidos nas fronteiras que aceitamos delimitar França e Índia. O autor deixa de mencionar, entretanto, que os Estados, através de mecanismos concretos como passaportes, alfândegas, centros de refugiados, muros e armas, transformam as abstrações mencionadas em algo bastante real e intrinsecamente violento. Por meio desses expedientes, fronteiras deixam de ser abstrações ou resultado de um senso comum, tornando-se restrições físicas aos muitos que são impedidos de atravessá-las livremente.

II – O povo da mercadoria e o livre comércio

O livre comércio e a integração econômica progressiva são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente. (Primeira Reunião de Cúpula das Américas: Declaração de Princípios, 1994, p. 2) [9]

Os brancos que criaram as mercadorias pensam que são espertos e valentes. Mas eles são avarentos e não cuidam dos que entre eles não têm nada. Como é que podem pensar que são grandes homens e se achar tão inteligentes? (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.431)

A década de 1990 marca o início de uma série de transformações estruturais fundamentais para o desenvolvimento de um novo capitalismo no qual, enfim, surgia a possibilidade de se viabilizar mercados globais desregulados, um antigo sonho liberal. O fim da guerra fria, a decadência do *WelfareState*, o advento da internet, o surgimento do conceito de globalização e a aplicação da cartilha proposta pelo Consenso de Washington (1989), dentre outros, serviram para dar à doutrina neoliberal ares de panaceia para todos os males da humanidade. À nossa espera estava um mundo sem fronteiras, no qual barreiras alfandegárias deixariam de existir e Estados seriam reduzidos a um grau mínimo de intervencionismo. Finalmente estariam dadas as condições ideais para que os mecanismos de oferta e demanda regulassem o mundo de maneira equilibrada – ou assim acreditavam os teóricos neoliberais.

Da noite para o dia, ‘reformistas’ do livre comércio começaram a se declarar revolucionários – o problema é que o fizeram como os piores Stalinistas, essencialmente dizendo aos pobres do mundo que a ciência havia provado que havia apenas um caminho adiante na história, que isso era compreendido por uma elite cientificamente treinada, e que, portanto, eles haviam de se calar e fazer como eram instruídos porque, mesmo que o receituário pudesse causar enorme sofrimento, morte e deslocamentos no presente, em algum momento no futuro (eles não tinham muita certeza de quando) tudo isso levaria a um paraíso de paz e prosperidade. [10] (GRAEBER, 2009, p.X, tradução livre)

Diferente do que se vivera até então – modelos econômicos fundamentados em algum tipo de ideologia – o livre-comércio se apresenta como “ciência”, tornando extremamente complexa a tarefa de questioná-lo. Quem pode estar mais certo, as estatísticas elaboradas por renomadas universidades e apresentadas pela grande mídia ou grupos de ativistas que pregam a ação direta e o anarquismo? O presidente dos Estados Unidos da América ou um xamã Yanomami? A doutrina neoliberal conseguiu de forma bastante eficiente colocar-se no lugar da razão. Ideologias, de acordo com Graeber, são mais eficientes na medida em que transformam certos arranjos sociais – que poderiam muito bem ser diferentes – em naturais e inevitáveis, tornando-se tão óbvios que qualquer um que sugira uma alternativa a eles pareça, na melhor das hipóteses um sonhador e, na pior delas, louco (GRAEBER, 2009, p.281).

O que se viu e continuase vendo até hoje é algo bem diferente do prometido. Uma crise migratória mundial sem precedentes, aumento da desigualdade mesmo nos países ditos

desenvolvidos, genocídios, conflitos étnicos e religiosos eclodindo a todo tempo, desemprego, subemprego e precarização do trabalho, crises econômicas, recessões e, ainda assim, uma fé inabalável de que estamos no caminho: mais austeridade, menos Estado e mais livre-comércio haverão de resolver.

Poucos são os beneficiários do livre-comércio, cujo maior objetivo acaba por ser o de escoar pelo mundo excedentes de produção jamais vistos. “Se fossem mesmo sábios, deveriam pensar que seria bom distribuir tudo aquilo antes de fabricar um monte de outras coisas, não é?” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.419). Atingimos um nível de consumo e desperdício sem precedentes, às custas da degradação acelerada do meio-ambiente. Os alertas não vêm mais de xamãs ou ativistas, outras ciências chamam a atenção para a inviabilidade desse modelo, entretanto, a economia parece seguir soberana.

III – Violência e a patologia do pacifismo

Os atos orquestrados pelos ativistas da ação direta no início do século XXI, bem como em outros locais do mundo – inclusive no Brasil – têm algo em comum: em um dado momento a eclosão da violência parece inevitável. O confronto entre aqueles que questionam e os que defendem a manutenção do *status quo* invariavelmente acontece e os resultados são tanto conhecidos quanto esperados: bombas de gás lacrimogênio, sprays de pimenta, balas de borracha (por vezes balas de verdade), depredações do espaço (cada vez menos) público, prisões e, não raro, mortes.

Os Yanomami, a exemplo de outros povos indígenas pelo mundo, foram e continuam sendo rotulados como imprevisíveis em seus atos de violência. Kopenawa não nega que seu povo seja guerreiro – pelo contrário, tem orgulho dos guerreiros Yanomami, de suas lutas ancestrais contra povos inimigos e da defesa de seu território contra a ganância sem fim do homem branco. Todavia, para os Yanomami a violência segue regras bem definidas, fundamentadas basicamente em um código de honra entre guerreiros.

Os brancos não podem dizer que somos maus e ferozes apenas porque queremos vingar nossos mortos! Não matamos ninguém por mercadorias, por terra ou por petróleo, como eles fazem! Brigamos por seres humanos. Guerreamos pela dor que sentimos por nossos parentes recém falecidos.

[...]

Dito isso, ao contrário dos brancos, jamais irão matar mulheres e crianças, como fizeram os garimpeiros que massacraram os habitantes de *H^waxima u*. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, pgs.445, 447)

A violência tanto de ativistas quanto de Yanomamis é via de regra considerada pelo senso comum como ilegal, desmedida, produto da barbárie selvagem ou consequência de um vandalismo inaceitável em uma sociedade civilizada. Para muitos, o monopólio da violência pelo Estado é fundamental à manutenção da ordem e entende-se que em um Estado democrático há liberdade para

se questionar o sistema ou mesmo discordar dele, mas tais questionamentos devem ser norteados pela não-violência. O que Kopenawa e Graeber trazem para discussão é a existência de situações nas quais a ação pacífica é inócua ou, dito de outra maneira, não existe outra ação possível (ou eficaz politicamente) a não ser a violenta.

[...] o pacifismo em si é basicamente algo para que liberais brancos possam sentir-se bem com eles mesmos, grupos genuinamente oprimidos não têm tais luxos, e que exceções aparentes – as vitórias de Gandhi ou (Martin Luther) King – simplesmente foram possíveis por seus oponentes temerem alternativas mais violentas. [11] (GRAEBER, 2009, p.225, tradução livre)

O que se coloca em questão são os limites até onde o Estado constituído estará disposto a ceder, negociar ou mesmo capitular às demandas dos que protestam pacificamente. Nenhum dos autores defende a violência como o único meio, dado que a mesma é tão somente uma resposta à violência estrutural que o Estado impõe a determinados grupos, como os índios e os excluídos do livre-comércio, por exemplo. Entretanto, para Graeber (2009, p. 515), a violência é, em si, uma forma de comunicação e, como tal, não pode ser descartada. A bem da verdade, ela em momento algum é descartada pelo Estado, sempre que ameaçado em seus interesses.

[...] quando as elites globais entram em pânico, usualmente seu instinto as leva a dar início a uma guerra. Não importa contra quem essa guerra é direcionada. A questão é que uma guerra muda as regras de interação com seus oponentes internos. [12] (GRAEBER, 2009, p.535, tradução livre)

No exemplo dos Estados Unidos, há décadas que o Estado lança mão do termo ‘guerra’ para justificar ações que se não suspendem por completo, reduzem em muito a possibilidade de minorias reivindicarem seus direitos – afinal de contas, não importa se a guerra é contra a pobreza, as drogas ou o terrorismo, qualquer ação que atrapalhe os esforços do Estado contra tais inimigos será vista como antipatriótica e punida como tal. Cria-se então uma situação na qual as reivindicações de uns passam a ser vistas como ameaças ao bem comum.

Algo similar foi vivenciado por Kopenawa durante o governo de José Sarney, quando o então presidente lhe disse que nada podia fazer pelos Yanomami, pois estava lidando com uma grande crise econômica no país (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.376). Cabe então às minorias e demais vítimas da violência estrutural a opção entre aguardar a hora certa para serem autorizados a realizar suas manifestações ou realizá-las assim mesmo, aceitando como inevitáveis o confronto e a violência.

IV – Povos nativos e ativistas anarquistas

Torna-se necessário, por fim, questionar se tais diálogos podem ser realmente possíveis em um campo menos teórico que o de uma revisão bibliográfica ou de discussões acadêmicas. As

interações entre povos indígenas e ativistas anarquistas simpatizantes da ação direta têm efetivamente acontecido. A exemplo do que já descrevia Pierre Clastres (1974), se por um lado anarquistas acreditam na possibilidade da sociedade existir sem o Estado, povos indígenas vivem essa possibilidade. Independente de teorias evolucionistas que atribuem a tais sociedades um estágio primitivo do desenvolvimento, passados séculos de interação entre homens brancos e índios, os últimos seguem resistindo a uma ideia que, para a sociedade dita desenvolvida, seria inevitável.

Cada um de nós traz efetivamente em si, interiorizada como a fé do crente, essa certeza de que a sociedade existe para o Estado. Como conceber então a própria existência das sociedades primitivas, a não ser como espécies à margem da história universal, sobrevivências anacrônicas de uma fase distante e, em todos os lugares, há muito ultrapassada? (CLASTRES, 1974, p.201)

Da perspectiva dos que creem que o Estado é o destino de toda sociedade, a ação conjunta entre povos indígenas e anarquistas configura, inevitavelmente, a união entre o atraso e a utopia, o anacronismo e a ingenuidade, algo que não deve de modo algum ser considerado. Quando Kopenawa (2015, p.216) afirma que os xamãs trabalham “unicamente para o céu ficar no lugar, para podermos caçar, plantar nossas roças e viver com saúde”, ele próprio sabe da dificuldade que encontra para ser levado a sério. Sua opção pelo diálogo e sua crença na colaboração com o homem branco de maneira pacífica são louváveis, mas, nesse aspecto, não configuram um exemplo de contato efetivo entre povos indígenas e ativistas.

Todavia, quando povos de uma nação majoritariamente indígena como a Bolívia pegam em armas e declaram que a água é sagrada, que pertence a todos e deve ser protegida (GRAEBER, 2009, p.102), através da Declaração de Cochabamba (2000), como resposta às tentativas de se privatizar a água naquele país, não estaríamos vivenciando uma forma de ação direta orquestrada por indivíduos ditos primitivos e atrasados?

Quando ativistas anarquistas, em meio às ações realizadas na cidade de Quebec contra a Cúpula das Américas, mudam seu itinerário para destruir um posto de gasolina da Shell e pichar “Viva Ken Saro Wiwa” em suas paredes (GRAEBER, 2009, p.198), não seria o próprio Ken Saro Wiwa um exemplo de como povos tradicionais e ativismo podem não somente dialogar, mas influenciar-se mutuamente [13]?

Quando, enfim, o Subcomandante Marcos, líder dos Zapatistas, um filho da classe-média mexicana, que liderou um grupo de revolucionários urbanos na instalação de comunidades em Chiapas para combater o livre-comércio, decide abandonar sua ideologia vanguardista e passa a viver com os índios, aceitando decisões feitas através do consenso das comunidades (GRAEBER, 2015, p.242), não estamos diante de um amálgama no qual é difícil definir onde começa a resistência indígena e onde termina o ativismo anarquista?

O que se coloca aqui é a possibilidade de existirem pontos de contato significativos não somente entre povos indígenas e ativistas anarquistas mas, possivelmente, entre outras minorias e



outros grupos que seguem combatendo as realidades científicas e inquestionáveis colocadas a partir dos anos 1990 e que ainda norteiam o capitalismo contemporâneo. A existência de diálogos possíveis pode, quem sabe, proporcionar a amplificação de vozes pouco ouvidas ou desacreditadas pelo senso comum.

Conclusão

Ao concluir seu livro, David Graeber afirma que o propósito de uma etnografia é essencialmente descritivo (GRAEBER, 2009, p.509). Cabe ao leitor, através da descrição dos eventos apresentados pelo etnógrafo, tirar suas próprias conclusões, estabelecer seu juízo de valor e decidir se aquilo lhe tem alguma serventia. Foram precisos vinte anos de convívio, que geraram uma cumplicidade que o próprio Bruce Albert considera desafiadora em termos científicos, para que *A Queda do Céu* ficasse pronto e, na opinião do coautor antropólogo, não há texto etnográfico definitivo: há que se chegar a uma versão aceitável e parar (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.534).

As dificuldades vivenciadas pelo antropólogo no campo e os efeitos destas dificuldades no material posteriormente produzido são muitas e já foram objeto de inúmeros tratados. O que Graeber e Albert trazem não configura novidade nesse sentido. O que ambos tentam justificar em suas conclusões é o rigor com que conduziram suas pesquisas, cientes dos desafios mas também cientes da necessidade de manterem-se nos marcos teóricos-metodológicos da Antropologia. Ambos compreendem que o valor científico de seus trabalhos depende disso.

Entretanto, para fins da construção de diálogos possíveis entre sujeitos tão distintos, as dificuldades que o antropólogo encontra parecem ser de grande valia para proporcionar uma compreensão mais ampla das questões levantadas tanto por Davi Kopenawa quanto pelos ativistas anarquistas. Não seria essa talvez a grande contribuição que uma etnografia traz? Não seria esse o grande mérito do etnógrafo contemporâneo, trazer realidades desconhecidas, dar voz a minorias ou simplesmente descrever situações cotidianas de uma outra perspectiva para, quem sabe, afastar a sonolência do senso comum?

O presente artigo não busca somente propor a existência de diálogos possíveis entre textos especialmente díspares, mas, também, refletir acerca das múltiplas potências do estudo etnográfico para compreensão, e também para a ação sobre nossa contemporaneidade. Estabelecer diálogos entre assuntos que, a um primeiro olhar, podem não guardar qualquer relação talvez seja uma forma do antropólogo e da etnografia contribuírem para algo mais valioso. Ao tornar possível a existência de diálogo entre aqueles que são diferentes, a antropologia pode proporcionar uma interlocução horizontal, tal qual proposta por Eduardo Viveiros de Castro em seu prefácio para *A Queda do Céu* (vide pg.2) – e isso não é pouca coisa. 🌀

Notas

* O autor, à época da submissão, cursava o 6º período da Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ffc1973@gmail.com

[1] Yanomami é uma simplificação do etnônimo *Yanômamitëpë* (que significa humanos), utilizado como autodesignação pelos membros do ramo ocidental desse grupo ameríndio. O termo foi inicialmente adotado na Venezuela para nomear o conjunto da etnia. Foi então retomado no Brasil, no final de década de 1970, por antropólogos, ONGs e em seguida pela administração indigenista. Anteriormente, os Yanomami eram conhecidos no Brasil sob nomes diversos, como Waika (Guaica), Xiriana (Xirianã, Shiriana), Xirixana (Shirishana), Yanomami e Sanumá, e pode denominações genéricas como Yanomama e Yanoama. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.553)

[2] *Yäkoanahiou Yäkoana a: Virola elongata*, ucuuba-vermelha; árvore de cuja resina é fabricado o pó alucinógeno *yäkoana a*, cujo principal princípio ativo é a dimetiltriptamina. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.597)

[3] To sum up, then: direct action represents a certain ideal – in its purest form, probably unattainable. It is a form of action in which means and ends become, effectively, indistinguishable; a way of engaging with the world to bring about change, in which the form of the action – or at least, the organization of the action – is itself a model for the change one wishes to bring about. At its most basic, it reflects a very simple anarchist insight: that one cannot create a free society through military discipline, a democratic society by giving orders or a happy one through joyless self-sacrifice.

[4] To put it crudely: they have to choose between whether to focus on their own alienation or others' oppression.

[5] Borders were not being effaced, but reinforced. Poor populations were still penned into their countries of origin (in which existing social benefits were being rapidly withdrawn).

[6] “gente-espírito” – espíritos invocados pelos xamãs para realizar curas. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.616)

[7] Os Yanomami consideram que as doenças contagiosas se propagam na forma de fumaça, de onde vem a expressão *xawarawakixi*, “fumaça de epidemia”. *Xawara* designa, genericamente, todas as doenças infecciosas e contagiosas. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.633)

[8] Brasil repensa proibição de posse de terras por estrangeiros (EXAME, 5 de maio de 2015) e Temer quer liberar venda de lotes de terra a estrangeiros (O GLOBO, 25 de maio de 2016).

[9] Disponível em:

<http://www.oas.org/xxxivga/portug/reference_docs/CumbreAmericasMiami_Declaracion.pdf>. Acesso em 19 dez. 2016.

[10] Free Market ‘reformers’ overnight began declaring themselves revolutionaries – the problem was, they did so as the worst sort of Stalinists, essentially telling the world’s poor that science had proved there was only one way to go forward in history, that this was understood by a well-trained elite, and that, therefore, they had to shut up and do as they were told because, even though their prescriptions might cause enormous suffering, death and dislocation in the present, at some point in the future (they were not sure quite when) it would all lead to a paradise of peace and prosperity.

[11] [...] pacifism itself is mainly a way for white liberals to feel good about themselves, that genuinely oppressed groups do not have such luxuries, and that apparent exceptions – the victories of Gandhi or King – were really only made possible by their opponents’ fear of more violent alternatives.

[12] [...] when global elites panic, their usual instinct is to start a war. It doesn’t really matter who the war is directed against. The point is that war changes the rules of engagement with one’s domestic opponents.

[13] Ken Saro Wiwa, membro de uma etnia minoritária na Nigéria, o povo Ogoni, e também ativista contra a degradação ambiental causada naquele país pela petrolífera Shell. Foi condenado à morte e executado em 1995. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ken_Saro-Wiwa>. Acesso: 19/12/2016.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2012, pp. 201-231.

EDGERTON, Anna. “Brasil repensa proibição de posse de terras por estrangeiros”. *Revista Exame*, São Paulo, 5 de maio de 2015. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/economia/brasil-repensa-proibicao-de-posse-de-terras-por-estrangeiros/>>. Acesso em 19 dez. 2016.

FARIELLO, Danilo. “Temer quer liberar venda de lotes de terra a estrangeiros”. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/temer-quer-liberar-venda-de-lotes-de-terra-estrangeiros-19372079>>. Acesso em 19 dez. 2016.

GRAEBER, David. *Direct Action: an ethnography*. Oakland: AK Press, 2009.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Recebido em 06/11/2016
Aprovado em 16/03/2017



24/7 - CAPITALISMO TARDIO E OS FINS DO SONO

BOOK REVIEW

24/7 - LATE CAPITALISM AND THE ENDS OF SLEEP

Anthony Rodrigues*

Referência completa da obra resenhada: CRARY, Jonathan. **24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Um dos debates mais efervescentes na teoria antropológica contemporânea seria a polêmica referente a linha limítrofe entre natureza-cultura na história das sociedades humanas. Esses dois eixos são geralmente vistos como paradoxais — com algum grau de determinação entre si — mas a priori nunca vistos como duas esferas capazes de colonizar totalmente a outra. Nos debates sobre gênero, por exemplo, as correntes materialistas afirmam que a construção social correlacionada aos papéis sexuais de gênero esbarra num limite material que seria a diferenciação binária dos corpos humanos, remetendo a uma natureza dada e intransigível. Já nos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento, vemos correntes afirmando que a humanidade caminha para seu limite de acumulação de capital, já que não haveria mais a possibilidade de explorar terras através de espoliação, causando assim a progressiva desmaterialização da economia global.

Crary entra nessa questão por uma perspectiva totalmente nova: os estudos do sono. Em *24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono*, o autor faz uma dura crítica a esta etapa do capitalismo — assim conceitualizada por representar a hegemonia da mercantilização e do consumo em massa de bens não-duráveis, conseqüentemente à emergência da globalização. Jonathan Crary (1951) é um ensaísta e crítico de arte norte-americano, atualmente professor da Universidade de Columbia. Além de *24/7* ele é autor de mais sete obras, onde teria remetido anteriormente a ideia central da *economia da atenção*. *24/7* é uma obra que transcende diversos campos científicos no objetivo de explicar como as novas tecnologias e seus mecanismos de controle interferem diretamente na ação humana e em nossa sociabilidade.

O termo *24/7* advém de uma modernidade cada vez mais acelerada e hiperconectada, onde as redes de produção, financeirização e comunicação são ininterruptas e dependem cada vez mais de máquinas e suportes eletrônicos. Assim, o capitalismo expande o tempo de produtiva atividade humana até o seu limite, havendo apenas uma barreira a se perfurar: o tempo de sono. Crary argumenta que já está em curso experimentos e torturas militares por todo planeta onde cobaias humanas são obrigadas a ficar dias em vigília no objetivo de se estudar a capacidade de estarmos o máximo de tempo possível em prontidão e com capacidades físicas e mentais de produção e consumo.

Com isso estaria o capitalismo tardio homogeneizando a última das estruturas de diferenciação ao afastar o sono da ideia de necessidade e natureza, sendo potencialmente capaz de ser dominado pelas novas tecnologias neurocientíficas em um processo chamado por ele de “biodesregulamentação” (p. 24).

Porém 24/7 não é só um processo em curso, mas algo que já está em operação vigente há algum tempo. Crary afirma que nós já somos indivíduos que estamos constantemente interagindo, comunicando, reagindo ou processando através de algum meio telemático possível e isso causaria a perda paulatina das referências sensitivas e perceptivas, como a capacidade de concentração e de devaneio (p. 25). Este estado de produção ininterrupta acaba “alargando” o campo de possibilidades e de simultaneidade no funcionamento da consciência, sendo cada vez mais difícil os estados privados do sono/sonho e das relações intra comunicativas. Cria-se assim uma “necessidade” mercadológica, chamada por ele de *economia da atenção*. A economia da atenção nada mais é que os mecanismos de controle que o monopólio do capital financeiro e tecnológico se utiliza para nos manter acordados (farmacologia) e para atrair cada vez mais nossa atenção como potenciais consumidores (publicidade).

É crucial para o entendimento completo da obra que o autor não está se referindo exclusivamente ao aumento progressivo de tempo em que ficamos acordados, mas sim em como as novas tecnologias e a etapa global de financeirização do capital são determinantes para a transfiguração da nossa relação com o tempo, com nossos próprios corpos e com outros indivíduos. Implicitamente ele se refere a uma reificação completa de todas as esferas da vida social e orgânica, como das normas socialmente compartilhadas. Assim as experiências humanas estão cada vez mais funcionando a revelia da temporalidade dos sistemas 24/7, manifestados através da unidirecional hiperconexão. Este paradigma da modernidade representa um paradoxo em relação ao tempo humano e das experiências socialmente compartilhadas, revelando assim uma dimensão normativa em sua obra.

Retornando ao binário a priori dicotômico da natureza-cultura como perceptíveis na constituição ontológica do homem, Crary é enfático em afirmar que o dano maior do capitalismo tardio — ou o efeito em última instância — é a homogeneização e redundância dos eixos dualísticos antes vistos como imutáveis pela capacidade sensitiva do ser. O exemplo empírico mais curioso é o experimento soviético de implementação de satélites que simulam a luz solar em regiões onde são comuns os meses de escuridão. A tecnologia poderia ser utilizada como meio de neutralização da passagem do dia para noite, assim homogeneizando e acelerando o tempo de forma racional e controlada. Pode parecer uma ideia absurda, mas ele afirma que na própria emergência da revolução industrial inglesa já podemos perceber uma mudança no paradigma da relação temporal com a transferência da produção material do campo para os grandes aglomerados urbanos (p. 72). Os camponeses que dependem da natureza para os ciclos de fertilização do solo são transferidos para uma lógica totalmente mecanizada e instrumental, onde a produção é artificialmente conduzida por máquinas — e pelas próprias forças produtivas —, tornando assim a temporalidade mais determinada pelo eixo da cultura do pêndulo existencial.



Os aspectos mais interessantes de se observar na reificação das normas socialmente compartilhadas causadas pela hiperconexão são os fenômenos do isolamento social e da reinvenção do sujeito. A dinâmica da vida social se reconfigurou com o advento em massa das redes sociais e dos suportes eletrônicos que nos dão acesso a elas. A dependência dos indivíduos em torno destas redes rapidamente se transformam no padrão ontológico dominante da realidade social (p. 52), tornando-se assim parte de uma rotina programática e dependente dos fluxos virtuais de integração social. Além da atualização constante dos suportes eletrônicos, temos as próprias redes de comunicação virtual como representações da aceleração e fragmentação sistemática do presente. A velocidade com que as informações chegam até nós cria transtornos psicopatológicos — a ansiedade como maior exemplo — que caracterizam a necessidade de constante atualização e simultaneidade. Crary chega a insistir numa possível violência simbólica que estas atualizações e rotinas programáticas causam num indivíduo considerado antiquado (p. 54-55).

Assim, podemos apresentar três eixos passivos de reificação na modernidade 24/7: tempo, corpo e memória. Os mecanismos de controle dos dispositivos interferem diretamente nestas esferas e as tornam controláveis através de reproduções sistemáticas de comportamento. Sendo o consumo e o tempo de atividade produtiva as finalidades destas ferramentas contemporâneas de regulação capitalista, um ponto nodal nestas características é a sensação de autonomia que os indivíduos possuem diante do que foi produzido por ele próprio, talvez configurando uma nova relação de alienação oriunda intrinsecamente da modernidade. Na essência, essas relações se conformam cada vez mais em uma padronização e sincronização em massa de temporalidade e memória, causando perda de identidade e de singularidades subjetivas (p. 59). A consequência da colonização sistêmica da experiência individual é, nas palavras de Crary, um dano psíquico generalizado na modernidade 24/7 (p. 60).

Mesmo possuindo dimensões normativas e viés político muito forte, a obra de Crary nos ajuda também a pensar problemáticas da teoria social na sociologia contemporânea. A hiperconexão como parte de uma modernidade voltada para dispositivos e aparelhos eletrônicos pode representar novos modelos de *representação do eu* diante do palco social (GOFFMAN, 1959) e na estrutura da ação social ao questionar a dupla contingência da comunicação entre *ego* e *alter* nas atuais relações virtuais (PARSONS, 1937). No que tange a ideia de homogeneização fenomenológica das experiências sociais e existenciais, *24/7* é uma obra que propõe uma expansão do conceito de reificação oriunda da tradição marxista e da teoria crítica da Escola de Frankfurt (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), principalmente ao mencionar a quase completa racionalização e controle destes mecanismos tecnológicos nas esferas subjetivas da vida social, excluindo apenas — pelo menos por enquanto — os momentos de sono e devaneio.

Em suma, no debate sobre a concepção do nível de poder de colonização que a cultura exerce sobre a natureza em suas variadas formas, o ensaísta traz contribuições interessantes ao perceber um movimento específico de coerção cotidiana das práticas sociais mais simples, pretensiosamente atualizando a tese foucaultiana da sociedade de controle. Se para o filósofo francês ainda haviam brechas no espaço-tempo para que o indivíduo respirasse momentos de parcial liberdade, Crary

observa que no capitalismo 24/7 essas brechas tendem a desaparecer exponencialmente, já que estaríamos mergulhados numa lógica de financeirização e consumo capaz de interpenetrar no sistema de comportamentos mais banais do ser social (p. 81). A tessitura de rotinização do cotidiano na modernidade regula as experiências reflexivas da consciência até o ponto de metamorfosear a natureza dos hábitos mais individuais e subjetivos.

O livro adquire um caráter político ao mostrar como a hiperconexão leva os indivíduos a uma espécie de comunicação unidirecional e programada. É comum ler nas teorias normativas do conflito – de uma possível sociedade pós-capitalista – como os debates estão centrados em dois pólos argumentativos: àqueles que enxergam no fim da sociedade de classes o pressuposto teleológico da emancipação humana, e aqueles que enxergam o conflito como cerne das relações sociais. A perspectiva nova implicitamente introduzida por Crary é da possibilidade do fim da política ser visto no horizonte histórico. A fragmentação do agente, aceleração do tempo, homogeneização e padronização dos hábitos levam o indivíduo a um arcabouço de práticas e manifestações de opiniões cada vez mais unidirecionais e simultâneas, evitando-se a necessidade do conflito. As redes sociais e os aparelhos eletrônicos, assim, são “espaços” virtuais que provocam um movimento contrário a seu discurso utilitário hegemônico. No lugar de aproximar indivíduos, apenas afastam.

É evidente que a tese defendida por Crary põe em xeque a ideia de práxis em contradição com a inatividade do sujeito ao demandar pra si mais tempo de autonomia e sono. Mas o ensaísta expõe de forma brilhante como esses momentos de brecha do capitalismo 24/7 são determinantes para a descolonização ontológica do homem. O próprio autor cita o conceito sartriano de *prática-inerte* como um modelo ideal de definição das práticas narcisísticas e antissociais oriundas do capitalismo tardio (p. 125). Com isto, a dimensão política e normativa em sua obra dá um salto argumentativo ao provocar as teorias da práxis mais focadas na retórica marxiana clássica. O sonho e o devaneio são vistos aqui como fugas necessárias, inclusive no que tange a ruptura com um presente imposto como axiomático pelo capitalismo financeiro e pela modernidade acelerada. O tempo, sem dúvida alguma, atinge um ponto central nas polêmicas referentes a emancipação humana, reificação, controle social e dominação da cultura sobre a natureza.

NOTAS

*O autor é graduando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É integrante e bolsista do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESAP/IUPERJ) como auxiliar de pesquisa sob coordenação da professora doutora Maria Isabel Mendes de Almeida. Também desenvolve pesquisas pelo Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS/IFCS), sob orientação do professor doutor Antonio Brasil Jr. Atualmente, interessa-se pelas áreas de pensamento social brasileiro e teoria sociológica.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PARSONS, Talcott. **The structure of social action**. New York: Free Press, 1967.

Recebido em 29/10/2016
Aprovado em 19/12/2016



OS DILEMAS DA MEMÓRIA:

UMA ENTREVISTA COM JOSÉ REGINALDO GONÇALVES

THE DILEMMAS OF MEMORY: AN INTERVIEW WITH JOSÉ REGINALDO
GONÇALVES

*Entrevista realizada por Rodolfo Teixeira Alves**

A entrevista com o professor José Reginaldo Gonçalves aconteceu na sala que ele ocupa no IFCS, no dia 13 de setembro de 2016.

Seguimos durante uma hora e quarenta minutos em uma confortável conversa sobre sua trajetória profissional. Falamos de antropologia, passando pelas suas experiências, falando ainda dos temas desenvolvidos nos seus trabalhos, de suas passagens pelas universidades norte-americanas, de concepções de espaço, de sociedades complexas, de seus projetos e do Laboratório que coordena no IFCS: o LAARES (Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços).

Revista Habitus: *Gostaria que o senhor falasse um pouco de sua trajetória acadêmica, de como foi a sua aproximação com a antropologia...*

José Reginaldo Gonçalves: Eu tive a oportunidade de pensar e escrever isso no ano passado em razão da minha prova para professor titular. Pedem que você faça um memorial. Se eu bem me lembro, eu começo o memorial citando Margaret Mead, que dizia que quando um sujeito está insatisfeito com a sua sociedade, ele vira sociólogo; quando ele está insatisfeito com a sociedade e consigo mesmo, ele vira antropólogo. Não sei até que ponto isso é verdade. O fato é que, do ponto de vista de como eu narro a minha carreira, esse é um ponto importante. Porque essa dimensão biográfica, as experiências pessoais, nunca estiveram – pelo menos foi um esforço que e fiz – descoladas de uma reflexão teórica, mais analítica. É claro que os temas com os quais você vem a trabalhar derivam de razões circunstanciais: um projeto que apareceu, ora um convite que você recebe, uma série de coisas. E tem um outro lado que é o interesse pessoal, biográfico. Essas coisas se juntam mais ou menos bem. Tem gente que aceita um projeto, por exemplo, e não dá certo. Tem gente que aceita o projeto e de repente se descobre ali. O fato importante é que eu acho que isso não é arbitrário. Acredito que existe uma afinidade eletiva entre o pesquisador e seu tema. Então podemos dizer que de certa forma não é só o pesquisador que escolhe o tema, mas o tema que escolhe o pesquisador. Sobretudo quando o trabalho dá certo, isto é, quando rende alguma coisa original. Então não é arbitrário. Eu acho importante essa ideia de que o tema, de certa forma, te escolhe por conta de

afinidades profundas que você possa ter com ele, e que nunca estão muito claras (não sei se um dia, ao longo da vida do sujeito, vão ficando mais claras).

Eu comecei a carreira na área de etnologia. Fiz trabalho de campo junto a um grupo indígena de língua Jê, os Apinajés, no então estado do Goiás, na cidade de Tocantinópolis. Fui orientado pelo professor Roberto DaMatta, que havia trabalhado com esse grupo. Ele tinha um projeto e me convidou para participar e eu concluí minha dissertação de mestrado com essa área de pesquisa. Não continuei na área de etnologia, mas vale a pena frisar que essa experiência de campo em uma aldeia indígena, de escrever sobre essa experiência, marcou muito a minha perspectiva. Foi um aprendizado muito importante em termos de elaborar (ou cultivar) o que chamamos de *sensibilidade etnográfica*, isto é: você se expor a situações muito diferentes, a valores, comportamentos, coisas muito concretas e muito diferentes.

De fato eu acho que posso dizer que sempre fui muito obcecado por coisas assim muito concretas, por detalhes do cotidiano, por exemplo, pelo o que Marcel Mauss chamou de "técnicas corporais". Isso pode parecer para muitos um paradoxo porque as pessoas me conhecem como alguém muito "teórico". Eu sempre dei cursos de teoria antropológica. Quando entrei no IFCS na década de 1970, eu dava um curso cujo título era "História do Pensamento Antropológico". Anos depois, essa disciplina virou "Teoria Antropológica". Há poucos anos, dei um curso sobre Lévi-Strauss e que foi bem sucedido. Esse negócio de curso você nunca sabe. Às vezes você prepara um curso genial e vira um desastre, os alunos não gostam, não funciona. Mas esse curso funcionou bem: eu refletia teoricamente sobre um determinado autor. Mas o que sempre me obcecou mesmo é como você pode juntar essa dimensão mais teórica com a dimensão sensível, etnográfica. Eu imagino que essa questão seja um patrimônio da Antropologia. Ou de um determinado modo de entender a Antropologia. Então os temas que pesquisei, tais como memória, patrimônios culturais, objetos materiais, coleções e museus, alimentação, estavam sempre muito ligados a essa experiência corporal, a essa experiência sensível.

Então o que eu posso dizer é que, quando se está nesse ponto em que eu estou da carreira, você começa a fazer um balanço. Nesse momento, você começa a ver de maneira distanciada a sua carreira, como uma *paisagem*. E eu penso que, inevitavelmente, toda carreira, dentro da academia, dentro da universidade, tem determinados limites. Por um lado isso é muito bom porque seus colegas te apóiam, há financiamentos e tudo mais. Mas há um outro lado da carreira acadêmica que é o lado restritivo: ela te impõe um determinado estilo, uma determinada disciplina. Então o objetivo é disciplinar, o que tem lá seu lado bom. Mas eu sempre gostei de olhar as coisas pelo lado das margens, eu nunca me senti muito no centro do sistema acadêmico. Por exemplo: nunca pensei a universidade em termos de cargos; ela sempre foi para mim uma oportunidade excelente de trabalhar intelectualmente, de discutir, e o convívio com os alunos é o que eu considero de mais precioso. Precioso não no sentido demagógico, como quem diz "Ah, adoro os alunos!". O que nem sempre é verdade. Mas no sentido de você ter com quem dialogar de modo autêntico, no sentido de se expor a questões interessantes trazidas pelos alunos com experiências bem diferentes da sua própria. Muitos dos *papers* que eu vim a escrever e publicar foram pensados ao longo de cursos, senão cursos de graduação, cursos dados na pós-graduação. Quando o curso funcionava, então no meio do caminho eu

tinha uma ideia... Muitos dos *papers* que escrevi e publiquei estão muito colados a essa experiência do trabalho de professor, que eu exerci com muito prazer durante esses anos todos, da qual conservo uma lembrança muito boa.

Mas deixe-me falar um pouco da questão dos temas com os quais trabalho. Eu vim a me colocar de maneira mais madura no mundo acadêmico, em termos de produção intelectual, com o livro que eu publiquei, que foi a minha tese de doutorado, sobre os discursos do patrimônio cultural no Brasil (patrimônio e memória), em uma época que esse tema não estava rolando ainda, em 1989 quando defendi a minha tese. Defendi essa tese nos Estados Unidos. Fui para lá em 1984 e voltei em 1989. O livro, ao ser publicado pela Editora da UFRJ, teve alguma repercussão em termos de suscitar pesquisas, debates, e durante um tempo ele funcionou nesse sentido de suscitar questões interessantes para os pesquisadores desse tema. E eu continuei a trabalhar com esse mesmo tema: muitas orientações de mestrado, de doutorado. Algumas orientações muito bem sucedidas que renderam prêmios para os alunos, e isso para mim foi um prazer muito grande. É uma experiência muito satisfatória porque é quando você vê o seu trabalho dando certo, não só pelos prêmios, pelo pessoal que saiu da minha orientação e conseguiu trabalho, que é outra satisfação enorme que eu tenho, porque eu me sinto muito culpado por ter convencido um aluno a trabalhar em antropologia e de repente ele se vê sem chances de conseguir um emprego na profissão... Você acaba se sentindo culpado. Então boa parte dos meus alunos até um ano, dois anos atrás se colocavam muito bem aqui no Rio, ou fora do Rio, muitos na UFF, na UERJ, em Juiz de Fora. Muitos alunos que fizeram concurso e passaram. Isso para mim é muito bacana, é uma experiência muito gratificante e dá a sensação de que o teu trabalho deu certo. Então esse lado de professor eu sempre vivi de maneira muito satisfatória. Agora, ele sempre alimentou, de algum modo, uma reflexão intelectual em termos de determinado modo de entender a universidade, que não é, absolutamente, consensual. Nem todos os meus colegas pensam desse modo. Mas, apesar disso, eu sempre convivi de maneira satisfatória com eles. Eu penso que a universidade é o espaço da liberdade, um dos poucos espaços onde se coloca o debate, onde é possível se colocar questões as mais estranhas, mais incômodas, e não digo isso apenas por princípio ideológico, mas porque, desta maneira, você forma bons intelectuais, alguém que sabe responder a debates. E você forma bons cidadãos também, no sentido de uma república, de uma ordem democrática. Então eu, pessoalmente, prezo muito isso. Se você me perguntasse o que foi mais importante para mim ao longo da minha vida, eu responderia que, além de formar pesquisadores, antropólogos, foi formar intelectuais que são capazes de pensar por conta própria. Isso é um valor muito caro que a universidade de algum modo sustenta, representa.

R.H: *O senhor fez a graduação aqui no IFCS, não é?*

JRG: Fiz. De 1971 a 1975.

R.H: *Era um momento político no Brasil meio complicado, não era? O senhor tocou no ponto da universidade ser um espaço de liberdade, talvez o senhor pudesse falar um pouco desse momento...*

JRG: Talvez por isso mesmo. Pela minha experiência de graduação aqui, que era realmente muito diferente, como se fosse outro mundo, como se você fosse para outra sociedade. Meus professores, então... Yvonne Maggie, Neide Sterci, Gilberto Velho davam aula aqui. Também o Jether Ramalho (pai do José Ricardo Ramalho) também dava aula aqui; o Emanuel Carneiro Leão foi meu professor – um excelente professor! Esse pessoal, sobretudo os jovens, tiveram que assumir essa posição porque os professores mais antigos foram aposentados compulsoriamente em 1968. Então esses professores jovens eram meio que irmãos mais velhos da gente. E era um ambiente altamente politizado, quero dizer, tinham muitas organizações dentro do IFCS - aqui era o foco do movimento estudantil, era uma referência extremamente importante, mesmo quando ainda funcionava na Rua Marques de Olinda, em Botafogo, e depois com a transferência para cá (Largo de São Francisco). Tinha o PCB, tinha o PCdoB, tinha várias organizações tais como Movimento Universidade Crítica, Polop, VAR-Palmares, tinha de tudo que você pudesse imaginar. E tinha uma criatividade muito grande em termos de organizações políticas, porque do dia para noite aparecia uma nova organização que se reunia, tinha um debate e um racha e se criava uma outra organização. Tinha um lado também, e é curioso dizer isso dos anos da ditadura, mas tinha um lado de intensidade da vida intelectual, do debate intelectual, que era um negócio notável. Um debate altamente intelectualizado. Alguns colegas meus hoje, que eram meus colegas à época, podem confirmar o que digo, como o José Ricardo Ramalho, Michel Misse. Havia um debate intelectual muito forte! Havia também uma mobilização cultural muito forte em torno de cineclubes na cidade, teatro, os festivais de música. Então o universo cultural e intelectual do país, por incrível que pareça, era muito mais intenso e mais interessante do que hoje. Mas pode ser que eu esteja idealizando o passado. No entanto, o fato é que existia uma politização muito grande. Nessa área altamente politizada, é muito curioso observar que havia professores excelentes, e não eram excelentes porque estivessem identificados a determinadas posições políticas. Eu tive professores aqui de grande qualidade como, por exemplo, Eurico, que era professor de Ciência Política; o professor Gilberto Velho, que também era um brilhante professor. Eles passavam para os alunos esse *ethos* acadêmico da independência da universidade, do trabalho intelectual independente. A distinção entre o trabalho intelectual do pesquisador, do analista, e o trabalho do militante, que são esferas distintas, que não se confundem, embora se comuniquem evidentemente, mas não se pode atuar como militante no mundo da universidade, como também não se pode atuar somente como intelectual no mundo da militância. Há distinções finas aí que se deve cultivar para o próprio sucesso do trabalho, seja como militante, seja como intelectual. E aí eu volto a esse tema da liberdade acadêmica, a liberdade de pensamento dentro da universidade. Era como te disse, um período de extrema mobilização política. Eu lembro que quando a nossa turma se formou, decidimos não fazer cerimônia como uma forma de protesto contra a ditadura. Eram os piores anos. Peguei os anos do AI-5. Fazia parte do nosso cotidiano a notícia de colegas e amigos que tinham sido presos. Aí era uma correria, porque se o cara tinha sido preso, corria o risco dele entregar outros. Tem umas histórias engraçadas. Um amigo meu foi preso e depois eu falei com ele: "...e aí, rapaz, como foi? Aí ele respondeu: "vieram me perguntando o nome de todo mundo... eu entreguei o teu nome!". Eu disse: "Pô, cara, como você faz uma coisa dessas?!" (risos)... Aí ele respondeu: "Não, não, mas já tinham entregue, já tinham falado o teu nome, eu só confirmei para não me darem porrada!". Era um inferno! O que é um negócio impensável hoje. Alguns professores, prezando a liberdade intelectual, desafiavam

a repressão e davam Marx, Lenin, Engels, a literatura marxista, Gramsci, numa boa. Agora, outro problema que nós tínhamos, e que eu não vejo há décadas na universidade era a presença constante de policiais infiltrados. Alguns já se sabia quem eram, o cara era conhecido. Outros eram mais sofisticados porque eram intelectuais, eram caras que estudavam e eram excelentes alunos e ficavam ali olhando para passar informação, então isso era uma outra espécie de pesadelo que a gente tinha nesse universo.

Era uma diferença muito grande com relação à universidade que eu conheci a partir do ano de 1989, quando eu voltei para o Brasil, depois de defender minha tese de doutorado no exterior. Era outro clima, muito diferente. Aquilo já tinha desaparecido.

Tinham outras brigas, porque a pessoas vivem brigando. Tem uma amiga minha que diz que se sabe quando o departamento é bom quando tem uma boa briga, briga no sentido de disputas intelectuais, de debates intelectuais.

Mas foi um período que ficou muito marcado pela sua diferença com relação à segunda metade dos anos 1980, anos 1990. Quando eu voltei já era tudo muito diferente. Mas eu peguei o período mais barra pesada que foram os anos 1970. Fiquei aqui de 1971 a 1975, e a abertura foi em 1985, e eu viajei em 1984 para fazer o doutorado. Viajei em 1984 e voltei em 1989.

RH: *O senhor foi orientado pelo DaMatta no mestrado e defendeu a dissertação *A Luta pela Identidade Social: o caso das relações dos índios no Brasil Central*. Isso foi entre 1975 e 1980. Poderia falar de como estava a antropologia do Museu naquela época? Quero dizer, é o momento da reformulação da etnologia no Museu Nacional. Poderia comentar sobre esse contexto?*

JRG: Eu não acompanhei mais a etnologia. Eu fui aluno do Roberto DaMatta e do Anthony Seeger. Eu viajei para o exterior e na universidade onde eu fui fazer o doutorado, Universidade de Virgínia, estava Victor Turner. Eu fui lá para trabalhar com Simbolismo, Ritual. Victor Turner morreu em dezembro de 1983 e eu fui em 1984. Mas aí já estava tudo programado, tudo acertado, resolvi manter e usar da melhor forma o departamento e os recursos, e foi uma excelente experiência que eu tive, fez uma diferença muito grande na minha formação. E lá eu encontrei outras linhas de pesquisa, que achei interessantes e vim a desenvolver. Eu já estava no caminho de trabalhar com sociedades complexas. O próprio trabalho de campo que eu fiz, em uma aldeia Apinajé, estava mais voltado para as relações entre os índios e os regionais, os fazendeiros, os camponeses da região. Era uma região complexa, teve guerrilha, e isso fazia parte da memória desse grupo, que estava situado perto do Araguaia, entre o Araguaia e o Tocantins, perto do Bico do Papagaio. Então eu já estava mais interessado nesse universo da fronteira, embora eu nunca tivesse deixado de me interessar pela etnologia no sentido clássico, porque eu acho que ela é uma referência excelente em termos de formação para se perceber a sua própria sociedade. Penso que, de alguma maneira, para ser um bom antropólogo urbano, não é um mau negócio passar por uma experiência como essa que eu tive. Louis Dumont dizia que é muito mais difícil trabalhar na sua própria sociedade do que trabalhar em uma sociedade estrangeira. Então

é interessante que o sujeito, para trabalhar na sua própria sociedade, passasse por alguma experiência, qualquer que fosse, de uma sociedade muito diferente para ter na sensibilidade o que é lidar com a diferença, esse cuidado de você não projetar os seus valores, o seu cotidiano sobre os seus vizinhos.

Quando eu fui para a Universidade de Virgínia, a outra referência que havia lá era um etnólogo chamado Christopher Crocker, que havia estudado os Bororo, foi colega de Roberto DaMatta e participou de um projeto muito importante na história da etnologia brasileira, que é o *Harvard Central Brazil Project*, coordenado pelo antropólogo David Maybury-Lewis, que rendeu várias teses de etnologia mas também teses sobre fronteira. Então foi um projeto muito importante na história da etnologia. A etnologia depois ganhou outro rumo, cresceu muito, sofisticou-se bastante, é uma área super importante, como também a Antropologia Urbana, que cresceu bastante. A antropologia brasileira, atualmente, acredito que seja uma das melhores do mundo. Basta dizer que quando eu entrei no IFCS em 1971, o horizonte de carreira acadêmica não estava ainda muito delineado. O programa do Museu Nacional foi criado, se não me engano, em 1968, e era somente mestrado, só depois veio a ter doutorado. Então todo esse universo da pós-graduação no Brasil foi se desenvolvendo, não era algo dado naquele momento. A Antropologia brasileira hoje é de excelente qualidade, uma referência mundial, muitos estrangeiros vêm pra cá estudar.

RH: *Também acho que estamos nesse momento da antropologia brasileira, que vem crescendo bastante...*

JRG: E tem um dado estrutural. Eu, quando fui para universidade de Virgínia, fui aluno do Roy Wagner em 1984. Fui aluno de David Sapir (filho de Edward Sapir). Fui aluno de Christopher Crocker. Fui aluno de Edith Turner, que era esposa do Victor Turner. Era um excelente departamento, mas a formação que eu tive aqui no Brasil me permitia olhar a situação com certo distanciamento. E por quê? Pelo fato ser um país periférico, de ser um universo intelectual periférico, o Brasil faz com que você fique exposto às diversas tradições intelectuais. Então conhecíamos aqui a Antropologia americana, conhecíamos muito a antropologia inglesa, a antropologia francesa também. Havia uma multiplicidade de referências, que é uma coisa fundamental na vida intelectual. Sobretudo a antropologia inglesa. O DaMatta foi formado pelo Maybury-Lewis em Harvard, e, embora fosse então chamado de estruturalista, ele na verdade era - e sempre foi - um social-estruturalista, ele sempre esteve mais ligado à antropologia social inglesa (Victor Turner, Mary Douglas, Edmund Leach) do que a Lévi-Strauss. A leitura que ele fazia de Lévi-Strauss era a partir da antropologia social inglesa, ou seja, *primado do social*, não *primado do intelecto*; *primado do social*, não *primado do simbólico*. O trabalho dele era brilhante, mas era muito marcado por essa perspectiva.

RH: *Quereria saber como foi a sua chegada nas universidades norte-americanas. O senhor já falou um pouco. Porque me parece ter sido um momento de algumas mudanças na sua trajetória: sai do IFCS, chega ao Museu Nacional e faz a dissertação no campo da etnologia, depois parte para os Estados Unidos para fazer o doutorado e pós-doutorado, não é?*

JRG: Eu penso o seguinte: para mim foi uma referência intelectual e institucional decisiva! É claro que cada carreira tem suas particularidades, e eu fui muito marcado por essa experiência. De certa forma, fui re-formado intelectualmente em uma universidade americana. E o que eu quero dizer com isso? Estou falando de condições muito materiais, as bibliotecas eram de primeiríssima qualidade, e isso para mim oferecia um contraste extraordinário com quem conviveu aqui por vários anos com a biblioteca do IFCS, que tinha e tem uma série de problemas. Nós não temos boas bibliotecas universitárias no Brasil, e isso, infelizmente, não está nas agendas de reformas, das políticas públicas. Mesmo hoje quando se quer dar um curso na pós-graduação, todo professor sabe que tem que levar os seus livros de sua biblioteca para fazer cópia, emprestar, etc. Então uma coisa que me marcou muito foram as condições materiais de trabalho nos Estados Unidos. Eu tinha acesso a todo e qualquer livro, a todo e qualquer documento que eu quisesse, e caso a Universidade de Virgínia não tivesse, eles localizavam, no país, onde tivesse e me forneciam aquilo dentro de uma semana, dez dias. Se não encontrassem em nenhum lugar, eles recorriam à Biblioteca do Congresso, onde você encontrava de tudo, tudo! Então eu tive uma facilidade enorme nesse aspecto.

Outro aspecto, aí mais sociológico, era a convivência com os meus colegas norte-americanos. Muito interessante que, diferentemente do Brasil, no mundo intelectual americano, no mundo acadêmico americano, a competição é algo fortemente legitimado. Não é algo que você faz às escondidas. Assume-se abertamente que você está competindo para ser o melhor. O tipo de relação entre as pessoas é uma relação mesmo de competição, de confronto o tempo inteiro, eles cultivam isso. Eles têm um modo peculiar de encarar a amizade. Por exemplo, tinha pessoas que gostavam muito da gente (eu fui para lá com a minha família), gente que eu gostava, mas eu nunca vi um americano tornar-se meu amigo no sentido de sair para tomar cerveja, de um ir à casa do outro, isso não era muito comum. Eu fiz uma amizade muito forte lá, muito boa, mas ele era inglês e odiava os Estados Unidos (risos). Então tinha esse lado.

Mas o que eu aprendi com isso foi também assumir, tranquilamente, esse lado da competição. Era cada debate que eu via, que se fosse no Brasil, as pessoas se tornariam inimigas, porque eram debates extremamente duros. Mas o jogo era esse. Esperava-se isso de você. Eu lembro que quando fui defender a minha tese os meus colegas diziam "Reginaldo, keep your gun firing!" ("mantenha seu revólver atirando!"), não podia me colocar humildemente na frente da banca para apresentar a tese, tinha que desafiar e argumentar até o final porque senão eles não me levariam a sério. É uma espécie de código cultural. Quando você vai procurar emprego, você não pode dizer "ah! eu tenho experiência na área e tal"... Você precisa mostrar afirmativamente que realmente sabe e dar razões para isso. A expectativa é que você se apresente como alguém muito assertivo, e isso é uma *performance*, porque pode ser que a pessoa seja um desastre, mas o que é esperado é essa *performance*, como você se comporta diante da situação.

Isso foi muito legal para mim porque me ajudou a viver no mundo acadêmico brasileiro, que você sabe que é um mundo altamente hierarquizado, um mundo muito feito de relações, de



interdependências pessoais. Então isso foi algo muito bom para mim, essa experiência, e por isso eu digo que o mundo acadêmico americano de certa forma me deu uma chance de me reformar intelectualmente. Um ponto importante foi esse. Eu mantenho boa relação com os meus colegas brasileiros, sempre mantive, colegas com as posições políticas as mais diversas, pessoas com as quais eu não tenho nada a ver intelectualmente ou politicamente, mas eu consigo manter essa relação num nível profissional. O único problema, aqui, é que eu tive que me adaptar porque não se pode, por exemplo, em uma arguição, ou em um debate público, trazer as coisas dessa maneira tão direta como fazem os americanos. Você faz isso de outras maneiras. Mas isso lá, entre os americanos, tinha um lado bom que era de prezar a qualidade do seu trabalho, de prezar a qualidade do trabalho do outro. Existia uma cobrança no desenvolvimento do trabalho, e isso valorizava porque cada um tinha que se defender. Isso foi muito importante para mim em termos de como pensar a minha atividade intelectual e profissional.

Eu vivi todos esses anos aqui no Brasil, na universidade, que me apoiou muito, principalmente os meus colegas de departamento, de programa, mas eu sempre mantive aqui o *ethos* que eu aprendi na universidade americana. E quem passou por uma universidade americana sabe. Não é questão de serem melhores, não! Lá também tem favorecimento, relações pessoais, hierarquias, enfim, tem tudo isso. Só que lá tem muitas universidades, se você se desentender em um departamento é possível ir para outro, e lá se tem várias oportunidades de trabalho porque é um número enorme de departamentos, que competem o tempo inteiro entre si - um ano Harvard está na frente, no outro Chicago, etc -, porque a coisa da competição é o tempo todo. A carreira dos professores, por exemplo. Até você ganhar *tenure*- quando você é contratado definitivamente -, você precisa publicar muitos artigos, orientar alunos, tem que atrair alunos, então tudo isso é valorizado para te colocar profissionalmente. E quando você ganha *tenure*, tem que continuar produzindo porque os salários não são iguais. Então o fato do curso dado ser um sucesso, com salas cheias e dando o que falar, era um fator importante na progressão da carreira. Os alunos avaliam. Todo final de semestre tem lá uma avaliação para os alunos. Tudo isso conta para carreira do professor, até mesmo na hora de pedir aumento salarial.

Essa história da carreira lá é muito valorizada. O curso que você oferece, quando é bom, se torna um fator importante. Aqui você pode ser um excelente professor, produzir à beça; mas tem esse lance da isonomia, então é indiscutível – pode-se não dar aula, dar péssimas aulas –, ele vai continuar recebendo o mesmo salário.

Mas o fato é que a história intelectual e institucional de cada país toma seus próprios rumos. Tem um monte de problemas lá também, um monte de coisas bem complicadas. E, aqui, eu acho que tem uma série de coisas muito importantes, por exemplo, o ensino público, o financiamento público da pesquisa, que agora anda aí meio complicado. Eu posso te assegurar que se eu não tivesse o apoio da universidade pública, não teria feito a carreira que fiz, com formação no exterior, etc. Eu aproveitei muito bem essas oportunidades. Então para mim é uma coisa muito séria, e fico muito preocupado com a atitude que as pessoas têm com relação à universidade pública, não no sentido de queimar a

universidade pública, porque isso se sabe quem fala e porque fala, não é novidade; eu falo por parte dos próprios professores e alunos, no sentido de efetivamente valorizar, criar um sistema interno de avaliação dos equipamentos, dos desempenhos para que tenhamos, portanto, como justificar a defesa da universidade pública e o uso de recursos públicos para sustentá-la. Aqui se tem acesso a professores excelentes, boas instalações. Temos no IFCS uma equipe muito boa. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais reúne professores que estão entre os melhores do país, pessoal com pós-doutorado, com doutorado, com pesquisa em andamento; os alunos têm a chance de participar dos projetos. Vocês, alunos, dispõem de uma excelente instituição! E eu estou dizendo isso comparando com o que eu conheci nos anos 1970 e 1980, antes de viajar. Quando eu voltei já era outro lance, as coisas já estavam em outra forma. E isso é uma das coisas que nós temos de bom e precisa ser administrado de maneira mais cuidadosa. Conversando com alunos, já disse que deviam colocar na agenda do movimento estudantil a atualização do acervo da biblioteca, contratar mais pessoas para biblioteca, mas nunca vi muita repercussão nesse sentido.

O que eu quis dizer é que, de fato, na minha carreira, tive a minha formação inicial aqui no IFCS, depois no Museu Nacional e essa passagem pelos Estados Unidos. Primeiro na Universidade de Virgínia, depois na Brown University onde eu fiz pós-doutorado; depois Yale, onde eu fiz um outro pós-doutorado; depois na City University of New York, meu último pós-doutoramento. Então eu sempre mantive um diálogo com a antropologia americana, e com o mundo institucional da universidade americana.

RH: *E como estava aquele momento da antropologia nos Estados Unidos, nos anos oitenta?*

JRG: Olha, quando eu estava nos Estados Unidos em meados dos anos 1980, o que estava acontecendo por lá era a novidade dos chamados antropólogos pós-modernos. E uma constante problematização da chamada antropologia clássica. Nessa época, isso em 1986, eu conheci Marilyn Strathern, uma antropóloga inglesa, que era amiga de Roy Wagner e tinha ido visitá-lo em Charlottesville, onde fica a Universidade de Virgínia. A questão da problematização da antropologia clássica era dada, era uma coisa corrente do ponto de vista desses antropólogos nessa época. . Agora, tinha também todo um outro grupo ---George Marcus, dentre outros--- que eram identificados como antropólogos pós-modernos, com uma proposta de repensar a história da antropologia, de pensar a etnografia como texto. Eles, na verdade, estavam explorando, na minha interpretação, um caminho que já tinha sido aberto. De maneira mais ou menos sofisticada, George Marcus, que é antropólogo; Michael Fischer, que é outro antropólogo importante, que também fazia parte desse grupo; eles exploraram um caminho que já estava sendo aberto, primeiro pelo Clifford Geertz com sua *antropologia interpretativa*. Há um ponto básico aí: tem um autor chamado George Stocking Jr., que você já deve ter ouvido falar, que era historiador da antropologia na universidade de Chicago. Ele, como os estudos de história da antropologia que ele realizou, desmontou muitos mitos da comunidade antropológica... Ele trouxe os antropólogos e a antropologia para o seu cotidiano, etnografou de maneira brilhante os trabalhos de antropólogos importantes como Boas, Tylor e outros.

RH: O James Clifford fala dele na entrevista que o senhor fez.

JRG: Exatamente. E era um historiador bem tradicional que fazia aquele excelente trabalho de arquivo. Então, de repente, você começava a perceber que a antropologia não era feita apenas de paradigmas teóricos - o funcionalismo; o estruturalismo; o evolucionismo -, não: eram indivíduos trabalhando no departamento, controlando recursos, brigando, tentando boicotar os outros. Esse miudinho dos departamentos aparecia nos estudos de Stocking. E aí você começa a olhar a antropologia de uma maneira mais sóbria, mais irônica, não tão disciplinar. Um outro historiador importante nesse sentido foi evidentemente James Clifford.

Quando eu estudei aqui no Brasil, ainda peguei uma formação clássica muito boa. Nessa época, Roberto DaMatta era um brilhante professor de teoria antropológica. Eu aprendi muita teoria antropológica com ele e com Anthony Seeger. A partir dos anos 1980, as grandes lideranças – Marshall Sahlins, Clifford Geertz, etc –, começaram a ter um papel menos central, então começaram a se multiplicar as antropologias. Até o meu mestrado, era muito demarcado: estudava-se antropologia inglesa, antropologia americana, antropologia francesa. Eu tive uma formação muito clássica. Isso foi muito bom para mim. Dizem que um bom dançarino sempre passa pelo balé clássico. Essa formação que eu tive aqui como o Seeger, com o DaMatta, como o Otávio Velho, que era um excelente professor, um bom conhecedor de antropologia inglesa do grupo de Manchester. O Gilberto Velho era um excelente conhecedor do *interacionismo simbólico* - foi quem trouxe esses autores e essa linha de pesquisa para o Brasil. Essa formação clássica me ajudou muito. Uma vez lá nos Estados Unidos, eu sabia muito mais do que os meus colegas.

Eu estava falando dessa formação clássica e o que acontece nos anos 1980. A partir desses anos, começa a mudar, começa haver uma série de questionamentos. Depois se estabilizou. Hoje os pós-modernos são algo datado, ninguém fala mais. Tem uma frase que diz que as teorias passam e a etnografia fica. Acho que tem uma verdade nisso aí. Ninguém lê mais hoje, por exemplo, *Teoriacientífica da Cultura* do Malinowski, porque é algo evidentemente datado - você só usa se for fazer pesquisa em história intelectual. Mas o *Argonautas do Pacífico*, *Jardins de Coral*, *A Vida Sexual dos Selvagens* nenhum profissional de antropologia deixa de ler. Então eu adquiri durante esses anos, de 1980 para cá, uma visão bastante irônica com relação aos antropólogos, com relação à antropologia. Eu não levo tão a sério os grandes rótulos, as grandes teorias. Acho que o importante é ver o quanto essas teorias funcionam. Aos meus alunos eu sempre digo: "Você vai defender sua tese?. Pois bem. Ninguém vai te levar a sério se você não trazer o teu material; se você trazer e dizer que está explorando as teses pós-colonialistas, que está explorando o perspectivismo, que estão fazendo um estudo de antropologia reversa. Agora, se você trazer uma boa etnografia e disser que usou determinadas ideias que foram suscitadas pelo próprio material, aí vão te levar a sério. Porque não há boa antropologia sem boa etnografia. A etnografia em antropologia não é apenas um método. É uma epistemologia.

Eu acho que isso é o coração da antropologia, é um modo de entender a teoria. Os sociólogos

dizem que os antropólogos não têm teoria. Existe aí um mal entendido cultural. Cada uma dessas *tribos* entende teoria de maneira diferente. Os sociólogos olham os antropólogos fazendo trabalho de campo e acham que não têm teoria. Na verdade, os sociólogos usam a teoria de modo sintético: você tem a teoria, tem dados que sustentam ou não essa teoria. No caso do antropólogo, que não se separa do etnógrafo, seja ele mesmo etnógrafo ou fazendo uso de etnografias alheias, ele está o tempo todo dialogando com a chamada teoria nativa. E isso é algo que está no coração da antropologia, de toda a tradição antropológica. As mais recentes antropologias (antropologia reversa, antropologia simétrica, perspectivismo, etc.) são maneiras de se levar até as últimas consequências a estratégia de levar a sério o ponto de vista do nativo. A antropologia se faz em um diálogo incontornável com as teorias nativas.

É a respeito desse ponto que eu quis chamar a atenção quando falei para você que a minha experiência de trabalho de campo em uma aldeia indígena, mal ou bem, me marcou muito, embora eu não tenha seguido carreira em etnologia. Mas você pode fazer isso na cidade. Você pode fazer isso trabalhando com material histórico num arquivo. Na entrevista que eu fiz com o James Clifford, que não é antropólogo, que é um historiador -- um tipo de história da antropologia muito peculiar --, ele diz que para um professor dele, um sujeito chamado Stewart Hughes, um historiador intelectual norte-americano, a história é uma espécie de *etnografia retrospectiva*. Uma pesquisadora americana de história, que estava fazendo uma pesquisa sobre proletariado no Brasil, dizia que tinha que entender tanto do torneiro, do cara que trabalha no torno, entender tanto do torno quanto se ela fosse torneiro mecânico, tendo que saber esses detalhes todos e o que o cara diz sobre isso. Então essa perspectiva é que está no coração de uma boa antropologia, ou da boa história social, cultural. Não é necessariamente o modo pelo qual os sociólogos trabalham. Não que esteja errado o que fazem, que seja ruim, mas é uma outra tradição intelectual, mais centrada na tradição intelectual ocidental, que não evoluiu estando exposta a experiências tais como canibalismo, sacrifício de viúvas, experiências radicalmente distintas de nossa própria tradição ocidental. A antropologia sempre se moveu na direção do *outro*. Já a sociologia sempre se situou a partir da tradição ocidental. É por isso que nenhuma teoria se sustenta em antropologia, porque há sempre um etnógrafo de um determinado povo, dizendo "aqui não! aqui não funciona assim". Esse é o movimento que sustenta a própria antropologia.

RH: *Em 2015.1 eu tive oportunidade de cursar Antropologia do Espaço, matéria oferecida na grade do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS. Também acompanhei alguns dos seminários do LAARES, laboratório coordenado pelo senhor. Esses espaços me levaram a destinar mais atenção à importância da aproximação entre Antropologia com a Arquitetura e Urbanismo. No começo deste ano, em março, tive a oportunidade de entrevistar a Arquiteta e Urbanista Raquel Rolnik. A primeira pergunta foi no tom dessa aproximação. Em resposta, a Profa. Raquel disse que a Arquitetura está entrando na era da antropologia. Como antropólogo, gostaria que o senhor comentasse sobre essa afirmação e falasse dessa aproximação da arquitetura e urbanismo com essa "era". Isso se sustenta?*

JRG: Eu fiz a minha carreira publicando e orientando teses na área de patrimônio cultural, dos discursos do patrimônio cultural, em um momento em que a própria noção de patrimônio tinha sido alargada para contemplar culturas populares, festas, o chamado *patrimônio imaterial*. O livro que eu escrevi, *A Retórica da Perda*, estava centrado em dois intelectuais que pensaram patrimônio, um deles em uma perspectiva mais tradicional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e o outro pensando nessa abertura, que é o Aloísio Magalhães. Publiquei muito sobre essa categoria *patrimônio*, e a minha contribuição foi sugerir pensar o patrimônio como *categoria nativa*. Tem um artigo que eu publiquei que eram notas de uma comunicação chamado "patrimônio como categoria do pensamento"... e é essa a ideia. É a própria noção de patrimônio que deve ser problematizada! O que é patrimônio? Você considera um conjunto de objetos, ou prédios, ou áreas, ou mesmo atividades, festas, mas você o define como *objeto*, submetendo a uma legislação que o protege etc. Será que é assim que as pessoas pensam a noção de patrimônio? Existe uma noção de patrimônio entre os Nuer, entre os Trobriandeses? Essa eu acho que foi uma contribuição que eu trouxe e foi explorada pelos meus alunos. Tem um livro muito importante publicado pela Nina Bitar, que foi minha orientanda, sobre as baianas de acarajé no Rio de Janeiro, onde ela explora exatamente essa ideia. Patrimônio para elas é, na verdade, a relação que elas têm com Iansã, uma relação de troca com o orixá, embora elas não sejam ingênuas e saibam que, uma vez classificadas como patrimônio, elas não são mais confundidas com camelô, e começam a reivindicar uma série de direitos. O nome da tese, antes de virar livro, era "agora que somos patrimônio...". Elas usam essa condição como um instrumento político, apresentam-se enquanto patrimônio registrado pelo IPHAN na hora de fazerem suas reivindicações.

No entanto, é preciso levar em conta a noção de "patrimônio" tal como a pensam os arquitetos e os urbanistas. O estudo de uma antropóloga americana, Susanne Bleier, realizado entre os Batamaliba, na África Ocidental, focaliza a arquitetura desse povo. Eles constroem casas que são pequenos castelos, todos feitos de barro. Esses castelos duram o tempo do homem mais velho da família. Quando o homem mais velho da família morre, eles têm que destruir a casa e fazer uma outra, porque a casa em questão tem que *morrer*. Do ponto de vista nativo, e este que é o ponto, a casa para eles não é uma *casa* como nos a pensamos, mas uma entidade, é um *corpo* com vida: tem olhos, tem intestino, tem perna, tem braço. Essa casa, quando é construída, quando ela *nasce*, ela tem que ser alimentada, cuidada, ela pode ficar doente, até ela morrer. A morte dela coincide com a morte do sujeito mais velho da família. Essas casas foram tombadas pela UNESCO como patrimônio mundial, e aí há um problema: como se pode preservar o que tem que ser necessariamente destruído? Eu acho que no coração desses debates sobre patrimônio está essa questão de você ter de enfrentar, via *antropologia reversa*, o ponto de vista nativo. O que é arquitetura para eles? Como eles pensam e experimentam sua "arquitetura"? O que é o espaço para eles? Bem, comecei então, nos últimos anos, a trabalhar nessa direção. Em alguns cursos que eu ofereci na pós-graduação, comecei a explorar a categoria "espaço". *Espaço* parece a coisa mais óbvia, não é? Nós temos o *espaço sideral*, temos o *espaço da rua*, o *espaço da casa*, mais perto e mais longe. Na verdade ninguém sabe o que é o *espaço*, que é a coisa mais fluida, mais difícil de você conceituar porque tem uma dimensão aí que escapa completamente à tua percepção. Primeiro que a coisa mais complicada é a seguinte: não dá para falar

do espaço em abstrato; fala-se de rua, esquina, sala, canto da sala, mesa, porta, corredor. Falar de espaço é cobrir um monte de coisas inteiramente diferentes. O mesmo espaço pode virar outra coisa do dia para noite. Atualmente, tenho orientando trabalhando com diversas modalidades de espaço: monumentos, paisagens, museus, etc.

Esse interesse dos arquitetos e urbanistas em antropologia não é de hoje. Nos anos 1960, 1970, eu lembro que arquitetos e urbanistas buscavam um diálogo com a antropologia. E por quê? Era preciso conhecer o ponto de vista dos usuários. Era preciso saber o que eles percebiam, em vez de pensar só as formas arquitetônicas e urbanísticas e impor a eles. Eles não queriam ser autoritários e queriam, portanto, levar em conta como as pessoas que moram num determinado lugar percebem esse espaço. Tem um urbanista americano, que escreveu um livro chamado *A imagem da cidade*, Kevin Lynch, que explora um pouco isso. As pessoas no seu deslocamento cotidiano na cidade têm um mapa mental da cidade que não corresponde ao mapa oficial. Eles reconhecem fronteiras, lugares de referencia, etc. Uma aluna minha fez uma tese, na ela trabalhou com reminiscências de quilombo na ladeira do Sacopã, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Ela trabalhou com um pessoal que faz o que se chama "etnografias". Trata-se de conceber os mapas, do ponto de vista nativo e não do ponto de vista do estado. Esse mapa, assim concebido, envolve relações de família, como era aquela área na época que eles iam caçar, quando se deslocavam em uma área bem mais ampla do que aquela à qual ficaram reduzidos. Não é o mapa da prefeitura que é desenhado com fronteiras abstratas mas definidas por interesses bem definidos em função do planejamento urbano, em função dos interesses da indústria imobiliária, etc. Quando eu penso hoje em estudar antropologicamente formas de arquitetura e espaços na cidade, é mais por esse viés de uma *antropologia reversa*, no sentido de levar em conta tanto o ponto de vista do planejador urbano, quanto o ponto de vista dos seus usuários, o ponto de vista da baiana de acarajé, ou do mendigo, ou do sujeito que faz determinado trajeto cotidianamente, de vários personagens que habitam a rua e que têm determinado modo de imaginar a rua, que não é o modo do planejador urbano situado numa secretaria de estado.

Nos Seminários LAARES recebemos muitos arquitetos e urbanistas. E eu entendo o interesse que eles têm, só que quando eu estou dialogando com eles, eu estou pensando mais no que quer dizer espaço para eles enquanto arquitetos e urbanistas? Por mais interesse que eles tenham no ponto de vista dos moradores, o que é espaço para eles? Há um autor que tem umas ideias interessantes sobre isso, que é o Tim Ingold. Ele vem trabalhando com arquitetura, vem trabalhando com espaço, e ele abre uma perspectiva muito grande, penso no ponto de vista etnográfico, quando ele diz que uma casa não habitada só por humanos; existem habitantes não-humanos que fazem parte da casa: insetos, processos de deterioração dos materiais, e é necessário interagir com eles. Então tenho que lidar com isso o tempo inteiro. E outra: uma casa não é uma entidade estável. Recuperando o ponto de vista nativo, é uma espécie de ser vivo que está o tempo inteiro em transformação, que é necessário intervir o tempo toda para ela não desabar. Tem um aluno meu que está trabalhando com o monumento dos Pracinhos, por exemplo. A ideia é ver o monumento não como algo estável, simbolizando algo, mas ver o dia-a-dia desse monumento: como o pessoal cuida, como limpam, como consertam, quais são os problemas, quais são os usos, como se delimitam suas fronteiras, etc. A vida social daquele



monumento. Esta é uma perspectiva que eu venho explorando ultimamente e já rendeu algumas teses. E dentro dessa perspectiva há também (isso foi tema de um artigo que eu publiquei no *Estudos Históricos* ano passado) tem o tema da *destruição*. Estamos muito fascinados com a preservação, quando, na verdade, os patrimônios, a arquitetura, o urbanismo, tem no seu coração a *destruição*. Há um orientando meu que fez uma tese sobre firmas de demolição no Rio de Janeiro. A ideia é pegar a arquitetura pelo seu reverso. Ele publicou um artigo na *Vibrant* explorando essa ideia de que, ao construir, você está necessariamente destruindo um monte de coisas.

RH: *Gostaria que o senhor abordasse as categorias presentes nos seus trabalhos, como patrimônio, memória, objetos. Como é possível encarar, dessa perspectiva, certa antropologia da cidade?*

JRG: Eu acho que esse negócio da destruição não aparece só na hora do megaevento. Não é só na hora da construção de um empreendimento imobiliário, que vai derrubar um prédio antigo, um casario. Esse casario já vem promovendo a sua destruição, já promoveu uma determinada destruição. O outro, que ocupou aquele espaço anteriormente, já havia promovido a destruição de outros espaços com seus respectivos habitantes humanos ou não-humanos. Então eu penso que se trata de uma perspectiva diferente de descrição e análise. Trata-se de prestar atenção nesse trabalho cotidiano e interminável de destruição. Porque geralmente se trabalha de maneira dicotômica, como se de um lado estivesse a destruição e de outro a preservação, quando essas coisas estão muito misturadas. Quando se destrói uma área, dificilmente se consegue eliminar tudo, deixam-se rastros. A cidade está cheia de rastros! Um tema caro à obra de Walter Benjamin, especialmente no livro das *Passagens*. A imagem do *flâneur*, quer dizer, o que esse personagem percebe, um pequeno detalhe na calçada, um tipo de pedra que ficou lá, porque na hora da reforma alguém esqueceu, e naquilo ali está uma experiência pessoal dele, que não é só pessoal, sendo também uma experiência da história da cidade. Ele quando era criança frequentava aquele espaço. Trata-se assim de um espaço da cidade que é de certo modo re-subjetivado. Então a ideia da destruição é muito relativa. Ela é muito política também porque um objetivo é esquecer, apagar os rastros. Vide o caso clássico da cidade do Rio, o desmonte do morro do castelo. Era uma referência histórica. Tinha-se uma fortaleza lá no alto porque foi o segundo ponto ocupado pela defesa da cidade, na fundação da cidade. Primeiro foi o morro na Urca, depois o Morro do Castelo. Eis que com a aproximação de 1922, com a perspectiva de centenário da Independência, o prefeito Carlos Sampaio resolve demolir o Morro. Acusações contra o morro já existiam. Médicos sanitaristas diziam que aquele espaço era cheio de miasmas, que era doentio, não tinha circulação de ar etc. Mas era uma área que esperavam que fosse valorizada em termos imobiliários e tinha uma população pobre ocupando aquele espaço pagando preços baixos. Então resolvem demolir. A história é muito curiosa porque a ideia e a decisão da destruição foi algo feito sem consulta à população. Depois que derrubaram, ficou uma explanada que durante todos os anos 1920 ficou inteiramente abandonada. Não se construiu nada nesse período. Trata-se daquele espaço onde hoje está a Av. Antônio Carlos.

A ideia que eu quero trazer é que essa ideia da destruição nunca elimina completamente os rastros. Está na memória de alguns seguimentos da população, se você for lá acaba encontrando alguma coisa: a subida da ladeira da misericórdia está lá ao lado da igreja de Nossa Senhora do

Bonsucesso. Ali bem atrás do Museu Histórico. É um lugar curioso, desses lugares estranhos, porque de repente parece que você está em uma outra época. Atrás da Santa Casa de Misericórdia (a Santa Casa está lá ainda!). Pegando a rua Santa Luzia e acompanhando até o final a Santa Casa de Misericórdia, no final você dobra à esquerda e vai encontrar o trecho onde ficava a subida do Morro do Castelo. Que era enorme, não é? Ia da rua México, atrás da atual Biblioteca Nacional até a Praça XV. Mas então, o que eu estou tentando chamar a atenção, é a presença da destruição como algo constante na vida da cidade. Não apenas como um determinado agente destruindo, mas como algo permanente, incontornável. É preciso levar isso em conta. Os prédios são modificados permanentemente. Tenho um outra aluna, Rachel Patermann, que fez uma tese, aqui no PPGSA, sobre o prédio do Palácio Capanema e via isso todos os dias em seu trabalho de campo. Era uma planta arrebatando o chão e que não se podia mexer porque havia um presente do príncipe do Japão e estava tombada, registrada no livro; o elevador do prédio que vivia quebrado e não se podia mexer porque era tombado, estava no livro do tombo; etc. A ideia é que essas coisas estão vivas. Esses objetos, esses espaços, são vivos. Não só porque são habitados por humanos, mas porque também são habitados por não-humanos. Nesse sentido, o tal poder de agencia das coisas, funciona, pelo menos do ponto de vista descritivo, para se prestar atenção a coisas que geralmente não se presta a mínima atenção porque se tem o espaço como algo dado, estático. Na verdade o espaço é uma modalidade de interação entre agentes humanos e não-humanos.

Eu estava falando da memória e como a destruição pode funcionar para você esquecer determinada memória, apagar uma memória. O Morro do Castelo é isso. Uma moça escreveu um livro, *Era uma vez o morro do castelo*, que é um livro esgotado, mas uma das poucas coisas que se tem sobre o Morro do Castelo. Ela diz que quando estava escrevendo o livro não encontrava nada, não tinha nada nos arquivos. Parece que o trabalho de apagamento da memória foi tal que até nos arquivos era difícil de encontrar. Como ela encontrava o que procurava? Procurava pelo convento dos jesuítas, pelo hospital, que ficavam no Morro do Castelo, mas nada diretamente sobre o Morro do Castelo. Demoliram não só fisicamente, mas a memória documental. Então isso é uma atividade de produção/destruição de memória coletiva que acontece em termos de política, que ocorre no cotidiano, tipo dar nome de rua, tirar nome de rua, arbitrariamente. Nessas obras voltadas para mega-eventos, como nas Olimpíadas, nunca se consulta a população, ou seja, o contribuinte. Em Berlim, qualquer coisa que se faça, se consulta a população. Hamburgo decidiu nesta semana, após uma consulta à população, que a cidade não quer sediar as Olimpíadas de 2024. Isso aqui no Brasil é impensável!

RH: *Como se coloca para o senhor essa relação entre concepções de tempo, as relações entre passado, presente, futuro e o espaço urbano?*

JRG: O que tem que se ver é quem está definindo esse futuro e esse passado. Como ele é percebido. Nesse sentido, as teses de Walter Benjamin são interessantes, porque essa percepção do passado, essa possibilidade de resgatar o passado não é algo de natureza monumentalista, não se trata de um museu, como se disséssemos: "aqui está o passado". É na verdade a experiência cotidiana da população que vive nessa cidade. Trata-se de uma dimensão do passado que pode eclodir em um

determinado momento. Nessas obras das Olimpíadas, por exemplo, de repente se tropeça com um cemitério de escravos e outros prédios antigos. Responde-se com a criação de museus, de pontos turísticos, com a patrimonialização. Mas todas essas medidas são “disciplinadoras” dessa memória. Na verdade, a memória não se reduza aos resultados dessa ação disciplinadora do estado. A memória tem uma dimensão selvagem, que escapa permanentemente a uma série de enquadramentos disciplinadores. Os rastros do passado não desapareceram integralmente. E nessas obras se encontrou muitas coisas, espaços e prédios que estavam ocultadas física e mentalmente. Mas uma vez despertadas, elas suscitam várias narrativas. Isso é que deve ser levado em conta, essas narrativas. Então a questão de quem define o passado e quem define o futuro é fundamental. E os arquitetos e urbanistas, por mais preocupados que estejam com o ponto de vista social, muitas vezes se aliam a esses projetos disciplinadores. Não estou dizendo que são mal intencionados. Aí que vem os limites de uma matriz intelectual. Dizem: “nós vamos fazer isso, vamos eliminar isso aqui, vai ser melhor para todo mundo”, “vai criar emprego pra todo mundo”, etc. Porque há um passado no corpo e na experiência daquelas pessoas, nas suas casas nas ruas que habitam e que percorrem cotidianamente. Não se trata de romantismo, de nostalgia. Trata-se de ver que todo e qualquer trabalho de construção em uma cidade envolve destruição, e isso é muito complicado, é muito perigoso. Tem que se levar em conta isso. Todo e qualquer trabalho de memória envolve esquecimento, envolve a *destruição* de uma outra memória.

Outro dia eu visitava o MAR (Museu de Arte do Rio). Fui comprar o ingresso e de repente me deu uma sensação estranha de que eu já tinha visto, já tinha estado naquele ponto do espaço próximo à bilheteria... Reparei então que eles aproveitaram uma antiga estrutura da antiga estação rodoviária Mariano Procópio e parte desta é onde funciona a bilheteria do Museu. Quando eu era criança, eu costumava ir a esta rodoviária com o meu pai., Pegávamos ônibus para algum lugar que não me recordo. A experiência de pisar naquele mesmo chão me trouxe uma série inesperada de lembranças. Então, de tudo fica um pouco. Tem sempre ali um rastro que não foi eliminado e que uma experiência não disciplinada da memória pode resgatar de várias maneiras. Seja do ponto de vista da memória individual, seja da memória coletiva. Essa categoria do “legado”, amplamente vendida pelos órgãos oficiais, é altamente disciplinadora, tanto em relação ao passado quanto ao futuro. Ela na verdade destrói uma ampla margem de possibilidades da memória coletiva.

RH:*Eu venho desenvolvendo uma pesquisa na Vila Autódromo, uma comunidade na Zona Oeste. O que eu achei curioso é esse conflito: esse projeto urbanístico que é doutrinador, que vem de cima, que parte do poder público, e em contrapartida, não há um discurso dos “moradores” pela preservação necessariamente do que era, mas de uma alternativa àquilo. Disso surgiu um Plano Popular da Vila Autódromo. Esse plano aparece como um contra-discurso ao projeto “oficial” que trata aquela região como “área não-planejada”, e todas essas categorias oficiais que não condizem com o que é. Mas também não é um plano para preservar o que é; alguma coisa que está entre esses dois. A Vila Autódromo então foi devastada para dar lugar às estruturas olímpicas, de onde surgiu a ideia de um Museu das Remoções, que é reunir essas coisas que ficaram entre os escombros.*

JRG: Isso eu acho muito legal, só que não salva a gente. Porque mesmo um “museu das remoções”,

quero dizer, já se tem aí com a própria ideia de museu, e com o modo de administrar a memória, já se apresenta um outro "disciplinamento". Um ponto que eu acho importante: não adianta dizer que não foi o poder público, que foi uma iniciativa de movimentos sociais, porque se tem um disciplinamento também, porque as memórias escapam sempre ao controle. Então mesmo quando a iniciativa é de movimento social, já se tem um disciplinamento. Tudo bem, mas eles também estão colocando isso aí sob um controle, sob uma matriz, eles também estão disciplinando. É mais interessante pensar essas situações sociais em que se confrontam diversas memórias como uma tensão permanente, com uma espécie de dialética sem síntese. Acho que isso abre o horizonte em termos do que observar, do que descrever e como analisar o problema da memória. Eu tenho a impressão que esses debates às vezes ficam muito mapeados, muito controlados. Como se uma coisa fosse do estado, outra coisa da sociedade. É mais complicado. Porque ambas são categorias igualmente disciplinadoras.

RH:*Eu tenho uma última pergunta que vem ao encontro desse momento que me motivou, dentre outras razões, a querer entrevistá-lo. Roda pelo IFCS a notícia de sua aposentadoria, e o senhor é conhecido amorosamente como um dos dinossauros do Instituto. Creio que a esta altura da entrevista os motivos já tenham aparecido. E a aposentadoria, não é? Bom, eu ainda não estou na idade de pensar em aposentadoria, estou muito no começo, mas penso na aposentadoria e me vem essa imagem de certo ponto final na carreira...*

JRG: Não, não é o meu caso. Eu estou cheio de projetos novos, alguns passam pelo IFCS, outros não. Mas o que eu encerrei foi um determinado modo de inserção dentro da Instituição. Mas eu continuo com o LAARES, continuo na pós-graduação (PPGSA), tenho vários orientandos de doutorado, tenho candidatos a Iniciação Científica que me procuram. No entanto, eu me permiti agora me concentrar no tema que eu trabalho. Aceito novos orientandos que estejam trabalhando com esse tema, que venham a somar com a equipe do LAARES. .

RH:*Creio que também não exista um ponto final na prática intelectual, não é?*

JRG: Pois é! Quando ela é prazerosa, você não se desfaz dela, porque faz parte da sua vida. Quando é alguma coisa burocrática, aí tanto faz. E uma das razões pelas quais eu me aposentei foi justamente porque eu gosto muito da minha atividade, e eu não queria ficar aqui obrigado a uma série de atribuições que terminam sendo desgastantes ao fim de quarenta anos. Não, eu quero criar um ambiente que seja prazeroso em termos de trabalho: quero mais seminários do LAARES, mais debates, mais interlocução com outros pesquisadores. Para mim, trata-se de um momento estimulante, com a possibilidade de criar novos projetos e explorar os resultados de um trabalho que venho desenvolvendo há décadas. O trabalho intelectual é interminável e escapa dos imperativos burocráticos, das etapas de uma carreira. Em seu admirável livro, *A Condição Humana*, Hannah Arendt dizia que no mundo contemporâneo a maioria dos intelectuais (e também dos políticos) pensa sua atividade como um meio de vida; não como um trabalho. Não gostaria de me ver classificado nessa maioria. E quando trabalhamos com a memória coletiva, como eu, impõe-se então um compromisso supremo, que é de não permitir que a memória dos mortos seja submetida aos ditames dos vencedores. Vou terminar com uma frase conhecida de Walter Benjamin, que me parece oportuna

nesse contexto: "Em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo. Diante desse perigo, também os mortos não estarão em segurança". 🌐

* Rodolfo Teixeira Alves é graduando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Comitê Editorial da Revista Habitus.

